

JOÃO PAULO FERNANDES REMÉDIO MARQUES

CURRICULUM VITAE

Para efeitos do concurso documental internacional para recrutamento de dois postos de trabalho da carreira docente universitária, na categoria de Professor Catedrático, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, aberto no âmbito do Estatuto da Carreira Docente Universitária, na sua atual redação, e do Regulamento de Coimbra, Regulamento n.º 330/2016, de 29 de março e demais legislação aplicável.

Área disciplinar a que se candidata: *Ciências Jurídico-Civilísticas*

Edital n.º 83/2024, de 17 de janeiro

Diário da República, 2.ª Série, n.º 12/2024, de 17/01/2024, páginas 266-272

Coimbra, 2024

ÍNDICE

. Habilitações pessoais e académicas	5
A. PREÂMBULO	6
1. Historial de todas as relações contratuais do candidato, até à data da candidatura, em instituições do ensino superior e respetivos períodos	7
2. Sinopse fundamentada, que demonstre que o candidato possui especialidade adequada à área ou áreas disciplinares para as quais é aberto o concurso	7
B. DESEMPENHO CIENTÍFICO	9
1. PRODUÇÃO CIENTÍFICA	9
2. IMPACTO DE RECONHECIMENTO NACIONAL E INTERNACIONAL DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA	49
1) Citações jurisprudenciais	49
i) Jurisprudência portuguesa	49
a) Tribunais Judiciais	50
b) Tribunais Administrativos e Fiscais	83
. Supremo Tribunal Administrativo	83
. Tribunal Central Administrativo do Sul	84
. Tribunal Central Administrativo do Norte	87
c) Tribunal Constitucional	88
ii) Jurisprudência estrangeira (Macau, Brasil)	90
2) Integração em grupos de trabalho relacionados com reformas legislativas	90
3) Citações em outras referências oficiais (exemplificativo)	91
4) Citações efetuadas pela doutrina, sobretudo, pela doutrina	

portuguesa (exemplos)	91
3 – PERPECTIVAS CIENTÍFICAS FUTURAS	96
i) Contextualização da investigação e os principais problemas a que o ora candidato se pretende dedicar	97
ii) Explicitação das motivações destas escolhas	99
iii) Tarefas concretas de investigação e dinamização do ensino e da investigação	100
4. COORDENAÇÃO E PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS CIENTÍFICOS	102
5. INTERVENÇÕES NA COMUNIDADE	102
1. Participação em Júri (pós-doutoramento/doutoramento /Concursos /Projetos)	102
2. Participação em Júris de Mestrados (orientador/Arguente/Reconhecimento de habilitações)	107
C. CAPACIDADE PEDAGÓGICA / DESEMPENHO PEDAGÓGICO	124
1. Atividade Letiva	124
2. Atividade de orientação e acompanhamento	127
i. Orientações de Teses de Mestrado (2011 – 2013) / (2014 -) .	127
ii. Orientações de Teses de Doutoramento (2011 -)	129
iii. Material pedagógico produzido	133
iv. Projetos pedagógicos	134
v. Intervenção na comunidade, quer Universitária, quer Exterior à Universidade	135
a. Atividade pedagógica e divulgação de conhecimentos / transferência e valorização de conhecimentos (conferências, congressos, palestras, seminários, colóquios) .	135
b. Comissão científica de congressos e participação na organização de eventos científicos	177
c. Cursos de Mestrados e Pós-Graduação	178
d. Atividade de Gestão Universitária	181

**D. DESENVOLVIMENTO, PELO CANDIDATO, DE OUTRAS
ATIVIDADES RELEVANTES PARA A MISSÃO DE UMA
UNIVERSIDADE GLOBAL 182**

DADOS PESSOAIS, HABILITAÇÕES ACADÉMICAS

Identificação

Nome: João Paulo Fernandes Remédio Marques

Domicílio profissional: Faculdade de Direito da Universidade Coimbra, Páteo da Universidade, Pátio da Universidade, 3004-528 Coimbra.

Telefone: 96 244 5157

Data de Nascimento: 25/04/1965

Naturalidade: Entroncamento, Santarém.

Percurso e Habilitações académicas

- 12.º ano de escolaridade com média final global nacional de 18,50 val. [Escola secundária (Entroncamento) + exame de aferição nacional] - Humanidades
- Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em julho de 1988. Classificação final: BOM COM DISTINÇÃO (16 valores).
- Mestre em Direito, na variante de *Ciências Jurídico-Civilísticas*, pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, desde fevereiro de 1993. Classificação: MUITO BOM (18 valores).
- Doutor em Direito, na área de *Ciências Jurídico-Empresariais*, pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, desde setembro de 2006. Classificação: APROVADO COM DISTINÇÃO E LOUVOR.
- Aprovação no concurso para Professor Associado, área de especialidade de *Ciências Jurídico-Empresariais*, em setembro de 2019, pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.
- Agregado em Direito (na área das *Ciências Jurídico-Processuais*), por unanimidade, desde 6 de abril de 2022.

A. PREÂMBULO

1. Historial de todas as relações contratuais do/a candidato/a, até à data da candidatura, em instituições do ensino superior e respetivos períodos

i) Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra:

- Assistente estagiário entre abril de 1989 e fevereiro de 1993, na Secção de Ciências Jurídico-Civilísticas (regime de tempo integral; porém, entre abril de 1989 e setembro de 1990 esteve em regime de exclusividade).
- Assistente entre fevereiro de 1993 e fevereiro de 2001 (tempo integral), na secção de Ciências Jurídico-Civilísticas.
- Assistente convidado entre fevereiro de 2001 e setembro de 2006 (tempo integral), na Secção de Ciências Jurídico-Civilísticas.
- Professor Auxiliar entre setembro de 2006 e outubro de 2019 (tempo integral) – Ciências Jurídico-Civilísticas e Ciências Jurídico-Empresariais (contrato de trabalho em funções públicas, em período experimental).
- Em setembro de 2011, uma vez decorrido o período experimental, passou ao regime de *tenure*, enquanto Professor Auxiliar, nas referidas secções, com contrato de trabalho (em funções públicas) por tempo indeterminado.
- Professor Associado a partir de outubro de 2019 (tempo integral) – Secção de Ciências Jurídico-Civilísticas e Secção de Ciências Jurídico-Empresariais.
- Professor Associado com Agregação a partir de inícios de 6 abril de 2022 (regime de tempo integral), sob o regime do contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

ii) Universidade Lusíada – Norte:

- Contratação como Assistente em setembro de 1990 – tempo parcial (Ciências Jurídico-Civilísticas: Direito Processual Civil), sob o regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado.

- Contratação como Professor Auxiliar convidado em setembro de 1993 – tempo parcial (Ciências Jurídico-Civilísticas: Direito Processual Civil; e Ciências Jurídico-Empresariais: Direito Comercial e Propriedade Industrial); vínculo que, sob o regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado, manteve até setembro de 2018.

iii) Universidade Portucalense Infante Dom Henrique:

- Contratação como Professor Associado convidado, a partir de setembro de 2018 até ao presente (em regime de tempo parcial) – Ciências Jurídico-Civilísticas (Direito Processual Civil), sob o regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado.

O candidato declara que exerce funções em regime de contrato de trabalho em funções públicas na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, de modo que os certificados de habilitações e demais documentos constam do respetivo processo individual.

2. Sinopse fundamentada, que demonstra que o candidato possui especialidade adequada à área ou áreas disciplinares para as quais é aberto o concurso

O candidato é Mestre em Ciências Jurídico-Civilísticas, pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, aprovado com Muito Bom (18 valores), tendo sempre lecionado, desde abril de 1989 até ao presente, as unidades curriculares de *Direito da Família* e *Direito das Sucessões* (aulas práticas até 2008, exceto no ano letivo de 2001-2002, aí onde regeu aulas teóricas da 2.ª turma, por motivo de licença sabática do Doutor GUILHERME DE OLIVEIRA).

A partir de setembro de 2007 passou a reger simultaneamente aulas teóricas de *Direito Patrimonial da Família* e *Direito das Sucessões*. Neste âmbito científico integrou, no total, mais de 100 júris de mestrado e doutoramento nesta área científica e orientou dezenas de teses de mestrado e doutoramento na referida área científica, em instituições de ensino superior portuguesas e estrangeiras (*in casu*, Espanha, Macau, Angola, Moçambique) – cfr. *infra*, p. 102 ss.

Outrossim, a partir de setembro de 2006, no ano letivo de 2006-2007, passou a reger as aulas teóricas de *Direito Processual Civil I* (1.ª turma), *Direito Processual Civil*

II (1.^a turma, até setembro de 2011) e *Direito Processual Civil III* (turma única), lecionação que se mantem até ao presente.

Nessas qualidades, participou em dezenas de júris em provas de mestrado e doutoramento nesta subárea científica, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e em outras instituições de ensino superior portuguesas e estrangeiras (*in casu*, Macau, Angola e Moçambique) – cfr. *infra*.

Em 5 e 6 de abril de 2022 prestou provas de agregação na área de *Ciências Jurídico-Civilísticas* (subárea de *Direito Processual Civil*), na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, tendo sido aprovado por unanimidade.

De resto, participou em múltiplos cursos de pós-graduação, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e em outras instituições de ensino superior em Portugal, em matéria de *Direito da Família e dos Menores*, *Direito das Sucessões*, *Processo Civil* e *Registos e Notariado* – cfr. *infra*.

Publicou cerca de 163 estudos (monografias, artigos científicos, comentários legislativos, prefácios), em Portugal e no estrangeiro, respeitantes *diretamente* ao Direito Civil (Direito da Família, Direito das Sucessões, Direito das Obrigações) e ao Direito Processual Civil (ação declarativa e ação executiva); outras dezenas de estudos elaborados pelo candidato tangem lateralmente temas de Direito Processual Civil e Direito Civil. Muitos dos restantes estudos, incluindo comentários legislativos, publicados e referidos neste *curriculum* tocam temas de Direito Processual Civil e Direito Civil – cfr. *infra*.

Foi membro das duas *Comissões de Reforma do Processo Civil* constituídas, respetivamente, pelos XVIII e XIX Governos Constitucionais (2009-2011), no seio do Ministério da Justiça, as quais conduziram à aprovação do novo Código de Processo Civil de 2013 – cfr. *infra*, p. 182.

Nos últimos 35 anos o candidato tem sido, igualmente, jurisconsulto. Muitas das suas intervenções nesta função, sob a forma de parecer jurídico, junto das Relações e do Supremo Tribunal de Justiça disseram respeito a casos concretos litigiosos de Direito da Família, Direito das Sucessões, Direito das Obrigações e Direito Processual Civil.

B. DESEMPENHO CIENTÍFICO

1. PRODUÇÃO CIENTÍFICA

2024

1. “Convenção de Arbitragem e Contrato de Sociedade”, in A. SOVERAL MARTINS / PEDRO MAIA (org.), *Governança das sociedades e outros temas – aproximando, China e o mundo da língua portuguesa*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2024, pp. 167-185 (no prelo).
2. “Reivindicação *versus* demarcação – violação de caso julgado («contrário contraditório»)", in *JURISMAT - Revista Jurídica do Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes*, Portimão, n.º 18, 2024, pp. 155-195; estudo, este, aceite, igualmente, para publicação na *Revista Eletrônica de Direito Processual*, Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Brasil, vol. 25, n.º 2 (2024).
3. *O Tribunal Unificado de Patentes (TUP) – Competência e Regras de Processo*, Coimbra, Almedina, 2024.
4. “Art. 27.º”, in *Convenção Sobre os Direitos da Criança* (org. PAULA TÁVORA VÍTOR), Coimbra, Almedina, 2024 (no prelo).
5. Prefácio da obra, PEDRO ACCIOLY PEIXOTO NETO, *A relação jurídica universidade-empresa: inovação e desenvolvimento nacional*, Belo Horizonte, Dialética, 2024 (no prelo).
6. “O Tribunal Unificado de Patentes: A competência material do Centro de Mediação e Arbitragem e a execução de decisões proferidas por este Centro”, in *Actas de Derecho Mercantil y Derecho de Autor*, vol. 44 (2023-2024), Marcial Pons, Barcelona (aceite para publicação / no prelo).

7. “Os Bons Costumes Enquanto Motivo Absoluto de Recusa de Concessão de Direito de Marca da UE *versus* a Função Distintiva da Marca – Um Caso Recente A Propósito da Guerra na Ucrânia”, in *Revista de Direito Intelectual*, n.º 1 (2024), pp. 51-92.

2023

8. *O Cultivo e a Comercialização de Organismos Geneticamente Modificados, Alguns Problemas Substantivos, Procedimentais e Processuais*, Coimbra, Almedina, 2023.
9. “A *conexão material* entre o objeto processual apresentado pelo autor e o pedido reconvenicional – A propósito de um caso concreto”, in CASSIANO SANTOS / PAULO MOTA PINTO / MAFALDA MIRANDA BARBOSA / ALEXANDRE DIAS PEREIRA / FRANCISCO M. BRITO PEREIRA COELHO / PEDRO MAIA (org.), *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor António Pinto Monteiro*, Vol. V, *Vária*, Coimbra, Instituto Jurídico da Faculdade de Direito de Coimbra, 365-396.
10. “Normas processuais aplicáveis no Tribunal Unificado de Patentes – “Nacionalismo processual” *versus* “europeização” do Processo Civil em matéria de direito de patente”, in *Revista de Direito Intelectual*, n.º 2 (2023), pp. 81-144.
11. “Algumas reflexões sobre a saúde e a propriedade industrial no atual contexto internacional”, in *Revista de Direito Intelectual*, n.º 2 (2023), pp. 249-281.
12. “Introdução: Saúde e Propriedade Intelectual”, in MARCOS WACHOWITZ / ÂNGELA KRETSCHMANN (org.), *Saúde & Propriedade Intelectual*, Curitiba, Brasil, GEGAI, IODA (Instituto Observatório de Direito Autoral), 2023, pp. 14-55.
13. *Tutela Cautelar e Inibitória no Quadro da Propriedade Intelectual, Alguns casos difíceis em matéria de providências cautelares e a adequada tutela de requerentes e requeridos*, Coimbra, Gestlegal, 2023.
14. “Biotechnological Patents, Compulsory Licensing and SARS-COV-2 in a Pandemic and Epidemic Context”, in *Blue Planet Law - The Ecology of our Economic and Technological*, MARIA DA GLÓRIA GARCIA / ANTÓNIO CORTÊS

(eds.), Sustainable Development Goals Series, Springer Nature, Springer, 2023, pp. 253-264.

15. “A realização de ensaios clínicos e a destruição da novidade da invenção patenteável ou patenteada”, in *Revista de Direito Intelectual*, n.º 1 (2023), pp. 133-170.
16. *Direito das Sucessões – Estudos*, Coimbra, Gestlegal, 2023.
17. “A licença obrigatória de direito de patente por motivos de interesse público e a pandemia SARS-CoV-2: Considerações no direito constituído e de *lege ferenda*”, in *Economia Colaborativa*, org. por MARIA MIGUEL CARVALHO/ANABELA DE SOUSA GONÇALVES, Braga, UMinho Editora, 2023, pp. 589-630.
18. “Artigo 177.º”, in *Código das Sociedades Comerciais em Comentário* (em coautoria), coord. de J. COUTINHO DE ABREU, vol. III, 3.ª ed., Coimbra, Almedina, 2023, pp. 39-41¹.
19. “Artigo 183.º”, in *Código das Sociedades Comerciais em Comentário* (em coautoria), coord. de J. COUTINHO DE ABREU, vol. III, 3.ª ed., Coimbra, Almedina, 2023, pp. 79-88.
20. “Artigo 184.º”, in *Código das Sociedades Comerciais em Comentário* (em coautoria), coord. de J. COUTINHO DE ABREU, vol. III, 3.ª ed., Coimbra, Almedina, 2023, pp. 89-97.
21. “Artigo 200.º”, in *Código das Sociedades Comerciais em Comentário* (em coautoria), coord. de J. COUTINHO DE ABREU, vol. III, 3.ª ed., Coimbra, Almedina, 2023, pp. 206-209.
22. “Artigo 216.º”, in *Código das Sociedades Comerciais em Comentário* (em coautoria), coord. de J. COUTINHO DE ABREU, vol. III, 3.ª ed., Coimbra, Almedina, 2023, pp. 324-353.
23. “Artigo 225.º”, in *Código das Sociedades Comerciais em Comentário* (em coautoria), coord. de J. COUTINHO DE ABREU, vol. III, 3.ª ed., Coimbra, Almedina, 2023, pp. 447-465.

¹ Propositadamente, não se faz referência, nem se juntam os comentários das mesmas normas inseridas nas edições anteriores (1.ª e 2.ª ed.) desta obra composta por sete volumes.

24. “Artigo 226.º”, in *Código das Sociedades Comerciais em Comentário* (em coautoria), coord. de J. COUTINHO DE ABREU, vol. III, 3.ª ed., Coimbra, Almedina, 2023, pp. 466-473.
25. “Artigo 227.º”, in *Código das Sociedades Comerciais em Comentário* (em coautoria), coord. de J. COUTINHO DE ABREU, vol. III, 3.ª ed., Coimbra, Almedina, 2023, pp. 474-483.
26. “Artigo 239.º”, in *Código das Sociedades Comerciais em Comentário* (em coautoria), coord. de J. COUTINHO DE ABREU, vol. III, 3.ª ed., Coimbra, Almedina, 2023, pp. 580-601.
27. “Defesa preventiva e providências cautelares: a introdução, em Portugal, do “requerimento de proteção”, face ao possível decretamento de providência cautelar *inaudita altera parte* – A questão no quadro da propriedade intelectual”, in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor JOSÉ De OLIVEIRA ASCENSÃO*, Coimbra, Almedina, 2023, pp. 1081-1115.
28. “Ação de nulidade de negócio jurídico: ação (declarativa) constitutiva ou *ação de simples apreciação?*”, in *Coimbra Business Review* (2023), pp. 62-71 (versão abreviada de estudo publicado no *Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra*, vol. 98, Tomo I, 2022, pp. 137-159).
29. “A conexão material entre o objeto processual apresentado pelo autor e o pedido reconvenicional - A propósito de um caso concreto”, in *Revista Eletrónica de Direito*, vol. 30, n.º 1 (2023), pp. 27-62.

2022

30. “Artigo 1678º”, in *Código Civil Anotado*, vol. IV, *Direito da Família*, coord. de CLARA SOTTOMAYOR, 2.ª ed., Coimbra, Almedina, 2022, pp. 239-250².
31. “Artigo 1679º”, in *Código Civil Anotado*, Livro I, *Direito da Família*, coord. de CLARA SOTTOMAYOR, 2.ª ed., Coimbra, Almedina, 2022, pp. 250-252.

² Propositadamente, não se faz referência, nem se juntam os comentários das mesmas normas inseridas na 1.ª edição desta obra coletiva (*Código Civil Anotado*, vol. IV, *Direito da Família*).

32. “Artigo 1681º”, in *Código Civil Anotado*, Livro IV, *Direito da Família*, coord. de CLARA SOTTOMAYOR, 2.ª ed., Coimbra, Almedina, 2022, pp. 257-262.
33. “Artigo 1682º”, in *Código Civil Anotado*, Livro IV, *Direito da Família*, coord. de CLARA SOTTOMAYOR, 2.ª ed., Coimbra, Almedina, 2022, pp. 262-268.
34. “Artigo 1682º-A”, in *Código Civil Anotado*, Livro IV, *Direito da Família*, coord. de CLARA SOTTOMAYOR, 2.ª ed., Coimbra, Almedina, 2022, pp. 268-274.
35. “Artigo 1682º-B”, in *Código Civil Anotado*, Livro IV, *Direito da Família*, coord. de CLARA SOTTOMAYOR, 2.ª ed., Coimbra, Almedina, 2022, pp. 274-280.
36. “Artigo 1683”, in *Código Civil Anotado*, Livro IV, *Direito da Família*, coord. de CLARA SOTTOMAYOR, 2.ª ed., Coimbra, Almedina, 2022, pp. 280-283.
37. “Artigo 1684º”, in *Código Civil Anotado*, Livro IV, *Direito da Família*, coord. de CLARA SOTTOMAYOR, 2.ª ed., Coimbra, Almedina, 2022, pp. 283-288.
38. “Artigo 1685º”, in *Código Civil Anotado*, Livro IV, *Direito da Família*, coord. de CLARA SOTTOMAYOR, 2.ª ed., Coimbra, Almedina, 2022, pp. 288-292.
39. “Artigo 1687º”, in *Código Civil Anotado*, Livro IV, *Direito da Família*, coord. de CLARA SOTTOMAYOR, 2.ª ed., Coimbra, Almedina, 2022, pp. 292-297.
40. “Artigo 1688º”, in *Código Civil Anotado*, Livro IV, *Direito da Família*, coord. de CLARA SOTTOMAYOR, 2.ª ed., Coimbra, Almedina, 2022, pp. 297-300.
41. “Artigo 1689º”, in *Código Civil Anotado*, Livro IV, *Direito da Família*, coord. de CLARA SOTTOMAYOR, 2.ª ed., Coimbra, Almedina, 2022, pp. 300-307.
42. “Artigo 1718º”, in *Código Civil Anotado*, Livro IV, *Direito da Família*, coord. de CLARA SOTTOMAYOR, 2.ª ed., Coimbra, Almedina, 2022, pp. 405-409.
43. “Artigo 1719º”, in *Código Civil Anotado*, Livro IV, *Direito da Família*, coord. de CLARA SOTTOMAYOR, 2.ª ed., Coimbra, Almedina, 2022, pp. 409-412.
44. “Artigo 1720º”, in *Código Civil Anotado*, Livro IV, *Direito da Família*, coord. de CLARA SOTTOMAYOR, 2.ª ed., Coimbra, Almedina, 2022, pp. 412-416.

45. “Artigo 1721.º”, in *Código Civil Anotado*, Livro IV, *Direito da Família*, coord. de CLARA SOTTOMAYOR, 2.ª ed., Coimbra, Almedina, 2022, pp. 416-417.
46. “Artigo 1722.º”; in *Código Civil Anotado*, Livro IV, *Direito da Família*, coord. de CLARA SOTTOMAYOR, 2.ª ed., Coimbra, Almedina, 2022, pp. 417-423.
47. “Artigo 1723.º”, in *Código Civil Anotado*, Livro IV, *Direito da Família*, coord. de CLARA SOTTOMAYOR, 2.ª ed., Coimbra, Almedina, 2022, pp. 423-430.
48. “Artigo 1725.º”, in *Código Civil Anotado*, Livro IV, *Direito da Família*, coord. de CLARA SOTTOMAYOR, 2.ª ed., Coimbra, Almedina, 2022, pp. 434-437.
49. “Artigo 1726.º”, in *Código Civil Anotado*, Livro IV, *Direito da Família*, coord. de CLARA SOTTOMAYOR, 2.ª ed., Coimbra, Almedina, 2022, pp. 437-441.
50. “Artigo 1727.º”, in *Código Civil Anotado*, Livro IV, *Direito da Família*, coord. de CLARA SOTTOMAYOR, 2.ª ed., Coimbra, Almedina, 2022, pp. 441-443.
51. “Artigo 1728.º”, in *Código Civil Anotado*, Livro IV, *Direito da Família*, coord. de CLARA SOTTOMAYOR, 2.ª ed., Coimbra, Almedina, 2022, pp. 443-447.
52. “Artigo 1729.º”, in *Código Civil Anotado*, Livro IV, *Direito da Família*, coord. de CLARA SOTTOMAYOR, 2.ª ed., Coimbra, Almedina, 2022, pp. 447-448.
53. “Artigo 1730.º”, in *Código Civil Anotado*, Livro IV, *Direito da Família*, coord. de CLARA SOTTOMAYOR, 2.ª ed., Coimbra, Almedina, 2022, pp. 448-453.
54. “Artigo 1731.º”, in *Código Civil Anotado*, Livro IV, *Direito da Família*, coord. de CLARA SOTTOMAYOR, 2.ª ed., Coimbra, Almedina, 2022, pp. 454-456.
55. “Artigo 1732.º”, in *Código Civil Anotado*, Livro IV, *Direito da Família*, coord. de CLARA SOTTOMAYOR, 2.ª ed., Coimbra, Almedina, 2022, pp. 456-457.

56. “Artigo 1733.º”, in *Código Civil Anotado*, Livro IV, *Direito da Família*, coord. de CLARA SOTTOMAYOR, 2.ª ed., Coimbra, Almedina, 2022, pp. 457-464.
57. “Artigo 1734.º”, in *Código Civil Anotado*, Livro IV, *Direito da Família*, coord. de CLARA SOTTOMAYOR, 2.ª ed., Coimbra, Almedina, 2022, pp. 464-466.
58. “Artigo 1735.º”, in *Código Civil Anotado*, Livro IV, *Direito da Família*, coord. de CLARA SOTTOMAYOR, 2.ª ed., Coimbra, Almedina, 2022, pp. 466-470.
59. “Artigo 1736.º”, in *Código Civil Anotado*, Livro IV, *Direito da Família*, coord. de CLARA SOTTOMAYOR, 2.ª ed., Coimbra, Almedina, 2022, pp. 470-472.
60. “Artigo 1847.º”, in *Código Civil Anotado*, Livro IV, *Direito da Família*, coord. de CLARA SOTTOMAYOR, 2.ª ed., Coimbra, Almedina, 2022, pp. 767-769.
61. “Artigo 1848.º”, in *Código Civil Anotado*, Livro IV, *Direito da Família*, coord. de CLARA SOTTOMAYOR, 2.ª ed., Coimbra, Almedina, 2022, pp. 770-773.
62. “Artigo 1849.º”, in *Código Civil Anotado*, Livro IV, *Direito da Família*, coord. de CLARA SOTTOMAYOR, 2.ª ed., Coimbra, Almedina, 2022, pp. 773-780.
63. “Artigo 1850.º”, in *Código Civil Anotado*, Livro IV, *Direito da Família*, coord. de CLARA SOTTOMAYOR, 2.ª ed., Coimbra, Almedina, 2022, pp. 781-783.
64. “Artigo 1851.º”, in *Código Civil Anotado*, Livro IV, *Direito da Família*, coord. de CLARA SOTTOMAYOR, 2.ª ed., Coimbra, Almedina, 2022, pp. 783-784.
65. “Artigo 1852.º”, in *Código Civil Anotado*, Livro IV, *Direito da Família*, coord. de CLARA SOTTOMAYOR, 2.ª ed., Coimbra, Almedina, 2022, pp. 785-789.

66. “Artigo 1853.º”, in *Código Civil Anotado*, Livro IV, *Direito da Família*, coord. de CLARA SOTTOMAYOR, 2.ª ed., Coimbra, Almedina, 2022, pp. 789-793.
67. “Artigo 1854.º”, in *Código Civil Anotado*, Livro IV, *Direito da Família*, coord. de CLARA SOTTOMAYOR, 2.ª ed., Coimbra, Almedina, 2022, pp. 794-795.
68. “Artigo 1855.º”, in *Código Civil Anotado*, Livro IV, *Direito da Família*, coord. de CLARA SOTTOMAYOR, 2.ª ed., Coimbra, Almedina, 2022, pp. 795-797.
69. “Artigo 1856.º”, in *Código Civil Anotado*, Livro IV, *Direito da Família*, coord. de CLARA SOTTOMAYOR, 2.ª ed., Coimbra, Almedina, 2022, pp. 798-800.
70. “Artigo 1857.º”, in *Código Civil Anotado*, Livro IV, *Direito da Família*, coord. de CLARA SOTTOMAYOR, 2.ª ed., Coimbra, Almedina, 2022, pp. 800-805.
71. “Artigo 1858.º”, in *Código Civil Anotado*, Livro IV, *Direito da Família*, coord. de CLARA SOTTOMAYOR, 2.ª ed., Coimbra, Almedina, 2022, pp. 805-809.
72. “Artigo 1859.º”, in *Código Civil Anotado*, Livro IV, *Direito da Família*, coord. de CLARA SOTTOMAYOR, 2.ª ed., Coimbra, Almedina, 2022, pp. 909-817.
73. “Artigo 1960.º”, in *Código Civil Anotado*, Livro IV, *Direito da Família*, coord. de CLARA SOTTOMAYOR, 2.ª ed., Coimbra, Almedina, 2022, pp. 817-822.
74. “Artigo 1861.º”, in *Código Civil Anotado*, Livro IV, *Direito da Família*, coord. de CLARA SOTTOMAYOR, 2.ª ed., Coimbra, Almedina, 2022, pp. 822-824.
75. “Artigo 1862.º”, in *Código Civil Anotado*, Livro IV, *Direito da Família*, coord. de CLARA SOTTOMAYOR, 2.ª ed., Coimbra, Almedina, 2022, pp. 824-825.

76. “Artigo 1863.º”, in *Código Civil Anotado*, Livro IV, *Direito da Família*, coord. de CLARA SOTTOMAYOR, 2.ª ed., Coimbra, Almedina, 2022, pp. 826-828.
77. “Fideicomisso irregular, litisconsórcio necessário e redução de contrato promessa de partilha – A propósito de um caso concreto”, in *JURISMAT – Revista Jurídica*, n.º 16 (2022), pp. 227-263.
78. “Responsabilidade Civil e Contrato (o caso das vacinas Covid-19) – Algumas dimensões substantivas e processuais”, in *Revista de Direito da Responsabilidade*, ano 4 (2022), pág. 1076 ss., disponível no seguinte endereço eletrónico:
<https://revistadireitoresponsabilidade.pt/2022/responsabilidade-civil-e-contrato-o-caso-das-vacinas-covid-19-algumas-dimensoes-substantivas-e-processuais-j-p-remedio-marques/>
79. “Âmbito material das cláusulas de eleição foro incluídas em contratos preliminares: elas vinculam as partes em litígios futuros resultantes dos contratos que estas visavam celebrar no futuro?”, in *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, Tomo II (2022), pp. 505-539.
80. “Ação de nulidade de negócio jurídico: ação (declarativa) constitutiva ou *ação de simples apreciação?*”, in *Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra*, vol. 98, tomo I (2022), pp. 137-159.
81. “A densificação do conceito de ‘oferta’ previsto no art. 102.º, n.º 2, alíneas a) e c), do Código da Propriedade Industrial: A apresentação de propostas de fornecimento de medicamentos genéricos no contexto da aquisição de medicamentos pelos hospitais públicos / Acordos-Quadro”, in *Revista de Direito Intelectual*, n.º 2 (2022), pp. 98-147.
82. *Direito Processual Civil da Propriedade Industrial*, Coimbra, Almedina, 2022.
83. *Estudos de Direito da Família*, Coimbra, Gestlegal, 2022.
84. “Protecção da aparência de componentes de produtos complexos e produtos consumíveis – Anotação ao Acórdão da Câmara de Recurso do Instituto de Propriedade Intelectual da União Europeia, de 23/08/2021 (*Miele Computer Cie KG v. Green Label Manufacturing Europe Limited*)”, in *Revista de Direito Intelectual*, n.º 1 (2022), pp. 271-295.

85. “A indignidade sucessória do artigo 2034.º alínea *a*), do Código Civil português – Pode ser dispensada a específica declaração judicial de indignidade sucessória do criminoso em relação a cada uma das heranças posteriormente abertas por óbito das pessoas aí mencionadas?”, in *Revista Eletrónica de Direito*, vol. 28 (2022), n.º 2, pp. 83-126, acessível no seguinte endereço: https://cije.up.pt/client/files/0000000001/5-remedio-marques_1923.pdf
86. “O direito de prioridade unionista e os critérios de determinação da identidade do(s) requerente(s) de uma patente europeia, nacional ou via PCT alicerçada num primeiro pedido”, in *Estudos em Homenagem ao Dr. OEHEN MENDES*, Coimbra, Associação Portuguesa de Direito Intelectual, Universidade Católica Portuguesa, Almedina, 2022, pp. 279-316 = *Actas de Derecho Industrial y Derecho de Autor*, vol. 42 (2022-2023), pp. 213-236.
87. Prefácio da obra *O Contrato de Jogo, o Contrato de aposta e o Contato de Swap de Taxas de Juro: Incursões Dogmáticas na Zona de Confluência Inclusiva entre o Direito Civil, o Direito Administrativo, o Direito do Jogo e o Direito dos Valores Mobiliários*, da autoria de HUGO LUZ DOS SANTOS, Lisboa, Associação Académica da Faculdade de Lisboa, 2022, pp. 11-15.
88. “Artigo 21.º”, in *Convenção Para a Proteção dos Direitos do Homem e da dignidade do Ser Humano Face às Aplicações da Biologia e da Medicina – 20 Anos de Vigência em Portugal*, JOÃO CARLOS LOUREIRO/ANDRÉ DIAS PEREIRA/CARLA BARBOSA (coord.), Coimbra, Instituto Jurídico, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2022, pp. 473-497.
89. “Artigo 22.º”, in *Convenção Para a Proteção dos Direitos do Homem e da dignidade do Ser Humano Face às Aplicações da Biologia e da Medicina – 20 Anos de Vigência em Portugal*, JOÃO CARLOS LOUREIRO/ANDRÉ DIAS PEREIRA/CARLA BARBOSA (coord.), Coimbra, Instituto Jurídico, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2022, pp. 499-524.

90. “Pandemias e epidemias: reequacionar o regime jurídico do licenciamento obrigatório do direito de patente”, in *Revista de Direito Intelectual*, n.º 2 (2021), pp. 139-176.
91. “Fortalezas, debilidades y retos ambientales de futuro en la minería – el caso portugués de captura y almacenamiento de hidrógeno (verde)”, in ENCARNACIÓN MONTOYA / M.^a ÁNGELES FERNANDEZ SCAGLIUSI (coord.), *Minería y Medio Ambiente en el Siglo XXI: Una Visión Global y Derecho Comparado*, Navarra, Thompson Reuters, Aranzadi, 2022, pp. 301-316.
92. “Artigo 50º”, in *Código da Propriedade Industrial Anotado*, coord. de L. COUTO GONÇALVES, Coimbra, Almedina, 2021, pp. 169-182.
93. “Artigo 51º”, in *Código da Propriedade Industrial Anotado*, coord. de L. COUTO GONÇALVES, Coimbra, Almedina, 2021, pp. 184-216.
94. “Artigo 52º”, in *Código da Propriedade Industrial Anotado*, coord. de L. COUTO GONÇALVES, Coimbra, Almedina, 2021, pp. 216-253.
95. “Artigo 53º”, in *Código da Propriedade Industrial Anotado*, coord. de L. COUTO GONÇALVES, Coimbra, Almedina, 2021, pp. 253-280.
96. “Artigo 54º”, in *Código da Propriedade Industrial Anotado*, coord. de L. COUTO GONÇALVES, Coimbra, Almedina, 2021, pp. 280-321.
97. “Artigo 55º”, in *Código da Propriedade Industrial Anotado*, coord. de L. COUTO GONÇALVES, Coimbra, Almedina, 2021, pp. 322-369.
98. “artigo 56º”, in *Código da Propriedade Industrial Anotado*, coord. de L. COUTO GONÇALVES, Coimbra, Almedina, 2021, pp. 369-375.
99. “Artigo 57º”, in *Código da Propriedade Industrial Anotado*, coord. de L. COUTO GONÇALVES, Coimbra, Almedina, 2021, pp. 375-385.
100. “Artigo 58º”, in *Código da Propriedade Industrial Anotado*, coord. de L. COUTO GONÇALVES, Coimbra, Almedina, 2021, pp. 385-403.
101. “Artigo 59º”, in *Código da Propriedade Industrial Anotado*, coord. de L. COUTO GONÇALVES, Coimbra, Almedina, 2021, pp. 403-410.

102. “Artigo 60º”, in *Código da Propriedade Industrial Anotado*, coord. de L. COUTO GONÇALVES, Coimbra, Almedina, 2021, pp. 410-413.
103. “Artigo 61º”, in *Código da Propriedade Industrial Anotado*, coord. de L. COUTO GONÇALVES, Coimbra, Almedina, 2021, pp. 414-417.
104. “Artigo 62º”, in *Código da Propriedade Industrial Anotado*, coord. de L. COUTO GONÇALVES, Coimbra, Almedina, 2021, pp. 417-449.
105. “Artigo 63º”, in *Código da Propriedade Industrial Anotado*, coord. de L. COUTO GONÇALVES, Coimbra, Almedina, 2021, pp. 449-454.
106. “Artigo 64º”, in *Código da Propriedade Industrial Anotado*, coord. de L. COUTO GONÇALVES, Coimbra, Almedina, 2021, pp. 454-455.
107. “Artigo 65º”, in *Código da Propriedade Industrial Anotado*, coord. de L. COUTO GONÇALVES, Coimbra, Almedina, 2021, pp. 455-472.
108. “Artigo 66º”, in *Código da Propriedade Industrial Anotado*, coord. de L. COUTO GONÇALVES, Coimbra, Almedina, 2021, pp. 472-493.
109. “Artigo 67º”, in *Código da Propriedade Industrial Anotado*, coord. de L. COUTO GONÇALVES, Coimbra, Almedina, 2021, pp. 493-495.
110. “Artigo 68º”, in *Código da Propriedade Industrial Anotado*, coord. de L. COUTO GONÇALVES, Coimbra, Almedina, 2021, pp. 495-496.
111. “Artigo 69º”, in *Código da Propriedade Industrial Anotado*, coord. de L. COUTO GONÇALVES, Coimbra, Almedina, 2021, pp. 496-497.
112. “Artigo 70º”, in *Código da Propriedade Industrial Anotado*, coord. de L. COUTO GONÇALVES, Coimbra, Almedina, 2021, pp. 497-499.
113. “Artigo 71º”, in *Código da Propriedade Industrial Anotado*, coord. de L. COUTO GONÇALVES, Coimbra, Almedina, 2021, pp. 499-504.
114. “Artigo 72º”, in *Código da Propriedade Industrial Anotado*, coord. de L. COUTO GONÇALVES, Coimbra, Almedina, 2021, pp. 504-506.

115. “Artigo 73º”, in *Código da Propriedade Industrial Anotado*, coord. de L. COUTO GONÇALVES, Coimbra, Almedina, 2021, pp. 506-516.
116. “Artigo 74º”, in *Código da Propriedade Industrial Anotado*, coord. de L. COUTO GONÇALVES, Coimbra, Almedina, 2021, pp. 517-517.
117. “Artigo 75º”, in *Código da Propriedade Industrial Anotado*, coord. de L. COUTO GONÇALVES, Coimbra, Almedina, 2021, pp. 518- 520.
118. “Artigo 76º”, in *Código da Propriedade Industrial Anotado*, coord. de L. COUTO GONÇALVES, Coimbra, Almedina, 2021, pp. 521-522.
119. “Artigo 77º”, in *Código da Propriedade Industrial Anotado*, coord. de L. COUTO GONÇALVES, Coimbra, Almedina, 2021, pp. 522-538.
120. “Artigo 78º”, in *Código da Propriedade Industrial Anotado*, coord. de L. COUTO GONÇALVES, Coimbra, Almedina, 2021, pp. 539-540.
121. “Artigo 79º”, in *Código da Propriedade Industrial Anotado*, coord. de L. COUTO GONÇALVES, Coimbra, Almedina, 2021, pp. 540-541.
122. “Artigo 80º”, in *Código da Propriedade Industrial Anotado*, coord. de L. COUTO GONÇALVES, Coimbra, Almedina, 2021, pp. 541-544.
123. “Artigo 81º”, in *Código da Propriedade Industrial Anotado*, coord. de L. COUTO GONÇALVES, Coimbra, Almedina, 2021, pp. 544-546.
124. “Artigo 82º”, in *Código da Propriedade Industrial Anotado*, coord. de L. COUTO GONÇALVES, Coimbra, Almedina, 2021, pp. 546-547.
125. “Artigo 83º”, in *Código da Propriedade Industrial Anotado*, coord. de L. COUTO GONÇALVES, Coimbra, Almedina, 2021, pp. 547-548.
126. “Artigo 84º”, in *Código da Propriedade Industrial Anotado*, coord. de L. COUTO GONÇALVES, Coimbra, Almedina, 2021, pp. 548-549.
127. “Artigo 85º”, in *Código da Propriedade Industrial Anotado*, coord. de L. COUTO GONÇALVES, Coimbra, Almedina, 2021, pp. 550-551.

128. “Artigo 86º”, in *Código da Propriedade Industrial Anotado*, coord. de L. COUTO GONÇALVES, Coimbra, Almedina, 2021, pp. 550-552.
129. “Artigo 87º”, in *Código da Propriedade Industrial Anotado*, coord. de L. COUTO GONÇALVES, Coimbra, Almedina, 2021, pp. 552-553.
130. “Artigo 88º”, in *Código da Propriedade Industrial Anotado*, coord. de L. COUTO GONÇALVES, Coimbra, Almedina, 2021, pp. 553-555.
131. “Artigo 89º”, in *Código da Propriedade Industrial Anotado*, coord. de L. COUTO GONÇALVES, Coimbra, Almedina, 2021, pp. 555-556.
132. “Artigo 90º”, in *Código da Propriedade Industrial Anotado*, coord. de L. COUTO GONÇALVES, Coimbra, Almedina, 2021, pp. 556-556.
133. “Artigo 91º”, in *Código da Propriedade Industrial Anotado*, coord. de L. COUTO GONÇALVES, Coimbra, Almedina, 2021, pp. 557-566.
134. “Artigo 92º”, in *Código da Propriedade Industrial Anotado*, coord. de L. COUTO GONÇALVES, Coimbra, Almedina, 2021, pp. 566-567.
135. “Artigo 93º”, in *Código da Propriedade Industrial Anotado*, coord. de L. COUTO GONÇALVES, Coimbra, Almedina, 2021, pp. 569-569.
136. “Artigo 94º”, in *Código da Propriedade Industrial Anotado*, coord. de L. COUTO GONÇALVES, Coimbra, Almedina, 2021, pp. 569-570.
137. “Artigo 95º”, in *Código da Propriedade Industrial Anotado*, coord. de L. COUTO GONÇALVES, Coimbra, Almedina, 2021, pp. 570-570.
138. “Artigo 96º”, in *Código da Propriedade Industrial Anotado*, coord. de L. COUTO GONÇALVES, Coimbra, Almedina, 2021, pp. 570-571.
139. “Artigo 97º”, in *Código da Propriedade Industrial Anotado*, coord. de L. COUTO GONÇALVES, Coimbra, Almedina, 2021, pp. 572-573.
140. “Artigo 119º”, in *Código da Propriedade Industrial Anotado*, coord. de L. COUTO GONÇALVES, Coimbra, Almedina, 2021, pp. 639-656.

141. “Artigo 120º”, in *Código da Propriedade Industrial Anotado*, coord. de L. COUTO GONÇALVES, Coimbra, Almedina, 2021, pp. 556-557.
142. “Artigo 121º”, in *Código da Propriedade Industrial Anotado*, coord. de L. COUTO GONÇALVES, Coimbra, Almedina, 2021, pp. 659-665.
143. “Artigo 122º”, in *Código da Propriedade Industrial Anotado*, coord. de L. COUTO GONÇALVES, Coimbra, Almedina, 2021, pp. 665-673.
144. “Artigo 123º”, in *Código da Propriedade Industrial Anotado*, coord. de L. COUTO GONÇALVES, Coimbra, Almedina, 2021, pp. 673-674.
145. “Artigo 124º”, in *Código da Propriedade Industrial Anotado*, de L. COUTO GONÇALVES, Coimbra, Almedina, 2021, pp. 674-674.
146. “Artigo 125º”, in *Código da Propriedade Industrial Anotado*, de L. COUTO GONÇALVES, Coimbra, Almedina, 2021, pp. 674-675.
147. “Artigo 126º”, in *Código da Propriedade Industrial Anotado*, coord. de L. COUTO GONÇALVES, Coimbra, Almedina, 2021, pp. 675-676.
148. “Artigo 127º”, in *Código da Propriedade Industrial Anotado*, coord. de L. COUTO GONÇALVES, Coimbra, Almedina, 2021, pp. 676-677.
149. “Artigo 128º”, in *Código da Propriedade Industrial Anotado*, coord. de L. COUTO GONÇALVES, Coimbra, Almedina, 2021, pp. 677-677.
150. “Artigo 129º”, in *Código da Propriedade Industrial Anotado*, coord. de L. COUTO GONÇALVES, Coimbra, Almedina, 2021, pp. 677-678.
151. “Artigo 130º”, in *Código da Propriedade Industrial Anotado*, coord. de L. COUTO GONÇALVES, Coimbra, Almedina, 2021, pp. 678-679.
152. “Artigo 131º”, in *Código da Propriedade Industrial Anotado*, coord. de L. COUTO GONÇALVES, Coimbra, Almedina, 2021, pp. 679-680.
153. “Artigo 132º”, in *Código da Propriedade Industrial Anotado*, coord. de L. COUTO GONÇALVES, Coimbra, Almedina, 2021, pp. 680-684.

154. “Artigo 133º”, in *Código da Propriedade Industrial Anotado*, coord. de L. COUTO GONÇALVES, Coimbra, Almedina, 2021, pp. 684-684.
155. “Artigo 134º”, in *Código da Propriedade Industrial Anotado*, coord. de L. COUTO GONÇALVES, Coimbra, Almedina, 2021, pp. 684-684.
156. “Artigo 135º”, in *Código da Propriedade Industrial Anotado*, coord. de L. COUTO GONÇALVES, Coimbra, Almedina, 2021, pp. 685-685.
157. “Artigo 136º”, in *Código da Propriedade Industrial Anotado*, coord. de L. COUTO GONÇALVES, Coimbra, Almedina, 2021, pp. 685-686.
158. “Artigo 137º”, in *Código da Propriedade Industrial Anotado*, coord. de L. COUTO GONÇALVES, Coimbra, Almedina, 2021, pp. 686-687.
159. “Artigo 138º”, in *Código da Propriedade Industrial Anotado*, coord. de L. COUTO GONÇALVES, Coimbra, Almedina, 2021, pp. 688-688.
160. “Artigo 139º”, in *Código da Propriedade Industrial Anotado*, coord. de L. COUTO GONÇALVES, Coimbra, Almedina, 2021, pp. 688-689.
161. “A (In)admissibilidade do incidente de comunicabilidade da dívida exequenda quando o título executivo é uma sentença proferida por tribunal arbitral, in *Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra*, vol. 97, Tomo II (2021), pp. 533-568.
162. *Direito Europeu das Patentes e Marcas*, Coimbra, Almedina, 2021.
163. Prefácio da obra VÍTOR LUÍS DE ALMEIDA, *Dinamização do ônus da prova no sistema processual cooperativo*, São Paulo, Editora D’Plácido, 2021, pp. 17-33.
164. “Invalidade (ou recusa da concessão) de marca com base em má fé /concorrência desleal do titular”, in *Revista de Direito Intelectual*, n.º 1 (2021), pp. 75-132.

165. “Convenção de Arbitragem e Contrato de Sociedade”, in *Estudos de Arbitragem em Homenagem ao Bastonário MANUEL GONÇALVES*, Luanda, Coimbra, Almedina 2021, pp. 597-615.
166. “Artigo 532”, in *Código das Sociedades Comerciais em Comentário*, Vol. VII, 2.^a ed., em coautoria, coord. de J. M. COUTINHO DE ABREU, Almedina, Coimbra, 2021, pp. 594-596.
167. “A distribuição dinâmica do ónus da prova em Portugal? – Algumas reflexões face a alguns outros ordenamentos jurídicos, em particular o brasileiro”, in *Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra*, vol. 97, Tomo I (2021), pp. 329-354.
168. “Tribunal Unificado de Patentes e a Patente Europeia com efeito unitário – Luz verde para a sua entrada em vigor?”, in *Revista de Direito Intelectual*, n.º 2 (2021), pp. 303-307.
169. “Nótula sobre as propostas de Lei n.ºs 113/VIV e 114/XV em matéria de Direitos de Autor e Direitos conexos no mercado único digital” (em coautoria), in *Revista de Direito Intelectual*, n.º 2 (2021), pp. 177-197.
170. “A Licença obrigatória de direito de patente por motivos de interesse público e a pandemia SARS-COV-2: Considerações no direito constituído e de *lege ferenda*”, in MARCOS WACHOWICZ / KARIN GRAU-KUNTZ (org.), *Estudos de Propriedade Intelectual em Homenagem ao Prof. Dr. Denis Borges Barbosa*, Curitiba, Brasil, IODA – Instituto Observatório do Direito Autoral, 2021, pp. 259-305.

2020

171. “La class action a garanzia dell’impresa armoniosa e sostenibile nel diritto portoghese”, in *L’impresa sostenibile, Alla prova del dialogo dei saperi*, a cura di Daniela CATERINO/IVAN INGRAVILLO, EuriConv, Lecce, Italia, 2020, pp. 343-354.
172. *Treaty of Lisbon, Article-by-Article Commentary on the European Union Treaties*, em coautoria, LOPES PORTO/GONÇALO ANASTÁCIO (Editors), Coimbra, Almedina, 2020.

173. “O regime de bens e o exercício de direitos sociais relativamente a quota de sociedade comercial – Em particular, a legitimidade para requerer inquérito judicial por parte de (ex)cônjuge do sócio”, in *Lex familiae, Revista Portuguesa de Direito da Família*, ano 17, n.º 34 (2020), pp. 25-55.
174. “Em torno do Planeamento Sucessório – O Código Civil Português e as Formas alternativas de Sucessão *Mortis Causa*”, in *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra* (2018), Vol. 94, Tomo I, pp. 77-140.
175. “São os direitos de propriedade industrial úteis para a nossa saúde? A articulação entre o direito de patente e a regulação farmacêutica perante as epidemias e as pandemias”, in *Revista de Direito Intelectual*, n.º 2 (2020), pp. 121-158.
176. “Âmbito de proteção e dependência entre direitos de patente”, in *Revista de Propriedade Intelectual, Direito Contemporâneo e Constituição - PIDCC*, ano IX, n.º 3, outubro 2020, Aracaju, pp. 92-130, acessível no seguinte endereço: <http://pidcc.com.br/br/component/content/article/2-uncategorised/391-ambito-de-protecao-e-dependencia-entre-direitos-de-patente>
177. “Contrato de depósito, o direito de autor, os direitos industriais e a infração do direito exclusivo de distribuição de mercadorias guardadas em depósito”, in *Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra*, Vol. 96 (2020), Tomo II, pp. 761-783 = in A. RIBEIRO DE ALMEIDA (coord.), *Contratação Mercantil*, Lisboa, Universidade Lusíada Editora, 2018, pp. 95-118.
178. “A reforma de 2015 da legislação mineira em Portugal e os constrangimentos resultantes da ponderação da existência dos instrumentos normativos de ordenamento do território”, in *Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra*, Vol. 96 (2020), Tomo II, pp. 1193-1126.
179. “O nascimento, a titularidade e algumas vicissitudes do direito à patente no novo CPI de 2018”, in *Revista de Direito Intelectual*, n.º 1 (2020), pp. 41-86.
180. “Um olhar ao derredor da nulidade e da dispensa do casamento católico, à luz da nova concordata, e o seu reconhecimento e execução em Portugal e

nos restantes Estados-Membros da União Europeia”, in *Julgar*, n.º 40 (Janeiro/Abril de 2020), pp. 121-152.

2019

181. “Efeitos da ação modificativa arbitral em título executivo formado no primeiro processo objeto de execução pendente – adaptação do título executivo *versus* caducidade do título formado no primeiro processo”, in *Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra*, Vol. 95 (2019), Tomo II, pp. 1077-1130 = *Direito Processual Civil – Diálogos Brasil- Portugal*, org, ANTÔNIO PEREIRA GAIO JÚNIOR/MARCO CARVALHO GONÇALVES, Londrina, Paraná, Thoth Editora, 2020, p. 176-214.
182. “A alteração da Lei n.º 62/2011 em matéria de patentes e certificados complementares de proteção no setor dos medicamentos: o fim da arbitragem necessária”, in *Revista Internacional de Arbitragem e de Conciliação*, n.º 12 (2019), pp. 93-131.
183. “Artigo 450º”, in *Código das Sociedades Comerciais em Comentário*, em coautoria (coord. de JORGE M. COUTINHO DE ABREU), Vol. VI, 2.ª ed., Coimbra, Almedina, 2019, pp. 966-970.
184. “Artigo 439º”, in *Código das Sociedades Comerciais em Comentário*, em coautoria (coord. de JORGE M. COUTINHO DE ABREU), Vol. VI, 2.ª ed., Coimbra, Almedina, 2019, pp. 829-830.
185. “Artigo 426º”, in *Código das Sociedades Comerciais em Comentário*, em coautoria (coord. de JORGE M. COUTINHO DE ABREU), Vol. VI, 2.ª ed., Coimbra, Almedina, 2019, p. 760.
186. “Artigo 417º” in *Código das Sociedades Comerciais em Comentário*, em coautoria (coord. de JORGE M. COUTINHO DE ABREU), Vol. VI, 2.ª ed., Coimbra, Almedina, 2019, pp. 619-621.
187. “Artigo 418.º”, in *Código das Sociedades Comerciais em Comentário*, em coautoria (coord. de JORGE M. COUTINHO DE ABREU), Vol. VI, 2.ª ed., Coimbra, Almedina, 2019, pp. 622-630.

188. “Artigo 394º”, in *Código das Sociedades Comerciais em Comentário*, em coautoria (coord. de JORGE M. COUTINHO DE ABREU), Vol. VI, 2.^a ed., Coimbra, Almedina, 2019, pp. 302-308.
189. “Um novo ilícito no direito de patentes português: a infração indireta – características deste ilícito no CPI de 2018”, in *Revista de Direito Intelectual*, n.º 2 (2019), pp. 107-132.
190. “O Art. 3.º, Alínea a), do Regulamento (CE) n.º 469/2009: Teste da Divulgação / Teste da Infração / Teste do Âmbito de Proteção / Contributo Inventivo – *Quo Vadis TJUE?*”, in *Revista de Direito Intelectual*, n.º 1 (2019), pp. 67-103.
191. “A (Densidade da) Falta de Fundamentação da Matéria de Facto Enquanto Causa de Anulação de Decisão Arbitral”, in RONALDO DE SOUZA BORGES/VÍTOR LUÍS DE ALMEIDA (orgs.), *Ativismo judicial e processo: novas perspetivas da prestação da justiça*, Belo Horizonte, Livraria D’Plácido, 2019, pp. 51-91 = A (Densidade da) Falta de Fundamentação da Matéria de Facto Enquanto Causa de Anulação de Decisão Arbitral», in *Arbitragem Comercial - Estudos comemorativos dos 30 anos do Centro de Arbitragem Comercial da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa*, coord. de A. MENEZES CORDEIRO, Coimbra, Almedina, 2019, pp. 485-524.
192. “Em torno do planeamento sucessório: o Código Civil português e as formas alternativas de sucessão *mortis causa*”, in *Nos 50 Anos do Código Civil*, coord. de ANTÓNIO PINTO MONTEIRO, Coimbra, Almedina, 2019, pp. 283-342.
193. “Direito de preferência na aquisição de quinhão hereditário exercido por cessionário de quinhão da mesma herança”, in *Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra*, Vol. 95 (2019), Tomo II, pp. 1571-1596.

2018

194. «Algumas linhas de fronteira entre o contrato a favor de terceiros e os pactos sucessórios no quadro das associações mutualistas. Anotação ao acórdão do STJ, de 10.01.2017, proc. n.º 2303/12.2YXLSB-B.L1.S1.6,^a secção», in *Cooperativismo e Economía Social*, Universidade de Vigo, n.º 40 (2017-2018), pp. 281-293.

- 195.** «O Projeto do Novo CPI – algumas notas em matéria de patentes, marcas e proteção dos segredos de negócios», in *Vida Judiciária* (setembro/dezembro 2018), pp. 21-26.
- 196.** “Artigo 292º”, in *Código das Sociedades Comerciais em Comentário*, org. por COUTINHO DE ABREU, Jorge Manuel), Vol. V, 2.ª ed., Coimbra, Almedina, 2018, pp. 250-269.
- 197.** “Artigo 275º”, in *Código das Sociedades Comerciais em Comentário*, org. por COUTINHO DE ABREU, Jorge Manuel), Vol. V, 2.ª ed., Coimbra, Almedina, 2018, pp. 55-65.
- 198.** «Article 118º», in PORTO, Lopes/ANASTÁCIO, Gonçalo (eds.), *Treaty of Lisbon, Article-By-Article Commentary On The European Union Treaties*, Coimbra, Almedina, 2018, pp. 600-610.
- 199.** «Congresso de Propriedade Intelectual e Inovação – Universidade de Coimbra», in *Revista de Direito Intelectual*, n.º 2 (2018), pp. 283-286.
- 200.** “Artigo 15.ª”, in *Código Cooperativo Anotado* (em coautoria), coord. de M.ª ELISABETE RAMOS/DEOLINDA APARÍCIO, Coimbra, Almedina, 2018.
- 201.** “Parecer da Associação Portuguesa de Direito Intelectual sobre a Proposta de Revisão do Código da Propriedade Industrial” (em coautoria com DÁRIO MOURA VICENTE/A. RIBEIRO DE ALMEIDA/M.ª MIGUEL CARVALHO/A. PEREIRA DA SILVA), in *Revista de Direito Intelectual*, n.º 2 (2018), pp. 231-248.
- 202.** “Nótula sobre a proposta de revisão do regime de arbitragem necessária criado pela da Lei n.º 62/2011, de 12 de dezembro” (em coautoria com D. MOURA VICENTE), in *Revista de Direito Intelectual*, n.º 2 (2018), pp. 248-255.
- 203.** “Biotecnologia e Propriedade Intelectual”, in BAIOCCHI, Enzo/SICHEL, Ricardo Luiz (org.), *20 Anos da Lei da Propriedade Industrial (Lei N.º 9.279/1996): Estudos em Homenagem ao Professor Denis Borges Barbosa*, Rio de Janeiro, Lumen Iuris, 2018, pp. 161-186.

204. “A Patente Europeia de Efeito Unitário e as Consequências da Saída do Reino Unido da União Europeia”, in *Revista de Direito Intelectual*, n.º 1 (2018), pp. 43-76.
205. “Algumas Notas Sobre a Revisão do CPI, no Quadro do Grupo de Trabalho Constituído na Secretaria de Estado da Justiça – Referência Especial à Alteração da Lei n.º 62/2011”, in *Revista de Direito Intelectual*, n.º 1 (2018), pp. 195-225.
206. “O (Ex-)Cônjuge de Sócio de Sociedade Comercial Adquire a Qualidade de Sócio? — Designadamente Para o Efeito de Requerer *Inquérito Judicial*?”, in *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, vol. 94, Tomo 2 (2018), pp. 1351-1397.
207. “Negócios Processuais e o Processo Executivo Português”, in *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, Vol. 94, Tomo 2 (2018), pp. 1053-1096.
208. “O Transexualismo e o Ordenamento Jurídico de Macau – Uma perspectiva no direito a constituir”, in MANUEL TRIGO (coord.), *Estudos de Direito da Família e de Menores, Textos Originais em Língua Portuguesa*, Macau, Centro de Formação Jurídica e Judiciária de Macau, 2018, pp. 831-856.
209. “O Transexualismo e a Mudança Legal de Sexo no Direito Comparado, Tendo em Vista o Ordenamento Jurídico de Macau – Visão Médico-Jurídica”, in MANUEL TRIGO (coord.), *Estudos de Direito da Família e de Menores, Textos Originais em Língua Portuguesa*, Macau, Centro de Formação Jurídica e Judiciária de Macau, 2018, p. 783-830.
210. “Vulnerabilidade e acesso aos medicamentos”, in *Vulnerabilitie(s) Law and Rights/Vulnerabilidad(s) e Direito(s)/Vulnerabilida(es) y Derecho(s)*, *Book of Abstracts*, Faculdade de Direito de Coimbra, Instituto Jurídico, 2018, p. 15 ss.
211. Recensão da obra coletiva: Modesto CARVALHOSA/Luís Gastão Barros LEÃES/Arnoldo WALD (org.), *A Responsabilidade Civil da Empresa Perante os Investidores – Contribuição à Modernização de Moralização do Mercado de Capitais*, São Paulo, Quartier Latin, 2018, 427 p. ISBN85-7674-925-4, in

Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Vol. 94, Tomo 2, pp. 1585-1599.

2017

212. “*Bis in idem*: em torno da competência dos tribunais arbitrais necessários para apreciar a questão da invalidade da patente com efeitos *inter partes* – anotação ao acórdão do STJ, de 14 de dezembro de 2016 (Proc. n.º 1248/14.6YRLSB.S1)”, in *Revista de Direito Intelectual*, n.º 1 (2017), pp. 305-362.
213. “Artigo 10º”, in *Código das Sociedades Comerciais em Comentário*, Vol. I. 2.ª edição, org. por J. M. COUTINHO DE ABREU, Coimbra, Almedina, 2017, pp. 192-239.
214. “Artigo 8º”, in *Código das Sociedades Comerciais em Comentário*, Vol. I. 2.ª edição, org. por J. M. COUTINHO DE ABREU, Coimbra, Almedina, 2017, pp. 151-176.
215. “A natureza e o *licere* de pedido de patente de invenção no Brasil – Concorrência Desleal e Direito da Concorrência em matéria de medicamentos genéricos perante (ameaça de) ajuizamento de ação de infração por parte de requerente de pedido de patente de medicamento de referência”, (em coautoria), in *PIDCC, Revista de Propriedade Intelectual, Direito Contemporâneo*, Ano VI, Vol. 11 (junho 2017), pp. 1-61, acessível no seguinte endereço: <http://pidcc.com.br/artigos/11022017/01.pdf>
216. “A Tutela Dos Direitos De Autor À Luz Da Era Digital No Ordenamento Jurídico Português — Com Um Olhar Para O Direito Da União Europeia”, *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, Vol. 94, Tomo II (2017), pp. 651-691 = *Propriedad Intelectual* (Universidad de los Andes, Venezuela), año 16, n. 20, Enero-Diciembre 2017, pp. 198-229, acessível no seguinte endereço eletrónico: <http://www.saber.ula.ve/bitstream/handle/123456789/45108/doctrina5.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

2016

217. “Divórcio, sucessão e participações sociais”, in *E Depois do Código das Sociedades Comerciais*, IDET, Coimbra, Almedina, 2016.
218. “Genética e as patentes”, in *Direito da Saúde. Estudos e em Homenagem ao Prof. Doutor Guilherme de Oliveira*, vol. IV. *Genética e Procriação Medicamente Assistida*, Coimbra, Almedina, 2016, pp. 7-45.
219. “O regime da execução por dívidas conjugais no novo Código de Processo Civil – Em particular o incidente de comunicabilidade da dívida conjugal”, in *II Colóquio de Processo Civil de Santo Tirso*, Coimbra, Almedina, 2016, pp. 191-230.
220. “O prazo de caducidade do n.º 1 do artigo 1817.º do Código Civil e a cindibilidade do estado civil: o acórdão do plenário do Tribunal Constitucional n.º 24/2012 – A (in)constitucionalidade do artigo 3.º da Lei n.º 14/2009 e a sua aplicação às ações pendentes na data do seu início de vigência, instauradas antes e depois da publicação do Acórdão n.º 23/2006”, in *Textos de Direito da Família Para FRANCISCO PEREIRA COELHO*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016, pp. 161-218.
221. «Reflexões sobre a alínea c) do artigo 1723.º do Código Civil e o Acórdão Uniformizador do S.T.J., n.º 12/2015, de 2 de Julho de 2015, à luz de uma perspectiva história», in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor CARLOS PAMPLONA CORTE-REAL*, Coimbra, Almedina, 2016, pp. 131-144.
222. “Registo de marcas e *secondary meaning* - O caso «O LICOR DE PORTUGAL»: Comentário às decisões do Tribunal da Propriedade Intelectual, de 3 de Junho de 2015 – Proc. n.º 108/14.5YHLSB, de da Relação de Lisboa, de 9 de Dezembro de 2015”, in *Actas de Derecho Industrial y Derecho de Autor*, vol. 35, Madrid, Barcelona, Buenos Aires, São Paulo, 2016.
223. “Discurso de Petição de Grau”, in *Boletim da Faculdade de Direito*, Vol. XCII, Tomo I (2016), pp. 485-488.

224. “Os poderes da Relação em matéria de presunções judiciais e o controlo do STJ sobre o exercício de tais poderes”, in *Boletim da Faculdade de Direito*, Vol. XCII, Tomo II (2016), pp. 757-825.
225. “Elogio dos Apresentantes”, in *Boletim da Faculdade de Direito*, Vol. XCII, Tomo I (2016), pp. 529-546.

2015

226. “O Direito das Sucessões nos 100 Anos do Boletim da Faculdade de Direito”, in *Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra, Volume Comemorativo do Centenário do Boletim da Faculdade de Direito (BFD)*, Vol. XCI, 1914/2014, Coimbra (2015), pp. 601-634.
227. “O montante máximo da prestação social a suportar pelo Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores - Acórdão de Uniformização de Jurisprudência n.º 5/2015, de 19.3.2015, Proc. 252/08.8TBSRP-B-A.E1.S1-A”, in *Cadernos de Direito Privado* (2015), pp. 37-58.
228. “Patentes de Programas de computador e sistemas informáticos de jogos electrónicos - métodos de exercício de actividades económicas”, in *Estudos de Direito Intelectual em Homenagem ao Prof. Doutor José de Oliveira Ascensão*. Coimbra, Almedina, 2015, pp. 807-842.
229. “Patentes de segundo e ulterior uso terapêutico de substâncias químicas conhecidas *versus* patentes de produtos reivindicados por meio do processo por que são obtidos (product-by-process claims)”, in *Actas de Derecho Industrial y Derecho de Autor*, vol. 35 (2015), Madrid, Barcelona, Buenos Aires, São Paulo, Marcial Pons, pp. 211-238.
230. “O âmbito de proteção das patentes biotecnológicas: recentes desenvolvimentos na União Europeia”, in *Revista de Direito Intelectual*. Coimbra, Almedina, n.º 1 (2015), pp. 255-308.
231. Prefácio da obra: *Desjudicialização do Processo de Execução – O modelo português como alternativa estratégica para a execução brasileira*, da autoria de RACHEL NUNES DE CARVALHO FARIAS, Curitiba, Juruá Editora, 2015.

2014

232. “O Conteúdo e o Alcance da Exceção “Roche-Bolar” na União Europeia, em Especial no que Respeita à Posição dos Fornecedores da Substância Activa dos Medicamentos Genéricos Protegida por Patente ou Certificado complementar de Proteção – Um Novo Desafio ao Tribunal de Justiça”, in *Actas de Derecho Industrial y Derecho de Autor*, vol. 34, Santiago de Compostela, Madrid, Barcelona, Buenos Aires, São Paulo, Marcial Pons, 2014, pp. 457-474.
233. “O âmbito de isenção subjetiva das custas processuais de instituições particulares de solidariedade social”, in *Revista Cooperativismo e Economía Social, Universidad de Vigo*, Servizo de Publicacións da Universidade de Vigo Centro de Estudos Cooperativos – CECOOP, n.º 36 (2014), pp. 163-175.
234. “O âmbito de proteção das patentes de uso terapêutico de substâncias químicas compreendidas no estado da técnica e a concessão a terceiros de AIM de medicamentos genéricos contendo o mesmo ingrediente ativo para diferente utilização terapêutica”, in *Revista de Propriedade Intelectual – Direito Contemporâneo e Constituição, PIDCC (Brasil)*, Ano III, n.º 5 (2014), pp. 323-370 acessível no seguinte endereço: <http://pidcc.com.br/br/component/content/article/7-blog/111-o-ambito-de-protecao-das-patentes-de-uso-terapeutico-de-substancias-quimicas-compreendidas-no-estado-da-tecnica-e-a-concessao-a-terceiros-de-aim-de-medicamentos-genericos-contendo-o-mesmo-ingrediente-ativo-para-diferente-utilizacao-terapeutica>
235. “A Arbitrabilidade da Exceção de Invalidez de Patente no Quadro da Lei n.º 62/2011 – Anotação ao acórdão da Relação de Lisboa, de 13 de fevereiro de 2014 (proc. n.º 13.7YRLSB-2)”, in *Revista de Direito Intelectual*, n.º 2 (2014), Coimbra, Almedina, pp. 211-258.
236. “A Arbitrabilidade dos Litígios e a Dedução de Providências Cautelares por Empresas de Medicamentos de Referência, na Sequência da Aprovação de Medicamentos Genéricos”, in *Revista de Direito Intelectual*, n.º 1 (2014), Coimbra, Almedina, 2014, pp. 33-100.

237. Prefácio da obra *Arbitragem Voluntária como Meio Extrajudicial de Resolução de Conflitos em Angola*, da autoria do Dr. CORREIA FERNANDES BARTOLOMEU, Coimbra, Almedina, 2014.

2013

238. “Reivindicações: Algumas Reflexões sobre a sua Interpretação e a Fundamentação dos Critérios de Decisão em Litígios de Patentes”, in *Actas de Derecho Industrial y Derecho de Autor*, volumen 33 (2012-2013), Santiago de Compostela, Madrid, Barcelona, Buenos Aires, São Paulo, Marcial Pons, pp. 207-232.
239. “Arbitragem Necessária e Patentes Farmacêuticas em Portugal: Questões não Resolvidas na Lei n.º 62/2011”, in TOBÍO RIVAS, A./FERNÁNDEZ-ALBOR BALTAR, Á./TATO PLAZA, A. (coord.), *Estudios de Derecho Mercantil, Libro homenaje al Prof. Dr. h.c. José Antonio Gómez Segade*, Madrid, Barcelona, Buenos Aires, São Paulo, Marcial Pons, 2013, pp. 831-848.
240. “Algumas notas sobre a determinação e fixação dos custos da arbitragem, incluindo os honorários dos Juízes-Árbitros”, in *Revista Internacional Arbitragem e Conciliação*, n.º 6 (2013), pp. 97-137.
241. “Em torno da interpretação das decisões judiciais – O limite temporal final para a definição dos Direitos conferidos ao trabalhador no quadro das remunerações intercalares por despedimento ilícito”, in *Lusíada, Direito*, Porto, n.ºs 7/8 (2013), pp. 73-107.

2012

242. “O Regime Jurídico Geral da Marca e a Marca Farmacêutica”, in *Direito Industrial*, Vol. VIII, Coimbra, Almedina, 2012, pp. 273-323.
243. Prefácio “Reflexões sobre a protecção jurídica das ciências da vida: a propriedade intelectual e a biotecnologia”, in CHARLENE MARIA C. DE ÁVILA PLAZA / PATRÍCIA AURÉLIA DEL NERO (coord.), *Protecção Jurídica para as Ciências da Vida: Propriedade Intelectual e Biotecnologia*, IPBI, Brasil, 2012, pp. 9-25, disponível no seguinte endereço eletrónico: https://ibpieuropa.org/?media_dl=153 = *Estudos de Homenagem ao Prof.*

Doutor JORGE MIRANDA, Vol. VI, Lisboa, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Coimbra Editora, 2012, pp. 829-854.

244. “Títulos Europeus de Propriedade Intelectual – Nótula Sobre o Artigo 118.º do Tratado Sobre o Funcionamento da União Europeia”, in *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor José Joaquim Gomes Canotilho*, Vol. II, *Constituição e Estado: entre Teoria e Dogmática*, Coimbra, Coimbra Editora 2012, pp. 383-406.
245. “Direito de Autor e Licença Compulsória”, in *Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra*, vol. 86.º (2010), pp. 49-118 = UZCÁTEGUI ANGULA, A./Rodríguez BERRIZBEITIA, J. (COORD.), *LIBRO DE HOMENAGE AL PROFESSOR ALFREDO MORLES HÉRNANDEZ*, Vol. V, Caracas, Universidad Católica Andrés Bello, Univesidad de los Andes, Universidad Central de Venezuela, Academia de Ciencias Políticas y Sociales, 2012, pp. 405-465.
246. “O *objecto* e o *âmbito de protecção* do certificado complementar de protecção para medicamentos de uso humano – Jurisprudência e tendências recentes”, in *Actas de Derecho Industrial y Derecho de Autor*, Volumen 32 (2011-2012), Instituto de Derecho Industrial, Universidad de Santiago de Compostela, Madrid, Barcelona, Buenos Aires, São Paulo, Marcial Pons, pp. 291-318.
247. “O *objecto* do certificado complementar de protecção para medicamentos – Acs. do Tribunal de Justiça (Quarta Secção) de 24.11.2011, Proc. C-322/10 e Proc. C-422/1”, in *Cadernos de Direito Privado*, n.º 38 (Abril/Junho) 2012, pp. 28-51.
248. “O *Âmbito de Protecção das Patentes* (Químicas e Farmacêuticas e Biotecnológicas) – Recentes Desenvolvimentos na União Europeia”, in PATRICIA AURÉLIA DEL NERO/CHARLENE PLAZA (org.), *Protecção Jurídica das Ciências da vida: Propriedade Intelectual e Biotecnologia*, Revista de Propriedade Intelectual, Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Propriedade Intelectual, 2012, pp. 527-609, disponível no seguinte endereço eletrónico: <https://superaparque.com.br/upload/20151014-041058-protecao-juridica-para-as-ciencias-da-vida.pdf> = <http://www.ibpi.org.br>

249. “Sucessão de leis de patentes no tempo: a junção de reivindicações de produto químico ou farmacêutico a pedidos de patentes de processo nos procedimentos nacionais pendentes no INPI na data de início de vigência do CPI de 1995 – Supremo Tribunal de Justiça, Revista em Acção Ordinária n.º 598/08.5TBCBR.C1.S1, da 2.ª Secção Cível, Acórdão de 27 de Janeiro de 2010”, in *O Direito*, ano 141.º (2012), V.
250. “A aquisição e a valoração probatória de factos (des)favoráveis ao depoente ou à parte chamada a prestar informações ou esclarecimentos”, in *Julgar*, n.º 16 (2012), pp. 137-172.
251. “Alguns Aspectos Processuais na Tutela da Personalidade Humana na Revisão do Processo Civil de 2012”, in *Revista da Ordem dos Advogados*, n.º 2 (2012), pp. 653-675 = “Alguns Aspectos Processuais na Tutela da Personalidade Humana no Novo Código de Processo Civil”, in *A Tutela Geral e Especial da Personalidade Humana*, Lisboa, Centro de Estudos Judiciários, 2017, pp. 201-224, disponível em: <https://cej.justica.gov.pt/LinkClick.aspx?fileticket=jEOZNTAE5L0%3d&portalid=30>
252. “Artigo 118.º”, in MANUEL LOPES PORTO / GONÇALO ANASTÁCIO (coord.), *Tratado de Lisboa, Anotado e Comentado*, Coimbra, Almedina, 2012, pp. 548-553.

2011

253. “Contrato de Licença de Patente”, in FERREIRA DE ALMEIDA/COUTO GONÇALVES/CLÁUDIA TRABUCO (org.), *Contratos de Direitos de Autor e de Direito Industrial*, Coimbra, Almedina, 2011, pp. 395-454.
254. “Licença de Medicamento – As Interconexões entre a Propriedade Industrial e a Regulação Administrativa no Sector dos Medicamentos”, in *Themis, Revista da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa*, ano X, n.ºs 20/21 (2011), pp. 19-89.
255. “Anuência prévia – A (i)licitude da interferência da autoridade sanitária brasileira nos procedimentos de patenteabilidade de fármacos”, in *Actas de Derecho Industrial y Derecho de Autor*, Volumen 31 (2010-2011), Instituto

de Derecho Industrial, Universidad de Santiago de Compostela, Madrid, Barcelona, Buenos Aires, Marcial Pons, pp. 373-400.

256. “A Apreciação da Validade de Patentes (e Certificados Complementares de Proteção) por Tribunal arbitral Necessário – Excepção *versus* Reconvencção na Lei n.º 62/2011”, in *Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra*, vol. 87 (2011), pp. 179-212.
257. “Patentes biotecnológicas e o acesso a produtos de saúde – Uma perspectiva europeia e luso-brasileira”, in CASTRO, Ana Célia/POSSAS, Cristina de Albuquerque/MIRA GODINHO, Manuel (org.), *Propriedade Intelectual nos Países de Língua Portuguesa: Temas e Perspectivas*, Rio de Janeiro, E-papers, 2011, p. 77 ss.
258. “O Notariado no Século XXI – Exercício de Novas Competências”, in *Revista do Notariado*, edição especial (Outubro 2011), pp. 65-88.
259. *Acção Declarativa à Luz do Código Revisto*, 3.ª edição, Coimbra, Wolters Kluwer, Coimbra Editora, 2011 (771 págs.).
260. “A verdade sobre a (adiada) reforma da acção executiva”, in *Público* (em co autoria), ano XXII, n.º 7696, 3 de maio de 2011, p. 36.
261. “O nascimento e o *dies a quo* da exigibilidade do dever de prestar por parte do Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores – Anotação ao Acórdão do STJ, de Uniformização de Jurisprudência n.º 12/09, de 7/07/2009”, in *Cadernos de Direito Privado*, n.º 34 (Abril/Junho), 2011, p. 20 ss.
262. “Patentes biotecnológicas e o acesso a produtos de saúde – Uma perspectiva europeia e luso-brasileira”, in *O Direito*, ano 141.º (2009), I, pp. 163-202 = in ANA CÉLIA CASTRO/CRISTINA DE ALBUQUERQUE POSSAS/MANUEL MIRA GODINHO (org.), *Propriedade Intelectual nos Países de Língua Portuguesa: Temas e Perspectivas*, Rio de Janeiro, E-papers, 2011, p. 77 ss., acessível no seguinte endereço eletrónico: <http://www.e-papers.com.br/livre/lpiplp001.pdf>

2010

263. “O regime português dos modelos de utilidades (antes e) depois da tentativa de harmonização legislativa na União Europeia”, in *Lusíada, Revista de Ciência e Cultura*, Série de Direito (2010), pp. 151-182.
264. “A violação dos direitos de propriedade intelectual respeitantes a mercadorias em trânsito – Referência ao trânsito de medicamentos destinados a países com graves problemas de saúde pública”, in *Actas de Derecho Industrial y Derecho de Autor*, Volumen 30 (2009-2010), Santiago de Compostela, Madrid, Barcelona, Marcial Pons, pp. 375-404.
265. “O Direito de Patentes, o Sistema Regulatório de Aprovação, o Direito da Concorrência e o Acesso aos Medicamentos Genéricos”, in *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor SÉRVULO CORREIA*, Coimbra, Almedina, 2010, pp. 299-388 = *Direito Industrial*, Vol. VII, Coimbra, Almedina, pp. 299-388.
266. “Protecção dos Dados (Regulatory Data Exclusivity – Data Package Exclusivity)”, in *Direito e os Medicamentos: Vigilância Sanitária, Direito do Consumidor e Regulamentação das Práticas Químico-Farmacêuticas*, Sociedade Inter-Americana de Vigilância Sanitária, 2010, pp. 93-150, in https://www.researchgate.net/publication/281181350_O_Direito_e_os_Medicamentos_Volume_2
267. “Um breve olhar sobre o duplo grau de jurisdição em matéria de facto”, in *Cadernos de Direito Privado, I Seminário de Cadernos de Direito Privado* “O Processo Civil entre a Justiça e a Celeridade” número especial 01 (Dezembro, 2010), pp. 80-90.
268. “A verdade sobre a reforma da acção executiva”, in *Público*, de 28/07/2010, p. 36 (em coautoria com o Prof. MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA e o Dr. PAULO PIMENTA).
269. “Direito de Autor e Licença compulsória”, in *Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra*, ano 86 (2010), pp. 49-118.

2009

270. “A patenteabilidade de substâncias químicas e farmacêuticas de selecção e de métodos de terapia, no domínio do CPI de 1940 – A (dis)simulação de reivindicações de processo e a entrada em vigor do CPI de 1995 e do Acordo TRIPS”, in *Temas de Direito Comercial, Cadernos O Direito* (Portugal), n.º 4 (2009), pp. 5-104.
271. “Execução específica de contrato-promessa de partilha de bens comuns na pendência de inventário: execução específica de cláusula pela qual os ex-cônjuges se obrigam a constituir um usufruto vitalício a favor de um deles cuja nua-propriedade «prometem» doar a terceiro”, in *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Henrique Mesquita*, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Coimbra, Coimbra Editora, 2009, pp. 59-94.
272. “As implicações da entrada em vigor da nova versão da patente europeia”, in *O Direito*, ano 141.º (2009), III, pp. 567-610.
273. “O direito de patentes, o sistema regulatório de aprovação e o acesso aos medicamentos genéricos”, in *Actas de Derecho Industrial y Derecho de Autor*, Volumen 29 (2008-2009), Santiago de Compostela, Madrid, Buenos Aires, Marcial Pons, pp. 455-496.
274. “A Inconstitucionalidade das patentes ‘pipeline’ brasileiras (Artigos 230.º e 231.º do Código da Propriedade Industrial de 1996)”, em coautoria com AVELÃS NUNES, COUTINHO DE ABREU e LUÍS PEDRO CUNHA, in *Revista Electrónica do IBPI* (Instituto Brasileiro de Propriedade Intelectual), Número Especial, Patentes Pipeline (Novembro 2009), in <http://www.ibpi brasil.org/42715/home.html> = *Revista Trimestral de Direito Civil*, ano 13, vol. 49, Janeiro a Março de 2012, Rio de Janeiro, Padma, pp. 3-68.
275. “O Regime Jurídico da Procriação Medicamente Assistida em Portugal e a Utilização dos Embriões”, in IVONE MARIA CANDIDO COELHO DE SOUZA (coord.), *Parentalidade, Análise Psicojurídica*, Curitiba, Juruá Editora (Brasil), 2009, pp. 31-58.
276. “Caducidade das Acções de Investigação da Paternidade – O Problema da aplicação Imediata da Lei n.º 14/2009, de 1 de Abril, às Acções Pendentes”,

in *Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra*, Vol. LXXXV (2009), pp. 197-235.

277. *Acção Declarativa à Luz do Código Revisto*, 2.^a edição, Coimbra, Coimbra Editora, 2009 (743 págs.).
278. Prefácio da Obra: *Contra-Reforma do Notariado e dos Registos – Um Erro Conceptual*, da autoria de CARLA CRISTINA SOARES, Coimbra, Almedina, 2009, pp. 5-15.

2008

279. “Criações publicitárias – A atribuição do direito patrimonial de autor e a utilização das criações protegidas por parte dos anunciantes” (em coautoria com A. NOGUEIRA SERENS), in *Estudos Sobre o Direito da Sociedade da Informação*, vol. VII, Coimbra, Coimbra Editora, 2008, p. 206 ss. = *Estudos em Honra do Professor Doutor JOSÉ DE OLIVEIRA ASCENSÃO*, vol. I, Coimbra, Almedina, 2008, pp. 745-820.
280. “A violação indirecta do direito de patente – análise comparativa: direito português, direito estrangeiro e jurisprudência”, in *O Direito*, ano 140.^o (2008), IV, pp. 753-795 = *Patents: Contributory Infringement – Case law and Comparative View*, trabalho apresentado no Congresso *Challenges for IP Protection and Enforcement*, Union of European Practitioners, Porto (Portugal), 28-30 de Maio, in <http://www.lexmedicinae.fd.uc.pt>.
281. *Medicamentos versus Patentes – Estudos de Propriedade Industrial*, Coimbra, Coimbra Editora, 2008 (595 págs.).
282. *Licenças (Voluntárias e Obrigatórias) de Direitos de Propriedade Industrial*, Coimbra, Almedina, 2008 (263 págs.).
283. “Propriedade Intelectual. Tendências Globais”, in *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, vol. 84.^o (2008), pp. 251-302.
284. “Relatório da Mesa Temática Relativa a Alimentos”, in *3.^a Bienal de Jurisprudência, Direito da Família*, Centro de Direito da Família, Coimbra, Coimbra Editora, 2008, pp. 163-169.

- 285.** Prefácio da obra *Direito Comercial Marítimo – Conceito e Institutos de Direito Comercial Marítimo, Direito Marítimo Internacional, Direito Marítimo Aplicado* (da autoria de LUÍS COSTA DIOGO / RUI JANUÁRIO), Lisboa, Quid Iuris, 2008, pp. 11-14.
- 286.** “Em torno do estatuto da pessoa idosa no direito português – obrigação de alimentos e segurança social”, in MARIA BERENICE DIAS / JORGE DUARTE PINHEIRO (org.), *Escritos de Direito das Famílias: uma perspetiva luso-brasileira*, Porto Alegre, Magister Editora, 2008, pp. 345-375.

2007

- 287.** *Biotecnologia(s) e Propriedade Intelectual*, vol. I, *Direito de Autor, Direito de Patente, Desenhos ou Modelos*, Coimbra, Almedina, 2007 (1565 págs.)
- 288.** *Biotecnologia(s) e Propriedade intelectual*, vol. II, *Obtenções Vegetais, Conhecimentos Tradicionais, Sinais Distintivos, Bioinformática e Bases de Dados, Direito da Concorrência*, Coimbra, Almedina, 2007 (1187 págs.).
- 289.** “O conteúdo dos pedidos de patente: a descrição do invento e a importância das reivindicações – Algumas notas”, in *O Direito*, ano 139.º (2007), IV, pp. 769-839.
- 290.** “Em torno do estatuto jurídico da pessoa idosa no ordenamento português – obrigação de alimentos e Segurança Social”, in *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, Vol. 83 (2007) = in MARIA BERENICE DIAS / JORGE DUARTE PINHEIRO (coord.), *Escritos de Direito das Famílias*, Porto Alegre (Brasil), Magister Editora, 2008, pp. 345-375 = *Revista do Instituto de pesquisas e Estudos*, Bauru, (Janeiro / Junho 2007), pp. 9-40.
- 291.** *Algumas Notas Sobre Alimentos Devidos a Menores*, 2.ª edição revista, Coimbra, Coimbra Editora, 2007 (475 págs.).
- 292.** *Ação Declarativa à Luz do Código Revisto*, Coimbra, Coimbra Editora, 2007 (515 págs.).

2006

- 293.** “A patenteabilidade de métodos terapêuticos, cirúrgicos e de diagnóstico: questão técnica ou questão ética?”, in *Lex Medicinæ, Revista Portuguesa de Direito da Saúde*, n.º 6 (2006), pp. 73-129 = *Estudos de Direito da Bioética*, Coimbra, Almedina, 2007.
- 294.** “Direito de patente: sucessão de leis no tempo e a proibição da outorga de patentes nacionais sobre produtos químicos e farmacêuticos no domínio do CPI de 1940 – o aditamento de reivindicações de produto químico ou farmacêutico nos procedimentos de protecção pendentes na data de adesão à Convenção da Patente Europeia, no quadro do CPI de 1995 e do Acordo TRIPS” (em coautoria com .A NOGUEIRA SERENS), in *O Direito*, ano 138.º (2006), V, pp. 1011-1083.
- 295.** “Execução específica de contrato-promessa de partilha de bens comuns na pendência de inventário: execução específica de cláusula pela qual os ex-cônjuges se obrigam a constituir um usufruto vitalício a favor de um deles cuja nua-propriedade «prometem» doar a terceiro”, in *Ius Familiae, Revista Portuguesa de Direito da Família*, ano 3 (2006), pp. 31-56 = *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Henrique Mesquita*, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Coimbra, Coimbra Editora, 2009, pp. 59-94.
- 296.** “Obrigação de Alimentos e Registro Civil”, in *Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos*, Divisão Jurídica, Bauru (São Paulo, Brasil), Julho/Dezembro, 2006, pp. 37-76 = Centro de Estudos Notariais e Registas, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, junho de 2006, disponível em <http://www.fd.uc.pt/cenor>

2005

- 297.** “Propriedade Intelectual, Exclusivos e Interesse Público”, in *Direito Industrial*, vol. IV, Coimbra, Almedina, 2005, pp. 199-235 = *Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra*, vol. 79 (2003), pp. 293-354.
- 298.** “Invenções e genomas – O problema das patentes”, in OLIVEIRA ASCENSÃO (coord.), *Estudos de Direito da Bioética*, Coimbra, Almedina, 2005, pp. 187-234.

299. “Relatório da mesa Temática Relativa a Alimentos”, in *2.^a Bienal de Jurisprudência, Direito da Família*, Centro de Direito da Família, Coimbra Editora, Coimbra, 2005, pp. 163-168.
300. “Indignidade sucessória: a (ir)relevância da *coação* para a realização de testamento e a *ocultação dolosa* de testamento revogado pelo *de cuius* como causas de indignidade”, in *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, Vol. 81 (2005), pp. 387-440.

2004

301. “Caducidade de Acção de Investigação da Paternidade Fundada no Artigo 1817.º, N.º 1, do Código Civil – Anotação ao Acórdão do Tribunal Constitucional N.º 486/04»” in *Jurisprudência Constitucional* (Portugal), n.º 4 (Outubro/Dezembro, 2004), pp. 40-50.
302. “Aspectos sobre o cumprimento coercivo das obrigações alimentares, competência judiciária, reconhecimento e execução de decisões estrangeiras”, in *Comemorações dos 35 Anos do Código Civil e dos 25 Anos da Reforma de 1977*, Coimbra, Coimbra Editora, 2004, pp. 613-709.
303. “A Penhora de créditos na reforma processual de 2003 – Referência à penhora de depósitos bancários”, in *Themis, Revista da Universidade Nova de Lisboa* (Portugal), Ano V, n.º 9 (2004), pp. 137-206.

2003

304. “Patentes de Genes Humanos?”, in *Direito Industrial*, vol. III, Coimbra, Almedina, 2003, pp. 107-148.
305. *Direito Mineiro Angolano*, Lisboa, Edições 70, 2003 (em coautoria com o AGOSTINHO PEREIRA DE MIRANDA).
306. “Desenvolvimento Sustentável, Recursos Biológicos e Propriedade Intelectual”, in *Lusíada, Revista de Ciência e Cultura*, Série de Direito (2003), n.ºs 1 e 2, pp. 335-343.

307. “Investigação de Paternidade – Aplicação no Tempo da Lei n.º 12/98, de 12 de Maio (A Nova Presunção de Paternidade da Alínea e) do N.º 1 do Artigo 1871º do Código Civil)”, in *Ius Familiae, Revista Portuguesa de Direito da Família*, Coimbra, Coimbra Editora, n.º 1 (2003), pp. 15-39 = *Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra*, vol. 78 (2002), pp. 533-594.
308. “Algumas implicações do acordo para o pagamento em prestações da dívida exequenda apenas subscrito por um dos coexecutados litisconsortes”, in *Estudos dedicados ao Prof. Doutor Mário Júlio de Almeida Costa*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa Editora, 2003, pp. 693-721.
309. Revisão do texto em língua portuguesa do estudo da autoria do Prof. Doutor ERIK JAYME, “A Recente Evolução do Direito da Filiação na Alemanha: Considerações Comparativas”, in *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, vol. 79 (2003), pp. 217-223.

2002

310. “Patentes Biotecnológicas e Direitos de Obtentor de Variedades Vegetais”, in *Direito Industrial*, vol. II, Coimbra, Almedina, 2002, pp. 163-231.
311. “A Colação de Frutos de Bens Doados”, separata do *Volume Comemorativo do 75º Tomo do Boletim da Faculdade de Direito*, Coimbra, Coimbra Editora, 2002, pp. 323-388 = *Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra*, 2003, pp. 323-388.
312. “Investigação de Paternidade – Concubinato Duradouro e Aplicação No Tempo da Lei N.º 12/98, de 12 de Maio (A Nova Presunção de Paternidade da Alínea e) do n.º 1 do Artigo 1871º do CC)”, in *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, vol. 78 (2002), pp. 533-594.
313. Revisão da versão em língua portuguesa do estudo do Prof. Doutor ERIK JAYME, “Pós-Modernidade e Direito da Família”, in *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, vol. 78 (2002), pp. 209-221.

2001

- 314.** “Introdução ao Problema das Invenções Biotecnológicas – Algumas Considerações”, in *Direito Industrial*, vol. I, Coimbra, Almedina, 2001, pp. 201-358.
- 315.** *Patentes de Genes Humanos?*, Centro de Direito Biomédico, 4, Coimbra, Coimbra Editora, 2001 (154 págs.).
- 316.** “Locação Financeira Restitutiva (*Sale and Lease-Back*) e a Proibição dos Pactos Comissórios – Negócio Fiduciário, Mútuo e Acção Executiva”, in *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, vol. 77 (2001), pp. 575-632.
- 317.** “Legados em substituição de Legítima e a Posição Jurídica dos «Legatários» Instituídos”, in *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, vol. 77 (2001), pp. 211-290.
- 318.** “Alteração de Nome – Referências Nobiliárquicas”, in *Lusíada, Revista de Ciência e Cultura*, Série de Direito (2001), n.ºs 1 e 2, pp. 155-173.
- 319.** Conselho Dinamarquês de Ética, de 1994, intitulado «A Patenteabilidade de Genes Humanos», in J. P. REMÉDIO MARQUES, *Patentes de Genes Humanos?*, Coimbra, Centro de Direito Biomédico, 4, Coimbra Editora, 2001, pp. 61-114 (tradução e revisão técnica).

2000

- 320.** *Algumas Notas sobre Alimentos (Devidos a Menores) Versus o Dever de Assistência dos Pais Para Com os Filhos (Em Especial Filhos Menores)*, Coimbra, Coimbra Editora, 2000 (379 págs.).
- 321.** *A Penhora e a Reforma do Processo Civil — Em Especial a Penhora de Depósitos Bancários e do Estabelecimento*, Lisboa, Lex, 2000 (116 págs.).
- 322.** *Curso de Processo Executivo Comum À Face do Código Revisto*, Coimbra, Almedina, 2000 (473 págs.).

1999

323. “A comercialização de organismos geneticamente modificados e os direitos dos consumidores: alguns aspectos substantivos, procedimentais e processuais”, in *Estudos de Direito do Consumidor*, n.º 1 (1999), pp. 215-300.
324. “Falta de citação do cônjuge do executado e anulação da venda executiva nas execuções fiscais”, in *Lusíada, Revista de Ciência e Cultura*, Série de Direito, n.ºs 1 e 2 (1999), pp. 57-130.
325. “A exequibilidade do título e a exequibilidade das obrigações pecuniárias exequendas inválidas por vício de forma”, in *Lusíada, Revista de Ciência e Cultura*, Série de Direito (1999), n.º 1 e 2 (Portugal), pp. 131-148.

1998

326. “Algumas notas sobre a patenteabilidade animais e vegetais”, in *Lusíada, Revista de Ciência e Cultura*, Série de Direito, n.º 2 (1998), pp. 341-434.
327. *Curso de Processo Executivo Comum à Face do Código Revisto*, Porto, SPB Editores, 1998 (415 págs.).
328. “Em torno dos prazos de prescrição e de caducidade e o efeito interruptivo da instância – A propósito do artigo 165º da Lei Geral do Trabalho Angolana”, in *Lusíada, Revista de Ciência e Cultura*, Série de Direito (1998), n.º 1, pp. 103-155.
329. *O Novo Direito Mineiro Angolano* (em coautoria), Coimbra Reproset, 1998.

1995

330. *Direito Comercial. Introdução. Fontes. Actos de Comércio. Comerciantes. Sinais Distintivos*, Coimbra, Reproset, 1995 (859 págs.).

1994

- 331.** Anotação ao acórdão da Relação de Coimbra, de 23/06/1994 (Direito Real de Habitação Periódica – Resolução – Direito de Arrependimento), in *Revista Portuguesa de Direito do Consumo*, n.º 0 (Novembro 1994), pp. 181-184.

1993

- 332.** “A promoção de produtos e serviços e os direitos dos consumidores”, in *Revista de Direito do Consumidor* (Brasil), n.º 7 (Julho / Setembro, 1993), pp. 119-140.

1991

- 333.** *Mudança de Sexo. O Critério Jurídico*, Dissertação de Mestrado (existente nos fundos bibliográficos da Biblioteca da Faculdade de Direito, Coimbra, Biblioteca da Universidade de Coimbra e Biblioteca Nacional, 1991 (469 págs.).

- 334.** *Lei da Organização Tutelar de Menores, Anotado, Legislação Complementar, Acordos e Convenções Internacionais*, Coimbra, Coimbra Editora, 1991 (305 págs.).

1990

- 335.** “Planeamento urbanístico – Considerações acerca do regime e natureza jurídica dos seus instrumentos”, in *Tribuna da Justiça*, nova série (1990), n.ºs 4 e 5, pp. 9-60 (Portugal).

1987/1988

- 336.** “Transexualidade: O Reconhecimento Judicial da Mudança de Sexo e o Direito Português – Alguns Problemas”, in *Tribuna da Justiça* (Portugal), n.ºs 36 (1987), 37 (1987), 38 (1987), 39 (1988), 40 (1988).

O candidato é coautor de várias obras coletivas, cujos textos de que foi autor foram *supra* indicados, quais sejam:

. *Código Civil Anotado*, vol. IV, *Direito da Família*, coord. de CLARA SOTTOMAYOR, Coimbra, Almedina, 2 edições (2019-2022).

. *Código Cooperativo*, org. por 1. M.^a ELISABETE RAMOS/DEOLINDA APARÍCIO, Coimbra, Almedina, 2018.

. *Código das Sociedades Comerciais em Comentário*, 7 vols., coord. de J. M. COUTINHO DE ABREU, Coimbra, Almedina, desde 2010, tendo cada volume sido objeto de, pelo menos, duas edições.

. *Código da Propriedade Industrial Anotado*, coord. de LUÍS COUTO GONÇALVES, Coimbra, Almedina, 2021.

2. IMPACTO DE RECONHECIMENTO NACIONAL E INTERNACIONAL DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA

Alguns dos trabalhos do candidato acima identificados (em “**B.1. PRODUÇÃO CIENTÍFICA**”) têm sido amplamente reconhecidos e valorados pela sociedade, em geral, e pela comunidade jurídica nacional e internacional, em particular (designadamente no Centro de Estudos Judiciários, advocacia, atores político-legislativos, consultadoria, doutrina e jurisprudência). Evidenciam-se, seguidamente,

- (1) Algumas citações jurisprudenciais relativas às mesmas;
- (2) Integração em grupos de trabalho relacionados com reformas legislativas;
- (3) Algumas citações em outras referências oficiais e
- (4) Citações efetuadas pela doutrina portuguesa.

1) Citações jurisprudenciais

i) Jurisprudência Portuguesa:

As publicações do ora candidato/signatário (*maxime*, Direito Processual Civil, Direito da Família e Direito da Propriedade Industrial) são referidas ou citadas na jurisprudência portuguesa desde finais de 1991.

Dado ser inabarcável recensarmos todas as citações jurisprudenciais onde somos referidos (mais de 1300), de entre outras destacam-se as seguintes, de acordo com o critério da mais antiga das citações e da sua maior relevância:

a) Tribunais Judiciais

- Sentença do Tribunal Judicial da Comarca de Vila Real de Santo António, de 10/12/1991 (CURA MARIANO), in *Colectânea de Jurisprudência*, Tomo I, 1992, p. 301 ss. (transexualismo; mudança de sexo, registo civil; ação de estado).
- Ac. Relação de Guimarães, de 11/05/2003 (VIEIRA E CUNHA), proc. n.º 1524/03-2 (alimentos, menores, Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores, natureza da obrigação alimentar).
- Ac. Relação de Coimbra, de 2/12/2003 (REGINA ROSA), proc. n.º 3184/03 (execução, título executivo, cheque, quirógrafo, relação subjacente).
- Ac. Relação de Guimarães, 11/05/2003 (VIEIRA E CUNHA), proc. n.º 1524/03-2 (alimentos, menores, Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores, exigibilidade).
- Ac. Relação de Coimbra, de 20/01/2004 (HÉLDER ALMEIDA), proc. n.º 2792/03 (execução, título executivo, cheque, embargos de executado).
- Ac. Relação de Guimarães, de 31/03/2004 (CARVALHO MARTINS), proc. n.º 453/04-1 (alimentos, menores, Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores, exigibilidade).
- Ac. Relação de Guimarães, de 29/09/2004 (ANTÓNIO GONÇALVES), proc. n.º 1411/04-1 (execução, penhora, salários, cônjuge, bens comuns, separação de bens, insolvência).
- Ac. STJ, de 14/10/2004 (OLIVEIRA BARROS), proc. n.º 04B2677 (execução, nomeação de bens à penhora, conta bancária).
- Ac. Relação de Coimbra, de 11/05/2004 (JAIME FERREIRA); proc. n.º 3822/03 (partilha, colação, frutos, bens doados, conferência dos bens doados).
- Ac. Relação de Coimbra, de 25/05/2004 (ANTÓNIO PIÇARRA), proc. n.º 70/04 (alimentos, menores, Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores, montante da pensão).
- Ac. Relação de Coimbra (ANTÓNIO PIÇARRA), proc. n.º 1479/04 (execução, concurso de credores, reclamação de créditos).
- Ac. Relação de Coimbra, de 1/06/2004 (HÉLDER ROQUE), proc. n.º 1582/04 (união de facto, sucessão, casa de morada de família, posse, usucapião).
- Ac. Relação de Coimbra, de 8/06/2004 (HÉLDER ROQUE), proc. n.º 1700/03 (execução, título executivo, confissão de dívida mútua, depoimento de parte, invalidade formal, exequibilidade).
- Ac. Relação de Coimbra, de 16/11/2004 (ANTÓNIO PIÇARRA), proc. n.º 2655/04 (mútuo, resolução, título executivo, embargos de executado).
- Ac. Relação de Guimarães, de 12/01/2005 (ANTÓNIO GONÇALVES), proc. n.º 2211/04-1 (alimentos menores, Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores, exigibilidade).
- Ac. Relação do Porto, de 1/03/2005 (MÁRIO CRUZ), proc. n.º 0427011 (execução, penhora, vencimento, desconto).
- Ac. Relação de Coimbra, de 25/01/2005 (ANTÓNIO PIÇARRA), proc. n.º 3790/04 (execução, título executivo, cheque, embargos de executado).

- Ac. da Relação de Coimbra, de 1/11/2005 (HÉLDER ROQUE), proc. n.º 2680/05 (embargos de terceiro, cônjuge do executado, moratória).
- Ac. Relação de Coimbra, de 15/11/2005 (HÉLDER ROQUE), proc. n.º 2680/05 (execução, penhora, bens comuns, citação, cônjuge do executado, divórcio).
- Ac. Relação de Coimbra, de 14/12/2005 (ANTÓNIO PIÇARRA), proc. n.º 3365/05 (execução, título executivo, cópia, original).
- Ac. Relação de Guimarães, de 25/01/2006 (ANTÓNIO GONÇALVES), proc. n.º 2498/05-2 (impugnação da paternidade, alimentos, restituição de alimentos, repetição do indevido).
- Ac. Relação de Évora, de 16/03/2006 (BERNARDO DOMINGOS), proc. n.º 150/06-3 (jurisdição voluntária, caso julgado, alimentos, menores).
- Ac. Relação de Coimbra, de 7/06/2005 (RUI BARREIROS), proc. n.º 772/05 (pensão, união de facto, economia comum, herdeiro, ónus da prova).
- Ac. do Tribunal Constitucional, n.º 277/07 (ARAÚJO TORRES), de 2/05/2007(direito de remição, depósito da totalidade do preço, descendente), in *Diário da República*, n.º 117/2007, Série II, de 20/06/2007.
- Ac. Relação de Évora, de 12/10/2006 (MARIA ALEXANDRA MOURA SANTOS), proc. n.º 1722/06-3 (alimentos, maioria, Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores).
- Ac. Relação de Coimbra, de 7/11/2006 (HÉLDER ROQUE), proc. n.º 137-C/1998.C1 (execução, venda executiva, venda por negociação particular, direito de remição).
- Ac. Relação de Évora, de 25/01/2007 (EDUARDO TENAZINHA), proc. n.º 1914/06-3 (alimentos, menores, Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores, rendimento líquido, progenitor).
- Ac. Relação do Porto, de 10/02/2007 (MARQUES PEREIRA), proc. n.º 0754301 (ação de simples apreciação, interesse em agir).
- Ac. Relação de Guimarães, de 22/02/2007 (ANTÓNIO GONÇALVES), proc. n.º 186/07-2 (execução, livrança, aval, título executivo, juros).
- Ac. Relação de Guimarães, de 15/03/2007 (ANTÓNIO GONÇALVES), proc. n.º 413/07-1 (execução, embargos de executado, fundamentos, transação, erro, simulação, propriedade do meio processual).
- Ac. Relação de Coimbra, de 24/04/2007 (SILVA FREITAS), proc. n.º 728-A/2001.C1 (execução, concurso de credores, reclamação de créditos, extinção da execução, renovação da execução).
- Ac. Relação de Coimbra, de 12/03/2007 (ANTÓNIO PIÇARRA), proc. n.º 320/03.2TBCLB-C.C1 (execução, título executivo, recurso, admissibilidade de recurso).
- Ac. Relação de Coimbra, de 24/04/2007 (SILVA FREITAS), proc. n.º 279/04.9TBOFRB.C1 (execução, intervenção provocada, legitimidade processual, herança indivisa, herdeiros).
- Ac. relação de Coimbra, de 18/09/2007 (ARTUR DIAS), proc. n.º 133-D/2002.C1 (inventário, tornas, sentença homologatória, execução).
- Ac. Relação de Coimbra, de 20/11/2007 (JORGE ARCANJO), proc. n.º 34-C/2001.C1 (penhora, direito de crédito, execução contra o devedor do executado).
- Ac. Relação de Guimarães, de 25/11/2007 (ANTÓNIO GONÇALVES) proc. n.º 2204/07-2 (execução, penhora, oposição à penhora, bem de terceiro, posse, legitimidade processual).

- Ac. Relação de Évora, de 29/11/2007 (GAITO DAS NEVES), proc. n.º 1956/07-3 (alimentos, menores, Fundo de Garantia de alimentos Devidos a Menores, desconhecimento dos rendimentos do progenitor).
- Ac. Relação de Coimbra, de 11/12/2007 (HÉLDER ROQUE), proc. n.º 1832/05.9TBCVL.C1 (ação de demarcação, execução, título executivo, ação constitutiva).
- Ac. Relação de Coimbra, de 11/12/2007 (HÉLDER ROQUE), proc. n.º 448-D/1995.C1 (execução, execução para entrega de coisa certa, entrega judicial, adquirente, citação, cônjuge do executado, bens comuns).
- Ac. Relação de Coimbra, de 11/12/2007 (HÉLDER ROQUE), proc. n.º 687/06.OTBTND-A.C1 (penhora de crédito, oposição à execução, embargos de executado, execução do terceiro devedor).
- Ac. Relação de Coimbra, de 29/01/2008 (HÉLDER ROQUE), proc. n.º 124//2000.C1 (ação de despejo, exceção dilatória, reconvenção, reconvenção incidental, caso julgado).
- Ac. Relação de Coimbra, de 12/02/2008 (HÉLDER ROQUE), proc. n.º 133-B/1999.C1 (ação executiva, suspensão da instância, penhora, bens comuns, princípio do dispositivo).
- Ac. Relação de Coimbra, de 12/02/2008 (ISAÍAS PÁDUA), proc. n.º 886/06.5TBCVL-A.C1 (responsabilidades parentais, menores, alimentos, incumprimento, Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores).
- Ac. Relação de Coimbra, de 12/02/2008 (ISAÍAS PÁDUA), proc. n.º 886/06.5TBCVL-A.C1 (regulação do Poder paternal, Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores, prévia condenação do obrigado, fixação da obrigação do FGADM na sentença).
- Ac. Relação de Évora, de 14/02/2008 (MATA RIBEIRO), proc. n.º 3124/07-3 (penhora, oposição à penhora, bens de terceiro).
- Ac. Relação de Évora, de 6/03/2008 (FERNANDO BENTO), proc. n.º 3073/07-2 (estabelecimento comercial, cessão de exploração, âmbito mínimo).
- Ac. Relação de Évora, de 6/03/2018 (FILIPE MELO), proc. n.º 1344/07-2 (alimentos, menores, crime).
- Ac. Relação de Coimbra, de 1/04/2008 (FERREIRA DE BARROS), proc. n.º 514/07.1TBALB-A.C1 (embargos de terceiro, impugnação pauliana, caso julgado).
- Ac. Relação de Coimbra, de 13/05/2008 (JORGE ARCANJO), proc. n.º 372/04.8TAAND.C1 (matéria de facto, ónus da impugnação, alimentos, menores, penhora, salário mínimo nacional, execução por alimentos).
- Ac. Relação de Coimbra, de 27/05/2008 (JACINTO MECA), proc. n.º 369/05.0TMCBR-A.C1 (alimentos, menores Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores, exigibilidade, incumprimento).
- Ac. Relação de Évora, de 12/06/2008 (FERNANDO BENTO), proc. n.º 1376/08-3 (embargos de terceiro, rejeição dos embargos, despacho liminar, prazo, extemporaneidade).
- Ac. Relação de Coimbra, de 17/06/2008 (JAIME FERREIRA), proc. n.º 230/07.4TMCBR-B.C1 (regulação do poder paternal, fixação de alimentos).
- Ac. Relação de Coimbra, de 17/06/2008 (JAIME FERREIRA), proc. n.º 230/07.4TMCBR-B.C1 (responsabilidades parentais, alimentos, menores, desconhecimento dos rendimentos do obrigado).
- Ac. Relação de Coimbra, de 24/06/2008 (JACINTO MECA), proc. n.º 29-A/2000.C1 (alimentos, menores, Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores, cálculo, sub-rogação).
- Ac. Relação de Coimbra, de 8/07/2008 (HÉLDER ROQUE), proc. n.º 85/06.6TBLRA.C1 (compensação, reconvenção, exceção perentória).

- Ac. Relação de Coimbra, de 14/10/2008 (SÍLVIA PIRES), proc. n.º 5174/03.6TB AVR-E.C1 (execução, embargos de terceiro, penhora, estabelecimento comercial).
- Ac. Relação de Coimbra, de 21/10/2008 (HÉLDER ROQUE), proc. n.º 699/06.4TBAND-A.C1 (venda executiva, imóvel, hipoteca, caducidade).
- Ac. Relação de Coimbra, de 20/11/2008 (JACINTO MECA), proc. n.º 232/08.3YRCBR (revisão de sentença estrangeira, divórcio, interesse processual).
- Ac. Relação de Lisboa, de 4/12/2008 (MÁRCIA PORTELA), proc. n.º 8155/2008-6 (alimentos devidos a menores, Fundo de Garantia).
- Ac. STJ, de 19/02/2009 (PIRES DA ROSA), proc. n.º 07B4427 (declaração de dívida, mútuo; título executivo).
- Ac. Relação de Coimbra, de 5/05/2009 (SÍLVIA PIRES), proc. n.º 68/06.6TB AVR.C1 (responsabilidade civil, autoestrada, princípio do dispositivo, matéria de facto, ónus de alegação, factos essenciais).
- Ac. Relação de Coimbra, de 5/05/2009 (ARTUR DIAS), proc. n.º 930/08.1TB PBL-A.C1 (título executivo, execução, injunção, fórmula executória, oposição à execução, embargos de executado).
- Ac. Relação de Coimbra, de 23/06/2009 (TELES PEREIRA), proc. n.º 1000/06.2TBCNT.C1 (investigação da paternidade, prazo, inconstitucionalidade material, lei nova, disposições transitórias).
- Ac. Relação de Coimbra, de 23/06/2009 (ISABEL FONSECA), proc. n.º 238-A/2001.C1 (alimentos, menores, incumprimento, legitimidade processual).
- Ac. Relação de Coimbra, de 8/09/2009 (TELES PEREIRA), proc. n.º 1589/08.1TBGRD.C1 (transação, contrato de transação, caso julgado, exceção dilatatória).
- Ac. Relação de Coimbra, de 15/09/2009 (TÁVORA VÍTOR), proc. n.º 236/08.6TBCLB (matéria de facto, casamento, proveito comum).
- Ac. Relação de Lisboa, de 17/09/2009 (MÁRCIA PORTELA), proc. n.º 131-D/2000.L1-6 (alimentos, prescrição, alteração, sentença).
- Ac. Relação de Guimarães, de 15/12/2009 (ROSA TCHING), proc. n.º 1798/07.0TBFLG.G1 (propriedade industrial, desenho ou modelo, nulidade, exceção, prova, ónus da prova).
- Ac. Relação de Coimbra, de 19/01/2010 (MARTINS DE SOUSA), proc. n.º 160/08.2TBFCR-C.C1 (competência em razão da matéria, personalidade jurídica, título executivo, oposição à execução, embargos de executado).
- Ac. Relação de Coimbra, de 9/02/2010 (TELES PEREIRA), proc. n.º 772/06.9TBLRA.C1 (marca, capacidade distintiva, *secondary meaning*, licença).
- Ac. Relação de Coimbra, de 2/03/2010 (TELES PEREIRA), proc. n.º 736/04.7TBCTB-A.C1 (competência, competência em razão da matéria, acidente de viação, tribunal judicial, tribunal administrativo, questão incidental).
- Ac. Relação de Guimarães, de 23/03/2010 (ANTÓNIO FIGUEIREDO DE ALMEIDA), proc. n.º 484/05.0TCGMR.G1 (alimentos, maioridade, prova, ónus da prova).
- Ac. Relação de Coimbra, de 13/04/2010 (ANTÓNIO BARREIRA), proc. n.º 843/06.1TB PMS-A.C1 (execução, título executivo, cheque, quirógrafo, relação subjacente).
- Ac. Relação de Coimbra, de 4/05/2010 (TÁVORA VÍTOR), proc. n.º 538/03.8TBTNV-E.C1 (alimentos, menores, incumprimento, Ministério Público, promoção, Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores).
- Ac. Relação de Lisboa, de 20/05/2010 (VAZ GOMES), proc. n.º 524/06.TBLNH.L1-2 (ação de simples apreciação; escritura pública; justificação notarial; articulados).

- Ac. Relação de Évora, de 26/05/2010 (MATA RIBEIRO), proc. n.º 403/06.7TBGDL.E1 (concentração da defesa, revelia operante, exceção dilatória, legitimidade processual).
- Ac. Relação de Coimbra, de 19/10/2010 (PEDRO MARTINS), proc. n.º 5097/07.0TBVIS-A.C1 (execução, título executivo, cheque, quirógrafo, relação subjacente).
- Ac. Relação de Coimbra, de 26/10/2010 (JUDITE PIRES), proc. n.º 1054/05.9TBCBR.C1 (sucessão, indignidade sucessória, testamento, incapacidade sucessória, ocultação dolosa).
- Ac. Relação de Guimarães, de 2/11/2010 (TERESA PARDAL), proc. n.º 614/08.0TMBRG.G1 (alimentos devidos a menores, ónus da prova).
- Ac. Relação de Coimbra, de 23/11/2010 (ANTÓNIO BEÇA PEREIRA), proc. n.º 469/10.5TBCVL-A.C1 (base instrutória, fundamentação, nulidade processual, falta de fundamentação, direito de retenção, causa de pedir).
- Ac. Relação de Coimbra, de 30/11/2010 (ANTÓNIO BEÇA PEREIRA), proc. n.º 1143/08.8TBLRA.C1 (poderes da Relação, matéria de facto, gravação da prova).
- Ac. Relação de Guimarães, de 3/12/2010 (RAMOS LOPES), proc. n.º 1219/19.6T8PRT-A.G1 (articulado superveniente, alteração da causa de pedir).
- Ac. Relação de Coimbra, de 21/12/2010 (JOSÉ EUSÉBIO ALMEIDA), proc. n.º 64/10.9TBSCD-A.C1 (execução, concurso de credores, hipoteca, juros).
- Ac. Relação de Coimbra, de 11/01/2011 (TELES PEREIRA), proc. n.º 146/08.7TBSAT.C1 (investigação da paternidade, prazo, inconstitucionalidade, caducidade da ação).
- Ac. Relação de Coimbra, de 25/01/2011 (ANTÓNIO BEÇA PEREIRA), proc. n.º 307/09.1TBSRT.C1 (mútuo, abuso de direito, cláusula contratual geral, causa de pedir).
- Ac. Relação de Coimbra, de 15/02/2011 (CARLOS MOREIRA), proc. n.º 2393/04.1TBAGD-E.C1 (divórcio, casa de morada de família, jurisdição voluntária, compensação de créditos, reconvenção).
- Ac. Relação de Coimbra, de 2/03/2011 (BARATEIRO MARTINS), proc. n.º 1749/07.2TBAVR-A.C1 (execução, título executivo, letra de câmbio, prescrição, quirógrafo).
- Ac. Relação de Coimbra, de 22/03/2011 (ARTUR DIAS), proc. n.º 827/00.3TBPBL-B.C1 (execução, título executivo, Fundo de Garantia Automóvel, sub-rogação, transação, sentença homologatória).
- Ac. Relação de Coimbra, de 22/03/2011 (PEDRO MARTINS), proc. n.º 158/09.3TBVZL.C1 (ação de simples apreciação negativa, prova, ónus da prova, repartição do ónus da prova).
- Ac. relação de Évora, de 31/03/2011 (BERNARDO DOMINGOS), proc. n.º 368-C/1998.E1 (alimentos, menores, impossibilidade de cumprimento, dignidade humana, jurisdição voluntária).
- Ac. Relação de Coimbra, de 10/05/2011 (PEDRO MARTINS), proc. n.º 2275/10.8TBVIS.C1 (locação financeira, procedimento cautelar, providência antecipatória, princípio da proporcionalidade).
- Ac. Relação de Coimbra, de 24/05/2011 (PEDRO MARTINS), proc. n.º 91/2002.C1 (ação de simples apreciação negativa, ónus da prova, prova, repartição do ónus da prova, justificação notarial).
- Ac. Relação de Coimbra, de 3/05/2011 (FRANCISCO CAETANO), proc. n.º 223/06.9TMCBR-D.C1 (alimentos, menores, cessação da obrigação, maioridade).

- Ac. Relação do Porto, de 21/06/2011 (M. PINTO DOS SANTOS), proc. n.º 1438/08.0TMPRT.P1 (pensão de alimentos a favor do menor, impossibilidade de prestar alimentos, ónus da prova, ausência em parte incerta).
- Ac. Relação de Coimbra, de 21/06/2011 (TELES PEREIRA), proc. n.º 89/06.9TBTMR.C1 (contrato promessa, execução específica, prova, ónus da prova, facto impeditivo, facto constitutivo, poderes da Relação, matéria de facto).
- Ac. Relação do Porto, de 27/06/2011 (ABÍLIO COSTA), proc. n.º 1574/09.6TMPRT.P1 (alimentos devidos a menores, rendimentos desconhecidos do requerido).
- Ac. Relação de Coimbra, de 28/06/2011 (TELES PEREIRA) proc. n.º 1606/08.5TBVIS-A.C1 (compra e venda, prova, prova testemunhal, matéria de facto, poderes da Relação).
- Ac. Relação de Évora, de 30/06/2011 (BERNARDO DOMINGOS), proc. n.º 318/10.4TBLL.E1 (assembleia de condóminos, ata, título executivo).
- Ac. Relação de Coimbra, de 12/07/2011 (TELES PEREIRA), proc. n.º 504/10.7TBGRD.C1 (ação de reivindicação, caso julgado, ação de demarcação, autoridade do caso julgado).
- Ac. STJ, de 27/09/2011 (GREGÓRIO SILVA JESUS), proc. n.º 4393/08.3TBAMD.L1.S1 (alimentos devidos a menores, regulação do poder paternal, interesse superior da criança, alimentos).
- Ac. Relação de Coimbra, de 8/11/2011 (TELES PEREIRA), proc. n.º 355/07.6TBOFR.C1 (baldios, lei interpretativa, poderes da Relação, matéria de facto).
- Ac. Relação de Guimarães, de 29/11/2011 (ISABEL ROCHA), proc. n.º 4595/10.2TBBERG.G1 (execução, venda executiva, direito de remição, direito de preferência, notificação).
- Ac. Relação de Lisboa, de 6/12/2011 (TOMÉ RAMIÃO), proc. n.º 3464/08.0TBAMD.L1-6 (alimentos devidos a menores, regulação do poder paternal, progenitores, ausência, ónus da prova, Fundo de Garantia).
- Ac. Relação de Coimbra, de 13/12/2011 (JUDITE PIRES), proc. n.º 21/10.5TBVLF-A.C1 (execução, título executivo, injunção, fórmula executória, embargos de executado, oposição à execução, tutela jurisdicional efetiva).
- Ac. Relação do Porto, de 10/01/2012 (M. PINTO DOS SANTOS), proc. n.º 42/04.7TBCHV-A.P1 (obrigação de alimentos, fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores, maioridade).
- Ac. Relação de Coimbra, de 4/02/2012 (HENRIQUE ANTUNES), proc. n.º 5298/08.3TBLRA-B.C1 (insolvência, graduação de créditos, hipoteca, direito de retenção).
- Ac. Relação de Coimbra, de 6/03/2012 (TELES PEREIRA), proc. n.º 1994/09.6TBVIS.C1 (matéria de facto, poderes da Relação, valor probatório, declaração negocial).
- Ac. Relação de Coimbra, de 6/03/2012 (FRANCISCO CAETANO), proc. n.º 3170/09.9TBVIS.C1 (ação de demarcação, reivindicação, litigância de má fé, causa de pedir, venda executiva, erro, anulação).
- Ac. STJ, de 20/03/2012 (JOÃO TRINDADE), proc. n.º 2213/09.0TMPRT.P1.S1 (responsabilidades parentais, alimentos devidos a menores, obrigação de alimentos, ónus da prova).
- Ac. Relação de Coimbra, de 17/04/2012 (HENRIQUE ANTUNES), proc. n.º 188/2001.C1 (inventário, licitação, relação de bens).

- Ac. Relação de Coimbra, de 24/04/2012 (ANTÓNIO BEÇA PEREIRA), proc. n.º 219/10.6T2VGS.C1 (recurso de apelação, matéria de facto, economia processual, causa de pedir).
- Ac. Relação de Coimbra, de 24/04/2012 (MOREIRA DO CARMO), proc. n.º 169/10.6TBCSC-B.C1 (execução, título executivo, documento particular, cheque, mútuo, nulidade, exequibilidade, quirógrafo).
- Ac. Relação de Guimarães, de 26/04/2012 (AMÍLCAR ANDRADE), proc. n.º 562/06.9TBVCT-C.G1 (execução, penhora, bens comuns, cônjuge do executado, citação, embargos de terceiro, divórcio).
- Ac. STJ, e 15/05/2012 (ALVES VELHO), proc. n.º 2792/08.0TBAMD.L1.S1 (alimentos devidos a menores, prestações devidas).
- Ac. Relação de Coimbra, de 29/05/2012 (ANTÓNIO BEÇA PEREIRA), proc. n.º 160074/11.0YIPRT.C1 (pagamento, ónus da prova, matéria de facto, ónus da impugnação).
- Ac. Relação de Coimbra, de 29/05/2012 (ANTÓNIO BEÇA PEREIRA), proc. n.º 37/11.4TBMDC.C1 (admissão por acordo, matéria de facto, causa de pedir, recurso).
- Ac. Relação de 12/06/2012 (FRANCISCO CAETANO), proc. n.º 933/06.0TBSCD.C1 (usucapião, posse, bens comuns, inventário, factos instrumentais).
- Ac. Relação de Coimbra, de 20/06/2012 (HENRIQUE ANTUNES), proc. n.º 3232/10.0T2AGD-B.C1 (execução, penhora, princípio da proporcionalidade, impenhorabilidade, oposição à penhora).
- Ac. Relação de Coimbra, de 20/06/2012 (JUDITE PIRES), proc. n.º 2837/11.6TBVIS.C1 (alimentos, menores, litisconsórcio necessário, progenitores, medida dos alimentos).
- Ac. Relação de Coimbra, de 26/06/2012 (ARLINDO OLIVEIRA), proc. n.º 366-C/2002.C1 (penhora, direito de remição, concurso de descendentes).
- Ac. Relação de Coimbra, de 11/07/2012 (TELES PEREIRA), proc. n.º 482/09.5TBTMR.C1 (empreitada, poderes da Relação, matéria de facto, pagamento, ónus da prova).
- Ac. Relação de Guimarães, de 11/07/2021 (ARAÚJO DE BARROS), proc. n.º 676/07.8TBPVL.G1 (filiação, legitimidade processual, impugnação da paternidade, investigação da paternidade, cumulação de pedidos).
- Ac. Relação de Coimbra, de 3/07/2012 (ANTÓNIO BEÇA PEREIRA), proc. n.º 4586/10.3T2AGD.C1 (ónus da impugnação, exceções, contestação).
- Ac. Relação de Coimbra, de 11/09/2012 (TELES PEREIRA), proc. n.º 113/09.3TBSBG.C2 (matéria de facto, poderes da Relação, ação de reivindicação, ónus da prova).
- Ac. Relação de Coimbra, de 18/09/2012 (REGINA ROSA), proc. n.º 292/11.0TBFVN.C1 (união de facto, pensão por morte, exceção dilatória, alimento, interesse em agir).
- Ac. STJ, de 25/10/2012 (FONSECA RAMOS), proc. n.º 5136/09.OTVLSB-A.L1.S2 (título executivo, título extrajudicial, embargos de executado, exequibilidade).
- Ac. Relação do Porto, de 15/11/2012 (JOSÉ FERRAZ), proc. n.º 7737/10.4TBVNG.P1 (responsabilidades parentais, alimentos).
- Ac. Relação de Coimbra, de 11/12/2012 (LUÍS CRAVO), proc. n.º 46/09.3TBNLS-A.C1 (alimentos, menores, Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores).
- Ac. Relação de Guimarães, de 22/01/2013 (MARIA DA PURIFICAÇÃO CARVALHO), proc. n.º 3090/07.1TBVCT-D.G1 (execução, direito de retenção, embargos de terceiro, concurso de credores).

- Ac. Relação do Porto, de 29/01/2013 (HENRIQUE ARAÚJO), proc. n.º 2424/09.9TMPRT-A.P1 (alimentos devidos a menores, progenitor obrigado à prestação ausente, fixação da pensão de alimentos).
- Ac. Relação de Coimbra, de 12/03/2013 (MOREIRA DO CARMO), proc. n.º 648/12.0TBTNV-A.C1 (responsabilidades parentais, menor, alimentos).
- Ac. Relação de Coimbra, de 18/03/2014 (SÍLVIA PIRES), proc. n.º 556/12.5BTMTR-A.C1 (caso julgado, limites, questão prejudicial, autoridade do caso julgado, compensação, reconvenção, exceção).
- Ac. Relação de Coimbra, de 16/04/2013 (HENRIQUE ANTUNES), proc. n.º 3234/09.9T2AGD-C.C1 (ação executiva, penhora, limites, oposição à penhora, princípio da proporcionalidade).
- Ac. STJ, de 8/05/2013 (LOPES DO REGO), proc. n.º 1015/11.9TMPRT.P1.S1 (alimentos devidos a menores, fixação judicial, progenitor ausente em parte incerta, etc.).
- Ac. STJ, de 15/05/2013 (GREGÓRIO SILVA JESUS), proc. n.º 7860/06.0TBCSC.L1.S1 (propriedade industrial, insígnia do estabelecimento, marcas, licença, forma escrita, registo, falta de registo, validade, inoponibilidade do negócio, etc.).
- Ac. Relação de Guimarães, de 16/05/2013 (CARVALHO GUERRA), proc. n.º 642/2000.G1 (propriedade industrial, direito de marca, licença, município, empresa municipal).
- Ac. Relação de Guimarães, de 21/05/2013 (EDGAR GOUVEIA VALENTE), proc. n.º 472/8.5TBMNC-A.G1 (execução, oposição à execução, embargos de executado, fundamentos, título executivo, injunção).
- Decisão da Relação de Guimarães, de 19/06/2013 (RAQUEL REGO), proc. n.º 3718/12.1TBBCL.G1 (conflito de competência, alimentos devidos a maiores, incidente de alteração, apenso),
- Ac. Relação de Coimbra, de 10/09/2013 (HENRIQUE ANTUNES), proc. n.º 1136/11.8TBGRD.C1 (contato de seguro, seguro de grupo, prova, declarações de parte).
- Ac. Relação de Coimbra, de 22/10/2013 (FONTE RAMOS) proc. n.º 2441/10.6TBPBL-A.C1 (alimentos, menores, Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores, cálculo da prestação).
- Ac. Relação de Évora, de 31/10/2013 (CRISTINA CERDEIRA), proc. n.º 257/06.3TBORQ-B.E1 (alimentos, menores, fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores, atualização da prestação).
- Ac. Relação de Coimbra, de 5/11/2013 (FREITAS NETO), proc. n.º 31/12.8TBOLR.C1 (alimentos, menores, Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores, pressupostos, rendimento, cálculo).
- Ac. Relação de Évora, de 14/11/2013 (JOSÉ LÚCIO), proc. n.º 292/07.4TMSTB-C.E1 (alimentos, menores, Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores, cálculo).
- Ac. Relação de Coimbra, de 15/11/2013 (LUÍS CRAVO), proc. n.º 718/11.2TMCBR-A.C1 (alimentos, menores, providência cautelar, fundamentação, nulidade, jurisdição voluntária, alteração das circunstâncias).
- Ac. Relação de Guimarães, de 10/12/2013 (FILIPE CAROÇO), proc. n.º 290/08.0TBMNC-E.G1 (alimentos, menores, Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores, sub-rogação, montante da pensão).
- Ac. Relação de Coimbra, de 13/12/2013 (TELES PEREIRA), proc. n.º 217/12.5TBSAT.C1 (legitimidade processual, litisconsórcio necessário, petição inicial, pedido implícito).
- Ac. Relação de Coimbra, de 3/12/2013 (JAIME FERREIRA), proc. n.º 4791/10.2TBLRA.C1,

- Ac. Relação de Guimarães, de 23/01/2014 (HELENA MELO), proc. n.º 114/12.4TBPTL.G1 (sócio, direito à informação, inquérito judicial, cumulação de pedidos).
- Ac. relação de Lisboa, de 6/02/2014 (JORGE LEAL), proc. n.º 866/13.4YRLSB-2 (direito de patente; arbitragem necessária; medicamento genérico; infração; doutrina dos equivalentes).
- Ac. Relação de Évora, de 13/02/2014 (ASSUNÇÃO RAIMUNDO), proc. n.º 1107/10.1TBBJA-C.E1 (alimentos, menores, Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores, sub-rogação)
- Ac. Relação de Guimarães, de 20/02/2014 (HELENA MELO), proc. n.º 438-B/2001.G1 (alimentos, menores, homologação, maioria, incidente, apenso).
- Ac. Relação de Coimbra, de 25/02/2014 (SÍLVIA PIRES), proc. n.º 3920/12.6T2AGD-A.C1 (execução, título executivo, ónus de alegação, letra de câmbio, quírografo, documento particular, relação subjacente).
- Ac. Relação de Guimarães, de 13/03/2014 (FERNANDO FERNANDES FREITAS), proc. n.º 3003/10.3TBGMR-B.G1 (Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores, montante da pensão, limites da responsabilidade).
- Ac. Relação de Coimbra, de 18/03/2014 (SÍLVIA PIRES), proc. n.º 556/12.5TBTMR-A.C1 (caso julgado, eficácia, limites, questão prejudicial, etc.).
- Ac. Relação de Évora, de 10/04/2014 (MARIA ALEXANDRA SANTOS), proc. n.º 104/12.7TBSTR-B.E1-A (injunção, fórmula executória, título executivo, oposição à execução, fundamentos, embargos de executado).
- Ac. Relação de Évora, de 27/03/2014 (ACÁCIO NEVES), proc. n.º 36-F/2000.E1 (alimentos, menores, Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores, montante da pensão, incumprimento das responsabilidades parentais).
- Ac. Relação de Guimarães, de 10/04/2014 (ANTÓNIO SANTOS), proc. n.º (articulado superveniente).
- Ac. Relação de Guimarães, de 15/09/2014 (MARIA DA PURIFICAÇÃO CARVALHO), proc. n.º 1190/12.5TBGMR.G1 (prova, meios de prova, depoimento de parte, gravação, contrato de adesão, dever de informar).
- Ac. Relação de Coimbra, de 16/09/2014 (MARIA JOÃO AREIAS), proc. n.º 935/10.2TJCBR.C1 (penhora, bens comuns, separação de bens, meações, tornas, hipoteca).
- Ac. Relação de Coimbra, de 14/10/2014 (ARLINDO OLIVEIRA), proc. n.º 90/10.8TBPNL-B.C1 (execução, venda executiva, venda por propostas em carta fechada, formalidades, prazo).
- Ac. Relação de Coimbra, de 20/01/2015 (MARIA JOÃO AREIAS), proc. n.º 405/09.1TBCNT.C1 (alimentos, menores, Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores, compensação, progenitores).
- Ac. Relação do Porto, de 15/05/2014 (MADEIRA PINTO), proc. n.º 1860/08.2TBPRD-4.P1 (Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores, pensão de alimentos a favor de menor).
- Ac. Relação de Évora, de 10/07/2014 (ACÁCIO ANDRÉ PROENÇA), proc. n.º 313/11.6TTFAR.E1 (junção de documentos, recurso, contrato de trabalho, litigância de má fé).
- Ac. da Relação de Lisboa, de 2/10/2014 (ILÍDIO SACARRÃO), proc. n.º 6420/11.8TCLRS-D.L1-8 (alimentos; legitimidade; maioria; sub-rogação; incumprimento de responsabilidades parentais).

- Ac. Relação de Évora, de 6/11/2014 (MATA RIBEIRO), proc. n.º 53/14.4TBFAL-B.E1 (prestação de caução, hipoteca voluntária, garantia real).
- Ac. Relação de Guimarães, de 10/11/2014 (ANTÓNIO BEÇA PEREIRA), proc. n.º 1258/11.5TBPTL-A.G1 (matéria de facto, impugnação da matéria de facto, poderes da Relação, gravação).
- Ac. Relação de Coimbra, de 10/02/2015 (HENRIQUE ANTUNES), proc. n.º 927/03.8TBFND-A.C2 (prova, prova pericial, perito, declarações de parte).
- Ac. Relação de Guimarães, de 10/02/2015 (FALCÃO DE MAGALHÃES), proc. n.º 1478/07.7TBLRA-C.C1 (alimentos; Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores; limites da obrigação do Fundo).
- Ac. STJ, de 19/03/2015 (FERNANDA ISABEL PEREIRA), proc. n.º 252/08.8TBSRP-B-A.E1.S1-A – uniformização de jurisprudência (Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores, responsabilidades parentais, sub-rogação), in *Diário da República*, n.º 85/2015, Série I, de 4 de maio de 2015.
- Ac. Relação de Guimarães, de 19/03/2015 (ANA CRSITINA DUARTE), proc. n.º 410/14.6T8BCL-C.G1 (alimentos, menores, maioria, sub-rogação, título executivo, legitimidade processual, execução).
- Ac. Relação de Coimbra, de 24/03/2015 (JORGE ARCANJO), proc. n.º 1014/08.8TMCBR-M.C1 (alimentos devidos a menores, pensão, progenitor desempregado).
- Ac. STJ, Uniformização de Jurisprudência n.º 5/2015, de 4/05/2015 (Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores, montante máximo da pensão).
- Ac. Relação de Coimbra, de 21/04/2015 (MARIA INÊS MOURA), proc. n.º 1503/13.2TBLRA.C1 (alimentos, maioria, cessação).
- Ac. Relação de Coimbra, de 21/04/2015 (HENRIQUE ANTUNES), proc. n.º 3486/12.7TBLRA.C1 (anulação de decisão arbitral, arbitragem, direito à prova, livre apreciação da prova).
- Ac. Relação de Coimbra, de 19/05/2015 (LUÍS CRAVO), proc. n.º 4865/12.5TBLRA-D.C1 (alimentos, menores, incumprimento, descontos, pensão de invalidez, impenhorabilidade, rendimento social de inserção, Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores).
- Ac. Relação de Coimbra, de 8/09/2015 (HENRIQUE ANTUNES); proc. n.º 10562/12.4TCLRS.C1 (declaração negocial, prova, consciência, ónus da prova, depoimento de parte, litigância de má fé, declarações de parte).
- Ac. Relação de Guimarães, de 8/10/2015 (MIGUEL BALDAIA MORAIS), proc. n.º 622/14.2TBPTL.G1 (alimentos, menores, competência, tribunal de família e menores, maioria).
- Ac. Relação de Évora, de 17/12/2015 (MATA RIBEIRO), proc. n.º 309/14.6TBABT.E1 (personalidade judiciária, exceção dilatória, sociedade comercial, liquidação de sociedade).
- Ac. Relação do Porto, de 12/01/2016 (TOMÉ RAMIÃO), proc. n.º 140/14.9T8VFR.P1 (caso julgado, autoridade de caso julgado, fundamentos, sentença, exceção dilatória).
- Ac. STJ, de 19/01/2016 (GABRIEL CATARINO), proc. n.º 126/12.8TBPTL.G1.S1 (caso julgado, eficácia, terceiro, direito de propriedade).
- Ac. Relação do Porto, de 26/01/2016 (TOMÉ RAMIÃO), proc. n.º 98/13.1TBPVZ.P1 (execução, venda executiva, bens próprios, ação de reivindicação, embargos de terceiro, dívidas conjugais).

- Ac. Relação de Guimarães, de 28/01/2016 (FRANCISCA MENDES), proc. n.º 806/14.3T8CHV-F.G1 (execução, título executivo, sentença condenatória, assembleia de condóminos, condóminos, legitimidade processual, personalidade judiciária).
- Ac. Relação do Porto, de 1/01/2016 (JERÓNIMO FREITAS), proc. n.º 1673/14.2T8MTS.P1 (legitimidade processual, contrato de trabalho, ação de simples apreciação).
- Ac. Relação de Évora, de 23/02/2016 (SÍLVIO SOUSA), proc. n.º 6047/14.2T8ENT.E1 (título executivo, documento particular, sucessão de leis no tempo).
- Ac. Relação de Évora, de 23/02/2016 (SÍLVIO SOUSA), proc. n.º 1334/12.7TBFAR.E1 (executado, cónjuge, citação, venda executiva).
- Ac. Relação de Guimarães, de 3/03/2016 (JORGE SEABRA), proc. n.º 3759/03.0TBBCL.G1 (concordata, usucapião, posse, competência internacional, matéria de facto, poderes da Relação).
- Ac. Relação de Lisboa, de 12/05/2016 (MARIA AMÉLIA MEIXOEIRA), proc. n.º 332/15.3YHLSB.L1-8 (direito de patente, certificado complementar de proteção, autorização de introdução no mercado).
- Ac. Relação de Coimbra, de 31/05/2016 (MARIA JOÃO AREIAS), proc. n.º 7033/14.8T8CBR-A.C1 (cumulação de pedidos, ineptidão, caso julgado, gestão processual, contraditório).
- Ac. Relação do Porto, de 31/05/2016 (TOMÉ RAMIÃO), proc. n.º 5440/15.8T8PRT-C.P1 (legitimidade substantiva, legitimidade processual, litisconsórcio, litisconsórcio necessário, contato de seguro, intervenção principal, seguradora).
- Ac. Relação do Porto, de 14/06/2016 (TOMÉ RAMIÃO), proc. n.º 341/15.2T8OBR.P1 (divórcio, poderes da Relação, matéria de facto).
- Ac. Relação do Porto, de 28/06/2016 (LUÍS CRAVO), proc. n.º 3850/11.9TBSTS-A.P1 (alimentos, menores, medida dos alimentos, responsabilidades parentais).
- Ac. Relação de Lisboa, de 30/06/2016 (ROSA RIBEIRO COELHO), proc. n.º 30819/09.0T2SNT-A.L1-7 (alimentos devidos a menores, alteração de responsabilidades parentais, obrigação de prestar alimentos, poderes do tribunal).
- A. do STJ, de 14/07/2016 (CLARA SOTTOMAYOR), proc. n.º 3446/14.3TBSXL.L1.S1 (responsabilidade contratual; responsabilidade civil por factos ilícitos; tutela da personalidade).
- Ac. Relação de Lisboa, de 5/04/2016 (JOÃO RAMOS DE SOUSA), proc. n.º 1343/12.6TCLRS-A.L1-1 (regulação de responsabilidades parentais, alimentos).
- Ac. Relação de Évora, de 6/10/2016 (TOMÉ DE CARVALHO), proc. n.º 979/13.2TBFAR.E1 (propriedade, usucapião, causa de pedir).
- Ac. Relação do Porto, de 17/10/2016 (MANUEL DOMINGOS FERNANDES), proc. n.º 7733/14.2T8PRT-A.P1 (execução, legitimidade processual, transmissão do crédito, cessão de créditos, legitimidade processual passiva, cessionário).
- Ac. Relação de Évora, de 20/10/2016 (TOMÉ DE CARVALHO), proc. n.º 474/14.2T8FAR.E1 (ação de preferência, prova, ónus da prova, declarações das partes).
- Ac. Relação de Évora, de 20/10/2016 (TOMÉ RAMIÃO), proc. n.º 1020/11.5TBELV.E1 (nulidade de sentença, matéria de facto, causa de pedir, caso julgado).
- Ac. Relação de Évora, de 3/11/2016 (TOMÉ RAMIÃO), proc. n.º 1774/13.4TBLLE.E1 (nulidade de sentença, ambiguidade).
- Ac. STJ, de 14/12/2016 (LOPES DO REGO), proc. n.º 1248/14.6YRLSB.S1 (propriedade industrial, patentes, medicamentos genéricos, autorização para a introdução no

- mercado, tribunal arbitral necessário, exceção de nulidade da patente, exceção de nulidade da patente, competência incidental).
- Ac. Relação de Coimbra, de 9/01/2017 (JORGE MANUEL LOUREIRO), proc. n.º 4208/15.6T8PBL-A.C1 (falta de pagamento, prestações vencidas, credor, garantia, renúncia, causa de pedir, execução).
 - Ac. Relação de Lisboa, de 19/01/2017 (MARIA TERESA ALBUQUERQUE), proc. n.º 3583/16.0T8SNT.L1-2 (usucapião, interesse em agir)
 - Ac. Relação de Évora, de 26/01/2017 (CONCEIÇÃO FERRIRA), proc. n.º 966/15.6T8SLV.E1 (título executivo, sentença, ação de simples apreciação).
 - Ac. Relação do Porto, de 6/03/2017 (MIGUEL BALDAIA DE MORAIS), proc. n.º 632/14.0T8VNG.P1 (alimentos, menores, maioria, prova, junção de documento, prova documental, matéria de facto, poderes da Relação).
 - Ac. Relação de Évora, de 9/03/2017 (TOMÉ RAMIÃO), proc. n.º 926/10.3TBRR-B.E1 (responsabilidades parentais, alimentos, menores, alteração de alimentos).
 - Ac. Relação de Coimbra, de 4/04/2017 (CARLOS MOREIRA), proc. n.º 870/12.0TBLMG-F.C1 (insolvência, restituição de bens, pedido, caso julgado, sentença, litigância de má fé).
 - Ac. Relação de Évora, de 27/04/2017 (TOMÉ RAMIÃO), proc. n.º 199/14.9TBSTR.E1 (partilha em vida, nulidade, posse, forma legal, matéria de facto, poderes da Relação).
 - Ac. Relação do Porto, de 27/04/2017 (CECÍLIA AGANTE), proc. n.º 395/12.3TBVLC-H.P1 (alimentos, menores, maioria, exigibilidade).
 - Ac. Relação de Coimbra, de 9/05/2017 (MARIA JOÃO AREIAS), proc. n.º 965/16.0T8LRA-D.C1 (insolvência, apreensão de bens, bens comuns, citação do cônjuge, separação de bens, meações).
 - Ac. Relação do Porto, de 1/06/2017 (FILIPE CAROÇO), proc. n.º 35/16.1T8AMT-A.P1 (insolvência, recurso de apelação, matéria de facto, poderes da Relação).
 - Ac. Relação de Évora, de 8/06/2017 (TOMÉ RAMIÃO), proc. n.º 639/15.0T8ELV-A.E1 (insolvência, reclamação de créditos, bens comuns, apreensão, venda).
 - Ac. Relação de Évora, de 8/06/2017 (TOMÉ DE CARVALHO), proc. n.º 573/14.0T2STC-A.E1 (compensação de créditos, sentença condenatória não transitada, título executivo).
 - Ac. Relação de Coimbra, de 28/06/2017 (MARIA JOÃO AREIAS), proc. n.º 648/12.0TBTNV-A.C1 (execução, bens comuns, penhora, direito à meação, registo da penhora, divórcio).
 - Ac. Relação de Coimbra, de 20/06/2017 (DOMINGOS PIRES ROBALO), proc. n.º 2519/15.0T8CBR-A.C1 (execução, título executivo, letra, aval, preenchimento).
 - Ac. Relação de Guimarães, de 11/07/2017 (ANTÓNIO FIGUEIREDO DE ALMEIDA), proc. n.º 3388/15 (hipoteca, garantias pessoais, declarações de parte, prova testemunhal), in -
 - Ac. Relação do Porto, de 12/07/2017 (ARISTIDES RODRIGUES DE ALMEIDA), proc. n.º 1017/16.9T8GDM-B.P1 (alimentos, menores, Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores, incumprimento, intervenção principal).
 - Ac. Relação de Coimbra, de 26/09/2017 (MARIA JOÃO AREIAS), proc. n.º 1092/16.6T8LMG.C1 (alimentos, maioria, prolongamento da obrigação, cessação da obrigação).
 - Ac. Relação de Évora, de 28/09/2017 (TOMÉ RAMIÃO), proc. n.º 1608/16.8T8FAR.E1 (ineptidão da petição inicial, pedido, causa de pedir).
 - Ac. Relação de Évora, de 9/11/2017 (TOME RAMIÃO), proc. n.º 213/16.3T8EVR.E1 (fideicomisso, interesse em agir).

- Ac. Relação do Porto, de 4/12/2017 (MIGUEL BALDAIA DE MORAIS), proc. n.º 250/08.1YYPR-T-D.P1 (execução, título executivo, ata, assembleia de condóminos, condomínio, propriedade horizontal, poderes da Relação, matéria de facto).
- Ac. Relação do Porto, de 14/12/2017 (ANA LUCINDA CABRAL), proc. n.º 250/08.1YYPR-T-D.P1 (execução, arrendamento, venda executiva, caducidade).
- Ac. Relação de Lisboa, de 20/12/2017 (JOSÉ CAPACETE), proc. n.º 271/17.3YHLSB.L1-7 (direito de marca; capacidade distintiva; confundibilidade).
- Ac. STJ, de 23/01/2018 (GABRIEL CATARINO) proc. n.º 34/16.3YFLSB (nulidade de acórdão, decisão surpresa, princípio do contraditório, legitimidade ativa, exceção dilatória, conhecimento oficioso).
- Ac. Relação do Porto, de 24/01/2018 (MIGUEL BALDAIA DE MORAIS), proc. n.º 1173/14.0T2AVR.P1 (responsabilidade civil, acidente de viação, agravamento dos danos, sentença, recurso de apelação, matéria de facto, poderes da Relação).
- Ac. Relação de Évora, de 8/02/2018 (TOMÉ DE CARVALHO), proc. n.º 2982/15.9T8STR.E1 (momento de oferecimento da prova, junção de documentos).
- Ac. Relação do Porto, de 21/02/2018 (MARIA CECÍLIA AGANTE), proc. n.º 8854/07.3TBVNG.P1 (execução, legitimidade processual, sucessão, sub-rogação, legitimidade ativa, habilitação).
- Ac. Relação de Évora, de 22/02/2018 (CONCEIÇÃO FERREIRA), proc. n.º 130/13.9TBCVD.E1 (alimentos, menores, maioridade, cessação da obrigação).
- Ac. Relação de Évora, de 22/02/2018 (BERNARDO DOMINGOS), proc. n.º 141/15.0T8ODM-A.E1 (atribuição da casa de morada de família, arrendamento, acordo, alteração das circunstâncias, jurisdição voluntária).
- Ac. Relação de Évora, de 22/02/2018 (TOMÉ RAMIÃO), proc. n.º 153/14.4T8ENT-A.E1 (livrança, preenchimento em branco, avalista, ónus da alegação, matéria de facto, poderes da Relação).
- Ac. Relação de Évora, de 8/03/2018 (MANUEL BARGADO), proc. n.º 132/13.5TBABF-A.E1 (ação executiva, legitimidade processual, sucessão *mortis causa*).
- Ac. STJ, de 22/03/2018 (FERNANDA ISABEL PEREIRA), proc. n.º 1053/16.5YRLSB.S1.S1 (propriedade industrial, patente, tribunal arbitral, competência, constitucionalidade, medicamentos genéricos, etc.).
- Ac. Relação de Évora, de 12/04/2018 (MARIA DOMINGAS SIMÕES), proc. n.º 434/10.2TMFAR-B.E1 (alimentos, menores, responsabilidades parentais, redução da pensão).
- Ac. Relação de Guimarães, de 19/04/2018 (JORGE TEIXEIRA), 199/14.9T8BGC.G1 (matéria de facto, prova pericial, fundamentação, livre apreciação da prova).
- Ac. Relação do Porto, de 23/04/2018 (ANA PAULA AMORIM), proc. n.º 482/17.1T8VNG.P1 (divórcio se consentimento, meios de prova, prova, declarações de parte).
- Ac. Relação de Évora, de 26/04/2018 (TOMÉ DE CARVALHO), proc. n.º 311/12.2TBRDD.E1 (execução, venda executiva, arrendamento, caducidade, hipoteca).
- Ac. STJ, de 3/05/2018 (ROSA TCHING), proc. n.º 158/15.4T8TMR.E1.S1 (impugnação de paternidade, presunção de paternidade, prazo de caducidade, direito à identidade pessoal, etc.).
- Ac. Relação de Évora, de 24/05/2018 (TOMÉ RAMIÃO), proc. n.º 2279/15.4T8EVR-A.E1 (extinção de sociedade, personalidade judiciária, absolvição da instância).

- Ac. Relação de Évora, de 7/06/2018 (TOMÉ DE CARVALHO), proc. n.º 2279/15.4T8EVR-A.E1 (ineptidão da petição inicial, causa de pedir).
- Ac. Relação de Guimarães, de 14/06/2018 (JOSÉ AMARAL), proc. n.º 483/03.7TBCMNB.G1 (execução, venda executiva, anulação da venda, erro, coisa alheia).
- Ac. Relação de Lisboa, de 28/06/2018 (ARLINDO COSTA), proc. n.º 108/16.0YHLSB.L1-2 (direito de patente, reivindicações, descrição, atividade inventiva).
- Ac. Relação de Évora, de 28/06/2018 (ISABEL PEIXOTO IMAGINÁRIO), proc. n.º 625/12.1TBLL-C.E1 (execução, direito de retenção, caducidade, venda executiva).
- Ac. Relação de Évora, de 28/06/2018 (MATA RIBEIRO), proc. n.º 2791/17.0T8STB-C.E1 (PERSI, exceção dilatória inominada, conhecimento officioso).
- Ac. Relação de Évora, de 2/10/2018 (FRANCISCO XAVIER), proc. n.º 814/16.0T8EVR.E1 (ação de simples apreciação, interesse em agir).
- Ac. Relação de Guimarães, de 4/10/2018 (FERNANDA PROENÇA FERNANDES), proc. n.º 458/04.9TBVLN.G1 (execução, venda executiva, direito de remição, prazo, prova documental).
- Ac. Relação de Guimarães, de 11/10/2018 (EVA ALMEIDA), proc. n.º 1233/15.0T8VNF-A.G1 (execução, penhora, oposição à penhora, legitimidade, executado, terceiro).
- Ac. relação de Évora, de 18/10/2018 (TOMÉ DE CARVALHO), proc. n.º 263/09.6TBCUB.E1 (execução, direito de remição, notificação).
- Ac. Relação de Guimarães, de 18/10/2018 (PEDRO DAMIÃO E CUNHA), proc. n.º 3841/17.6T8GMR-A.G1 (execução, título executivo, confissão de dívida, documento particular, obrigação pura, exigibilidade).
- Ac. Relação de Guimarães, de 18/10/2018 (JOSÉ AMARAL), proc. n.º 503/18.0T8VNF.G1 (filiação, investigação da paternidade, caducidade, prazo, inconstitucionalidade).
- Ac. Relação de Guimarães, de 8/11/2018 (MARGARIDA SOUSA), proc. n.º 1372/17.3T8BRG.G1 (partilha, legitimidade processual, litisconsórcio, inutilidade superveniente da lide, cabeça de casal).
- Ac. Relação de Guimarães, de 31/10/2018 (PEDRO DAMIÃO E CUNHA), proc. n.º 96/17.6T8PRG.G1 (ação de preferência caducidade, prova, ónus da prova).
- Ac. Relação de Guimarães, de 22/11/2018 (MARIA DOS ANJOS MELO NOGUEIRA), proc. n.º 189/12.6TJVNF-B.G1 (execução, venda executiva, caducidade, direito real de gozo, penhora, arresto, registo).
- Ac. Relação de Évora, de 6/12/2018 (TOMÉ RAMIÃO), proc. n.º 6311/13.8TBSTB.E1 (acidente de viação, danos não patrimoniais, dano da morte, matéria de facto, poderes da Relação).
- Ac. Relação de 11/12/2018 (ADEODATO BROTAS), proc. n.º 336/18.4T8OER.L1-6 (ação especial; cumulação de pedidos; tutela da personalidade; direitos de personalidade; dano; ilicitude; culpa; responsabilidade civil).
- Ac. Relação de Guimarães, de 17/12/2018 (JOSÉ DIAS CRAVO), proc. n.º 211/17.0T8VLN.G1 (filiação, investigação da paternidade, prazo, inconstitucionalidade).
- Ac. Relação de Guimarães, de 17/12/2018 (JORGE TEIXEIRA), proc. n.º 145/98.5TBMCD.1.G1.G1 (execução, bens comuns, penhora, direito à meação, embargos de terceiro).
- Ac. Relação de Coimbra, de 9/01/2018 (LUÍS CRAVO), proc. n.º 1485/14.3TBLRA.C1 (posse, constituto possessório, prova, declarações de parte).

- Ac. Relação de Évora, de 17/01/2019 (TOMÉ DE CARVALHO), proc. n.º 7308/05.7TBSTB-C.E1 (consignação em depósito, caso julgado).
- Ac. Relação de Guimarães, de 31/01/2019 (MARGARIDA ALMEIDA FERNANDES), proc. n.º 216/14.2TBVPA.G2 (venda executiva, depósito do preço, prazo, ineficácia da venda).
- Ac. Relação de Guimarães, de 31/01/2019 (ALCIDES RODRIGUES), proc. n.º 3003/17.2T8VNF-A.G1 (embargos de executado, compensação de créditos).
- Ac. STJ, de 14/03/2019 (OLIVEIRA ABREU), proc. n.º 225/13.9YHLSB.L1.S1 (direitos de autor, autorização, concorrência desleal, legitimidade, matéria de facto, objeto do recurso, questão nova, etc.).
- Ac. Relação de Guimarães, de 28/03/2019 (JOSÉ CRAVO), proc. n.º 783/17.9T8VCT.G1 (litispêndência, causa prejudicial, embargos de terceiro).
- Ac. Relação de Évora, de 28/03/2018 (TOMÉ RAMIÃO), proc. n.º 2724/17.4T8STR.E1 (contrato de mediação imobiliária, remuneração, matéria de facto, poderes da Relação).
- Ac. Relação de Coimbra, de 12/04/2018 (ISAÍAS PÁDUA), proc. n.º 3468/16.0T9CBR.C1 (título executivo, sentença condenatória, condenação implícita).
- Ac. Relação de Coimbra, de 8/05/2018 (MARIA JOÃO AREIAS), proc. n.º 4384/15.8T8PBL.C1 (caso julgado, fundamentos de facto, autoridade de caso julgado, prejudicialidade).
- Ac. Relação do Porto, de 30/05/2018 (JERÓNIMO FREITAS), proc. n.º 1166/17.6T8OAZ.P1 (interpretação da declaração negocial, litigância de má fé).
- Ac. Relação de Coimbra, de 5/06/2018 (MOREIRA DO CARMO), proc. n.º 7412/16.6T8CBR.C1 (filiação, impugnação da paternidade, prazo, inconstitucionalidade, caducidade).
- Ac. Relação do Porto, de 24/09/2018 (JORGE SEABRA), proc. n.º 3289/07.0TBVCD-B.P1 (recurso, conclusões, alimentos, menores, medida dos alimentos, progenitores).
- Ac. Relação de Coimbra, de 16/10/2018 (CARLO MOREIRA), proc. n.º 3583/16.0T8CBR.C1 (compra e venda internacional, defeitos, resolução, prova, meios de prova, prova testemunhal).
- Ac. Relação de Coimbra, de 16/10/2018 (ANA CATARINA GONÇALVES), proc. n.º 3507/17.7T8LRA.C1 (deliberação social, cônjuges, sócio, quota, bem comum, amortização da quota, consentimento, anulabilidade).
- Ac. Relação de Coimbra, de 11/12/2018 (ANTÓNIO CARVALHO MARTINS), proc. n.º /11.5TBVIS-E.C1 (venda executiva, abertura das propostas, arguição nulidades).
- Ac. Relação de Guimarães, de 21/02/2019 (MARIA JOÃO MATOS) proc. n.º 5674/16.8T8BRG-A.G1 (alimentos, menores, Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores, agregado familiar).
- Ac. Relação de Coimbra, de 19/03/2019 (MARIA JOÃO AREIAS), proc. n.º 1263/16.5T8LRA.C1 (regime de bens, casamento, quota, parte social, comunhão de adquiridos).
- Ac. Relação de Guimarães, de 21/03/2019 (CONCEIÇÃO SAMPAIO), proc. n.º 68/17.0T8VFL.G1 (sentença, nulidade da sentença, reforma da sentença).
- Ac. Relação do Porto, de 25/03/2019 (FERNANDA ALMEIDA), proc. n.º 1399/15.0T8AGD-B.P1 (execução, venda executiva, venda por negociação particular, venda por propostas em carta fechada, valor mínimo, preço).

- Ac. Relação de Guimarães, de 28/03/2019 (JOSÉ CRAVO), proc. n.º 783/17.9T8VCT.G1 (litispendência, causa prejudicial, suspensão da instância, embargos de executado, embargos de terceiro).
- Ac. Relação de Guimarães, de 28/03/2019 (ALCIDES RODRIGUES), proc. n.º 164/11.8TACMN.1.G1.G1 (execução; venda por negociação particular; direito de preferência; alteração da proposta).
- Ac. Relação de Guimarães, de 4/04/2019 (PEDRO DAMIÃO E CUNHA), proc. n.º 4437/18.0T8BRG.G1 (causa de pedir, matéria de facto, matéria de direito).
- Ac. Relação do Porto, de 11/04/2019 (MIGUEL BALDAIA MORAIS), proc. n.º 1238/16.4T8MTS.P1 (contrato promessa, partilha de bens comuns, validade, regra da metade, normas imperativas).
- Ac. Relação de Guimarães, de 24/04/2019 (FERNANDA PROENÇA FERNANDES), proc. n.º 1488/17.6T8BRG-F. G1 (execução, reclamação de créditos, alimentos, hipoteca legal).
- Ac. Relação de Évora, de 2/05/2019 (TOMÉ DE CARVALHO), proc. n.º 819/08.4TBLGS-B.E1 (mandato forense, honorários de advogado, matéria de facto).
- Ac. Relação de Coimbra, de 8/05/2019 (ANTÓNIO CARVALHO MARTINS), proc. n.º 43/18.8T8LRA.C1 (deveres de informação, prova, ónus da prova, declarações das partes, princípio da livre apreciação da prova).
- Ac. STJ, de 9/05/2019 (HÉLDER ALMEIDA), proc. n.º 1563/11.0TVLSB.L1.S3 (união de contratos, contrato misto, contrato-promessa, partilha de bens comuns, doação, execução específica, reserva de usufruto, *animus donandi*, bem imóvel).
- Ac. Relação de Guimarães, de 9/05/2019 (EUGÉNIA CUNHA), proc. n.º 1431/17.2T8VRL.G1 (filiação, investigação da paternidade, posse de estado, prazo, inconstitucionalidade).
- Ac. Relação de Guimarães, de 16/05/2019 (MARIA MÁLIA SANTOS), proc. n.º 4635/18.7T8GMR.G1 (despacho saneador, saneador-sentença, nulidade, caso julgado, causa de pedir, exceção de caso julgado, enriquecimento sem causa).
- Ac. STJ, de 30/05/2019 (CATARINA SERRA), proc. n.º 336/18.4T8OER.L1.S1 (tutela da personalidade, direitos de personalidade).
- Ac. Relação de Évora, de 12/06/2019 (TOMÉ RAMIÃO), proc. n.º 1840/18.0T8STR-A.E1 (caso julgado, autoridade do caso julgado).
- Ac. Relação de Évora, de 12/06/2019 (MANUEL BARGADO), proc. n.º 196/18.5T8SRP.E1 (inquérito judicial, direitos dos sócios, direito à informação).
- Ac. Relação do Porto, de 13/06/2019 (PAULO DIAS DA SILVA) proc. n.º 1411/18.0T8GDM.P1 (alimentos, maioria, abuso de direito, cessação, direito à vida, dignidade do ser humano).
- Ac. Relação de Guimarães, de 19/06/2019 (MARIA JOÃO MATOS), proc. n.º 6689/18.7T8GMR.G1 (alimentos, menores, maioria, despesas de educação, razoabilidade).
- Ac. Relação do Porto, de 1/07/2019 (MIGUEL BALDAIA MORAIS), proc. n.º 2725/16.0T8VFR-A.P1 (execução, venda executiva, depósito do preço, prazo, justo impedimento).
- Ac. Relação de Guimarães, de 10/07/2019 (MARIA JOÃO MATOS), proc. n.º 965/18.6T8GMR.G1 (legitimidade processual, litisconsórcio necessário, confissão, prova, meios de prova, inversão do ónus da prova, matéria de facto, poderes da Relação).

- Ac. Relação de Guimarães, de 10/07/2019 (PEDRO DAMIÃO DA CUNHA), proc. n.º 503/14.0T8CHV-A.G1 (caso julgado, direito de retenção, hipoteca, insolvência, terceiros).
- Ac. Relação de Guimarães, de 10/07/2019 (HELENA MOTA), proc. n.º 734/18.3T8VCT.G1 (inquérito judicial, direito à informação, sócio, propriedade do meio processual).
- Ac. Relação de Évora, de 11/07/2019 (FRANCISCO XAVIER), proc. n.º 318/08.4TBPSR-A.E1 (execução, embargos de terceiros, herança indivisa, penhora de quinhão, registo da penhora, compropriedade).
- Ac. Relação do Porto, de 10/07/2019 (VIEIRA E CUNHA), proc. n.º 3677/17.4T8AVR-A.P1 (alimentos, menores, Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores, capitação, agregado familiar).
- Ac. Relação da Relação do Porto, de 9/09/2019 (MANUEL DOMINGOS FERNANDES), proc. n.º 5864/16.3T8MTS-A.P1 (meios de prova, prova, ónus da prova, aluguer, veículo automóvel).
- Ac. Relação de Coimbra, de 10/09/2019 (BARATEIRO MARTINS), proc. n.º 2296/17.0T8PBL-A.C1 (execução, título executivo, livrança, aval, quirógrafo, relação subjacente)
- Ac. Relação de Coimbra, de 17/09/2019 (CARLOS MOREIRA), proc. n.º 6156/18.9T8CBR.C1 (competência internacional, pacto de jurisdição, comparência do réu).
- Ac. Relação de Coimbra, de 17/09/2019 (CARLOS MOREIRA), proc. n.º 39/14.9TBOLR-A.C1 (competência internacional, compra e venda).
- Ac. Relação de Évora, de 26/09/2019 (ISABEL PEIXOTO IMAGINÁRIO), proc. n.º 1265/17.4T8FAR.E1 (regulação de responsabilidades parentais, alimentos).
- Ac. Relação de Évora, de 12/09/2019 (TOMÉ DE CARVALHO), proc. n.º 1713/18.6T8STR.E1 (obrigações, dever de informar, ónus da prova, prescrição).
- Ac. de Évora 12/09/2019 (TOMÉ DE CARVALHO), proc. n.º 1713/18.6T8STR.E1 (responsabilidade contratual, dever de informação, ónus da prova).
- Ac. Relação de Coimbra, de 17/09/2019 (CARLOS MOREIRA), proc. n.º 39/14.9TBOLR-A.C1 (competência internacional, fatores atributivos de competência, compra e venda).
- Ac. Relação de Guimarães, de 19/09/2019 (ALCIDES RODRIGUES), proc. n.º 510/17.0T8MNC-A.G1 (responsabilidades parentais, audição do menor, matéria de facto).
- Ac. Relação de Évora, de 26/09/2019 (MÁRIO SILVA), proc. n.º 12/19.0T8FTR.E1 (legitimidade processual, litisconsórcio necessário, suprimento).
- Ac. Relação de Coimbra, de 27/09/2019 (JORGE MANUEL LOUREIRO), proc. n.º 678/18.9T8FIG.C1 (matéria de facto, fundamentação, responsabilidade civil, culpa do lesado).
- Ac. STJ, de 3/10/2019 (ROSA TCHING), proc. n.º 77/06.5TBGVA.C2.S2 (impugnação da matéria de facto, reapreciação da prova, ónus de alegação, caso julgado, matéria de facto, gravação da prova, transcrição, etc.).
- Ac. STJ, de 8/10/2019 (MARIA JOÃO VAZ TOMÉ), proc. n.º 998/17.0TBVRL.G1.S1 (caso julgado, exceção de caso julgado, autoridade de caso julgado, etc.).
- Ac. Relação de Évora, de 10/10/2019 (JOSÉ ANTÓNIO MOTA), proc. n.º 1407/18.2T8STB.E1 (exceção de caso julgado, autoridade do caso julgado).
- Ac. Relação de Évora, de 10/10/2019 (TOMÉ DE CARVALHO), proc. n.º 579/18.0T8STB-A.E1 (caso julgado, interpretação de sentença)

- Ac. da Relação do Porto, de 10/10/2019 (AMARAL FERREIRA), proc. n.º 15265/14.2T8PRT-C.P1 (execução, embargos de executado, intervenção acessória, legitimidade processual, direito de regresso).
- Ac. Relação do Porto, de 10/10/2019 (CARLOS PORTELA), proc. n.º 3797/16.2T8PRT-A.P1 (partilha, tornas inventário, sentença homologatória de partilha, embargos de executado, emenda à partilha).
- Ac. Relação de 15/10/2019 (FERNANDO BARROSO CABANELAS), proc. n.º 8561/15.3T8LRS.L1-1 (litisconsórcio voluntário, coligação, competência).
- Ac. Relação de Guimarães, de 17/10/2019 (ALCIDES RODRIGUES), proc. n.º 7567/15.7T8VNF-A.G1 (processo especial de revitalização, convededores, título executivo, documentos particulares).
- Ac. Relação do Porto, de 22/10/2019 (ALEXANDRA PELAYO), proc. n.º 5341/14.7T8PRT-A.P1 (inquérito judicial, sociedade, sócio, direito à informação).
- Ac. Relação de Lisboa, de 24/10/2019 (GABRIELA MARQUES), proc. n.º 16556/15.0T8LSB-B-L1-6 (ajudas de custo, penhora não entrega da prestação, embargos de executado, fundamento).
- Ac. Relação de Guimarães, de 24/10/2019 (JORGE TEIXEIRA), proc. n.º 1573/17.4T8BGC-C. G1 (prova, meios de prova, declarações de parte depoimento de parte, valoração).
- Ac. Relação do Porto, de 24/10/2019 (FRANCISCA MOTA VIEIRA), proc. n.º 5341/14.7T8PRT-A.P1 (legitimidade processual, litisconsórcio, litisconsórcio necessário passivo, execução, embargos de terceiro, herança).
- Ac. Relação de Évora, de 24/10/2019 (TOMÉ DE CARVALHO), proc. n.º 153/18.1T8LGS.E1 (convite ao aperfeiçoamento, nulidade processual).
- Ac. Relação de Évora, de 24/10/2019 (TOMÉ RAMIÃO), proc. n.º 2447/18.7TBSTB.E1 (assunção de dívida, declaração expressa, poderes da Relação em matéria de facto).
- Ac. Relação de Lisboa, de 29/10/2019 (ANA ISABEL PESSOA), proc. n.º 17109/17.4T8LSB.L1-1 (sociedades, fiscalização, cessação de funções).
- Ac. Relação de Coimbra, de 5/11/2019 (ANTÓNIO DOMINGOS PIRES ROBALO), proc. n.º 3141/18.4T8PBL-B.C1 (execução, caução, idoneidade, suspensão da execução).
- Ac. relação de Coimbra, de 5/11/2019 (ANTÓNIO CARVALHO MARTINS), proc. n.º 2012/15.0T8CBR.C1 (assembleia de condóminos, prova, declarações de parte, meios de prova, sentença, nulidade).
- Ac. Relação de Évora, de 7/11/2019 (MANUEL BARGADO), proc. n.º 349/17.3T8ORM.E3 (valor extraprocessual da prova, ação de reivindicação, presunção registal, título, falsidade, caso julgado).
- Ac. Relação de Guimarães, de 7/11/2019 (JORGE TEIXEIRA), proc. n.º 1312/17.0T8VRL-B.G1 (prova, meios de prova, declarações de parte, direito do consumidor, retenção).
- Ac. Relação de Évora, de 7/11/2019 (VÍTOR SEQUINHO), proc. n.º 29/09.3T2ODM.E1 (enfiteuse, foro, domínio útil, legitimidade processual, declarações de parte).
- Ac. Relação de Évora, de 7/11/2019 (TOMÉ DE CARVALHO), proc. n.º 343/13.3TBVRS-B.E1 (pessoa coletiva, veículo automóvel, apreensão de veículo, penhora).
- Ac. Relação de Évora, de 7/11/2019 (TOMÉ DE CARVALHO), proc. n.º 447/18.6T8FAR.E1 (incompetência absoluta, competência internacional, pacto atributivo de jurisdição).
- Ac. Relação de Lisboa, de 7/11/2019 (CARLA MENDES), proc. n.º 148/13.1TMLS-B.L1-8 (alimentos devidos a menores, alteração, obrigações, data).

- Ac. Relação de Lisboa, de 7/11/2019 (ANTÓNIO MOREIRA), proc. n.º 1495/18.1T8LSB.L1-2 (alteração do condomínio, alteração do pedido, litisconsórcio necessário passivo, partes comuns).
- Ac. Relação de Lisboa, de 21/11/2019 (ANA DE AZEREDO COELHO), proc. n.º 2669/19.3YRLSB-6 (valor da causa, ação arbitral, princípio da causalidade, custas, arbitragem necessária).
- Ac. Relação de Lisboa, de 11/12/2019 (GABRIELA CUNHA RODRIGUES), proc. n.º 5770/15.9T8OER.L1-2 (herança, prestação de contas, mandato, interpretação das decisões judiciais).
- Ac. Relação de Guimarães, de 28/11/2019 (MARGARIDA SOUSA), proc. n.º 956/14.6TBVRL.G1 (insolvência, princípio do contraditório, efeito cominatório semipleno, nulidade processual, arguição, recurso).
- Ac. Relação do Porto, de 2/12/2019 (MIGUEL BALDAIA DE MORAIS) proc. n.º 2660/16.1T8OAZ.P1 (servidão administrativa, justa indemnização, matéria de facto, poderes da Relação).
- Ac. Relação de Lisboa, de 5/12/2019 (EDUARDO PERTERSEN), proc. n.º 2018/07.3TBRR-A.L2-6 (impugnação da matéria de facto, rejeição, pensão de alimentos, má fé).
- Ac. Relação de Guimarães de 5/12/2019 (MARIA JOÃO MATOS), proc. n.º 6318/18.9T8BRG-A.G1 (prova, meios de prova, direito à prova, prova pericial).
- Ac. Relação de Lisboa, de 11/12/2019 (JOSÉ CAPACETE), proc. n.º 18887/18.9T8LRS.L1-7ª (instituição de fundação, negócio jurídico unilateral, património autónomo, personalidade judiciária, caso julgado).
- Ac. Relação de Lisboa, de 11/12/2019 (CARLOS CASTELO BRANCO), proc. n.º 6771/08.9TBAMD-C.L2-2 (oposição à penhora, omissão de pronúncia, ilegitimidade, fiança).
- Ac. Relação de Guimarães, de 17/12/2019 (ALCIDES RODRIGUES), proc. n.º 3/19.1T8VNF-A.G1 (execução, oposição à execução, embargos de execução, articulado superveniente, despacho de aperfeiçoamento, princípio da cooperação).
- Ac. Relação de Évora, de 19/12/2019 (FRANCISCO XAVIER), proc. n.º 1323/18.8T8EVR.E1 (propriedade horizontal, condomínio propriedade horizontal).
- Ac. Relação de Évora, de 19/12/2019 (TOMÉ RAMIÃO), proc. n.º 1043/18.3T8STB.E1 (investigação da paternidade, causa de pedir, ónus de alegação e prova, caducidade).
- Ac. Relação de Lisboa, de 15/01/2020 (JOSÉ EDUARDO SAPATEIRO), proc. n.º 6577/15.9T8FNC-C.L1-4 (sentença, ilicitude do despedimento, compensação, execução, embargos de executado).
- Ac. Relação de Coimbra, de 21/01/2020 (ANTÓNIO CARVALHO MARTINS), proc. n.º 494/18.8T8CTB-A.C1 (execução, venda executiva, remição, contraditório, nulidade, fusão de sociedade).
- Ac. Relação de Coimbra, de 21/01/2020 (EMÍDIO DOS SANTOS), proc. n.º 1353/14.9T8LRA.C1 (inquérito judicial, sociedade comercial, inutilidade superveniente da lide, plano de recuperação, processo especial de revitalização, nomeação de gerente).
- Ac. Relação de Guimarães, de 23/01/2021 (ANTÓNIO BARROCA PENHA), proc. n.º 7991/13.0TBRRG-A.G1 (garantia bancária, garantia *on first demand*, livrança, abuso de direito, direito à prova, ónus da prova).

- Ac. Relação do Porto, de 23/01/2020 (JOÃO VENADE), proc. n.º 3295/17.7T8LOU-A.P1 (doação, usufruto, execução, penhora, embargos de terceiro, nua propriedade).
- Ac. Relação do Porto, de 27/01/2020 (MIGUEL BALDAIA DE MORAIS), proc. n.º 546/18.4T8PNF.P1 (compra e venda, imóvel, habitação, defeitos, eliminação dos defeitos, reparação, matéria de facto, poderes da Relação).
- Ac. Relação de Coimbra, de 28/01/2020 (ANA VIEIRA), proc. n.º 6963/17.0T8CBR-A.C1 (alimentos, maioridade, irrenunciabilidade, fixação dos alimentos, desconhecimento dos rendimentos do obrigado).
- Ac. Relação de Lisboa, de 4/02/2020 (ANA RODRIGUES DA SILVA), proc. n.º 13977/17.8T8LSB.L1-7 (ineptidão da petição inicial, suprimento da nulidade, despacho de aperfeiçoamento, irregularidade).
- Ac. Relação de Lisboa, de 6/02/2020 (MANUEL RODRIGUES), proc. n.º 20.526/18.9T8LSB.L1-6 (responsabilidade civil extracontratual, competência internacional, local do facto, critério da necessidade).
- Ac. Relação de Lisboa, de 6/02/2020 (MANUEL RODRIGUES), proc. n.º 25.579/16.1T8LSB-A.L1-6 (competência internacional, reconhecimento e execução de decisões em matéria civil e comercial, má fé, notificação, nulidade).
- Ac. Relação de Lisboa, de 6/02/2020 (CARLOS CASTELO BRANCO), proc. n.º 1642/19.6T8PDL.L1-2 (processo tutelar cível, prestação de alimentos, atualização da prestação, cobrança coerciva de alimentos).
- Ac. Relação de Lisboa, de 6/02/2020 (CARLOS CASTELO BRANCO), proc. n.º 10849/15.4T8SNT-L.L1.L1-2 (alteração do exercício de responsabilidades parentais).
- Ac. Relação de Lisboa, de 6/02/2020 (NELSON BORGES CARNEIRO), proc. n.º 4161/16.9T8ALM-A.L1-2 (oposição à execução, contrato de mútuo, título executivo, hipoteca).
- Ac. Relação de Guimarães, de 6/02/2020 (CARLOS ALBERTO MOREIRA DIAS), proc. n.º 52/19.0T8PTL.G1 (competência, competência internacional, domicílio do réu, residência habitual).
- Ac. Relação de Guimarães, de 20/02/2020 (JOSÉ ALBERTO MOREIRA DIAS), proc. n.º 76266/17.1YIPRT.G1 (competência, competência internacional, compra e venda, Regulamento n.º 1215/2012, princípio da causalidade, lugar do cumprimento da obrigação).
- Ac. Relação de Guimarães, de 13/02/2020 (MARIA CRISTINA CERDEIRA), proc. n.º 589/14.7TBBERG.G1 (prova, meios de prova, confissão, sonegação de bens).
- Ac. Relação do Porto, de 20/02/2020 (CARLOS PORTELA), proc. n.º 100/14.0T8AMT.P1 (legitimidade processual, litisconsórcio necessário, efeito útil da ação, águas, domínio privado).
- Ac. Relação de Évora, de 27/02/2020 (TOMÉ RAMIÃO), proc. n.º 3328/17.7T8STR.E1 (negociações preliminares, dever de informar, dever de esclarecimento prévio, formação do contrato, banco, incumprimento, obrigação de indemnizar, culpa grave, prazo de prescrição, ónus da prova).
- Ac. Relação de Lisboa, de 3/03/2020 (HIGINO CASTELO), proc. n.º 1298/12.7TBCSC-C.L1-7 (prestação de alimentos, maioridade, caducidade, ónus da prova).
- Ac. Relação de Guimarães, de 5/03/2020 (JOSÉ ALBERTO MOREIRA DIAS), proc. n.º 2606/19.5T8BRG.G1 (competência, competência internacional, pacto privativo de jurisdição).

- Ac. Relação de Guimarães, de 5/03/2020 (MARIA JOÃO MATOS), proc., n.º 107/19.0T8CHV.G1 (ação popular, interesses difusos, coisa pública).
- Ac. Relação de Lisboa, de 5/03/2020 (NELSON BORGES CARNEIRO), proc. n.º 8185/16.8T8LSB.L1-2 (documento particular, formação de contrato, contrato de compra e venda, proposta de contrato).
- Ac. Relação de Guimarães, de 12/03/2020 (ALCIDES ROGRIGUES), proc. n.º 1459/07.0TBBCL-C.G1 (alimentos, divórcio, ex-cônjuge, alteração superveniente das circunstâncias, cessação da obrigação, ónus da prova).
- Ac. Relação de Guimarães, de 12/03/2020 (MARIA DOS ANJOS NOGUEIRA), proc. n.º 2620/18.8T8VRL.G1 (caso julgado, autoridade do caso julgados, limites objetivos, fundamentação).
- Ac. Relação de Coimbra, de 17/03/2020 (ARLINDO OLIVEIRA), proc. n.º 4036/17.4T8VIS-F.C1 (insolvência, apreensão, casa de habitação, venda, entrega da coisa).
- Ac. Relação de Coimbra, de 20/03/2020 (JORGE MANUEL LOUREIRO), proc. n.º 309/18.T8LRA.C1 (sentença, nulidade, obscuridade, acidente de trabalho).
- Ac. Relação de Lisboa, de 6/04/2020 (NELSON BORGES CARNEIRO), proc. n.º 7303/18.6T8LRS-A.L1-2 (oposição à execução, oposição à penhora, nulidade da sentença).
- Ac. Relação de Lisboa, de 21/04/2020 (ANA PESSOA), proc. n.º 281/17.0YHLSB.L1 – PICRS (propriedade industrial, patente, certificado complementar de proteção).
- Ac. Relação de Guimarães, de 23/04/2020 (RAMOS LOPES), proc. n.º 486/18.7T8VL-A.G1 (prova, meios de prova, declarações de parte).
- Ac. Relação do Porto, de 30/04/2020 (MIGUEL BALDAIA DE MORAIS), proc. n.º 3352/18.2T8PNF.P1 (recurso, matéria de facto, poderes da Relação, bens comuns, dívidas, proveito, impugnação pauliana).
- Ac. Relação de Guimarães, de 30/04/2020 (AFONSO CABRAL DE ANDRADE), proc. n.º 2052/18.8T8CHV.G1 (legitimidade processual, litisconsórcio, litisconsórcio necessário, preterição, sanção).
- Ac. Relação de Guimarães, de 7/05/2020 (MARIA JOÃO MATOS), proc. n.º 258/17.6T8VPA.G2 (matéria de facto, reapreciação da matéria de facto, impugnação pauliana, meios de prova, declarações de parte).
- Ac. Relação de Lisboa, de 7/05/2020 (MARIA DE JESUS CORREIA), proc. n.º 772/19.9YRLSB-6 (tribunal arbitral necessário, propriedade industrial, decisão interlocutória, princípio da proibição da indefesa, inconstitucionalidade).
- Ac. Relação de Lisboa, de 12/05/2020 (MARIA ADELAIDE DOMINGUES), proc. n.º 78/19.3YRLSB-1 (Convenção de Haia, citação e notificação no estrangeiro, alimentos devidos a menores, conexão, etc.).
- Ac. Relação de Guimarães, de 14/05/2020 (JOAQUIM BOAVIDA), proc. n.º 7901/19.0T8VNF.G1 (sociedade comercial, deliberações sociais, suspensão de deliberação social, cônjuge, bens comuns, sócio gerente, destituição, divórcio).
- Ac. Relação do Porto, de 18/05/2020 (JERÓNIMO FREITAS), proc. n.º 1704/19.0T8MTS-A.P1 (legitimidade processual, relação material controvertida, pluralidade subjetiva subsidiária).
- Ac. Relação de Guimarães, de 21/05/2020 (MARIA JOÃO MATOS), proc. n.º 1778/14.0TBBCL-D.G1 (execução, legitimidade processual, intervenção principal, caso julgado, caso julgado formal, caso julgado material).

- Ac. Relação de Lisboa, de 26/05/2020 (MANUEL ESPADANEIRA LOPES), proc. n.º 5245/20.4T8SNT.A.L1-1 (arresto, indeferimento liminar, indeferimento liminar, etc.).
- Ac. Relação de Guimarães, de 28/05/2020 (ANA CRISTINA DUARTE), proc. n.º 237/18.6T8VFL.G1 (justificação notarial, impugnação, interesse em agir).
- Ac. Relação de Lisboa, de 3/06/2020 (JOSÉ ALFREDO COSTA), proc. n.º 91/17.5TELSB-D.L1-3 (embargos de terceiro, tramitação).
- Ac. Relação de Coimbra, de 2/06/2020 (LUÍS CRAVO); proc. n.º 184/15.3T8CBR-G.C1 (processo tutelar cível, responsabilidades parentais, decisão provisória, fundamentação, nulidade, alteração superveniente das circunstâncias).
- Ac. Relação de Guimarães, de 4/06/2020 (RAMOS LOPES), proc. n.º 3928/18.8T8VCT-A.G1 (alimentos, menores, responsabilidades parentais, fixação dos alimentos, pena de prisão).
- Ac. Relação de Guimarães, de 4/06/2020 (ANIZABEL SOUSA PEREIRA), proc. n.º 129/19.1T8FAF-C.G1 (pedido subsidiário, pedido principal, preço, ação de preferência).
- Ac. Relação de Guimarães, de 4/06/2020 (FERNANDA PROENÇA FERNANDES), proc. n.º 2848/19.3T8VNF-A.G1 (execução, dívidas, comerciante, sócio).
- Ac. Relação de Lisboa, de 4/06/2020 (NELSON BORGES CARNEIRO), proc. n.º 1228/17.0T8SXL-A.L1-2 (exercício de responsabilidades parentais, alimentos devidos a menores, rendimento disponível, depoimento de testemunha).
- Ac. Relação de Évora, de 4/06/2020 (TOMÉ DE CARVALHO), proc. n.º 384/14.7T8OLH-D.E1 (incidente de qualificação da insolvência, insolvência culposa, princípio da proporcionalidade, declarações de parte).
- Ac. Relação do Porto, de 15/06/2020 (MANUEL DOMINGOS FERNANDES), proc. n.º 2983/19.8T8PRT-A.P1 (execução, título executivo, livrança, relação subjacente, mútuo, nulidade, vício de forma, restituição).
- Ac. Relação de Porto, de 18/06/2020 (PAULO DUARTE TEIXEIRA) proc. n.º 943/18.5T8PFR.P1 (prova, ónus da prova, princípio da livre apreciação da prova, falsificação de assinatura).
- Ac. Relação de Coimbra, de 26/06/2020 (JORGE MANUEL LOUREIRO), proc. n.º 1833/17.4T8LRA.C1 (impugnação de despedimento, nexos de causalidade, sentença, fundamentação).
- Ac. Relação de Guimarães, de 8/07/2020 (ALCIDES RODRIGUES), proc. n.º 335/17.3T8MAC.G1 (ação de reivindicação, causa de pedir, acesso industrial, boa fé benfeitorias).
- Ac. Relação de Évora, de 14/07/2020 (ALBERTINA PEDROSO), proc. n.º 1387/19.7T8FAR.E1 (doação entre cônjuges, regime imperativo de bens, nulidade, revogação, caducidade, divórcio).
- Ac. Relação de Lisboa, de 10/09/2020 (ARLINDO CRUA), proc. n.º 1913/18.9T8PDL.L1.L1-2 (insolvência, venda executiva, venda por propostas em carta fechada, direito legal de preferência).
- Ac. Relação de Guimarães, de 10/09/2020 (LÍGIA VENADE), proc. n.º 1525/20.7T8VCT.G1 (procedimento cautelar, arresto, conta bancária, arresto transfronteiriço, sentença, nulidade, ambiguidade, obscuridade).
- Ac. Relação de Lisboa, de 10/09/2020 (INÊS MOURA), proc. n.º 3867/11.3TBALM-A.L1-2 (incumprimento das responsabilidades parentais, prestação de alimentos, falta de pagamento, Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores).

- Ac. Relação de Lisboa, de 10/09/2020 (NELSON BORGES CARNEIRO), proc. n.º 2671/14.1T8LSB.L1-2 (caso julgado formal, despacho saneador, direito pessoal de gozo, competência internacional).
- Ac. Relação de Lisboa, de 11/09/2020 (NELSON BORGES CARNEIRO), proc. n.º 12078/19.9T8LSB-A.L1-2 (providência cautelar, alimentos provisórios).
- Ac. Relação de Lisboa, de 29/09/2020 (MANUELA ESPADANEIRA LOPES) proc. n.º 1339/20.4YRLSB-1 (arbitragem necessária, medicamento genérico, patente, invalidez).
- Ac. Relação de Évora, de 8/10/2020 (TOMÉ RAMIÃO), proc. n.º 1445/08.3TBLGS.E2 (posse de boa fé, usucapião, autoridade do caso julgado, caso julgado, exceção de caso julgado).
- Ac. Relação de Guimarães, de 8/10/2020 (MARIA JOÃO MATOS), proc. n.º 578/19.5T8VCT.G1 (matéria de facto, alteração, enriquecimento sem causa).
- Ac. Relação do Porto, de 12/10/2020 (PEDRO DAMIÃO E DAMIÃO), proc. n.º 709/14.1T2AVR-F.P1 (insolvência, resolução, contrato promessa, matéria de facto, matéria de direito).
- Ac. Relação de Lisboa, de 22/10/2020 (PEDRO MARTINS), proc. n.º 15325/19.3T8LSB-2 (certificados de aforro, bens comuns do casal, início da prescrição).
- Ac. Relação de Lisboa, de 22/10/2020 (ANTÓNIO SANTOS), proc. n.º 849/20.8YRLSB-6 (arbitragem necessária, decisão interlocutória, medicamento, certificado complementar de proteção, competência, lei interpretativa).
- Ac. Relação de Guimarães, de 29/10/2020 (MARGARIDA SOUSA), proc. n.º 3944/16.4T8BRG.G1 (prova, prova testemunhal, terceiro, simulação, caso julgado).
- Ac. Relação de Guimarães, de 29/10/2020 (ALCIDES RODRIGUES), proc. n.º 2163/17.7T8VCT.G1 (contrato promessa, interpelação admonitória, dissolução de sociedade, partilha).
- Ac. Relação de Guimarães, de 29/10/2020 (ALCIDES RODRIGUES), proc. n.º 480/19.0T8BRG.G1 (alimentos, menores, alteração da pensão, alteração das circunstâncias, medida dos alimentos, união de facto).
- Ac. Relação de Guimarães, de 29/10/2020 (JOSÉ CRAVO), proc. n.º 309/18.7T8PTL-C.G1 (procedimento cautelar, *fumus boni iuris*, *periculum in mora*, sentença, obscuridade, nulidade).
- Ac. Relação de Lisboa, de 5/11/2020 (NELSON BORGES CARNEIRO), proc. n.º 437/17.6T8LRS.L1-2 (omissão de pronúncia, excesso de pronúncia, contrato promessa de partilha, bens comuns, etc.).
- Ac. Relação de Évora, de 5/11/2020 (MÁRIO COELHO), proc. n.º 2341/18.1T8PTM.E1 (transação judicial, litisconsórcio, revelia).
- Ac. Relação de Évora, de 5/11/2020 (TOMÉ RAMIÃO), proc. n.º 795/18.5T8TNV.E1 (acidente de viação, privação do uso de veículo, indemnização, proporcionalidade).
- Ac. Relação de Lisboa, de 10/11/2020 (MICAELA SOUSA), proc. n.º 8625/18.1T8LSB.L1-7 (venda judicial de imóvel com hipoteca, contrato de arrendamento, inoponibilidade ao comprador, abuso de direito, indenização por privação do uso, poderes da Relação em matéria de facto).
- Ac. Relação de Évora, de 5/11/2020 (TOMÉ DE CARVALHO), proc. n.º 416/17.3T8FAR-E.E1 (alimentos a filhos menores, interpretação da lei).

- Ac. Relação de Guimarães, de 5/11/2020 (MARIA JOÃO MATOS), proc. n.º 309/19.0T8VTL.G1 (arrendamento rural, direito de preferência, distrate, extinção da instância, meios de prova, declarações de parte).
- Ac. Relação de Lisboa, de 22/10/2020 (ANTÓNIO SANTOS), proc. n.º 849/20.8YRLSB-6 (arbitragem, decisão interlocutória, medicamento, certificado complementar de proteção, competência, etc.).
- Ac. relação de Lisboa, de 22/10/2020 (GABRIELA CUNHA RODRIGUES), proc. n.º 4088/17.7T8ALM-L1-2 (contrato de abertura de crédito, novação, procuração, hipoteca, extinção, declarações de parte).
- Ac. Relação de Évora, de 19/11/2020 (TOMÉ DE CARVALHO), proc. n.º 476/11.0TBOLH-D.E1 (venda por negociação particular, remição, notificação).
- Ac. Relação de Guimarães, de 19/11/2020 (MARIA JOÃO MATOS), proc. n.º 1041/18.7T8VRL.G1 (enriquecimento sem causa, união de facto, meios de prova, declarações de parte).
- Ac. Relação do Porto, de 19/11/2020 (FREITAS VIEIRA), proc. n.º 550/19.5T8OBR.P1 (alimentos, Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores, maioridade, incumprimento).
- Ac. Relação do Porto, de 9/11/2020 (FERNANDA ALMEIDA), proc. n.º 287/17.0T8BAO.P1 (benfeitorias, matéria de facto, princípio da oralidade, princípio da imediação, poderes da Relação).
- Ac. STJ, de 24/11/2020 (RICARDO COSTA), proc. n.º 22741/12.0YYLSB-A.L1.S1 (sentença interpretação da declaração negocial, interpretação da sentença, obrigação solidária, título executivo).
- Ac. Relação de Lisboa, de 24/11/2020 (JOSÉ CAPACETE), proc. n.º 7692/20.2T8LSB-A.L1-7 (providência cautelar não especificada, ação popular, interesses difusos, ação inibitória, manifesta improcedência).
- Ac. Relação de Guimarães, de 26/11/2020 (ALCIDES RODRIGUES), proc. n.º 4081/12.6TVNF-B.G1 (execução embargos de executado, oposição à execução, impugnação da letra e assinatura, prova, ónus da prova).
- Ac. Relação de Guimarães, de 26/11/2020 (MARIA DOS ANJOS NOGUEIRA), proc. n.º 931/17.9T8VVD.G1 (caso julgado, exceção dilatória, autoridade do caso julgado, prejudicialidade, matéria de facto).
- Ac. Relação de Guimarães, de 3/12/2020 (MARIA JOÃO MATOS), proc. n.º 2714/13.6TJVNF.G1 (condomínio, partes comuns, obras).
- Ac. Relação de Guimarães, de 3/12/2020 (RAMOS LOPES), proc. n.º 1219/19.6T8PRT-A.G1 (causa de pedir, alteração da causa de pedir).
- Ac. Relação de Guimarães, de 3/12/2020 (TERESA VENADE), proc. n.º 1365/17.0T8PVZ.G2 (procedimento cautelar, inversão do contencioso, partilha em vida, litispendência).
- Ac. Relação do Porto, de 9/12/2020 (MIGUEL BALDAIA DE MORAIS), proc. n.º 11285/15.8T8PRT.P1 (responsabilidade contratual, direitos de terceiro, empreitada, matéria de facto, poderes da Relação).
- Ac. Relação de Guimarães, de 17/12/2020 (ALCIDES RODRIGUES), proc. n.º 5977/14.6T8VNF-C.G1 (procedimento cautelar, inversão do contencioso, extinção da instância, inutilidade superveniente, caso julgado).

- Ac. Relação de Guimarães, de 17/12/2020 (MARIA DOS ANJOS NOGUEIRA), proc. n.º 2580/20.5T8GMR.G1 (execução, título executivo, confissão de dívida, documento particular, autenticação).
- Ac. Relação de Guimarães, de 17/12/2020 (ALCIDES RODRIGUES), proc. n.º 2211/10.1TBGMR-C.G1 (execução, penhora, oposição à penhora, rendimento líquido, impenhorabilidade parcial).
- Ac. Relação de Guimarães, de 17/12/2020 (ANTÓNIO BEÇA PEREIRA), proc. n.º 6816/18.4T8GMR.G1 (privação do uso, dano, indemnização, causa de pedir).
- Ac. Relação do Porto, de 17/12/2020 (JERÓNIMO FREITAS), proc. n.º 22665/19.0T8PRT.P1 (contrato de trabalho, resolução, justa causa, factos essenciais, petição inicial).
- Ac. Relação de Lisboa, de 7/01/2021 (ADEADATO BROTAS), proc. n.º 13245/19.0T8SNT-A.L1-6 (título de crédito, prescrição, relação subjacente).
- Ac. Relação de Lisboa, de 12/01/2021 (ANA PESSOA), proc. n.º 127/20.2.YHLSB (certificado complementar de proteção, produto, patente de base, patente de uso, reivindicações), acessível no seguinte endereço eletrónico: <https://inpi.justica.gov.pt/LinkClick.aspx?fileticket=v09rhGhCIro%3d&portalid=6>
- Ac. Relação do Porto, de 12/01/2021 (ALEXANDRA PELAYO), proc. n.º 16851/19.0T8PRT-A.P1 (execução, oposição à execução embargos de executado, compensação, caso julgado, autoridade do caso julgado).
- Ac. Relação de Lisboa, de 14/01/2021 (CARLOS CASTELO BRANCO), proc. n.º 3263/14.0T8LSB-B.L1-2 (alteração de regulação de responsabilidades parentais, alimentos devidos a menores, princípio da imediação, princípio do contraditório).
- Ac. Relação de Évora, de 14/01/2021 (TOMÉ RAMIÃO), proc. n.º 2084/18.6T8STR.E1 (caso julgado, autoridade de caso julgado, exceção de caso julgado, transação judicial, indemnização, acidente de viação).
- Ac. Relação de Guimarães, de 14/01/2021 (ALCIDES RODRIGUES), proc. n.º 802/17.9T8VCT.G1 (recurso, matéria de facto, objeto do recurso, ónus do recorrente, alimentos, medida dos alimentos).
- Ac. Relação de Guimarães, de 14/01/2021 (JOSÉ CRAVO), proc. n.º 472/20.7T8VNF-A.G1 (execução, embargos de executado, oposição à execução, compensação, sentença, nulidade).
- Ac. Relação de Guimarães, de 21/01/2021 (JORGE TEIXEIRA), proc. n.º 847/20.T8BCL-C.G1 (responsabilidades parentais, prova, prova pericial, intimidade da vida privada, tutela jurisdicional efetiva).
- Ac. Relação de Guimarães, de 21/01/2021 (FERNANDA PROENÇA), proc. n.º 144/09.3TBMCD-A.G1 (execução, oposição à execução, embargos de executado, compensação, transação, interpretação).
- Ac. Relação do Porto, de 25/01/2021 (MANUEL DOMINGOS FERNANDES), proc. n.º 1781/20.0T8PRT-B.P1 (execução, venda executiva, adquirente, título de transmissão, entrega da coisa adquirida).
- Ac. Relação do Porto, de 25/01/2021 (FERNANDA ALMEIDA), proc. n.º 25298/16.9T8PRT.P1 (causa de pedir, caso julgado, articulado superveniente, responsabilidade contratual).
- Ac. Relação de Lisboa, de 27/01/2021 (MARIA JOSÉ COSTA PINTO), proc. n.º 3610/18.6T8CSC.L1-4 (crédito laboral, responsabilidade solidária, fundo de capital de risco).

- Ac. Relação de Guimarães, de 28/01/2021 (EVA ALMEIDA), proc. n.º 668/13.8TBCHV-B.G1 (alimentos, menores, incumprimento, prescrição, alteração dos alimentos, execução por alimentos).
- Ac. Relação de Guimarães, de 11/02/2021 (ALCIDES RODRIGUES), proc. n.º 6064/18.3T8BRG.G1 (prova, meios de prova, declarações de parte).
- A. Relação de Guimarães, de 11/02/2021 (ALCIDES RODRIGUES), proc. n.º 171/15.1T8PRG-A.G1 (prova, meios de prova, declarações de parte, princípio do inquisitório, poderes do juiz).
- Ac. Relação de Guimarães, de 11/02/2021 (MARGARIDA SOUSA), proc. n.º 26/18.8T8PTL-C.G2 (execução, título executivo, sentença, condenação implícita).
- Ac. Relação de Guimarães, de 18/02/2021 (MARIA JOÃO MATOS), proc. n.º 740/20.8T8BRG.G1 (meios de prova, direito à prova, prova documental, inquisitório, documento em poder da parte contrária).
- Ac. Relação do Porto, de 22/02/2021 (JOSÉ EUSÉBIO ALMEIDA), proc. n.º 1078/18.6T8VCD.P1 (filiação, impugnação da paternidade, abuso de direito, matéria de facto, poderes da Relação).
- Ac. Relação de Coimbra, de 23/02/2021 (FALCÃO DE MAGALHÃES), proc. n.º 146/19.1T8NZR.C1 (condomínio, deliberação social, legitimidade processual, legitimidade passiva, substituição processual).
- Ac. Relação de Guimarães, de 25/02/2021 (ANTÓNIO BEÇA PEREIRA) proc. n.º 618/19.8T8BRG.G1 (contrato de empreitada, incumprimento, causa de pedir).
- Ac. Relação de Lisboa, de 26/02/2021 (MANUEL ESPADANEIRA LOPES), proc. n.º 352/16.0T8VFX-Q.L1-1 (insolvência culposa, sociedade anónima, falta de apresentação de contas, presunção inilidível).
- Ac. Relação de Lisboa, de 25/02/2021 (NUNO LOPES RIBEIRO), proc. n.º 23762/17.1T8LSB.L1-6 (interesse em agir, anulação de escritura, doação inoficiosa, erro na forma de processo).
- Ac. Relação de Lisboa, de 11/03/2021 (PEDRO MARTINS), proc. n.º 223/19.9T8VFC.L1-2 (conflito de direitos, responsabilidade civil).
- Ac. Relação de Lisboa, de 11/03/2021 (CRISTINA NEVES), proc. n.º 532/19.7T8SCR.L1-6 (caminho público, uso direto, declarações de parte, interesse público).
- Ac. Relação de Guimarães, de 11/03/2021 (MARGARIDA SOUSA), proc. n.º 4695/10.9TBGMR-B.G1 (execução, embargos de terceiro, presunção de posse, constitutivo possessório).
- Ac. Relação de Guimarães, de 8/04/2021 (ROSÁLIA CUNHA), proc. n.º 795/20.5T8VNF.G1 (arrendamento, oposição à renovação, reconvenção, causa de pedir).
- Ac. Relação de Coimbra, de 13/04/2021 (MARIA JOÃO AREIAS), proc. n.º 84277/18.3YIPRT.C1 (matéria de facto, caso julgado prejudicialidade, sociedades comerciais, negócios com a sociedade).
- Ac. Relação de Guimarães, de 15/04/2021 (ALCIDES RODRIGUES), proc. n.º 4881/18.3T8VNF.G1 (consumidor; bem defeituoso, prova, meios de prova, direito probatório material).
- Ac. Relação de Évora, de 15/04/2021 (TOMÉ RAMIÃO), proc. n.º 2127/15.5T8STB-A.E1 (execução, concurso de credores, reclamação de créditos, direito de retenção, hipoteca, caso julgado).

- Ac. Relação de Coimbra, de 27/04/2021 (ANTÓNIO DOMINGOS ROBALO), proc. n.º 8638/15.5T8CBR-B.C1 (penhora, quinhão indiviso, herança indivisa, registo da penhora).
- Ac. Relação de Lisboa, de 23/05/2021 (MARIA DE JESUS CORREIA), proc. n.º 646/20.0YRLSB-6 (arbitragem necessária, nulidade, direito de patente, competência, exceção, reconvenção).
- Ac. Relação de Évora, de 13/05/2021 (TOMÉ DE CARVALHO), proc. n.º 2573/20.2T8PTM.E1 (providência cautelar, obras, prova, meios de prova, declarações de parte).
- Ac. STJ, de 17/06/2021 (MARIA DA GRAÇA TRIGO), proc. n.º 1601/13.2TBTVD-A.L1.S1 (alimentos, alimentos provisórios, alimentos definitivos, restituição, efeitos da sentença, enriquecimento sem causa).
- Ac. Relação do Porto, de 4/10/2021 (ANA PAULA AMORIM), proc. n.º 5246/18.2T8MTS.P1 (alimentos, impugnação da paternidade, restituição de alimentos, efeitos *ex nunc*).
- Ac. Relação de Évora, de 21/10/2021 (CARLOS CASTELO BRANCO), proc. n.º 7128/16.3T8LRS-A.L1-2 (execução, remição, bens de sociedade, familiares do sócio).
- Ac. de Évora, de 13/01/2022 (TOMÉ DE CARVAHO), proc. n.º 181/21.0T8LGA-A.E1 (arresto, *periculum in mora*, justo receio).
- Ac. STJ, de 20/01/2022 (MARIA DOS PRAZERES BELEZA), in *Colectânea de Jurisprudência, Acórdãos do STJ, 2022*, tomo I, p. 68 ss. (partilha, bens comuns, interpretação da declaração negocial).
- Ac. Relação de Guimarães, de 17/02/2022 (LÍGIA VENADE), proc. n.º 4871/21.9T8VNF.G1 (inquérito judicial; comunhão conjugal; sócio; legitimidade processual; ex-cônjuge de sócio), in www.dgsi.pt
- Ac. Relação de Lisboa, de 24/02/2022 (ANA PESSOA), proc. n.º 169/20.8YHLSB.L1-PICRS (direito de patente; medicamento genéricos; certificado complementar de proteção; interesse em agir; prazo).
- Ac. Relação de Coimbra, de 8/03/2022 (CRISTINA NEVES), proc. n.º 610/17.7T8CVL-B.C1 (alimentos, substituição processual, abuso de direito, acordo extrajudicial).
- Ac. Relação do Porto, de 7/03/2022 (EUGÉNIA CUNHA), proc. n.º 468/21.1T8SJM.P1 (alimentos, filhos maiores, trâmite, fase administrativa, fase contenciosa).
- Ac. Relação de Coimbra, de 8/03/2022 (LUÍS CRAVO), proc. n.º 816/21.4T8VIS.C1 (alimentos; filhos maiores, formação profissional, curso de mestrado).
- Ac. Relação de Guimarães, de 17/03/2022 (MARIA EUGÉNIA PEDRO) proc. n.º 1598/21.5T8VCT.G1 (responsabilidades parentais, alimentos, medida dos alimentos, equidade).
- Ac. Relação do Porto, de 22/03/2022 (JOÃO RAMOS LOPES), proc. n.º 3374/20.3T8VFR-C.P1 (regime de bens; bens próprios, bens comuns; princípio da imutabilidade; usufruto).
- Ac. Relação de Guimarães, de 24/03/2022 (MARIA DOS ANJOS NOGUEIRA), proc. n.º 9/17.5T8VRM.G1 (sentença; nulidade; obscuridade; impugnação da matéria de facto; partes comuns; logradouro).
- Ac. Relação de Guimarães, de 24/03/2022 (ALCIDES RODRIGUES), proc. n.º 963/10.8TBPRG-J.G1 (venda executiva; adjudicação; publicidade da venda; nulidade processual).

- Ac. Relação de Évora, de 7/04/2022 (MARIA ADELAIDE DOMINGOS, proc. n.º 62/2017.1T8ORQ-B.E1 (alimentos; Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores; incumprimento).
- Ac. Relação do Porto, de 7/04/2022 (PAULO DUARTE TEIXEIRA), proc. n.º 18590/19.2T8PRT.P1 (pacto sucessório; seguro de vida; seguro capitalização; prémios; inventário colação; redução por inoficiosidade).
- Ac. Relação de Coimbra, de 26/04/2022 (ARLINDO OLIVEIRA), proc. n.º 899/20.4T8GRD.C1 (sócio; inquérito judicial; direito à informação; sociedade comercial).
- Ac. Relação de Guimarães, de 28/04/2022 (JOSÉ CRAVO), proc. n.º 271/15.8T8BRG-Q.G1 (alimentos; alimentos devidos a menores; alteração de alimentos; sigilo bancário).
- Ac. Relação do Porto, de 4/05/2022 (EUGÉNIA CUNHA), proc. n.º 5005/21.5T8PRT.P1 (alimentos; ação de simples apreciação negativa; interesse processual; exceção dilatória inominada).
- Ac. STJ, de 5/05/2022 (RIJO FERREIRA), proc. n.º 17268/16.3T8LSB.L1.S1 (prestação de contas; bens comuns; quota; sociedade comercial; partilha).
- Ac. Relação de Guimarães, de 11/05/2022 (ALCIDES RODRIGUES), proc. n.º 300/21.6T8MNC.G1 (execução; penhora; embargos e terceiro; erro na forma de processo; ação de reivindicação).
- Ac. Relação de Lisboa, de 18/05/2022 (ANA PESSOA), proc. n.º 232/21.8YHLSB.L.1 (marca; má fé; recusa de registo; confusão).
- Ac. STJ, de 24/05/2022 (CURA MARIANO), proc. n.º 3853/20.2T8BRG.G1.S1 (competência internacional; tribunais portugueses; responsabilidade civil; direitos de personalidade; direito à imagem; princípio da causalidade).
- Ac. STJ, de 24/05/2022 (FERREIRA LOPES), proc. n.º 346/20.1YHLSB.L1.S1 (direito de patente; medicamentos genéricos; interesse processual; ação inibitória autorização de introdução no mercado; publicidade; certificado complementar de proteção).
- Ac. Relação do Porto, de 21/06/2022 (ALEXANDRA PELAYO), proc. n.º 3052/21.6T8MAI-A.P1 (execução; injunção requerimento executivo; causa de pedir; nulidade do requerimento executivo).
- Ac. Relação de Lisboa, de 21/06/2022 (JOSÉ CAPACETE), proc. n.º 490-21.8T8LSB.L1-7 (título executivo; sentença condenatória; sentença homologatória; sucessão; legitimidade processual).
- Ac. STJ, de 21/06/2022 (NUNO ATAÍDE DAS NEVES), proc. n.º 43/21.0YHLSB.L1-A.S1 (propriedade industrial; desenho ou modelo; direito de autor; prejudicialidade; causa de pedir; caso julgado; princípio do contraditório; decisão implícita).
- Ac. Relação de Coimbra, de 28/06/2022 (CRISTINA NEVES), proc. n.º 247/19.6T8FVN.C1 (ação comum: ação especial; tutela da personalidade; cumulação de pedidos).
- Ac. Relação de Coimbra, de 12/07/2022 (HENRIQUE ANTUNES), proc. n.º 447/09.7TJCBR.C1 (âmbito da herança; depósitos bancários; declarações de parte).
- Ac. da Relação de Lisboa, de 4/08/2022 (ANA PESSOA), proc. n.º 371/21.5YHLSB.L1 (direito de marca; capacidade distintiva; risco de confusão).
- Ac. Relação de Guimarães, de 29/09/2022 (ALCIDES RODRIGUES), proc. n.º 81/20.0T8VFL.G1 (matéria de facto; impugnação da matéria de facto; escritura de justificação notarial).

- Ac. Relação de Guimarães, de 29/09/2022 (ALCIDES RODRIGUES), proc. n.º 307/20.0T8CHV.G1 (impugnação da matéria de facto; responsabilidade civil; nexos causal).
- Ac. da Relação de Guimarães, de 6/10/2022 (MARIA JOÃO MATOS), proc. n.º 1216/22.4T8VRL-A.G1 (caso julgado formal; nulidade da sentença).
- Ac. Relação de Coimbra, de 11/10/2022 (CRISTINA NEVES), proc. n.º 1170/21.0T8CBR-A.C1 (embargos de execução; sentença; prova dos factos extintivos; confissão; declarações de parte).
- Ac. Relação de Évora, de 13/10/2022 (MARIA ADELAIDE DOMINGAS), proc. n.º 2133/18.0PTM-D.E1 (personalidade judiciária; findo de investimento imobiliário; liquidatário; habilitação).
- Ac. da Relação de Guimarães, de 13/10/2022 (ANTÓNIO FIGUEIREDO DE ALMEIDA), proc. n.º 335/17.3T8CHV-F.G1 (direito de remição; prazo; venda por meio de propostas em carta fechada; indemnização ao proponente).
- Ac. Relação de Guimarães, de 20/10/2022 (MARIA JOÃO MATOS), proc. n.º 2733/13.2TBVCT-A.G1 (adoção; processo de promoção e proteção; matéria de facto; prova; alteração da matéria de facto; declarações de parte).
- Ac. Relação do Porto, de 25/10/2022 (FERNANDO VILARES FERREIRA), proc. n.º 3568/20.1T8OAZ-D.P1 (caso julgado; caso julgado formal; caso julgado material; decisão; fundamentação).
- Ac. Relação de Lisboa, de 26/10/2022 (ANA MÓNICA PAVÃO), proc. n.º 291/21.3YHLSB.L1-PICRS (propriedade industrial; direito de patente; novidade; actividade inventiva; procedimento cautelar; nulidade da patente).
- Ac. Relação de Lisboa, de 26/10/2022 (SÉRGIO REBELO), proc. n.º 474/20.3YHLSB.L1-PICRS (litispêndência; caso julgado).
- Ac. Relação de Lisboa, de 26/10/2022 (SÉRGIO REBELO), proc. n.º 474/20.3YHLSB.L1-PICRS (direito de patente; medicamentos genéricos; litispêndência; caso julgado).
- Ac. Relação de Guimarães, de 27/10/2022 (MARIA CRISTINA CERDEIRA), proc. n.º 86/21.4T8GMR.G1 (petição inicial; causa de pedir, ineptidão da causa de pedir; factos essenciais).
- Ac. Relação de Guimarães, de 27/10/2022 (MARIA DOS ANJOS NOGUEIRA), proc. n.º 3358/20.1T8BRG.G1 (caso julgado; autoridade do caso julgado; fundamentos; caso julgado material; contraditório).
- Ac. Relação de Coimbra, de 9/11/2022 (ARLINDO OLIVEIRA), proc. n.º 2539/21.5T8ACB.C1 (sociedades comerciais, direito à informação; sócio; prova; ónus da prova; contabilidade).
- Ac. Relação de Guimarães, de 10/11/2022 (ALCIDES RODRIGUES), proc. n.º 129/21.1T8PBT-A.G1 (ação popular; legitimidade processual; reconvenção; conexão objetiva; admissibilidade de reconvenção).
- Ac. STJ, de 10/11/2022 (CATARINA SERRA), proc. n.º 17046/20.5T8LSB.L1.S1 (competência internacional; responsabilidade extracontratual; direitos de personalidade; direito à imagem; centro de interesses).
- Ac. Relação de Guimarães, de 24/11/2022 (ALCIDES RODRIGUES), proc. n.º 1779/19.1T8CHV-A.G1 (ação executiva; título executivo; causa de pedir; embargos e executado).

- Ac. SRJ, de 10/11/2022 (CATARINA SERRA), proc. n.º 1579/20.6T8PVZ.P1.S1 (competência internacional; responsabilidade extracontratual; direitos de personalidade; direito à imagem; centro de interesses).
- Ac. Relação de Évora, de 10/11/2022 (MÁRIO BRANCO COELHO), proc. n.º 80/22.8T8PTG.E1 (contrato de trabalho; trabalho suplementar; sucursal; estrangeiro, prova; declarações de parte).
- Ac. Relação de Évora, de 10/11/2022 (TOMÉ DE CARVALHO), proc. n.º 1534/21.9T8BJA.E1 (personalidade judiciária; sucursal).
- Ac. Relação de Lisboa, de 17/11/2022 (LUÍS CORREIA DE MENDONÇA), proc. n.º 9521/05.8TBCSC-B-8 (alimentos; maiores; cessação da obrigação; sucessão de leis no tempo; deficiente).
- Ac. Relação de Guimarães, de 17/11/2022 (MARIA AMÁLIA SANTOS), proc. n.º 1002/18.6T8VCT-C.G1 (sentença; nulidade de sentença; omissão de pronúncia; reclamação de créditos; título executivo).
- Ac. STJ, de 29/11/2022 (FÁTIMA GOMES), proc. n.º 86/21.4YHLSB.L1.S1 (direito de patente; modelo de utilidade; reivindicações; reivindicações independentes; reivindicações dependentes).
- Ac. STJ, de 6/12/2022 (PEDRO LIMA GONÇALVES), proc. n.º 571/19.8T8LSB.L1.S1 (bens próprios; bens comuns; sub-rogação real indireta; prova; meios de prova; livre apreciação da prova; matéria de facto; direto probatório material).
- Ac. Relação de Évora, de 15/12/2022 (FRANCISCO XAVIER), proc. n.º 3183/18.0T8STB.E1 (obras, benfeitorias; reconvenção; cooperação processual; despacho de aperfeiçoamento; recurso de apelação; matéria de facto).
- Ac. Relação de Guimarães, de 15/12/2022 (FERNANDO BARROSO CABANELAS), proc. n.º 1482/22.5T8VCT.G1 (sócio; (ex)cônjuge de sócio; contitularidade; deliberação social; legitimidade processual).
- Ac. STJ, de 15/12/2022 (NUNO PINTO DE OLIVEIRA), proc. n.º 101/21.1YHLSB.L1.S1 (direito de patente; modelo de utilidade; reivindicações; reivindicações independentes; reivindicações dependentes; descrição).
- Ac. Relação de Lisboa, de 21/12/2022 (ELANORA VIEGAS), proc. n.º 179/22.0YHLSB.L1-PICRS (direito de patente; recurso; invenção; novidade; público).
- Ac. STJ, de 10/01/2023 (MANUEL CAPELO), proc. n.º 996/21.9T8PVZ.P1.S1 (competência internacional; princípio da causalidade; causa de pedir; direito à imagem; direitos de personalidade).
- Ac. Relação de Guimarães, de 19/01/2023 (MARIA JOÃO MATOS), proc. n.º 1312/10.0TBEPH-H-A.G1 (responsabilidades parentais; alimentos; incumprimento; impossibilidade superveniente).
- Ac. Relação de Guimarães, de 26/01/2023 (ALCIDES GUIMARÃES), proc. n.º 2323/22.9T8VCT.G1 (providência cautelar; direitos de personalidade; direito ao repouso; interpretação da sentença).
- Ac. Relação de 2/02/2023 (ANISABEL SOUSA PEREIRA), proc. n.º 2998/22.9T8GMR.G1 (direitos de personalidade; processo especial de tutela da personalidade; ruído; direito à integridade física; atividade comercial).
- Ac. Relação de Coimbra, de 7/02/2023 (ARLINDO OLIVEIRA), proc. n.º 1120/22.6T8FIG.C1 (alimentos; perfilhação; impugnação da perfilhação; restituição dos alimentos; enriquecimento se causa; efeitos *ex nunc*).

- Ac. Relação de Guimarães, de 9/02/2023 (ALCIDES RODRIGUES), proc. n.º 449/21.5T8CHV-A.G1 (execução; herança; penhora; herdeiro; oposição à penhora; ónus da prova).
- Ac. STJ, de 15/02/2023 (ANA RESENDE), proc. n.º 4239/20.4T8STB.E1.S1, (competência internacional; princípio da causalidade; direitos de personalidade; direito à imagem).
- Ac. Relação de Coimbra, de 28/02/2023 (LUÍS CRAVO), proc. n.º 2485/09.0TBCLDA.C2 (alimentos; Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores; montante da prestação; reinício do pagamento pelo progenitor).
- Ac. Relação de Coimbra, de 14/03/2023 (MÁRIO RODRIGUES DA SILVA), proc. n.º 541/21.6T8CNT-A.C1 (inventário; bens próprios; bens comuns; compensação).
- Ac. Relação de Coimbra, de 14/03/2023 (HENRIQUES ANTUNES), proc. n.º 1090/19.8T8ANS.C1 (execução; prestação de facto; interpretação da sentença; condição resolutiva; livre apreciação da prova).
- Ac. STJ, de 21/03/2023 (TIBÉRIO NUNES DA SILVA), proc. n.º 418/20.2YHLSB.L1.S1 (direito de patente; modelo de utilidade; reivindicações; reivindicações independentes; reivindicações independentes; atividade inventiva; telemedicina).
- Ac. Relação do Porto, de 27/03/2023 (MIGUEL BALDAIA DE MORAIS), proc. n.º 108/17.3T8VCD-G.P3 (prova; declarações de parte; obrigação de alimentos; ónus da prova; alimentos devidos a filhos maiores).
- Ac. Relação de Lisboa, de 12/04/2023 (ANA MENDONÇA PAVÃO), proc. n.º 2023/21.4.YHLSB.L2 (direito de marca; imitação de marca; confundibilidade; risco de associação; risco de confusão), in *Boletim da Propriedade Industrial*, de 5/07/2023, p. 6 ss.
- Ac. Relação de Guimarães, de 20/04/2023 (ALCIDES RODRIGUES), proc. n.º 68/10.1TBMDR-A.G1 (alimentos; Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores; pensão social do regime não contributivo; rendimento social de inserção).
- Ac. STJ, de 27/04/2023 (FÁTIMA GOMES), proc. n.º 289/18.9YHLSB.L1.S1 (direito à patente; invenção laboral; ação de simples apreciação; ação constitutiva).
- Ac. STJ, de 11/05/2023 (MARIA DA GRAÇA TRIGO), proc. n.º 656/20.8T8VCD-A.P1.S1 (bens comuns; bens próprios; comunhão de adquiridos, inventário; relação de bens; indemnização; acidente de trabalho).
- Ac. Relação de Lisboa, de 16/05/2023 (EDGAR TABORDA LOPES), proc. n.º 5375/18.2T8FNC.L1-7 (bens comuns; ilegitimidade conjugal; sócio; quotas; sociedades por quotas; alienação de quotas).
- Ac. Relação de Lisboa, de 1/06/2023 (CARLOS CASTELO BRANCO), proc. n.º 3531/21.5T8FNC.L1-2 (união de facto; ação de simples apreciação; interesse em agir).
- Ac. Relação de Guimarães, de 1/06/2023 (FIGUEIREDO DE ALMEIDA), proc. n.º 3721/12.1TBVCT.G1 (responsabilidade civil; ato médico; obrigação de meios; matéria de facto; poderes da Relação).
- Ac. Relação de Guimarães, de 15/06/2023 (ALCIDES RODRIGUES), proc. n.º 2388/21.0T8VRL.G1 (prova; meios de prova; direito probatório material; vinho do Porto; benefício).
- Ac. Relação de 15/06/2023 (GABRIELA DE FÁTIMA MARQUES), proc. n.º 18851/22.3T8LSB.L1-6 (tutela da personalidade; direito ao bom nome e reputação; liberdade de imprensa).

- Ac. Relação de Lisboa, de 15/06/2023 (ELEANORA VIEGAS), proc. n.º 174/21.7YHLSB.L1 (certificado complementar de proteção; patente de base; reivindicações; âmbito de proteção).
- Sentença do Tribunal da Propriedade Intelectual, de 17/06/2023, proc. n.º 326.22.2YHLSB (marca; imitação; confusão; marca notória).
- Ac. Relação de Lisboa, de 22/06/2023 (NELSON BORGES CARNEIRO), proc. n.º 2415/20.9T8OER-C.L1-2 (caso julgado; autoridade do caso julgado; bens comuns; hipoteca).
- Ac. STJ, de 6/07/2023 (FERNANDO BAPTISTA), proc. n.º 108/17.3T8VCD-G.P3.S1 (alimentos; filho maior; culpa grave; formação profissional).
- Sentença do Tribunal da Propriedade Intelectual, de 2/07/2023, proc. n.º 72/23.0YHLSB (direito de marca; caducidade; uso sério).
- Ac. Relação do Porto, de 12/07/2023 (ALEXANDRA PELAYO), proc. n.º 1736/20.5T8VCD-A.P1 (caso julgado; autoridade do caso julgado; exceção dilatória; sentença; fundamentação).
- Ac. Relação do Porto, de 12/07/2023 (MIGUEL BALAIA DE MORAIS), proc. n.º 8941/20.2T8PRT.P2 (prova; meios de prova, matéria de facto; poderes da Relação; presunção judicial).
- Ac. Relação de Lisboa, de 28/09/2023 (CARLOS CASTELO BRANCO), proc. n.º 15814/23.5T8LSB.L1-2 (direitos de personalidade; tutela da personalidade humana; ação especial; culpa; ilicitude).
- Ac. Relação de Coimbra, de 26/09/2023 (SÍLVIA PIRES), proc. n.º 898/22.1T8CTB-A.C1 (alimentos; maioridade; execução; legitimidade processual; substituição processual).
- Ac. Relação de Guimarães, de 12/10/2023 (GONÇALO OLIVEIRA MAGALHÃES), proc. n.º 3132/21.8TBBERG-B.G1 (alimentos; maioridade; alteração; responsabilidades parentais).
- Ac. Relação de Lisboa, de 24/10/2023 (HENRIQUES ANTUNES), proc. n.º 2548/21.4T8ACB.C1 (mútuo; documento particular; assinatura; matéria de facto; poderes da Relação).
- Ac. Relação de Guimarães, de 26/10/2023 (MARIA JOÃO MATOS), proc. n.º 2946/17.8T8BRG-C.G1 (alimentos a filho maior; incumprimento de responsabilidades parentais; medida dos alimentos; educação).
- Ac. Relação do Porto, de 30/10/2023 (NÉLSON FERNANDES), proc. n.º 437/23.7T8OAZ-A.P1 (legitimidade processual; litisconsórcio; pluralidade subjetiva subsidiária; intervenção de terceiros).
- Ac. Relação de Lisboa, de 9/11/2023 (PEDRO MARTINS), proc. n.º 5531/23.1T8LRS.L1-2 (arresto; penhora; bens comuns; direito à meação).
- Ac. Relação do Porto, de 9/11/2023 (ARISTIDES RODRIGUES DE ALMEIDA), proc. n.º 2166/22.0T8VCD-A.P1 (comunhão de adquiridos; inventário; separação de meações; bens próprios; doação).
- Ac. Relação de Guimarães, de 23/11/2023 (PEDRO MANUEL RIBEIRO MAURÍCIO), proc. n.º 470/22.6T8AVV-C.G1 (execução; título executivo; oposição à execução; providência cautelar; sanção pecuniária compulsória).
- Ac. Relação de Guimarães, de 23/11/2023 (JOSÉ CARLOS PEREIRA DUARTE), proc. n.º 3225/22.4T8VNF.G1 (inquérito judicial; legitimidade processual; sócio; processo especial; analogia).

- Ac. Relação de Guimarães, de 23/11/2023 (GONÇALO OLIVEIRA MAGALHÃES), proc. n.º 2922/20.3T8BRG-D.G1 (prova; direito à prova; meios de prova; declarações de parte).
- Ac. STJ, de 30/11/2023 (ANTÓNIO BARATEIRO MARTINS), proc. n.º 6816/14.3YYLSB-A.L1.S1 (título executivo; documento particular; quirógrafo; obrigação cambiária; obrigação cartular; ónus de alegação).
- Ac. Relação de Guimarães, de 7/12/2023 (MARIA JOÃO MATOS), proc. n.º 326/22.2T8VRL-B.G1 (legitimidade processual; litisconsórcio necessário; intervenção principal espontânea).
- Ac. Relação de Lisboa, de 5/12/2023 (EDGAR TABORDA LOPES), proc. n.º 2150/22.3T8TVD.L1-7 (indignidade sucessória; abuso de direito; crime doloso; inimputabilidade).
- Ac. Relação de Lisboa, de 7/12/2023 (PEDRO MARTINS), proc. n.º 875/21.0T8FNC-B.L1-2 (inventário; bens comuns; partilha adicional).
- Ac. Relação de Guimarães, de 7/12/2023 (MARIA JOÃO MATOS), proc. n.º 326/22.2T8VRL-B.G1 (doação; anulação; litisconsórcio necessário; intervenção principal espontânea).
- Ac. Relação de Coimbra, de 13/12/2023 (LUÍS CRAVO), proc. n.º 826/23.7T8ACB.C1 (união de facto; atribuição da casa de morada da família; prova; ónus da prova; declarações de parte).
- Ac. Relação de Guimarães, de 11/01/2024 (ANTÓNIO FIGUEIREDO DE ALMEIDA), proc. n.º 4/22.2T8MNC.G1 (caso julgado; autoridade do caso julgado; factos provados).
- Ac. Relação de Guimarães, de 11/01/2024 (MARIA DOS ANJOS SNOGUEIRA), proc. n.º 9/23.6T8BCL.G1 (alimentos; maioridade; legitimidade processual; razoabilidade).
- Ac. Relação de Évora, de 11/01/2024 (TOMÉ DE CARVALHO), proc. n.º 129/21.7T8SLV.E1 (prova; meios de prova; declarações de parte; livre apreciação da prova; acidente de viação).
- Ac. Relação de Guimarães, de 25/01/2024 (ALCIDES RODRIGUES), proc. n.º 4021/22.4T8BRG-B.G1 (alimentos; responsabilidades parentais; menores; medida dos alimentos).
- Ac. Relação do Porto, de 30/01/2024 (JOÃO RAMOS LOPES), proc. n.º 249/14.9T8MAI-B.P1 (execução; penhora; embargos de terceiro; hipoteca; arrendamento; caducidade do arrendamento; venda executiva).
- Ac. Relação do Porto, de 30/01/2024 (MARIA DA LUZ SEABRA), proc. n.º 575/23.6T8VNG.P1 (direito à informação; inquérito judicial; sociedade comercial; sócio).
- Ac. Relação do Porto, de 5/02/2024 (TERESA FONSECA), proc. n.º 1621/14.0TMPRT-A.P1 (alimentos; obrigação de alimentos; incumprimento; responsabilidades parentais; prova; ónus da prova).
- Ac. STJ, de 6/02/2024 (PEDRO DE LIMA GONÇALVES), proc. n.º 2211/21.6T8PDL.L1.S1 (inventário; bens comuns; bens próprios; reclamação; indemnizações).
- Ac. STJ, de 6/03/2024 (GRAÇA AMARAL); proc. n.º 4556/18.3T8PBL-G.C1.S1 (execução; título executivo; sentença; caso julgado; impugnação pauliana; condenação implícita).
- Ac. STJ, de 14/03/2024 (CURA MARIANO), proc. n.º 4488/20.5T8ALM-A.L1.S1 (direitos de personalidade; direito ao nome; causa de pedir; dano; residência habitual; competência internacional; princípio da causalidade).

- Ac. STJ, de 19/03/2024 (LUÍS CORREIA DE MENDONÇA), proc. n.º 244/22.4T8PTG.E1.S1 (princípio do contraditório; causa de pedir; petição inicial; poderes do juiz).
- Ac. Relação de Guimarães, de 21/03/2024 (CARLA OLIVEIRA) proc. n.º 3158/22.4T8VCT.G1 (caso julgado; autoridade de caso julgado; matéria de facto; questão nova).
- Ac. Relação do Porto, de 4/04/2024 (ANA LUÍSA LOUREIRO), proc. n.º 852/21.0T8STS.P1 (compra e venda; reserva de propriedade; pacto comissório; sub-rogação).
- Ac. Relação do Porto, de 8/04/2024 (TERESA FONSECA), proc. n.º 5668/13.5TBVNG-G.P1 (alimentos; maioridade; medida dos alimentos; razoabilidade).
- Ac. STJ, de 17/04/2024 (OLIVEIRA ABREU), proc. n.º 420/21.7YHLSB.L1.S1 (direito de patente; reivindicações; matéria de facto; poderes do Supremo; medicamentos genéricos).
- Ac. Relação do Porto, de 6/05/2024 (MIGUEL BALDAIA DE MORAIS), proc. n.º 1681/23.2T8STS.P2 (estabelecimento da filiação; impugnação da paternidade; prazo de caducidade; inconstitucionalidade).
- Ac. Relação de Coimbra, de 21/05/2024 (ANTÓNIO FERNANDO SILVA), proc. n.º 3678/22.0T8VIS-A.C1 (regulação de responsabilidades parentais; alimentos; medida dos alimentos; menor; residência do menor).
- Ac. Relação de Guimarães, de 23/05/2024 (ALCIDES RODRIGUES), proc. n.º 472/23.5T8CHV-A.G1 (contrato de abertura de crédito; título executivo; inexigibilidade; embargos de executado).
- Ac. Relação de Évora, de 6/06/2024 (TOMÉ DE CARVALHO), proc. n.º 172/23.T8CTX.E1 (responsabilidade civil; instituição bancaria; fundamentação; prova, factos instrumentais).
- Ac. da Relação de Coimbra, de 18/06/2024 (CRISTINA NEVES), proc. n.º 324/11.1TBCTB-G.C1 (alimentos; maioridade; cessão da obrigação; impenhorabilidade).
- Ac. Relação de Lisboa, de 20/06/2024 (ANTÓNIO MOREIRA), proc. n.º 169/23.6T8RGR-A.L1-2 (quinhão hereditário; direito de preferência; alienação de herança)
- Ac. STJ, de 4/07/2024 (MARIA DA GRAÇA TRIGO), proc. n.º 1148/04.8TCGMR-A.G2.S1 (sentença; interpretação da sentença; pedido; causa de pedir; caso julgado material).
- Ac. STJ, de 9/07/2024 (CLARA SOTTOMAYOR), proc. n.º 2150/22.3T8TVD.L1.S1 (capacidade sucessória; indignidade; crime; inimputabilidade; ordem pública; bons costumes; analogia; princípio da igualdade; abuso de direito)
- Ac. Relação de Lisboa, de 11/07/2024 (HIGINA CASTELO), proc. n.º 4810/20.4T8LSB.L1-2 (partes comuns; logradouro; usucapião; defesa por exceção; reconvenção)

b) Tribunais Administrativos e Fiscais:

SUPREMO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO:

- Ac. STA, de 8/09/2010 (DULCE NETO), proc. n.º 0634/10 (direito de remição, execução, cónjuge, união de facto).
- Ac. STA, de 26/09/2012 (RUI BOTELHO), proc. n.º 0541/12 (medicamento genérico, preço de venda, arbitragem necessária, direito de patente, providência cautelar).
- Ac. STA, de 10/10/2012 (FRANCISCO ROTHES), proc. n.º 0782/12 (crédito incobrável, falta de bens penhoráveis, extinção da instância executiva).

- Ac. STA, n.º 2/2013, de 9/01/2013, uniformização de jurisprudência (ADÉRITO SALVADOR DOS SANTOS: medicamentos genéricos, introdução de autorização no mercado, Lei n.º 62/2011, inconstitucionalidade).
- Ac. STA, de 16/12/2015 (DULCE NETO), proc. n.º 01704/13 (direito legal de preferência, competência material, propriedade do meio processual, venda executiva).
- Ac. STA, de 29/11/2017, proc. n.º 01083/17 (penhora, saldo bancário, bloqueio de saldo bancário).
- Ac. STA, de 6/12/2017 (ANTÓNIO PIMPÃO), proc. n.º 0146/17 (penhora de crédito, conta bancária, saldo bancário, bloqueio de saldo bancário, desbloqueio de saldo bancário).
- Ac. STA, de 10/01/2018 (ANTÓNIO PIMPÃO), proc. n.º 01084/17 (penhora de crédito, bloqueio de saldo bancário, desbloqueio de saldo bancário).
- Ac. STA, de 28/02/2018 (PEDRO DELGADO), proc. n.º 079/18 (reclamação, nulidade da sentença, omissão de julgamento da matéria de facto, caso julgado).
- Ac. STA, de 3/05/2018 (ANTÓNIO PIMPÃO), proc. n.º 0264/18 (recurso de revista excepcional, erro sobre o objeto, venda executiva).
- Ac. STA, de 20/06/2018 (ASCENSÃO LOPES), proc. n.º 01532/14 (crédito incobrável, custos de exercício, sentença, extinção da instância).

TRIBUNAL CENTRAL ADMINISTRATIVO DO SUL (exemplificadamente):

- Ac. de 25/03/2008 (JOSÉ CORREIA), proc. n.º 02315/08 (execução fiscal, penhora, impenhorabilidade, instrumentos de trabalho).
- Ac. de 6/11/2008 (CRISTINA DOS SANTOS), proc. n.º 03993/08 (direito de patente, medicamentos genéricos, autorização de introdução no mercado, suspensão da eficácia, procedimento cautelar).
- Ac. de 23/09/2010 (CRISTINA DOS SANTOS), proc. n.º 06492/10 (medicamentos genéricos, direito de patente, autorização de introdução no mercado, procedimento cautelar, fixação do preço de venda ao público).
- Ac. de 6/10/2010 (TERESA SOUSA), proc. n.º 06677/10 (providência cautelar, autorização de introdução no mercado, *periculum in mora*).
- Ac. de 21/10/2010 (PAULO CARVALHO), proc. n.º 06585/10 (direito de patente, medicamentos genéricos, autorização de introdução no mercado, infração da patente, suspensão da eficácia do ato administrativo).
- Ac. de 21/10/2010 (PAULO CARVALHO), proc. n.º 05797/09 (direito de patente, medicamentos genéricos, autorização de introdução no mercado, infração da patente).
- Ac. de 3/11/2010 (JOSÉ CORREIA), proc. n.º 04285/10 (execução fiscal, reclamação de créditos, direito de retenção, contrato promessa, hipoteca, direito de retenção).
- Ac. de 4/11/2010 (CRISTINA DOS SANTOS), proc. n.º 06779/10 (direito de patente, reivindicações, descrição, medicamentos genéricos, autorização de introdução no mercado, fixação do preço de venda ao público).
- Ac. de 18/11/2010 (CRISTINA DOS SANTOS), proc. n.º 06681/10 (direito de patente, reivindicações, descrição, medicamentos genéricos, autorização de introdução no mercado, fixação do preço de venda ao público).
- Ac. de 13/01/2011 (CRISTINA DOS SANTOS), proc. n.º 07000/10 (direito de patente, reivindicações, descrição, fixação do preço de venda ao público, medicamentos genéricos).

- Ac. de 17/12/2011 (PAULO CARVALHO), proc. n.º 07153/11 (direito de patente, patente de uso, medicamento genérico, procedimento cautelar, *fumus boni iuris*).
- Ac. de 29/09/2011 (CRISTINA DOS SANTOS), proc. n.º 07937/11 (direito de patente; âmbito de proteção; medicamentos; autorização de introdução no mercado; medicamentos genéricos; competência material; tribunais administrativos; tribunais judiciais).
- Ac. de 17/12/2011 (CRISTINA DOS SANTOS), proc. n.º 07115/11 (direito de patente, reivindicações, autorização de introdução no mercado, medicamentos genéricos, fixação do preço de venda ao público).
- Ac. de 12/05/2011 (FONSECA DA PAZ), proc. n.º 07106/11 (contencioso pré-contratual, prova, prova pericial).
- Ac. de 19/05/2011 (FONSECA DA PAZ), proc. n.º 06915/10 (reconvenção, compensação, compensação extrajudicial, exigibilidade do crédito).
- Ac. de 1/06/2011 (CRISTINA DOS SANTOS), proc. n.º 07665/11 (direito de patente, medicamentos genéricos, reivindicações, descrição, autorização de introdução no mercado, fixação do preço de venda ao público).
- Ac. de 1/06/2011 (PAULO CARVALHO), proc. n.º 06400/10 (medicamento genéricos, autorização introdução no mercado, procedimento cautelar, direito de patente).
- Ac. de 4/07/2011 (PAULO PEREIRA GOUVEIA), proc. n.º 07408/11 (seleção da matéria de facto, sentença, matéria de facto, fundamentação).
- Ac. de 29/09/2011 (CRISTINA DOS SANTOS), proc. n.º 07937/11 (direito de patente, medicamentos genéricos, descrição, reivindicações, autorização de introdução no mercado, competência).
- Ac. de 20/10/2011 (CRISTINA DOS SANTOS), proc. n.º 08045/11 (medicamentos genéricos, procedimento cautelar, suspensão da eficácia, autorização de introdução no mercado, preço de venda ao público, direito de patente, descrição, reivindicações).
- Ac. de 20/10/2011 (PAULO PEREIRA GOUVEIA), proc. n.º 05701/09 (sentença, efeitos da sentença, condições de procedência da ação, despacho de aperfeiçoamento).
- Ac. de 27/10/2011 (PAULO PEREIRA GOUVEIA), proc. n.º 07928/11 (perda de mandato, nulidade, pressuposto processual específico, exceção dilatória inominada).
- Ac. de 23/11/2011 (PAULO PEREIRA GOUVEIA), proc. n.º 08016/11 (medicamentos genéricos, procedimento cautelar, *periculum in mora*, *fumus boni iuris*, ponderação de interesses).
- Ac. de 22/03/2012 (PAULO PEREIRA GOUVEIA), proc. n.º 06627/10 (caso julgado, realidade fáctica essencial, pedido, causa de pedir).
- Ac. de 22/03/2012 (PAULO PEREIRA GOUVEIA), proc. n.º 07829/11 (ónus da prova, aquisição da nacionalidade portuguesa, ligação efetiva à comunidade nacional).
- Ac. de 10/05/2012 (PAULO PEREIRA GOUVEIA), proc. n.º 01919/06 (ação administrativa especial, conhecimento superveniente, omissão de pronúncia).
- Ac. de 31/05/2012 (COELHO DE CUNHA), proc. n.º 08758/12 (INFARMED, medicamentos genéricos, autorização de introdução no mercado, suspensão da eficácia).
- Ac. de 5/07/2012 (BENJAMIN BARBOSA), proc. n.º 08729/12 (medicamentos genéricos, competência material, arbitragem, nulidade, fundamentação, procedimento cautelar).
- Ac. de 4/10/2012 (CRISTINA DOS SANTOS), proc. n.º 09099/12 (propostas do júri, impugnabilidade, sucursal, exclusão da proposta, concorrente procedimental, sociedade comercial, personalidade jurídica).
- Ac. de 8/11/2012 (SOFIA DAVID) proc. n.º 08530/12 (medicamentos genéricos, autorização de introdução no mercado, preço de venda ao público, *periculum in mora*).

- Ac. de 22/11/2012 (PAULO PEREIRA GOUVEIA), proc. n.º 04989/09 (caso julgado, impugnação administrativa necessária).
- Ac. de 9/01/2013 (ADÉRITO SANTOS), proc. n.º 0771/12 (propriedade industrial; direito de patente; autorização de introdução no mercado; medicamentos genéricos).
- Ac. de 24/04/2013 (SOFIA DAVID), proc. n.º 09891/13 (medicamentos genéricos, autorização de introdução no mercado, prova testemunhal, prova pericial, *periculum in mora*, ponderação de interesses).
- Ac. de 6/06/2013 (PAULO PEREIRA GOUVEIA), proc. n.º 08573/12 (águas de nascente, domínio público, arbitragem).
- Ac. de 26/09/2013 (SOFIA DAVID), proc. n.º 09483/12 (despacho saneador, saneador sentença, juiz singular, recurso).
- Ac. de 10/10/2013 (SOFIA DAVID), proc. n.º 10037/13 (medicamentos genéricos, autorização de introdução no mercado, fixação do preço de venda, direito de patente).
- Ac. de 22/11/2013 (ANA CELESTE CARVALHO), proc. n.º 08226/11 (medicamento genérico, autorização de introdução no mercado, preço de venda ao público).
- Ac. de 19/12/2013 (RUI PEREIRA), proc. n.º 10559/13 (ação comum, inutilidade superveniente da lide, intervenção principal).
- Ac. de 9/10/2014 (PAULO PEREIRA GOUVEIA), proc. n.º 11472/14 (caso julgado, exceção de caso julgado).
- Ac. de 2/02/2015 (PEDRO MARCHÃO MARQUES), proc. n.º 08843/12 (junção de documentos, audiência preliminar, nulidade processual, decisão surpresa).
- Ac. de 26/02/2015 (PAULO PEREIRA GOUVEIA), proc. n.º 11749/14 (intimação para a prestação de informações, caso julgado, interesse em agir).
- Ac. de 26/03/2015 (PAULO PEREIRA GOUVEIA), proc. n.º 11858/15 (legitimidade processual, litisconsórcio necessário passivo).
- Ac. de 23/04/2015 (BÁRBARA TAVARES TELES), proc. n.º 08580/15 (penhora, bens relativamente impenhoráveis).
- Ac. de 16/12/2015 (DULCE NETO), proc. n.º 01704/13 (tribunais administrativos, tribunais judiciais, competência material, direito de preferência, execução, venda executiva).
- Ac. de 25/06/2016 (CATARINA JARMELA), proc. n.º 10190/13 (autorização de introdução no mercado, patente, medicamento genérico).
- Ac. de 30/06/2016 (PAULO PEREIRA GOUVEIA), proc. n.º 13172/16 (nacionalidade portuguesa, aquisição da nacionalidade, ação declarativa constitutiva, prova, ónus da prova).
- Ac. de 16/12/2017 (PAULO PEREIRA GOUVEIA), proc. n.º 12543/15 (aquisição da nacionalidade portuguesa, prova, ónus da prova, *non liquet*, aquisição processual).
- Ac. de 14/01/2016 (CONCEIÇÃO SILVESTRE), proc. n.º 12740/15 (aquisição da nacionalidade portuguesa, ações de simples apreciação, prova, ónus da prova).
- Ac. de 10/03/2016 (PAULO PEREIRA GOUVEIA), proc. n.º 12987/16 (ónus da prova, teoria das normas, nacionalidade portuguesa).
- Ac. de 19/05/2016 (PAULO PEREIRA GOUVEIA), proc. n.º 12987/16 (ação constitutiva, ação de simples apreciação, prova, ónus da prova).
- Ac. de 20/10/2016 (CONCEIÇÃO SILVESTRE), proc. n.º 12600/15 (legitimidade processual, pluralidade subjetiva subsidiária).
- Ac. 2/02/2017 (PAULO PEREIRA GOUVEIA), proc. n.º 2814/13.2BELSB (aquisição da nacionalidade portuguesa, prova, ónus da prova).

- Ac. de 2/02/2017 (PAULO PEEREIRA GOUVEIA), proc. n.º 13518/16 (aquisição da nacionalidade portuguesa, prova, ónus da prova).
- Ac. de 4/10/2017 (PAULO PEREIRA GOUVEIA), proc. n.º 1596/16.0BELSB (aquisição da nacionalidade portuguesa, ónus da prova).
- Ac. de 4/04/2019 (HELENA AFONSO), proc. n.º 3190/15.4BESNT (responsabilidade civil do Estado, nexos de causalidade, prestação de caução, embargos de executado, suspensão da execução).
- Ac. de 11/04/2019 (ANA PINHOL), proc. n.º 1493/17.2BESNT (erro na forma de processo, procedimento cautelar, ação principal, venda executiva, direito legal de preferência).
- Ac. de 22/06/2019 (ANA PINHOL), proc. n.º 1569/14.8BELRA (IRS, provisões, IVA).
- Ac. de 17/10/2019 (JORGE CORTÊS), proc. n.º 335/14.5BEALM (faturas falsas, declarações de parte).
- Ac. de 23/04/2020 (CATARINA ALMEIDA E SOUSA), proc. n.º 1784/15.7BEALM (análise crítica da prova, presunção de verdade das declarações, ónus da prova, declarações de parte).
- Ac. de 21/05/2020 (PATRÍCIA MANUEL PERES), proc. n.º 114/19.3BCLSB (alçadas, tempestividade, nulidade da sentença, inutilidade superveniente da lide).
- Ac. de 17/02/2022 (ANA PATROCÍNIO), proc. n.º 00309/13.3BECBR (caducidade do direito de ação; prova; prova testemunhal; livre apreciação da prova).
- Ac. de 13/10/2022 (PATRÍCIA MANUEL PIRES), proc. n.º 14/18.4 BCLSB (omissão de pronúncia; caso julgado).
- Ac. de 2/11/2022 (DORA LUCAS NETO), proc. n.º 5/09.6 BEBJA (empreitada de obras públicas; trabalhos a mais; sobrecusto; falta de contestação)

TRIBUNAL CENTRAL ADMINISTRATIVO DO NORTE:

- Ac. de 30/04/2020 (HELENA RIBEIRO), proc. n.º 02193/18.1BEBRG (legitimidade ativa, litisconsórcio, despacho vinculado).
- Ac. de 30/04/2020 (HELENA RIBEIRO) proc. n.º 01058/10.0BEPRT) (julgamento da matéria de facto, fundamentos probatórios, factos, juízos conclusivos).
- Ac. de 14/02/2020 (HELENA RIBEIRO), proc. n.º 00512/07.5BEPNF (omissão de pronúncia, prova pericial, nulidade de licenciamento, indemnização cível).
- Ac. de 30/03/2017 (MÁRIO REBELO), proc. n.º 03081/15.BEPRT (citação pessoal por transmissão eletrónica de dados).
- Ac. de 16/02/2016 (ANA PATROCÍNIO), proc., n.º 02600/09.4BEPRT (embargos de terceiro).
- Ac. de 20/02/2015 (ALEXANDRA ALENDOURO), proc. n.º 0239/12.6BEMDL (consórcio, decreto-lei n.º 231/81).
- Ac. de 16/02/2017 (ANA PATROCÍNIO), proc. n.º 02600/09.4BEPRT (embargos e terceiro, matéria de facto, prova, meios de prova, declarações de parte).
- Ac. de 30/03/2017 (MÁRIO REBELO), proc. n.º 03081/15.9BEPRT (citação, citação pessoal; processo equitativo).
- Ac. de 14/02/2020 (HELENA RIBEIRO), proc. n.º 00512/07.5BEPNF (omissão de pronúncia, prova, prova pericial).

- Ac. de 30/04/2020 (HELENA RIBEIRO), proc. n.º 01058/10.0BEPRT (prova; matéria de facto, juízos conclusivos, declarações de parte).
- Ac. de 30/04/2020 (HELENA RIBEIRO), proc. n.º 02193/18.1BEBRG (legitimidade processual, litisconsórcio, litisconsórcio necessário).
- Ac. de 23/04/2021 (FREDERICO MACEDO BRANCO), proc. n.º 01129/18.4BEBRG (alimentos, Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores).
- Ac. de 17/02/2022 (ANA PATROCÍNIO), proc. n.º 00309/13.3BECBR (matéria de facto, prova, reexame, poderes da Relação, caducidade do direito de ação, prova testemunhal).
- Ac. de 2/06/2022 (ANA PATROCÍNIO), proc. n.º 01860/09.5BEPRT (prova, matéria de facto, reexame, poderes da Relação, reversão da execução).

c) TRIBUNAL CONSTITUCIONAL (do acórdão mais recente ao mais antigo):

- Ac. Tribunal Constitucional, n.º 446/2024 (JOANA COSTA), de 5/06/2024 (alimentos, menores, Fundo de Garantia de alimentos Devidos a Menores, indexante de apoios sociais).
- Ac. Tribunal Constitucional, n.º 444/2024 (AFONSO PATRÃO), de 5/06/2024 (tutela jurisdicional efetiva, prova, meios de prova, direito à prova, apoio judiciário)
- Ac. Tribunal Constitucional n.º 168/2024 (AFONSO PATRÃO), de 29/02/2024 (propriedade industrial, direito de patente, arbitragem voluntária, arbitragem necessária, medicamentos genéricos, invalidade da patente, declaração de nulidade, efeitos *inter partes*).
- Ac. Tribunal Constitucional n.º 54/2024 (AFONSO PATRÃO), de 18/01/2024 (incompetência absoluta, prazo, princípio da preclusão, tribunais administrativos, tribunais judiciais).
- Ac. Tribunal Constitucional n.º 165/2023 (GONÇALO DE ALMEIDA RIBEIRO), de 30/03/2023 (sentença, ambiguidade; ininteligibilidade, duplo grau de jurisdição).
- Ac. Tribunal Constitucional, n.º 50/2022 (PEDRO MACHETE), de 18/01/2022 (venda executiva, caducidade dos direitos reais, direito de uso e habitação, penhora, prioridade do registo).
- Ac. Tribunal Constitucional n.º 445/2021 (TELES PEREIRA), de 23 de junho de 2021 (filiação, marido da mãe, impugnação da paternidade presumida, prazo).
- Ac. Tribunal Constitucional n.º 219/2020 (JOANA FERNANDES COSTA), de 17/04/2020 (direito de remição, notificação da venda).
- Ac. Tribunal Constitucional n.º 735/2019 (MARIANA CANOTILHO), de 5/12/2019 (princípio do contraditório).
- Ac. Tribunal Constitucional, n.º 668/2018 (TELES PEREIRA), de 18/12/2018 (alimentos devidos a menores, hipoteca legal).
- Ac. Tribunal Constitucional, n.º 510/2018 (JOANA FERNANDES COSTA), de 17/10/2018 (caso julgado, fundamentos da sentença).
- Ac. Tribunal Constitucional, n.º 446/2018 (FÁTIMA MATA-MOUROS), de 2/10/2018 (Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores, exigibilidade, prestações vencidas).
- Ad. Tribunal Constitucional, n.º 187/2018 (FERNANDO VENTURA), de 10/04/2018 (arbitragem necessária, medicamentos genéricos, caducidade da ação).

- Ac. Tribunal Constitucional, n.º 382/2017 (PEDRO MACHETE), de 12/07/2017 (Lei de Proteção das Crianças e Jovens, alimentos, dever de assistência, maioridade).
- Ac. Tribunal Constitucional, n.º 251/2017 (FÁTIMA MATA-MOUROS), de 24/05/2017 (arbitragem necessária, direito de patente, medicamentos genéricos, nulidade da patente, defesa por exceção, tutela jurisdicional efetiva).
- Ac. Tribunal Constitucional, n.º 419/2016 (ANA GUERRA MARTINS), de 22/06/2016 (direito de remição, venda por negociação particular, execução fiscal).
- Ac. Tribunal Constitucional, n.º 216/2015 (ANA GUERRA MARTINS), de 8/04/2015 (direito de patente, medicamentos genéricos, INFARMED, liberdade de criação científica, autorização de introdução no mercado, direito de propriedade privada).
- Ac. Tribunal Constitucional, n.º 481/2014 (MARIA LÚCIA AMARAL), de 25/06/2014 (alimentos, menores, Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores, exigibilidade).
- Ac. Tribunal Constitucional, n.º 620/2013 (CURA MARIANO), de 26/09/2013 (processo equitativo, tutela jurisdicional efetiva, revista, revista excecional).
- Ac. Tribunal Constitucional, n.º 388/13 (CUNHA BARBOSA), de 9/07/2013 (oposição à execução, embargos de executado, título executivo, requerimento de injunção, fórmula executória, tutela jurisdicional efetiva).
- Ac. Tribunal Constitucional, n.º 274/2012 (VÍTOR GOMES), de 23/05/2012 (alimentos, menores, Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores, direito da segurança social, exigibilidade, prestações vencidas).
- Ac. Tribunal Constitucional, n.º 176/2013 (FERNANDO VENTURA), de 20/03/2013 (processo equitativo, tutela jurisdicional efetiva, título executivo, embargos de executado, oposição à execução, requerimento de injunção, fórmula executória).
- Ac. Tribunal Constitucional, n.º 437/2012 (CUNHA BARBOSA), de 26/09/2012 (processo equitativo, oposição à execução, título executivo, embargos de executado, requerimento de injunção, fórmula executória).
- Ac. Tribunal Constitucional, n.º 24/2012 (CUNHA BARBOSA), de 17/01/2012 (investigação da paternidade, prazo, lei nova, processos pendentes, segurança jurídica, proteção confiança).
- Ac. Tribunal Constitucional n.º 400/2011 (VÍTOR GOMES), de 22/09/2011 (menores, alimentos, Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores, exigibilidade).
- Ac. Tribunal Constitucional, n.º 283/2011 (BORGES SOEIRO), de 7/06/2011 (tutela jurisdicional efetiva, oposição à execução, embargos de executado, título executivo, requerimento de injunção, fórmula executória).
- Ac. Tribunal Constitucional, n.º 54/2011 (CURA MARIANO), de 1/02/2011 (alimentos, menores, Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores, exigibilidade).
- Ac. Tribunal Constitucional, n.º 381/2010 (PAMPLONA DE OLIVEIRA), de 12/10/2010 (responsabilidades parentais, alimentos, menores, rendimentos do progenitor).
- Ac. Tribunal Constitucional, n.º 65/2010 (SOUSA RIBEIRO), de 4/02/2010 (investigação da paternidade, caducidade, prova, posse de estado, tratamento como filho).
- Ac. Tribunal Constitucional, n.º 626/2009 (CURA MARIANO), de 2/12/2009 (investigação da paternidade, prazo, caducidade, escrito do pretense pai).
- Ac. Tribunal Constitucional, n.º 309/2009 (FERNANDES CADILHA), de 22/06/2009 (alimentos, menores, Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores, montante da pensão).

- Ac. Tribunal Constitucional, n.º 609/2007 (BORGES SOEIRO), de 11/12/2007 (impugnação da paternidade, prazo, caducidade).
- Ac. Tribunal Constitucional, n.º 277/2007 (MÁRIO TORRES), de 2/05/2007 (tutela jurisdicional efetiva, direito de remição, depósito da totalidade do preço).
- Ac. Tribunal Constitucional, n.º 658/2006 (PAULO MOTA PINTO), de 28/11/2006 (requerimento de injunção fórmula executória, embargos de executado, título executivo, oposição à execução, tutela jurisdicional efetiva).
- Ac. Tribunal Constitucional, n.º 669/2005 (MÁRIO TORRES), de 6/12/2005 (oposição à execução, embargos de executado, título executivo, requerimento de injunção).

ii) Jurisprudência estrangeira (Macau, Brasil):

- Acórdão do Tribunal de Última Instância, de 16/10/2019 (VIRIATO PINHEIRO DE LIMA), proc. n.º 33/2017 (Direitos de propriedade industrial. Patente. Eliminação de reivindicações. Concessão parcial de patente), disponível no seguinte endereço eletrónico: <http://www.court.gov.mo/sentence/pt/28265>
- Acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo, de 14/08/2014 (ENIO ZULIANI), agravo de instrumento (medicamentos, marca farmacêutica), disponível no seguinte endereço eletrónico: <https://tj-sp.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/134383177/agravo-de-instrumento-ai-21126922020148260000-sp-2112692-2020148260000/inteiro-teor-134383212>

2) Integração em grupos de trabalho relacionados com reformas legislativas

— Integrante das *Comissões de Reforma do Processo Civil* constituídas, respetivamente, pelos XVIII e XIX Governos Constitucionais (2009-2011), que conduziram à aprovação do novo Código de Processo Civil de 2013.

— Integrante do *Grupo de Revisão do Código da Propriedade Industrial*, em representação da Associação Portuguesa de Direito Intelectual, constituído na Secretaria de Estado da Justiça, desde setembro de 2018.

3) Citações em outras referências oficiais (exemplificativo)

— Parecer da Procuradoria-Geral da República relativo ao Projeto de Lei n.º 975/XII/4.^a (PS), que altera o artigo 1905.º do Código Civil e o artigo 989.º do Código de Processo Civil, melhorando o regime de alimentos (1/07/2015), disponível no seguinte endereço eletrónico:

<https://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=6148523063446f764c324679626d56304c334e706447567a4c31684a5355786c5a793944543030764d554e425130524d5279394562324e31625756756447397a5357357059326c6864476c3259554e7662576c7a633246764c7a4e6c4d6d51354d7a4d344c5451344d6a63744e4746694d5331694d4451784c5459314e4755354f5751354d4745784e7935775a47593d&fich=3e2d9338-4827-4ab1-b041-654e99d90a17.pdf&Inline=true>

— Parecer do Conselho Superior da Magistratura sobre o projeto de Lei n.º 975/XII/4.^a (PS), que altera o artigo 1905.º do Código Civil e o artigo 989.º do Código de Processo Civil, melhorando o regime de alimentos em caso de filhos maiores ou emancipados, disponível no seguinte endereço eletrónico:

https://www.csm.org.pt/ficheiros/pareceres/2015/2015_06_06_parecer_regimealimentos_maiores_emancipados.pdf

4) Citações efetuadas pela doutrina, sobretudo, pela doutrina portuguesa (exemplos)³

FRANCISCO PEREIRA COELHO/GUILHERME DE OLIVEIRA, *Curso de Direito da Família*, Vol. I. *Introdução. Direito Matrimonial*, 5.^a ed., Coimbra, Imprensa da Universidade, 2016 (p. 771).

JOÃO DE CASTRO MENDES/MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, *Manual de Processo Civil* (em publicação), *inter alia*: I. Teoria Geral, § 1, 3.1., p. 28; IV, § 20, II. 2.2., nota 12; V, IV.

³ Por ordem da data da prestação de provas de doutoramento do 1.º Autor. Apenas são referidas monografias e algumas obras coletivas, onde o subscritor do presente *curriculum* é citado, com exclusão de artigos científicos e teses de mestrado ou doutoramento acessíveis na Internet. A indicação das páginas e das notas de rodapé referem-se às publicações do subscritor do presente *curriculum*, sobretudo em matéria de Processo Civil (ação declarativa, ação executiva, arbitragem). A indicação das citações do ora subscritor efetuadas pelos Autores agora indicados não é, evidentemente, exaustiva.

Pedido reconvençional, 5.3. compensação judiciária, pp. 38-39, nota 67; IV. Prova, 3.3., p. 10.

J. DE OLIVEIRA ASCENSÃO, “Intervenções no Genoma Humano. Validade Ético-Jurídica”, in *Estudos de Direito da Bioética*, coord. de J. OLIVEIRA ASCENSÃO, Coimbra, Almedina, p. 25 ss. (p. 27, nota 4).

——— “A «Licença» e outros negócios de disposição de bens intelectuais”, in *Estudios de Derecho Mercantil, Libro homenaje al Prof. Dr. Dr. h.c. José Antonio Gomez Segade*, coord. de ANA M.^a TOBÍO RIVAS, Madrid, Barcelona, Buenos aires, São Paulo, Marcial Pons, 2013, p. 637 ss. (p. 640, nota 11).

GUILHERME DE OLIVEIRA, *Manual de Direito da Família* (com a colaboração de RUI MOURA RAMOS), Coimbra, Almedina, 2000 (p. 332) = 2.^a ed., Coimbra, Almedina, 2021.

ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO, *Direito das Sociedades Comerciais, I, Parte Geral*, 3.^a ed., Coimbra, Almedina, 2011 (p. 500, nota 1500; p. 1235).

——— *Manual de Direito Comercial*, Coimbra, Almedina, 2001 (p. 91, nota 323; p. p. 140; p. 147, nota 479; p. 202, nota 676) = 2.^a ed., Coimbra, Almedina, 2007.

——— *Direito Comercial*, 4.^a ed. (com a colaboração de A. BARRETO MENEZES CORDEIRO), Coimbra, Almedina, 2016, p. 124, nota 362; p. 196; p. 207, nota 584; p. 208, nota 584; p. 208, nota 587; p. 287, nota 856; p. 963).

MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, *Ação Executiva Singular*, Lisboa, Lex, 1998 (p. 41, nota 12; p. 47, nota 14; p. 51, nota 16; p. 59; p. 139; p. 218, nota 5; p. 294; p. 312, nota 19; p. 322-323; p. 360, nota 5; p. 363; 391; p. 394, nota 10; p. 396, nota 11; p. 398).

J. LEBRE DE FREITAS, *A Ação Declarativa Comum à Luz do Código de Processo Civil de 2013*, 4.^a ed., Coimbra, Gestlegal, 2017 (p. 150, nota 114A; p. 183, nota 4A); p. 262, nota 61; p. 399, nota 18).

——— *Idem*, 5.^a ed., Coimbra, Gestlegal, 2023.

——— *A Ação Executiva à Luz do Código de Processo Civil de 2013*, 7.^a ed., Coimbra, Gestlegal, 2017 (p. 26, nota 30; p. 40, nota 5; p. 46, nota 2; p. 49, nota 4; p. 74, nota 48-B; p. 80, nota 60-B; p. 83, nota 63-B; p. 94, nota 91-A; p. 131, nota 13; p. 132, nota 15-A; p. 152, nota 17; p. 152, nota 19; p. 154, nota 22-A; p. 157, nota 1; p. 158, nota 2; p. 166, nota 15-A; p. 206, nota 24-A; p. 258, nota 33; p. 262, nota 40; p. 272, nota 54; p. 285, nota 14; p. 288, nota 18-B; p. 290, nota 18-F; p. 291, nota 19-A; p. 307, nota 9; p. 308, nota 11-A; p. 326, nota 22; p. 330, nota 24-A; p. 333, nota 33; p. 334, nota 36-A; p. 345, nota 52-B; p. 357, nota 20; p. 380, nota 3; p. 383, nota 6-C; p. 385, nota 8; p. 391, nota 21; p. 396, nota 31-A; p. 398, nota 33-A; p. 401, nota 37; p. 402, nota 42; p. 423, nota 22; p. 424, nota 23; p. 432, nota 7; p. 443, nota 22).

- *Idem*, 8.^a ed., Coimbra, Gestlegal, 2024.
- JOSÉ LEBRE DE FREITAS/ARMINDO RIBEIRO MENDES, *Código de Processo Civil Anotado*, Vol. 3.^o, Artigos 676.^o a 943.^o; Coimbra, Coimbra Editora, 2003 (XIV); p. 281; p. 394; p. 469; p. 475; p. 477; p. 480; p. 511; p. 536; p. 552; p.579; p. 580; p. 581; p.597; p. 610, p. 611, p. 612; p. 649).
- JOSÉ LEBRE DE FREITAS/ARMINDO RIBEIRO MENDES, *Código de Processo Civil Anotado*, Vol. 3.^o, Tomo I, 2.^a ed., Coimbra, Coimbra Editora, 2008 (XVI).
- JOSÉ LEBRE DE FREITAS/ISABEL ALEXANDRE, *Código de Processo Civil Anotado*, Vol. 1.^o, 4.^a ed., Coimbra, Almedina, 2018 (XIX); p. 64; p. 105; p. 677).
- RABINDRANATH CAPELO DE SOUSA, *O Direito Geral de Personalidade*, Coimbra, Coimbra, Editora, 1995 (p. 225, nota 460).
- LUÍS MENEZES LEITÃO, “Os efeitos do Incumprimentos dos Contratos de Propriedade Intelectual”, in C. FERREIRA DE ALMEIDA/L. COUTO GONÇALVES/ CLÁUDIA TRABUCO (org.), *Contratos de Direito de Autor e de Direito Industrial*, Coimbra, Almedina, 2011 (p. 123, notas 14 e 16; p. 124, notas 17 e 18).
- J. M. COUTINHO DE ABREU, *Curso de Direito Comercial*. vol. II. *Sociedades Comerciais*, 5.^a ed., Coimbra, Almedina, 2015 (p. 241, nota 558; p. 326, nota 782; p. 328, nota 793).
- *Curso de Direito Comercial*, Vol. I, *Introdução. Atos de Comércio. Comerciantes. Empresas. Sinais Distintivos*, 12.^a ed., Coimbra, Almedina, 2020 (p. 171, nota 394; p. 180, nota 422).
- LUÍS DE LIMA PINHEIRO, *Direito Internacional Privado*, Vol. II, *Direito dos Conflitos – Parte Especial*, 4.^a ed., Coimbra, Almedina, 2015 (p. 612; p. 634, nota 1546).
- RUI PINTO DUARTE, “A Penhora e a Venda do Estabelecimento Comercial”, in *Themis*, ano V, n.º 9 (2004), *A Reforma da ação Executiva*, vol. II, Coimbra, Almedina, 2004, p. 123 ss. (p. 126, nota 15; p. 130, nota 27).
- RITA LOBO XAVIER *et alii*, *Elementos e Princípios de Direito Processual Civil*, Porto, Universidade Católica Editora, 2014 (p. 15; p. 66, nota 42; p. 78; p. 100; p. 106; p. 116; p. 180; p. 211).
- *Manual de Direito das Sucessões*, Coimbra, Almedina, 2022 (p. 277, nota 252).
- DÁRIO MOURA VICENTE, *A Tutela Internacional da Propriedade Intelectual*, 2.^a ed., Coimbra, Almedina, 2019 (p. 29, nota 33; p. 80, nota 263; p. 125, nota 404; p. 474, nota 1350).

JORGE DUARTE PINHEIRO, *O Direito das Sucessões Contemporâneo*, Lisboa, Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, reimpressão, 2016, (p. 21; p. 254, nota 313; p. 268, nota 345; p. 330, nota 440, p. 331, nota 441; p. 374, notas 490 e 491).

——— *O Direito da Família Contemporâneo*, Lisboa, Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, 2010 (p. 25; p. 169, nota 219; p. 178, nota 236; p. 277, nota 446; p. 280, nota 449; p. 302, nota 484).

CRISTINA ARAÚJO DIAS, *Lições de Direito das Sucessões*, Coimbra, Almedina, 2018 (pp. 34-35; p. 224, nota 413).

RUI PINTO, *A Questão de Mérito na Tutela Cautelar (a obrigação genérica de não ingerência e os limites da responsabilidade civil)*, Coimbra, Almedina, 2009, (p. 39, nota 97; p. 604, nota 2515; p. 639, nota 2599).

——— *A Acção Executiva Depois da Reforma*, Lisboa, Lex, 2004 (p. 32, nota 24; p. 40, nota 54; p. 50, nota 81; p. 57, nota 107; p. 58, nota 110; p. 74, nota 137; p. 80, nota 144; p. 87, nota 153; p. 96, nota 167; p. 97, nota 169; p. 104, nota 180; p. 106, nota 187; p. 107, nota 189; p. 108, nota 190; 109, nota 198; p. 110, nota 201; p. 113, nota 208; p. 122, nota 222; p. 130, nota 236; p. 132, notas 243 e 245; p. 133, notas 246; p. 136, nota 250; p. 137, nota 253; p. 146, nota 272; p. 149, nota 281; p. 152, nota 283; p. 157, nota 293; p. 159, nota 296; p. 161, nota 299; p. 164, nota 305; p. 167, nota 309; p. 168, nota 312; p. 170, nota 313; p. 171, nota 315; p. 173, nota 320; p. 174, nota 324; p. 175, nota 327; p. 177, nota 331; p. 178, nota 334; p. 181, nota 340; p. 182, nota 341; p. 184, nota 343; p. 189, nota 357; p. 194, nota 360; p. 199, nota 371; p. 203, nota 378; p. 206, nota 387; p. 207, nota 389; p. 208, nota 392; p. 210, nota 396; p. 213, nota 401; p. 214, nota 402).

——— *A Acção Executiva*, Lisboa, Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, 2018 (p. 11; p. 21, nota 44; p. 53, notas 115, 116, 118 e 119; p. 133; p. 135, nota 265; p. 144, nota 302; p. 149; p. 179, notas 426 e 427; p. 195, nota 480; p. 199 e nota 509; p. 213; p. 276; p. 285, nota 773; p. 289, nota 786; p. 296; p. 319; p. 327; p. 369; p. 383, nota 1043; p. 401; p. 459; p. 463; p. 470, nota 1377; p. 480; p. 501; p. 515, nota 1521; p. 519, nota 1534; p. 522; p. 535; p. 55, nota 1643; p. 559; p. 569; p. 576; p. 604, nota 1786; p. 611; p. 614, nota 1806; p. 621, nota 1830; p. 622; p. 615, nota 1808; p. 622, nota 1832; p. 623, nota 1834; p. 632; p. 639; p. 644; p. 662, nota 1985; p. 664; p. 668; p. 675; p. 683; p. 695; p. 768; p. 781; p. 794; p. 816; p. 834; p. 855; p. 882; p. 893; p. 895, nota 2599; p. 900, nota 2632; p. 901, nota 2630; p. 901, nota 2633; p. 907, nota 2659; p. 908, nota 2667; p. 910, nota 2674; p. 910, nota 2679; p. 912, nota 2689; p. 914, nota 2697; p. 915, nota 2698; p. 917, nota 2715; p. 918, notas 2716 e 2718; p. 919, notas 2719 e 2720; p. 920, nota 2727; p. 928; p. 941; p. 951; p. 964; p. 983; p. 987, nota 2965; p. 1007; p. 1013; p. 1027; p. 1028, nota 3136).

LUÍS MIGUEL MESQUITA, *Apreensão de Bens em Processo Executivo e Oposição de Terceiro*, 2.^a ed., Coimbra, Almedina, 2001 (p. 18, nota 26; p. 94, nota 210; p. 140, nota 287; p. 154, nota 305; p. 185, nota 363; p. 230, nota 453).

——— *Reconvenção e Excepção no Processo Civil*, Coimbra, Almedina, 2009 (p. 100, nota 211; p. 228, nota 528; p. 254, nota 576; p. 316, nota 752; p. 335, nota 797; p. 418, nota 980).

ISABEL ALEXANDRE, *Modificação do Caso Julgado Material Civil por alteração das Circunstâncias*, Coimbra, Almedina, 2018 (p. 23, nota 13; p. 78, notas 223 e 224; p. 106, nota 289; p. 160, nota 482; p. 174, notas 523 e 524; p. 175, nota 525; p. 287, nota 994; p. 321, notas 1113 e 1114; p. 332, nota 1165; p. 401, nota 1430; p. 402, nota 1434; p. 426, nota 1498; p. 508, nota 1776; p. 599, nota 2041; p. 600, nota 2042; etc.; pp. 850-851).

M.^a JOSÉ CAPELO, *A Sentença entre a Autoridade e a Prova, Em Busca de Traços Distintivos do Caso Julgado Civil*, Coimbra, Almedina, 2015 (p. 58, nota 195; p. 59, nota 198; pp. 89-90, nota 307; p. 233, nota 880; p. 292, nota 1134; p. 307, nota 1196; p. 310, nota 1210; p. 319, nota 1235; p. 323, nota 1249; p. 388, nota 1517).

M.^a CLARA SOTTOMAYOR, *Regulação do Exercício do Poder Paternal nos Casos de Divórcio*, 4.^a ed., Coimbra, Almedina, 2002 (p. 196, nota 478; p. 212, nota 531; p. 213, nota 538; p. 216, nota 543; p. 217, nota 544; p. 243, nota 636).

RITA LYNCE DE FARIA, *A Tutela Cautelar Antecipatória no Processo Civil Português, Um difícil equilíbrio entre a urgência e a irreversibilidade*, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2016 (p. 59, nota 11; p. 75, nota 157; p. 79, notas 162 e 163; p. 170, nota 387; p. 306, nota 769; p. 307, nota 771; p. 340, nota 846; p. 344, nota 854; p. 422, nota 1077; p. 441, nota 1141).

MARCO CARVALHO GONÇALVES, *Providências Cautelares*, 4.^a ed., Coimbra, Almedina, 2019 (p. 97, notas 201 e 206; p. 98, nota 209; p. 99, nota 212; p. 108, notas 243 e 244; p. 109, nota 247; p. 119, nota 277; p. 131, nota 325; p. 137, nota 350; p. 141, notas 366 e 370; p. 142, nota 372; p. 224, nota 652; p. 311, nota 1072; p. 312, nota 1075; p. 332, notas 1169 e 1170; p. 340, nota 1119).

LUCINDA DIAS DA SILVA, *Processo Cautelar Comum – Princípio do Contraditório e Dispensa de Audição Prévia do Requerido*, Coimbra, Coimbra Editora, 2009 (p. 174, nota 267).

DANIEL SILVA MORAIS, *Autodeterminação Sucessória por Testamento ou por Contrato?*, Cascais, Principia, 2016 (p. 374, nota 1123; p. 400, nota 1191; p. 437, nota 1269; p.

656, nota 1774; p. 792, nota 2117; p. 793, nota 2120; p. 793, nota 2122; p. 794, nota 2124; p. 796, nota 2132; p. 795, nota 2134; p. 803, nota 2147; p. 804, nota 2148; p. 805, nota 2151; p. 808, nota 2159).

——— *Revolução Sucessória – Os Institutos Alternativos ao Testamento no Século XXI*, Cascais, Principia, 2018 (p. 170, nota 370; p. 171, notas 373 e 375; p. 172, nota 377; p. 175, notas 385 e 387; p. 182, nota 400; p. 182, nota 401; p. 185, nota 405).

RUI PEREIRA DIAS, *Pactos de Jurisdição Societários*, Coimbra, Almedina, 2018 (p. 220, nota 568).

CLÁUDIA SOFIA ALVES TRINDADE, *A Prova dos Estados Subjetivos no Processo Civil, Presunções Judiciais e Regras da Experiência*, Coimbra, Almedina, 2016 (p. 55, nota 65; p. 91, nota 159; p. 133, nota 237; p. 146, nota 280; p. 167, nota 309; p. 211, nota 399; p. 261, nota 495; p. 291, nota 561; p. 292, nota 563).

LUÍS FILIPE PIRES DE SOUSA, *Direito Probatório Material Comentado*, Coimbra, Almedina, 2020 (p. 8, nota 4; p. 12, nota 13; p. 38, nota 84; p. 72, nota 155; p. 258, nota 516; p. 261, nota 521; p. 261, nota 522; p. 262, nota 524).

——— *A Prova Por Presunção no Direito Civil*, 3.^a ed., Coimbra, Almedina, 2017 (p. 23, nota 18; p. 64, nota 127; p. 88, nota 182; p. 89, nota 186; p. 135, nota 263; p. 186, nota 375; p. 188, nota 380; p. 192, notas 385 e 386) = 4.^a ed., Coimbra, Almedina, 2023.

VIRGÍNIO DA COSTA RIBEIRO/SÉRGIO REBELO, *A Ação Executiva Anotada e Comentada*, 3.^a ed., Coimbra, Almedina, 2021 (p. 141, nota 91; p. 146, nota 104; p. 322, nota 257; p. 419, nota 351; p. 593, nota 399).

HERMENEGILDO CACHIMBOMBO, *Manual dos Recursos no Direito Processual Civil Angolano*, Luanda, Casa das Ideias Editora, 2012 (p. 171).

MOISÉS KASSOMA, *O Notário e a Tutela do Comércio Jurídico*, Tipografia Lousanense, Angolanae Dissertationes, 2020 (p. 52, nota 112; p. 111, nota 253; p. 146, nota 308; p. 153, nota 323; p. 181, nota 384; p. 182, nota 385).

3. PERSPECTIVAS CIENTÍFICAS FUTURAS

Sem prejuízo do que consta do *Plano de Desenvolvimento de Carreira* apresentado, de forma autónoma, nesta plataforma pelo candidato, este efetua, desde já,

uma *contextualização da investigação e dos principais problemas e empreendimentos* a que se pretende dedicar, explicitando sumariamente as *motivações destas escolhas* e a indicação sucinta das *concretas tarefas de investigação e dinamização do ensino e da investigação da área científica* para que é aberto o presente concurso.

i) Contextualização da investigação e os principais problemas a que o ora candidato se pretende dedicar

O subscritor do presente *curriculum* investiga e publica, desde dezembro de 1987, em temáticas do **Direito Civil** (sobretudo, no *Direito da Família* e *Direito das Sucessões*, com pequenas “incurções” na *Teoria Geral do Direito Civil*, *Direito do Consumidor* e no *Direito das Obrigações*).

Desde 1998 publica no quadro do **Direito Processual Civil**, embora a sua experiência docente no Processo Civil remonte a 1991, na Universidade Lusíada do Porto. De igual sorte, desde 1997/1998 o candidato tem-se vindo ao interessar e a publicar na área da **Propriedade Intelectual** (aqui incluído o Direito de Autor e os Direitos Conexos). E desde 1995, na área do **Direito Comercial**.

No anterior concurso para Professor Associado na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (2018), o ora candidato apresentou algumas das “questões difíceis” com que o *Direito Processual Civil da Propriedade Intelectual* — nas suas dimensões portuguesa, europeia e internacional — se tem vindo a confrontar na regulação prática dos conflitos e na delimitação dos conteúdos legislativos, seja no direito constituído, seja de *iure condendo*⁴.

⁴ V.g., a competência especializada do Tribunal da Propriedade Intelectual (TPI) português e a eventual cumulação de objetos processuais acessórios à infração de direitos desta natureza; a suspensão da instância nos procedimentos respeitantes a pedidos de oposição ao registo de marcas da UE na pendência de pedidos de nulidade formulados junto do Instituto de Propriedade Intelectual da União Europeia (IPIUE); a existência de uma presunção de validade de uma marca (ou direito sobre desenho ou modelo) no quadro dos procedimentos de oposição à concessão no seio do Instituto de Propriedade Intelectual da União Europeia; a dispensa, para a maioria da doutrina portuguesa, da verificação do requisito do *periculum in mora* por ocasião da apreciação e julgamento de pedido de providência cautelar, na medida em que este requisito estaria à partida verificado ocorrendo a iminência ou a consumação de uma infração a direito de

É, pois, nesta ampla área de investigação científica que o subscritor se posiciona.

Por outro lado, estas preocupações juscientíficas extravasam o ordenamento jurídico português. Neste sentido, o agora subscritor tem lecionado as matérias da Propriedade Intelectual (sobretudo, a propriedade industrial) numa ótica do *Direito Processual Civil Internacional*.

propriedade industrial, enquanto ato per se produtivo de danos irreparáveis; a possibilidade de um tribunal arbitral em matéria de conflitos de patentes (ou qualquer outro direito de propriedade intelectual) poder suspender a instância e efetuar um pedido de reenvio prejudicial junto do Tribunal de Justiça da União Europeia; As medidas cautelares especificadas em matéria de propriedade intelectual; a suspensão da instância em ações de infração de direitos de propriedade industrial face à anterior pendência de ações de invalidação desses mesmos direitos instauradas pelo demandado ou por terceiro e a possibilidade de, não havendo suspensão da instância na ação de infração o Tribunal que a esteja a apreciar e julgar possa conhecer a exceção da invalidade da patente incidentalmente, com efeitos *inter partes*; a possibilidade de o tribunal da ação de infração não suspender a instância na medida em que a ação de invalidação tenha sido instaurada posteriormente ou, não o tendo sido, o titular tenha instaurado uma providência cautelar antecipatória (total ou parcialmente); a articulação entre os efeitos do caso julgado material (ou externo) numa ação de invalidade de direitos de propriedade industrial e o caso julgado material formado sobre a questão decidida, anteriormente, a título incidental pelo tribunal (ainda que um diferente tribunal) em ação de infração; a determinação da competência internacional direta no caso de infrações extracontratuais a direitos de propriedade intelectual; a questão do acesso das partes ao conteúdo dos autos constantes de um processo, bem como a publicidade das audiências e a publicação das decisões judiciais face à obrigação legal dirigida a preservar os segredos de negócios (do demandado) no decurso de processos judiciais destinados à tutela efetiva de direitos de propriedade intelectual; a possibilidade de apensação de processos de infração dos mesmos direitos de patente deduzidos contra dois ou mais demandados — ao invés da suspensão da instância dos que foram posteriormente instaurados —, que invocam os mesmos fundamentos para pedir a absolvição dos pedidos relativamente a produtos que exibem as mesmas características técnicas. Ou a possibilidade de apensação de várias ações de infração deduzidas contra dois ou mais demandados, que invocam, em tribunais diferentes do mesmo Estado-Membro os mesmos fundamentos para pedir a invalidade dos direitos de patente; a dúvida sobre se, no quadro do Acordo Relativo ao Tribunal Unificado de Patentes – ATUP (que aprecia e julga litígios respeitantes a patentes europeias com efeito unitário), o Tribunal de Justiça da União Europeia continuará a ter competência para se pronunciar, ao abrigo do artigo 267.º do Tratado Sobre o Funcionamento da União Europeia, sobre a interpretação prejudicial do conteúdo, entre outros, dos arts. 25.º a 29.º do ATUP; a determinação do valor da causa nas ações em que a causa de pedir versa sobre direitos de propriedade intelectual; a articulação das ações de infração de marcas da EU, ou de desenhos ou modelos comunitários, instauradas nos tribunais dos Estados-Membros com os pedidos de nulidade ajuizados na Divisão de Anulação do Instituto de Propriedade Intelectual da União Europeia (IPIUE).

ii) Explicitação das motivações destas escolhas

O ora subscritor tem acompanhado, desde o início dos anos noventa do século passado, as discussões e problemas do **Direito Processual Civil**, por meio de produção científica, docência, conferências e aconselhamento jurídico; por outro, tem também desenvolvido, sobretudo a partir do dealbar de 1998, atividade juscientífica da mesma natureza (**Direito Processual Civil**) no domínio da **Propriedade Intelectual**.

A partir do ano letivo de 2007/2008 tem, igualmente, desenvolvido atividade docente nesta área da Propriedade Intelectual, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e no Departamento de Direito da Universidade Lusíada do Porto (esta última entre 2000 até setembro de 2009).

Por último, no seio da Universidade de Coimbra, o ora candidato tem vindo, nos últimos anos, a interessar-se pela divulgação regime jurídico da propriedade intelectual junto dos investigadores ligados a esta Universidade e dos que a este se acolhem vindos do estrangeiro — sobretudo, Espanha, Itália e países de língua oficial portuguesa, em particular o Brasil —, tendo em vista a sensibilização dos mesmos para a proteção da exploração económicas dos resultados das suas criações, no quadro do Regulamento de Propriedade Intelectual da Universidade de Coimbra.

Na verdade, à luz do art. 6.º, n.º 1, deste Regulamento a Universidade de Coimbra, esta instituição arroga-se na titularidade originária dos direitos de propriedade industrial «gerados no âmbito de qualquer atividade de investigação, docência e/ou discência dos docentes, investigadores e demais funcionários, bolsheiros e alunos, realizada na Universidade de Coimbra ou com a utilização de significativos recursos desta», reservando aos criadores (ou equipas de criadores) 55% dos resultados líquidos dessa exploração económica (art. 15.º do citado Regulamento). Surpreendem-se assim várias questões de índole procedimental e processual dirigidas ao

melhor enquadramento da proteção das invenções ou das outras criações industriais obtidas por todos estes agentes.

A par destas atividades docentes e de produção científica, o agora candidato e subscritor do *plano de desenvolvimento de carreira*, que se junta noutra documento, tem integrado, desde o início de 2012, órgãos jurisdicionais arbitrais necessários, ao abrigo da Lei n.º 62/2011, em matéria de litígios destinados a dirimir conflitos entre empresas titulares de direitos de patente ou certificados complementares de proteção respeitantes a medicamentos de referência e empresas que buscam (ou já obtiveram) autorizações de introdução no mercado dos correspondentes medicamentos genéricos. Circunstâncias, estas, que permitiram ao ora subscritor confrontar-se com as múltiplas questões de **Direito Processual Civil** que tangem a apreciação e o julgamento destes litígios.

Por outro lado, integrando formalmente o ora candidato, desde março de 2017, o **Comité Consultivo do Tribunal Unificado de Patentes** — no quadro do *Acordo Relativo ao Tribunal Unificado de Patentes*, sob designação do Instituto Nacional da Propriedade Industrial, que selecionou (e seleciona) os juízes para o desempenho de funções jurisdicionais nas divisões Locais e Regionais deste Tribunal Unificado de Patentes —, maior será a sua motivação para contribuir para a melhor interpretação e aplicação **do Direito Processual Civil** nos litígios que versam sobre direitos de patente e certificados complementares de proteção para medicamentos de uso humano.

iii) **Tarefas concretas de investigação e dinamização do ensino e da investigação**

Face ao sumariamente exposto, o ora subscritor do *Plano de Desenvolvimento de Carreira*, junto noutra arquivo, pretende a curto e médio prazo:

- Continuar a colaborar com o *Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, de que é membro investigador, desde a sua

criação, em iniciativas no quadro das temáticas acima referidas (v.g., conferências, projetos de investigação, receção e orientação de estudantes e professores portugueses e estrangeiros).

- Atualizar, com uma nova edição, o nosso *Curso de Processo Executivo Comum*, Coimbra, Almedina, 2000.

- Atualizar, com uma nova edição, a nossa *Ação Declarativa à Face do Código Revisto*, 3.^a ed., Coimbra, Coimbra Editora, 2011.

- Continuar a colaborar com a Universidade de Coimbra, no quadro do “UC Business - Gabinete de Transferência de Tecnologia” e com a “Divisão de Inovação e Transferências do Saber da Universidade de Coimbra” - (DITS)

- No âmbito do *Direito da Família* e do *Direito das Sucessões*, o candidato irá tentar interessar outros juristas, sobretudo cultores do *Direito das Sucessões* – de acordo com o programa pormenorizadamente descrito no *Plano de Desenvolvimento de Carreira*, ora junto – no sentido da constituição de uma *Comissão Científica* de reforma do *Direito das Sucessões*, suscetível de promover a aprovação de uma lei da Assembleia da República de reforma do Código Civil ou de um decreto-lei autorizado com os mesmos propósitos, tendo, sobretudo, em mira a revisitação e alteração fundamentada do regime jurídico:

- das *convenções antenupciais*;
- do *regime supletivo de bens*;
- dos *pactos sucessórios*;
- da *sucessão legitimária*, em particular a alteração quantitativa da quota indisponível e disponível;
- da posição sucessória do cônjuge sobrevivente;
- das causas de deserdação e indignidade.

4. COORDENAÇÃO E PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS CIENTÍFICOS

O candidato participa e participou nos seguintes projetos científicos:

. Marques, João Paulo Remédio. 2015/2016. «Propriedade Intelectual e Concorrência: perspetivas para o desenvolvimento» / «Intellectual Property and Competition: perspectives for development», no quadro da Cooperação Transnacional Convénio Fundação para a Ciência e Tecnologia/CAPES (Brasil), coord, pelo Prof. FERNANDO ARAÚJO e pela Prof.^a MARCIA CARLA PEREIRA RIBEIRO.

. Marques, João Paulo Remédio Marques. 2013/2017. «Vulnerabilidades e Direito». Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Projeto “desafios sociais, incerteza e direito” (UID/DIR04643/2013).

. Marques, João Paulo Remédio Marques. 2019-. Proyecto de I+D+i Derecho y medicina: desafíos tecnológicos y científicos (DEMETYC) PID2019104868RA-I00 /AEI/10.13039/501100011033. Vulnerabilidade, pós-humanismo(s) e transumanismo(s); Vulnerabilidade e pandemias vulnerabilidade e justiça (nomeadamente, acesso ao direito); Vulnerabilidade e erro em direito penal.

5. INTERVENÇÃO NA COMUNIDADE

1. PARTICIPAÇÃO EM JÚRI (PÓS-DOCTORAMENTO /DOCTORAMENTO / CONCURSOS / PROJETOS)

O candidato já integrou o júri de 43 (quarenta e três) dissertações de doutoramento, em Portugal e Espanha.

- 1. Cláudia Sofia Alves Trindade**, *A livre convicção do juiz e a fundamentação da Decisão sobre matéria de facto no Processo Civil*, Lisboa, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2024.

2. **Rebecca Paradellas Barrozo**, *Arbitragem Internacional e a Ordem Pública Transnacional – O Branqueamento de Capitais Como Uma Violação da Ordem Transnacional*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2024 (na qualidade de arguente).
3. **António Júlio da Fonseca Santos Cunha**, *O princípio dispositivo no Código de Processo Civil português*, Lisboa, Universidade Lusíada, 2024 – na qualidade de arguente (na qualidade de arguente)
4. **Daniel José Guedes dos Santos**, *A cautela sociniana no contexto funcional da tutela qualitativa da legítima*, Lisboa, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2024.
5. **Raquel de Freitas Manna**, *Microsistema do Direito Probatório no Processo Civil – Um Estudo das Declarações Extrajudiciais de Terceiros nos Ordenamentos Português e Brasileiro*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2023 (na qualidade de arguente).
6. **Noeli Fernandes**, *O Papel do Juiz como Gestor Processual: Justa Composição em Prazo Razoável*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2023 (na qualidade de arguente).
7. **Maria Margarida Acates Candeias**, *O Direito à Saúde e o Acesso aos Medicamentos. Uma Perspetiva Jusinternacional*, Lisboa, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2022 (na qualidade de arguente).
8. **Cláudia Crisóstimo**, *O Nascimento e as Vicissitudes do Direito de Patentes na Pesquisa Universitária: A Realidade Brasileira e a Visão do Direito Comparado*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2022 (na qualidade de orientador).
9. **Fábio Lima Quintas**, *O Controlo da Representação Adequada das Associações em Ações Coletivas por meio do Instituto do Abuso do Direito de Litigar*, pós-doutoramento, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2021 (Presidente do Júri).
10. **Dameres Medina Coelho**, *A Repercussão Geral no Supremo Tribunal Federal, provas públicas para reconhecimento do grau de doutor*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, abril de 2022 (arguente).

11. **Vítor Luís de Almeida**, *Ativismo Judicial na Dinamização do Ônus da Prova e sua Contraposição à Imparcialidade do Julgador: Uma aplicação do Sistema Processual Cooperativo no Processo Civil Brasileiro*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2020 (na qualidade de orientador).
12. **Maria Antonieta Gálvez Krüger**, *Modelos de utilidade – el caso portugués*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2020.
13. **Rodolfo Milhoem de Sousa**, sob o título *A clonagem humana: necessidade premente e história inacabada*, no âmbito das provas públicas para avaliação do projeto de tese de doutoramento submetido na Universidade Autónoma, Lisboa, realizadas em 21/05/2020 (intervenção na qualidade de comentador externo).
14. **Moisés Kassoma**, sob o título *O Notário e a Tutela do Comércio Jurídico*, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e na Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, Luanda, 2020 (na qualidade de coorientador).
15. **Maria Margarida Acates Candeias**, *O Direito à Saúde e o Acesso aos Medicamentos. Uma Perspetiva Jusinternacional*, Lisboa, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2020 (arguente). A candidata reformulou a dissertação então apresentada e esta foi defendida em provas públicas, em 2023).
16. **Mara Regina Bertini**, *Tutela Processual do Direito à Execução de Decisões (Judiciais ou Arbitrais) em Espaços Económica e Socialmente Integrados: Um Olhar do Mercosul para a União Europeia*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2020 (na qualidade de orientador).
17. **Isabel Maria Nunes Correia Teixeira Duarte**, *A proteção jurídica do idoso ascendente no plano civil – em especial, o crédito alimentar perante descendentes*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 2020 (provas públicas de defesa do projeto de doutoramento).
18. **Lino Diamvutu**, *O Favor Arbitrandum – Ensaio de uma teorização*, Lisboa, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2019 (na qualidade de arguente).

19. **Pedro Accioly de Sá Peixoto Neto**, *A Tutela e o Fomento das Inovações Tecnológicas por meio de Patentes da Biodiversidade de Vegetais Para o Agronegócio Destinado à Produção Alimentar e de Fármacos*, Coimbra, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2019 (na qualidade de orientador).
20. **Elisete Sileny Jacinto de Almeida**, *Parentesco Socioafetivo – Possíveis Contributos do Direito Brasileiro Para um Novo Paradigma no Direito Português*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2019 (na qualidade de orientador).
21. **Gina Strauch Serafim**, *Direitos de Autor e Novos Modelos de Negócios: entre o Estatuto e o Contrato – Uma análise jurídica sobre a disseminação de conteúdos criados no ambiente digital*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2018 (na qualidade de orientador).
22. **Lucília Napoleão Barros**, *Direito à Saúde e Propriedade Intelectual – O acesso aos medicamentos no confronto entre o comércio internacional e direitos humanos*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2018 (na qualidade de arguente).
23. **Salomão António Muressama Viagem**, *As Funções das Marcas*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2018 (na qualidade de arguente).
24. **Tiago Pratas Antunes Soares da Fonseca**, *A Transação Civil na Litigância Extrajudicial e Judicial*, Lisboa, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Janeiro de 2018 (na qualidade de arguente).
25. **Paula Sofia Couceiro de Almeida Távora Vítor**, *Crédito Compensatório e alimentos pós-divórcio: contributo para a compreensão de um sistema bimodal*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2017 (na qualidade de arguente).
26. **Pedro Sousa e Silva**, *Os Exclusivos da Estética Industrial, Do Direito Industrial ao Direito de Autor*, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2016 (na qualidade de arguente).
27. **Paula Teresa Abreu Casaleiro**, *Justiça Procura Perícia(s) - Os Processos de Regulação de Responsabilidades Parentais*, Faculdade de Economia da

Universidade de Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2017 (na qualidade de arguente).

28. **Rui Manuel Pinto Soares Pereira Dias**, *Litigância societária internacional no direito da União Europeia: os pactos de jurisdição societários*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2017 (na qualidade de coarguente).
29. **Juan Rodrigo Ferreira Longo**, *Investigación de la Paternidad: La Especial Relación entre la Cosa Juzgada y el Examen de ADN*, Espanha, Universidad de Burgos, Facultad de Derecho, Departamento de Derecho Publico, 2016 (na qualidade de arguente).
30. **Lucinda Maria Dias da Silva**, *Convenções de Prova em Processo Civil*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2016.
31. **Daniel Bettencourt Silva Morais**, *A Autodeterminação Sucessória por Testamento ou por Contrato*, Lisboa, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2015 (na qualidade de arguente).
32. **Marco Filipe Carvalho Gonçalves**, *Providências Cautelares*, Braga, Escola de Direito da Universidade do Minho, 2014 (na qualidade de arguente).
33. **Isabel Alexandre**, *Modificação do Caso Julgado Material Civil por alteração de Circunstâncias*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2011.
34. **Maria José Capelo**, *A sentença entre a Autoridade e a Prova*, Coimbra, Faculdade de Direito de Direito da Universidade de Coimbra, 2010 (na qualidade de arguente).
35. **Guilherme Guimarães Feliciano**, *Por um processo realmente efetivo: tutela processual de direitos humanos fundamentais e inflexões do due process of law*, Lisboa, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2014 (na qualidade de arguente).
36. **Maria Elisabete Ramos**, *O Seguro de Responsabilidade Civil dos Administradores (Entre a exposição ao risco e a delimitação da cobertura)*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2010.

37. **Alberto Francisco Ribeiro de Almeida**, *A Autonomia Jurídica das Denominações de Origem*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2009.
38. **Marta Costa**, *Convivência More Uxorio na Perspectiva de Harmonização do Direito da Família Europeu: Uniões Homossexuais*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2009 (com dupla titulação, pelas Universidades de Coimbra e de Bolonha).
39. **Catarina Santos Serra**, *A Falência no Quadro da Tutela Jurisdicional dos Direitos de Crédito*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2009.
40. **Miguel Mesquita**, *A Reconvenção e Excepção no Processo Civil (O dilema da Escolha Entre a Reconvenção e a Excepção e o Problema da Falta de Exercício do Direito de Reconvir)*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2008 (na qualidade de coarguente).
41. **António Epifânio Carvalho Martins**, *Efectividade da Jurisdição e Instrumento Processual – A Motivação de Facto da Sentença como Elemento de Tutela de Direitos Fundamentais*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2008. Na 1.^a reunião do Júri, realizada no dia 6 de maio de 2009, a dissertação foi recusada, por unanimidade, com fundamento na «falta de integridade académica».
42. **Iracema Rebeca de Medeiros Fazio**, *A cópia privada: o uso privado e o download de obra protegida*, Lisboa, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2008 (na qualidade de arguente). A dissertação foi apenas defendida em provas públicas, em 2014.
43. **Alexandre Dias Pereira**, *Direito de Autor e Liberdade de Informação*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2008 (na qualidade de arguente).

2. PARTICIPAÇÃO EM JÚRIS DE MESTRADO (orientador/arguente/reconhecimento de habilitações)

O candidato já participou em cerca de 147 júris de dissertações de mestrado (e provas de reconhecimento de habilitações), em várias Faculdade de Direito e Institutos

Politécnicos, em Portugal, Angola, Macau e Moçambique, desde fevereiro de 2007, na qualidade de arguente e/ou orientador ou presidente do júri.

1. **Samy Garson**, *A Desjudicialização da Execução Hipotecária Como Meio Alternativo de Recuperação de Créditos*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2007 (arguente).
2. **Wilson de Souza Malcher**, *A intervenção de terceiros nas ações coletivas. Sob a ótica jurídico-processual luso-brasileira*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2007 (arguente).
3. **Sérgio Alves Costa**, *Princípio da Recorribilidade, uma Abordagem à Luz dos Julgados de Paz Portugueses numa Visão Comparativa com os Juizados Especiais Brasileiros*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2007 (arguente).
4. **Luís Pinto Monteiro**, *Da recusa a licenciar direitos de propriedade intelectual por empresas em posição dominante no direito comunitário da concorrência*, Lisboa, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2007 (arguente).
5. **Nelson Melo de Moraes Rêgo**, *Do Processo Civil Como Factor de Desenvolvimento Sócio-Económico*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2007.
6. **Almir Rogério Alegres Costa**, *Continuidade e conservação da actividade produtiva da empresa sob a óptica da lei de insolvência*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2007.
7. **Helanne Barreto Varela Gonçalves**, *A precaução como novo paradigma para a protecção do consumidor (o caso particular dos alimentos geneticamente modificados e a responsabilidade civil do produtor)*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2007 (arguente).
8. **Fabiano Zouvi**, *Arbitragem no Direito do Consumidor: uma Proposta para reflexão*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2008 (arguente).

9. **Camile Lima Santos**, *Caso Julgado na tutela dos interesses transindividuais. Aspectos do instituto nos ordenamentos jurídicos português e brasileiro*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2008 (arguente).
10. **Henri Cláudio Almeida Coelho**, *As novas tecnologias de comunicação e informação e o direito das sociedades: algumas inovações*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2008.
11. **Hermenegildo Oseias Cachimbombo**, *Influência do Sistema De Impugnação de Decisões Judiciais na Falta de Celeridade Processual*, Luanda, Faculdade de Direito Agostinho Neto, 2008 (arguente).
12. **Fernando Luís de Azevedo Silva**, *A Problemática do Direito de Autor em Angola*, Luanda, Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, 2008 (arguente).
13. **Maria da Conceição Monteiro Marcolino Gaspar**, *A Prova, o Ónus da Prova e Sua Inversão*, Luanda, Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, 2008 (arguente).
14. **Wanda Wonwana**, *A caducidade do registo de marca – Paralelo com a legislação moçambicana*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2009.
15. **Karime Muniz Carvalho Fernandes Costa**, *Contrato de merchandising de marca*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2009 (arguente).
16. **André Miguel Polido Matias Mendes**, *Limites da Responsabilidade do Fiador*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2009.
17. **Fernanda Carolina Lopes Cardoso**, *A extinção do contrato de abertura de crédito bancário*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2009 (arguente).

18. **Ana Isabel Peixoto Coutinho**, *A Delimitação do Mercado Relevante no Direito da Concorrência*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2009.
19. **Cátia Sofia Marques Cebola**, *Resolução extrajudicial de conflitos. Um novo caminho, a costumada Justiça*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2009 (arguente).
20. **Carlos André Ferreira Rodrigues**, *A marca de cor – Aspectos sobre a admissibilidade*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2009 (arguente).
21. **Fátima Margarida Gaspar Coelho**, *O casamento e a diversidade sexual?*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2009.
22. **Ana Margarida Allen Camacho Quental**, *A Marca de Prestígio*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2009.
23. **Maria Clara de Siqueira Lopes Escobar**, *O casamento entre pessoas do mesmo sexo*, Coimbra Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2009 (arguente).
24. **Tierri Filipe Fontes Lopes**, *Assinatura Digital*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2009.
25. **Jovete Domingos Manuel Soares**, *Do Título Executivo como ponto de partida da execução. Reflexões na perspectiva do ordenamento jurídico angolano*, Luanda, Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, 2009 (arguente).
26. **Elisa Maria de Sousa Manero de Lemos Rodrigues**, *Os mecanismos extrajudiciais em Portugal – O caso dos julgados de paz*, Porto, Universidade Lusíada do Porto, 2009 (arguente).
27. **Ana Margarida de Andrade Guerreiro Lima**, *Os Exames de ADN como Meios de Prova no Direito Português*, Lisboa, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2009 (arguente).

- 28. Maria José Nunes da Cruz**, *O Software e a Licença de Copyleft*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2009 (arguente).
- 29. Ricardo José Amaral da Costa**, *Responsabilidade civil do Estado e do Juiz por Danos da função Jurisdicional*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2009.
- 30. Eugénio Pedro Alexandre**, *Contrato de Consórcio como Contrato de Cooperação Entre empresas*, Luanda, Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, 2009 (arguente).
- 31. Antônio Maria de Castro Figliolia**, *Questões Jurídicas de Ordem Material e Processual Pertinentes à Identidade Genética – Uma Abordagem sob a Perspetiva do Problema do Conhecimento da Ascendência*, Lisboa, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2009 (arguente).
- 32. Shirly Bilro Medeiros**, *Denominação de origem e indicação de procedência – delimitação dos sinais sob a ótica europeia e brasileira*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2010 (arguente).
- 33. Rossana Martingo Cruz**, *Mediação familiar: limites materiais dos acordos e o seu controlo*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2011 (arguente).
- 34. Artur Joaquim Fernandes Pereira**, *A Reparação dos Danos Não Patrimoniais e a Fixação do «Quantum Debeatur»*, Porto, Departamento de Direito da Universidade Lusíada do Porto, 2010.
- 35. Maria Inês Santos Laranjeira**, *O Estatuto da Clemência no Direito da Concorrência*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2010.
- 36. Fernando António Ginga**, *Resolução Extrajudicial dos Conflitos – Conflitualidade Patrimonial. Um Novo Paradigma de Resolução de Conflitos*, Luanda, Faculdade de Direito Agostinho Neto, 2010 (arguente).
- 37. Jorge Miguel Camões Serrote**, *Licença e Merchandising de Marca*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2010.

- 38. Patrícia Rebelo da Silva Paias**, *O Direito de Autor e Programas de Computador Open Source*, Lisboa, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2010 (arguente).
- 39. Virgínio da Costa Ribeiro**, *As Funções do Agente de Execução*, Porto, Departamento de Direito da Universidade Portucalense, 2010 (arguente).
- 40. Patrícia Isabel Martins Belo**, *Limites à obrigação de não concorrência*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2010 (arguente).
- 41. Ana Filipa Marques Soares**, *Direito das Patentes sobre Medicamentos*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2010 (arguente).
- 42. Joana Bicker Monteiro**, *Mediação Familiar: Uma Via de Resolução de Litígios Familiares*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2010.
- 43. Márcio Ribeiro**, *Os Limites e Exceções ao Direito de Autor Perante os Desafios da Sociedade da Informação*, Lisboa, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2010.
- 44. José Augusto de Carvalho Lourenço**, *A Alienação fiduciária em Garantia - Um contrato Típico Socialmente Atípico*, Macau, Faculdade de Direito da Universidade de Macau, 2010 (arguente).
- 45. José Carlos Dias Cravo**, *Consequências Patrimoniais do Divórcio*, Coimbra, Departamento de Direito do Instituto Superior Bissaya Barreto, Fundação Bissaya Barreto, 2011 (arguente).
- 46. Maria João Baltar Pereira**, *O Medicamento Genérico e os Espaços Monopolistas*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2011 (arguente).
- 47. Telma Sofia de Matos Azevedo**, *A Competência do Tribunal Arbitral Para apreciar a sua Competência*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2010.

48. **Joana Raquel Cunha da Silva Reis**, *Licença de marca e esgotamento do respetivo direito*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2010 (arguente).
49. **Alexandre Espínola Catramby**, *Das relações entre o tribunal arbitral e o poder judiciário para adoção de medidas cautelares*, Lisboa, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2010 (arguente).
50. **Raquel Bragança de Oliveira**, *O Acesso a Medicamentos e o Licenciamento*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2011 (arguente).
51. **Daniel Pereira de Carvalho**, *A Acção Executiva – Da Judicialização à Desjudicialização*, Lisboa, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2011 (arguente).
52. **Correia Fernandes Bartolomeu**, *Arbitragem Voluntária Como Meio Extrajudicial de Resolução de Conflitos em Angola*, Luanda, Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, 2011 (arguente).
53. **Filipa Roque Loureiro Abraúl**, *A Posição de Garante do Licenciante nos Contratos de Licença de Patente*, Lisboa, Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, 2011 (arguente).
54. **Marta Filipa Geraldês Falcão**, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra: Reconhecimento de Habilitações, ao abrigo do Capítulo V do Decreto-Lei n.º 283/83.
55. **Miguel Dinis Pestana Serra**, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra: Reconhecimento de Habilitações, ao abrigo do Capítulo V do Decreto-Lei n.º 283/83.
56. **Daniel Carvalho**, no Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, em 2011 (arguente).
57. **Marcelino António Pereira de Abreu**, *Especulação de preços. Da (in)dignidade penal do bem jurídico tutelado (Uma análise tendo por base o ordenamento*

jurídico português), Porto, Departamento de Direito da Universidade Lusíada do Porto, 2011.

- 58. Luís Miguel da Silva Mendes Ferreira**, *A rotulagem dos alimentos transgénicos – a sua problematicidade no âmbito do Direito do Consumo*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2011 (arguente).
- 59. Joana Raquel da Silva Romano Bernardes**, *O Direito a Alimentos dos Filhos (A Maioridade em Especial)*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 2012 (arguente).
- 60. Ana Amélia Ribeiro Salles**, *A possibilidade jurídica da dupla maternidade ante as técnicas da procriação medicamente assistida*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 2012 (arguente).
- 61. Carina da Conceição Carvalho Magalhães**, *A patenteabilidade da indústria farmacêutica: o interesse público na proteção da saúde*, Porto, Faculdade de Direito da Universidade do Porto, em 2012 (arguente).
- 62. Rachel Nunes de Carvalho Farias**, *A Desjudicialização do Processo Executivo Português como um possível modelo para o Processo de Execução Brasileiro*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2012.
- 63. Joel Timóteo Ramos Pereira**, *Bullying obrigacional: reflexos no princípio pacta sunt servanta*, Porto, Departamento de Direito da Universidade Lusíada do Porto, 2012 (arguente).
- 64. Alcinda Ema Campos Santos Dias**, *O agente de execução como operador judiciário – um novo sujeito processual*, Porto, Departamento de Direito da Universidade Lusíada do Porto, em 2012 (arguente).
- 65. Patrícia Raquel da Costa Neto**, *As novas realidades sócio familiares: a procriação assistida e a afectação dos direitos da criança*, Porto, Departamento de Direito da Universidade Lusíada do Porto, 2012.
- 66. Marta Filipa Geraldês Falcão** (reconhecimento, ao nível do mestrado, do “Grado” de Salamanca, obtido na Faculdade de Direito de Salamanca).

- 67. Sara Daniela Pacheco Moreira Garrido**, *Direito à Redesignação Sexual*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 2013 (arguente).
- 68. Andreia Filipa Espinho Costa**, *Mediação Familiar*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2013 (arguente).
- 69. José Miguel Soares Moreira**, *A intervenção do juiz no Processo Civil. Entre a verdade, a imparcialidade e a celeridade*, Porto, Departamento de Direito da Universidade Lusíada do Porto, 2013 (arguente).
- 70. Márcia Isabel Duarte Passos Resende**, *A Fase Introdutória da Acção Executiva*, Porto, Departamento de Direito da Universidade Portucalense, 2013.
- 71. Sara Rebouças do Nascimento**, *Um contributo ao estudo da repartição de riscos por ocorrência do chargeback na sequência de compras das compras on line*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2013.
- 72. Rui Darlindo Dias de Castro Pinto**, *A quebra da instrumentalidade dos procedimentos cautelares*, Porto, Departamento de Direito da Universidade Portucalense, 2013 (arguente).
- 73. Márcio Rafael Marques Rodrigues**, *Da Obrigação de Alimentos à Intervenção do FGADM*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2014 (arguente).
- 74. Ana Paula de Azevedo Oliveira Anunciação**, *A Problemática da Adoção no Direito Português: A Adoção Plena*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2014.
- 75. Alcina da Costa Ribeiro**, *O Direito de Participação e Audição da Criança no ordenamento jurídico português – Subsídios para o estudo do regime jurídico do direito de participação e audição da criança nos processos de natureza cível que lhe dizem respeito*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2014.

- 76. Filipa Isabel Santos Carvalho**, *Os poderes processuais do cônjuge do executado*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2014 (arguente).
- 77. Daniella Aloise Borges**, *Regime jurídico da procriação medicamente assistida post mortem: quadro geral e implicações sucessórias*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2014.
- 78. Mafalda dos Santos Marques Tavares**, *A desconformidade do bem no contrato de locação financeira: do exercício do direito de resolução do contrato de compra e venda e da ausência de efeitos no contrato de locação financeira*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2014.
- 79. Sónia Ribeiro Pereira**, *A Efetivação da Responsabilidade Patrimonial na Execução para Pagamento de Quantia Certa e seus Limites*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2014 (arguente).
- 80. Márcio Rafael Marques Rodrigues**, *Da obrigação de alimentos à intervenção do FDADM*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2014.
- 81. Ana Catarina Nogueira**, *A acção declarativa no novo Código de Processo Civil e os poderes do juiz*, Porto, Departamento de Direito da Universidade Lusíada do Porto, 2014 (arguente).
- 82. Fábio Alexandre Rato Sequeira**, *A desjudicialização da acção executiva: regime, responsabilidade do agente de execução*, Porto, Departamento de Direito da Universidade Lusíada do Porto, 2014 (arguente).
- 83. Ana Catarina Fonseca de Paiva**, *Alguns Problemas de Direito das Sucessões no quadro da Procriação Medicamente Assistida*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2014.
- 84. Sarah Rebouças Nascimento**, *Um contributo ao Estudo da Repartição de Riscos por Ocorrência do Chargeback na Sequência de compras On-Line*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2014.

- 85. Laura Sofia Correia de Sousa**, *A adoção homoparental à luz do Direito Português*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2014.
- 86. Pedro Jorge Rebelo Tavares**, *Direito Intelectual do Programa de Computador na Era da Informação – Em busca de um novo paradigma funcional*, Porto, Departamento de Direito da Universidade Lusíada do Porto, 2015 (arguente).
- 87. Patrícia Isabel Duarte Amaral**, *Extensão do Título Executivo ao Cônjuge do executado no Novo Código de Processo Civil*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2015 (arguente).
- 88. Ana Driely Coutinho Dias**, *A Obrigação de Alimentos Devidos a Menores enquanto Objeto da Responsabilidade Parental após o Divórcio perante a Solidariedade Estadual em Matéria Alimentícia*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2015 (arguente).
- 89. Thais Melício Mateus**, *A protecção das marcas de prestígio enquanto marcas tridimensionais, e as suas proibições*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2015.
- 90. Sara Elisabete Gonçalves da Silva**, *Responsabilidade Civil Médica no Quadro do Aconselhamento Genético*, Porto, Departamento de Direito da Universidade Lusíada do Porto, 2015 (arguente).
- 91. Paula Saleh Arbs**, *A Importância da Ação Inibitória na Tutela dos Direitos*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2015 (arguente).
- 92. Carmen Silva Sousa Pinto**, *Conflitos jurídicos no paradigma farmacêutico. Análise crítica do regime jurídico instituído na Lei n.º 62/2011*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2015 (arguente).
- 93. Joana Milene Assopola Garcia**, *A Cópia Privada e a Adaptação do Direito de Autor ao Ambiente Digital*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2015.

- 94. Karenina Carvalho Tito**, *Marca do distribuidor (private label) e a defesa do consumidor*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2015 (arguente).
- 95. Mafalda Santos Marques Tavares**, *A desconformidade do bem no contrato de locação financeira*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2015.
- 96. Carolina Braga da Costa Henriques Martins**, *Declarações de Parte*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2016 (arguente).
- 97. Filipa Fernandes Dinis de Almeida**, *A protecção dos direitos de autor na era digital – a responsabilidade dos prestadores de serviços*, Porto, Universidade Lusíada, 2016 (arguente).
- 98. Patrícia Isabel Duarte do Amaral**, *Extensão do título executivo ao cônjuge do executado no novo código de processo civil*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2016 (arguente).
- 99. Joana Rita Polónio Rijo Macedo**, *A tutelabilidade da forma como marca na jurisprudência da EU e dos EUA – O problema da funcionalidade*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2016.
- 100. Taniara Andressa Braz Ringon**, *O direito à assistência e ao convívio familiar na velhice*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2016.
- 101. Marta Alexandra Mendes Oliveira**, *A Protecção dos Segredos Industriais no âmbito da Propriedade Industrial*, Porto, Departamento de Direito da Universidade Lusíada do Porto, 2016 (arguente).
- 102. António Eduardo Marques Loureiro**, *Obrigações de alimentos – antes e após a maioridade do filho*, Porto, Departamento de Direito da Universidade Lusíada do Porto, 2017.

103. **Pedro Manuel Pinto de Sousa e Silva**, *Os Exclusivos da Estética Industrial» - Do Direito Industrial ao Direito de Autor*, Coimbra, Faculdade de Direito da universidade de Coimbra, 2016 (arguente).
104. **Diana Ramos Mariano**, *A obrigação de alimentos devidos a filhos maiores à luz da Lei n.º 122/2105, de 1 de setembro*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2017 (arguente).
105. **Filipe Rodrigues Sales**, *As responsabilidades parentais e (alguns) direitos de personalidade do menor de idade: as perturbações da Internet e das redes*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2017.
106. **Victor Carlos Corsi**, *A intermitente oscilação entre a arbitragem e os efeitos da confidencialidade*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2017 (arguente).
107. **Mário Daniel Fonseca Peliteiro**, *Os direitos do devedor em execução habitacional: a proteção da casa de morada de família*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2017.
108. **Tiago Barbosa Leite**, *A Responsabilidade Civil da concessionária por acidentes de Viação em Autoestradas*, Porto, Departamento de Direito da Universidade Lusíada do Porto, 2017.
109. **Filipe Rodrigues Sales**, *Responsabilidades Parentais e (alguns) direitos de Personalidade do menor de idade: as perturbações da Internet e das redes sociais*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2017.
110. **Samuel Dias Henriques**, *O Âmbito da Patente e a Doutrina dos Equivalentes*, Lisboa, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2017 (arguente).
111. **Maria dos Santos Almeida Antunes**, *Confidencialidade na Arbitragem*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2017 (arguente).
112. **Andreia Cristina Nascimento Cunha**, *Cumprimento Coercivo das Obrigações Alimentares (a Crianças e Jovens)*, Coimbra, Instituto de

- Contabilidade e Administração de Coimbra – ISCAC, Instituto Politécnico de Coimbra, 2017 (arguente).
- 113. Tiele, Espanhol Braun**, *Diligências Preparatórias de uma Acção Civil: Análise Crítica das Diligências Preliminares da Ley de Enjuiciamiento Civil*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2018 (arguente).
- 114. Ana Vilarim Barbosa Araújo**, *O abuso do direito autoral na sociedade de informação e a perspectiva de redenção*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2018.
- 115. Ana Carolina Couto**, *Um passo na evolução jurídica: o requerimento de interpelação admonitória*, Porto, Departamento de Direito da Universidade Lusíada do Porto, 2018.
- 116. Anáisa Pereira Rama**, *Processo de Inventário, Partilha e Sucessão de Quotas Empresariais*, Coimbra, ISCAC - Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra, Instituto Politécnico de Coimbra, 2018 (arguente).
- 117. Cristina Isabel Moreira Rodrigues**, *A reserva de propriedade no contrato de mútuo e na cessão de quotas*, Porto, Departamento de Direito da Universidade Lusíada do Porto, 2018.
- 118. Adriana Amôres**, *Mutações sociais e a sua influência no instituto da deserdação*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2018 (arguente).
- 119. Joana Cária Menezes de Jesus**, *Planeamento Sucessório*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2018.
- 120. Sara Emanuela Vieira de Castro**, *A Relação entre Padrasto e Enteadado: Direitos e Deveres*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2018.
- 121. Maria Carolina Santos Ferrarezi**, *Amicus Curiae: Natureza Jurídica e as Implicações de sua (Im)parcialidade nas Disputas Judiciais*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2018 (arguente).

122. **Ana Lúcia Henrique dos Santos Ferreira**, *Repensar a Sucessão Legitimária no Atual Direito Português*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2018.
123. **Ana Cláusia Ferreira dos Santos**, *A Inversão do Contencioso nas Providências Cautelares do Direito Civil*, Coimbra, Instituto de Contabilidade e Administração de Coimbra – ISCAC, Instituto Politécnico de Coimbra, 2018 (arguente).
124. **Patrícia Serra Condesso Soares**, *O dever de assistência dos descendentes*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2018.
125. **Macarena Pires Galego**, *O testamento e a sua interpretação*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2018.
126. **José Maria Quelhas**, *The Unified patent Court and Non Practicing Entities in Europe*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 2018 (arguente).
127. **Aina Abdul Raside**, *A protecção do vestuário em Moçambique por meio dos regimes (cumulativos) do direito de marca e dos desenhos industriais: um estudo a partir do Código da Propriedade Industrial*, Maputo, Universidade Politécnica, 2019.
128. **Ana Margarida Pereira Roque**, *A Imagem e a Reserva sobre a Intimidade da Vida privada: O Exercício de direitos de Personalidade das Crianças e Jovens*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2019.
129. **Pedro de Perdigão Lana**, *A autoria das obras Autonomamente Geradas por Inteligência e o Domínio do Público*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2020 (arguente).
130. **Viviane da Silva Feliz**, *A Incongruência de Género em Portugal e no Brasil*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2020 (arguente).

131. **Rui Paulo Cardinal de Carvalho**, *A Arbitragem Societária em Portugal, Entre o Vazio Legal e a Esperança de um Projeto*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2020.
132. **Larissa Figueirêdo Belo**, *Os Impactos da Intervenção do Amicus curiae em Disputas Judiciais: Ofensa (ou não) ao Princípio da Igualdade das Partes*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2021 (arguente).
133. **Érica Nascimento da Silva**, *Audiências Virtuais Cíveis: o (des) Acesso à Justiça nos Novos Tempos de Pandemia*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2021.
134. **André Gomes Pires**, *A Consignação do Agente de Execução e a Figura da Perda de Chance*, Coimbra, Instituto de Contabilidade e Administração de Coimbra, Coimbra, 2021 (arguente).
135. **Ana Luísa Caetano São Bento**, *As Consequências Sucessórias da Ação de Investigação da Paternidade Post Mortem – Os Necessários Meios de tutela do Investigado e Expectáveis Herdeiros*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2022.
136. **Graça Filipa Carvalho Correia**, *O Papel do Direito Sucessório na Proteção de Pessoas Idosas*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2022.
137. Participação no júri de reconhecimento de habilitações a nível de mestrado requerido por Marta Filipe Geraldês Falcão, designado por despacho do Reitor da Universidade de Coimbra, em 14/03/2013.
138. **Rita Simões Cruz**, *O Conflito entre o Direito à Paródia e os Direitos de Autor: A Necessidade de Previsão de uma Exceção de paródia no quadro da Diretiva 2019/790*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2022.

139. **Bruno Miguel Gonçalves Alves**, *O direito no Mundo da Música: Os Contratos Discográficos*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2022.
140. **Carolina Tavares Matos**, *A Insolvência Culposa: os efeitos da insolvência culposa para os afetados pela qualificação e critérios par a sua aplicabilidade em sentença*, Coimbra, Instituto de Contabilidade e Administração, Instituto Politécnico de Coimbra, 2022 (arguente).
141. **Fernando Marcelo Amorim da Rocha**, *Indignidades Sucessórias: em particular o abandono familiar como causa de indignidade iure condendo*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2023.
142. **Xavier da Silva Oliveira**, *A posição sucessória do membro sobrevivente da união de facto*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2023 (arguente).
143. **Cláudia Carvalho Morgado**, *O Impacto das Dívidas na Vida do Casal – Algumas Questões Processuais no Quadro da Responsabilidade Pré-Executiva e Executiva Por dívidas dos Cônjuges*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2023.
144. **Ana Maria Pinto de Sousa Reis Ferreira**, *A Propriedade Intelectual e a Inteligência Artificial – O Impacto da Inteligência Artificial nos Direitos de Autor*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2023 (arguente).
145. **Ana Catarina Saldanha Gouveia**, *O Art. 5.º do Código do Registo Predial na Venda Executiva – Uma Análise doutrinal e Jurisprudencial*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2024.
146. **Tiago Miguel Pereira Belinha**, *As consequências do divórcio: a determinação do destino da casa de morada de família do ponto de vista*

processual, Coimbra, Faculdade de direito da Universidade de Coimbra, 2024 (arguente).

- 147.** **Cristiana Lima Coelho**, *A Quota Indisponível como Limitação da Vontade do Autor da Sucessão. A sua Evolução e Propostas para a sua Renovação*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2024.

C. CAPACIDADE PEDAGÓGICA / DESEMPENHO PEDAGÓGICO

1. ATIVIDADE LETIVA

O candidato leciona desde abril de 1989. Inicialmente e desde essa data na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, na qualidade de assistente do Doutor F. M. PEREIRA COELHO e do Doutor DIOGO LEITE DE CAMPOS, nas unidades curriculares de *Direito da Família e Direito das Sucessões*.

Antes de obter o grau de Doutor, no âmbito do 1.º ciclo, o candidato ainda foi assistente, na mesma Faculdade de Direito, do Doutor GUILHERME DE OLIVEIRA e RABINDRANATH CAPELO DE SOUSA.

Após a obtenção do grau de Doutor, o candidato foi incumbido das regências das aulas teóricas das três unidades curriculares de *Direito Processual Civil I, II e III*, bem como da regência das aulas teóricas de uma das turmas de *Direito da Família e Direito das Sucessões*. Também regeu e rege aulas teóricas no 1.º, 2.º e 3.º ciclo no Departamento de Direito da Universidade Lusíada do Porto (desde setembro de 1993 até julho de 2018) e no Departamento de Direito da Universidade Portucalense (desde setembro de 2018).

Neste sentido, foi:

- Regente das aulas práticas da unidade curricular de *Direito da Família e Direito das Sucessões* (1.º ciclo), na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, entre 1989 e 2011.

- Regente das aulas práticas das unidades curriculares de *Direito Processual Civil I*, *Direito Processual Civil II* e *Direito Processual Civil III*, na Universidade Lusíada do Porto, entre setembro de 1990 e setembro de 1993.
- Regência das aulas práticas de *Direito do Trabalho*, entre Março e Outubro de 1994, na Faculdade de direito da Universidade de Coimbra.
- Regente das aulas teóricas da unidade curricular *Direito Processual Civil I* (1.ª turma), do 1.º ciclo, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (desde setembro de 2006 até ao presente).
- Regente das aulas teóricas da unidade curricular *Direito Processual Civil II* (1.ª turma), do 1.º ciclo, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (entre 2setembro de 2006 e setembro de 2013).
- Regente das aulas teóricas da unidade curricular *Direito Processual Civil III* (turma única), do 1.º ciclo, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (desde setembro de 2006 até ao presente).
- Regente das aulas teóricas da unidade curricular *Direito Patrimonial da Família e das Sucessões* (1.ª turma), do 1.º ciclo, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (desde setembro de 2011 até ao presente).
- Regente da unidade curricular *Direito Processual Civil* (Processo Executivo), no Curso de Mestrado (Mestrado Científico) da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (entre setembro de 2006 e setembro de 2013).
- Regente da unidade curricular *Jurisprudência Processo Civil* (Processo Executivo), no Curso de Mestrado (Mestrado Científico), da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (entre setembro de 2006 e setembro de 2013).
- Regente da unidade curricular *Direito Processual Civil e Integração União Europeia*, no Curso de Doutoramento da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (desde 2008 até ao presente).

- Coordenador e regente da unidade curricular *Jurisprudência de Processo Civil*, no âmbito do Curso de Jurisprudência, organizado pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, nos anos letivos de 2017/2018 e 2018/2019.
- Regente das aulas teóricas da unidade curricular *Direito Processual Civil Executivo e Recursos* (turma única) no Departamento de Direito da Universidade Lusíada do Porto (desde 2007 até julho de 2018).
- Regência das aulas teóricas das disciplinas de *Direito Processual Civil* (ação declarativa, recursos e ação executiva), no Departamento de Direito da Universidade Lusíada do Porto, desde 1993 até 2007.
- Regente das aulas teóricas da unidade curricular *Organização Judiciária* (turmas A e B), do 1.º ciclo, no Departamento de Direito da Universidade Lusíada do Porto (desde setembro de 2007 até setembro de 2018).
- Regente das aulas teóricas da unidade curricular *Direito Processual Civil Avançado* (turma única) do Curso de Mestrado, no Departamento de Direito da Universidade Lusíada do Porto (desde setembro de 2008 até setembro de 2018).
- Regente da unidade curricular *Propriedade Industrial*, do curso de Mestrado (mestrado científico), na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, desde o ano letivo de 2021-2022 até ao presente.
- Regente da unidade curricular *Propriedade Industrial*, no curso de Doutoramento (III Ciclo) da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (desde 2010 até 2013).
- Regente do módulo *Propriedade Industrial* do Seminário Geral do curso de doutoramento (III Ciclo), na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, entre 2014 e 2018.
- Regência das aulas teóricas de *Direito Industrial*, na Faculdade de Direito da Universidade Lusíada do Porto, entre 2000 e 2009.
- Regente da unidade curricular de *Direito Comercial*, na Universidade Lusíada do Porto, entre 1994 e 2005.

- Regente da unidade curricular do Curso de doutoramento *Marcas e Patentes na União Europeia*, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, nos anos letivos de 2017/2018, 2018/2019, 2019/2020, 2020/2021, 2021/2022, 2022/2023, 2023/2024.

No âmbito da *avaliação do desempenho docente*, o candidato (tal como os restantes docentes da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra) é avaliado, por meio de *ponderação curricular*, desde o ano de 2011.

Neste domínio, o candidato obteve sempre a notação de EXCELENTE (2011-2013; 2014-2016; 2017-2019; 2020-2023).

2. ATIVIDADE DE ORIENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

O candidato orientou (e orienta), desde 2011, dezenas de alunos no quadro de dissertações de mestrado e de doutoramento, a saber:

i. Orientação de Teses de Mestrado

(2011 - 2013)

1 - **Ana Catarina Brandão Fonseca de Paiva** (Ciência Jurídico-Forenses), na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

2 - **Ana Paula de Azevedo Oliveira Anunciação** (Ciências Jurídico-Forenses), na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

3 - **Luciana Estrela Ferreira** (Ciências Jurídico-Forenses), na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

4 - **Correia Bartolomeu**, na Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, Luanda (Ciências Jurídico Civilísticas).

5 - **Laura Sofia Correia de Sousa** (Ciências Jurídico-Forenses).

6 - Rita Susana Gameiro dos Santos (Ciências Jurídico-Forenses).

7 - **Ana Catarina Cid Alves Nogueira**, no Departamento de Direito da Universidade Lusíada do Porto.

8 - **Fábio Alexandre Rato Sequeira**, no Departamento de Direito da Universidade Lusíada do Porto.

9 - **Luís Manuel Teixeira Kingwell**, no Departamento de Direito da Universidade Lusíada do Porto.

(2014 -)

10 - **Ana Catarina Brandão Fonseca de Paiva** (Ciência Jurídico-Forenses), na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

11 - **Ana Paula de Azevedo Oliveira Anunciação** (Ciências Jurídico-Forenses), na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

12 - **Luciana Estrela Ferreira** (Ciências Jurídico-Forenses), na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

13 - **Laura Sofia Correia de Sousa**, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (Ciências Jurídico-Forenses).

14 - **Rita Susana Gameiro dos Santos**, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (Ciências Jurídico-Forenses).

15 - **Roquy de Fátima Arnaldo de Moraes**, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (Ciências Jurídico-Forenses).

16 - **Aina Abdul Raside**, Universidade Politécnica, Maputo, Moçambique (Ciências Jurídico-Empresariais).

17 - **Ana Catarina Cid Alves Nogueira**, no Departamento de Direito da Universidade Lusíada do Porto (Ciências Jurídico-Forenses).

18 - **Fábio Alexandre Rato Sequeira**, no Departamento de Direito da Universidade Lusíada do Porto (Ciências Jurídico-Forenses).

19 - **Luís Manuel Teixeira**, Departamento de Direito da Universidade Lusíada do Porto (Ciências Jurídico-Forenses).

20 - **Tiago Barbosa Leite**, Departamento de Direito da Universidade Lusíada do Porto (Ciências Jurídico-Forenses).

21 - **Inês Tuna de Almeida**, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (Ciências Jurídico-Empresariais).

22 - **Cláudia Morgado**, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (Ciências Jurídico-Civilísticas).

23 - **Ana Catarina de Saldanha Gouveia**, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (Ciências Jurídico-Forenses).

24 - **Maria Moisés Pereira Cardoso**, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (Ciências Jurídico-Forenses).

25 - **Cristiana Lima Coelho**, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (Ciências Jurídico-Forenses).

26 - **Salomé Reboucho Lima**, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (Ciências Jurídico-Forenses).

27 - **Sara Pereira Coelho**, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (Ciências Jurídico-Forenses).

28 - **Laura Carvalho Fernandes Teixeira**, Faculdade de Direito da Universidade do Porto (Ciências Jurídico-Empresariais).

ii. ORIENTAÇÕES DE TESES DE DOUTORAMENTO (2011 -)⁵

1 - **Vítor Luís de Almeida**, *Ativismo Judicial na Dinamização do Ônus da Prova e sua Contraposição à Imparcialidade do Julgador: Uma aplicação do Sistema Processual Cooperativo no Processo Civil Brasileiro*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2016-2020.

2 - **Pedro Accioly de Sá Peixoto Neto** (Ciências Jurídico-Empresariais), *A Tutela e o Fomento das Inovações Tecnológicas por meio de Patentes da Biodiversidade de Vegetais Para o Agronegócio Destinado à Produção Alimentar e de Fármacos*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2016-2020.

⁵ No texto são indicadas as dissertações já defendidas em provas públicas e as que estão em curso de preparação. São, igualmente, mencionados os projetos de doutoramento já abandonados pelos candidatos ou dos quais o subscritor do presente *curriculum* não tem notícias acerca da respetiva progressão há mais de 3 anos.

3 - Márcio Accioly de Andrade (Direito Civil), sob o título *O Princípio da estabilidade contratual e a alteração das circunstâncias (uma perspectiva luso-brasileira)*, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

4 - Gina Strauch Serafim (Ciências Jurídico-Empresariais), sob o título *As novas formas de exploração económica das obras literárias e artísticas – Os novos modelos de negócios com o advento da Internet*, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (já foi realizada a defesa da dissertação em provas públicas), 2013-2018.

5 - Nelson Dirceu Fensterseifer, (Ciências Jurídico-Empresariais), sob o título *O Reconhecimento e Execução das decisões no quadro do Mercosul – O Crédito Empresarial*, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2012-⁶.

6 - Rui Miguel Ferreira Salvado (Ciências Jurídico-Empresariais), sob o título *A Protecção Jurídica das Invenções Geradas pelas Universidades*, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2011-⁷.

7 - Sérgio Alves da Costa (Ciências Jurídico-Processuais), sob o título *Os julgados de paz e as decisões dos tribunais judiciais - norma, percepção e conflito - uma visão comparativa de reforma do paradigma institucional*, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2011-.

8 - Ana Amélia Ribeiro Sales (Ciências Jurídico-Forenses), sob o título *Direitos Reprodutivos: o seu sentido e alcance nos novos modelos de família*, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2012-⁸.

9 - Mara Regina Bertini (Ciências Jurídico-Processuais), sob o título *Tutela Processual do Direito à Execução de Decisões em Espaços Economicamente e Socialmente Integrados: Um olhar do Mercosul para a União Europeia*, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2014-2020.

10 - Caroline Sátiro de Holanda (Ciências Jurídico-Forenses)), sob o título *O estatuto jurídico-civil dos intersexuais e dos transexuais. Em busca do reconhecimento e da*

⁶ O subscritor do presente *curriculum* não tem notícias do projeto de investigação deste candidato desde 2016.

⁷ O subscritor do presente *curriculum* não tem notícias do projeto de investigação deste candidato desde 2016.

⁸ O subscritor do presente *curriculum* não tem notícias do projeto de investigação desta candidata desde 2016.

efetivação dos direitos pessoais e familiares dos intersexuais e dos transexuais pelos Direitos portugueses e brasileiro, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2012-.

11 - Cláudia Crisóstimo de Abreu (Ciências Jurídico-Políticas), sob o título *O nascimento e as vicissitudes do direito de patentes na pesquisa universitária: a realidade brasileira e a visão do direito comparado*, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2011-2022.

12 - Olívia Marcelo Pinto de Oliveira (Ciências Jurídico-Civilísticas), sob o título *Parto em sigilo: política pública de efetivação do cuidado enquanto valor jurídico – Uma análise luso-brasileira*, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2011-⁹.

13 - Moisés Kassoma (Ciências Jurídico-Processuais), sob o título *O Notário e a Tutela do Comércio Jurídico*, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e na Faculdade de Direito Agostinho Neto, Luanda, 2012-2019.

14 - Elisete Sileny Jacinto de Almeida, *Parentesco Socio Afetivo – Possíveis Contributos Do Direito Brasileiro Para Um Novo Paradigma do Direito Português* (Ciências Jurídico-Civilísticas), Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2012-2019.

15 - Augusto Ngongo Barnabé, sob o título *Os Poderes Instrutórios do Juiz à Luz da constituição da República de Angola* (Ciências Jurídico-Processuais), na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2012-.

16 - Isabel Teixeira Duarte, *A Proteção Jurídica do Idoso Ascendente no Plano Civil – Em Especial o Crédito Alimentar Perante Descendentes* (Ciências Jurídico- Civilísticas), Lisboa, Universidade Católica, Lisboa, 2015-.

17 - Leonardo Caribé, *Dever de Gestão Processual: o difícil equilíbrio entre a eficiência e as garantias do justo processo* (Ciências Jurídico-Processuais), Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2019- (a aguardar provas públicas).

⁹ O subscritor do presente *curriculum* não tem notícias do projeto de investigação desta candidata desde 2016.

18 - Ana Teixeira Barreto, *Acesso à Justiça dos Vulneráveis: Análise comparativa entre o Ordenamento Jurídico Português e o Brasileiro* (Ciências Jurídico-Processuais), Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2021 -.

19 - Luciana Morato, *Complexidade da Cusa em Matéria Processual* (Ciências Jurídico-Processuais), Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2021-.

20 - Luciana Rebeschini, *Análise e comparação da hibridização processual das duas tradições jurídicas, civil law e common law, nas duas formas de resolução de litígios (nos tribunais estatais e tribunais arbitrais)*, Ciências Jurídico-Processuais, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2021-.

21 - Lídia de Melo de Souza, *O Futuro do Processo Civil na era digital: competências e instrução* (Ciências Jurídico-Processuais), Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2022-.

22 - Laio Verbeno Sathler, *A citação eletrônica como pressuposto de existência processual no direito processual contemporâneo* (Ciências Jurídico-Processuais), Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2022-.

24 - Ana Cristina Teixeira Barreto, *Direitos e garantias processuais das crianças à participação e à audição processual no sistema judicial português e brasileiro: um enfoque na autonomia infante juvenil* (Ciências Jurídico-Processuais), Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2022-.

25 - Matheus Marapodi, *Patentes de medicamentos em tempos de pandemia e incentivos à inovação* (Ciências Jurídico-Empresariais), Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2022-.

26 - Vagner Fabrício Flausino, *Acesso à justiça na União Europeia, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra* (Ciências Jurídico-Processuais), Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2021-.

27 - Jamile Serra Azul, *Os meios consensuais de tratamento de conflito no âmbito da União Europeia e Mercosul* (Ciências Jurídico-Processuais), Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2021 -.

28 - Hoi In Ng, *Harmonização (dos Procedimentos) entre Common Law e Civil Law na Arbitragem Internacional* (Ciências Jurídico-Processuais), Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2022-.

29 – Samy Garson, *O regime dos pactos de jurisdição e a atribuição de competência internacional para a resolução de litígios* (Ciências Jurídico-Processuais), Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2023 -.

iii. MATERIAL PEDAGÓGICO PRODUZIDO

O candidato elaborou e tem publicado, desde 1995, Lições, Cursos, Manuais Universitários e outros materiais pedagógicos, no âmbito do *Direito Processual Civil*, *Direito da Família*, *Direito das Sucessões*, *Direito da Propriedade Industrial* e *Direito Comercial*.

Este material é, seguidamente, indicado e consta da produção científica *supra* indicada e digitalizada.

1 - Direito Comercial. Introdução. Fontes. Actos de Comércio. Comerciantes. Sinais Distintivos, Coimbra, Reproset, 1995 (859 págs.).

2 - Curso de Processo Executivo Comum à Face do Código Revisto, Porto, SPB Editores, 1998 (415 págs.).

3 - Curso de Processo Executivo Comum À Face do Código Revisto, Coimbra, Almedina, 2000 (473 págs.).

4 - Acção Declarativa à Luz do Código Revisto, 1.^a ed., Coimbra, Coimbra Editora, 2007 (515 págs.).

5 - Acção Declarativa à Luz do Código Revisto, 2.^a ed., Coimbra, Coimbra Editora, 2009 (743 págs.).

6 - Acção Declarativa à Luz do Código Revisto, 3.^a ed., Coimbra, Coimbra Editora, 2011 (771 págs.).

7 - Direito Europeu das Patentes e Marcas, Coimbra, Almedina, 2021 (784 págs.).

8 - *Direito da Família – Estudos*, Coimbra, Gestlegal, 2022 (611 págs.).

9 - *Direito das Sucessões – Estudos*, Coimbra, Gestlegal, 2023 (455 págs.).

10 - *Direito Processual Civil da Propriedade Industrial*, Coimbra, Almedina, 2023 (413 págs.).

iv. PROJETOS PEDAGÓGICOS

O candidato esteve na génese de uma nova unidade curricular semestral no 3.º ciclo, no ano letivo de 2010/2011, cujo programa elaborou.

Esta unidade curricular está inserida no âmbito da Secção de ciências Jurídico-Civilísticas e foi denominada *O Processo Civil e a Integração Europeia*. A abertura desta unidade curricular foi proposta pelo candidato ao então coordenador da Secção de Ciências Jurídico-Civilísticas (Doutor JOÃO CALVÃO DA SILVA), a qual, tendo sido, na época, aprovada na Secção de Ciências Jurídico-Civilísticas e pelo Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, ainda hoje é lecionada pelo candidato.

A despeito do *nomen* formal desta unidade curricular, o seu conteúdo pedagógico e científico é constituído pelo estudo, discussão e elaboração de relatórios no quadro do *Processo Civil da União Europeia* e do *Processo Civil Internacional*.

O programa desta unidade curricular está disponível no seguinte endereço eletrónico:

<https://infordocente.uc.pt/nonio/ensino/gerirDetalhes.do?args=19559718029778621>

Da leção desta unidade curricular já resultou a elaboração e defesa em provas públicas de três dissertações de doutoramento (na vertente de Ciências Jurídico-Processuais).

Quatro dissertações de doutoramento nesta área juscientífica estão em curso de elaboração avançada, quais sejam: Lídia de Melo Souza, Laio Verbeno Sathler e Augusto Ngongo Barnabé.

v. INTERVENÇÃO NA COMUNIDADE, QUER UNIVERSITÁRIA, QUER EXTERIOR À UNIVERSIDADE

a. ACTIVIDADE PEDAGÓGICA E DIVULGAÇÃO DE CONHECIMENTO / TRANSFERÊNCIA VALORIZAÇÃO DE CONHECIMENTOS (CONFERÊNCIAS, CONGRESSOS, PALESTRAS, SEMINÁRIOS, COLÓQUIOS)

2024

1. Marques, João Paulo Remédio. 2024. *As propostas de revisão da legislação europeia sobre patentes: ponto de situação*. Conferência proferida, em 8 de julho de 2024, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, no âmbito do Curso de Verão, “Propriedade Intelectual e Direito da Sociedade de Informação: o Estado das Questões em 2024”, organizado pela Associação Portuguesa de Direito Intelectual.
2. Marques, João Paulo Remédio. 2024. *A ação de prestação de contas*. Conferência proferida em 28 de junho de 2024, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, no âmbito do “II Curso Avançado sobre Divórcio, Inventário e Partilha”, organizado pelo Centro de Investigação de Direito Privada da referida Faculdade.
3. Marques, João Paulo Remédio. 2024. *Consentimento informado*. Conferência proferida na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, no âmbito do Curso de Pós-Graduação de Endodontia e Dentistaria da Área de Medicina Dentária da FMUC.
4. Marques, João Paulo Remédio. 2024. *Contratos de licença / Transmissão de direitos / Direitos Intelectuais como garantias*. Conferência proferida em 8 de junho de 2024, no âmbito do XV Curso de Pós-Graduação em Direito Intelectual,

- organizado pela Associação Portuguesa de Direito Intelectual, Faculdade de direito da Universidade de Lisboa.
5. Marques, João Paulo Remédio. 2024. *Problemas da partilha – questões substanciais*. Conferência proferida, no dia 4 de junho de 2024, no quadro do Curso Breve: A Família no Direito das Sucessões, organizado pelo Centro de Direito da Família, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.
 6. Marques, João Paulo Remédio. 2024. *A arbitragem na propriedade intelectual*. Conferência proferida em 6 de abril de 2024, no âmbito do IX Curso de Pós-Graduação em Direito da Arbitragem, organizado pelo Centro de Investigação de Direito Privado, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.
 7. Marques, João Paulo Remédio. 2024. *Patentes – Traços gerais do regime jurídico / Invenções protegíveis e requisitos da patente / Direitos de Patente e Interesse público*. Conferência proferida em 22 de março de 2024, no âmbito do XV Curso de Pós-Graduação em Direito Intelectual, organizado pela Associação Portuguesa de Direito Intelectual, Faculdade de direito da Universidade de Lisboa.
 8. Marques, João Paulo Remédio. 2024. *Análise comparativa entre a união estável no Brasil e a união de facto em Portugal*. Conferência proferida no âmbito do “Simpósio Internacional de Registo Civil”, organizado pelo Centro de Estudos Registrais e Notariais, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, que teve lugar em Coimbra, nos dias 21, 22 e 23 de março de 2024.
 9. Marques, João Paulo Remédio. 2024. *O Medicamento e a Propriedade Industrial*. Conferência proferida em 21 de março de 2024, no quadro 11.º Curso de Especialização em Direito da Medicina, organizado pelo Centro de Direito biomédico, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.
 10. Marques, João Paulo Remédio. 2024. Moderador na conferência “Justiça, Igualdade e Género na Família”, organizada pelo Instituto Jurídico da Faculdade

de Direito da Universidade de Coimbra, que decorreu nos dias 7 de março entre as 9h30 e as 18h30 e 8 de março de 2024, entre as 9h30 e as 17h30, no Palácio dos Melos, tendo moderado a apresentação e debate de comunicações selecionadas para o Workshop A - Sessão 1, intitulado “As tendências da individuação e da privatização das relações familiares e a influência da Constituição na regulação da Família”.

11. Marques, João Paulo Remédio. 2024. Moderador (em linha, via «Zoom») na conferência “III Encontro Luso-Espanhol de Doutorandos de Direito Processual”, que teve lugar em Salamanca, nos dias 6 e 7 de março de 2024, organizado pela Faculdade de Direito da Universidade de Salamanca e pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.
12. Marques, João Paulo Remédio. 2024. *A Patente Europeia com Efeito Unitário*. Conferência efetuada na *Coimbra Business School*, Instituto Politécnico de Coimbra, em 2 de fevereiro de 2024, no âmbito do Curso de Mestrado em Solicitadoria.
13. Marques, João Paulo Remédio. 2024. Moderador na conferência “Tendências atuais em matéria (processual) civil”, realizada em 25 de janeiro de 2024, organizado pelo Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.
14. Marques, João Paulo Remédio. 2024. Avaliador na apresentação dos projetos do 2.º Curso da Pós-Graduação em “Pesquisa-ação Participativa em Saúde”, que teve lugar na Escola Superior de Enfermagem de Coimbra, em 24 de janeiro de 2024.
15. Marques, João Paulo Remédio. 2024. *Cumprimento coercivo das obrigações de alimentos: em especial, reconhecimento e execução de decisões estrangeiras*. Conferência efetuada em 4/01/2024, no quadro do I Curso de Pós-Graduação em Responsabilidades Parentais, organizado pelo Centro de Investigação de Direito Privado, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

2023

16. Marques, João Paulo Remédio. 2023. *A arbitragem nos Litígios de Propriedade Intelectual*. Conferência realizada em 15/12/2023, no âmbito do II Congresso Internacional de Processo Civil: Os desafios da desjudicialização da justiça, realizado na Universidade Portucalense Infante Dom Henrique, organizado pelo Instituto Jurídico Portucalense.
17. Marques, João Paulo Remédio. 2023. *Transsexualimo e Registo*. Conferência efetuada em 22/11/2023, no quadro do Curso *Futuro da Saúde – Aspetos Legais*, organizado pelo Centro de Direito Biomédico, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.
18. Marques, João Paulo Remédio. 2023. *Biotecnologia(s) e Propriedade Intelectual*. Conferência realizada em 23/11/2023, no quadro do Curso *Futuro da Saúde - Aspectos Legais*, organizado pelo Centro de Direito Biomédico, Faculdade de Direito da universidade de Coimbra.
19. Marques, João Paulo Remédio. 2023. *Audiências virtuais e a mediação*. Moderador no Colóquio realizado em 15 de novembro de 2023, no quadro da *Conferência Comemorativa dos 10 anos do Código de Processo Civil de 2013*, organizado pelo Conselho distrital da Ordem dos Advogados de Coimbra.
20. Marques, João Paulo Remédio. 2023. *Proteção das Pessoas Idosas e Autonomia Contratual*. Conferência realizada na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 7 de novembro de 2023, no âmbito do *I Curso Intensivo sobre Dignidade, Autonomia e Duração da vida humana: Direitos pessoais e Direitos patrimoniais*, organizado pelo Centro de Investigação de Direito Privado da mesma Faculdade.
21. Marques, João Paulo Remédio. 2023. *A Reforma do Processo Civil em Portugal, em particular o Processo Especial de Tutela da Personalidade. O Estado da Jurisprudência e da Doutrina*. Conferência proferida na Faculdade de Direito da

Universidade de Coimbra, em 19 de outubro, no quadro das Jornadas Coimbra / Santiago de Compostela.

22. Marques, João Paulo Remédio. 2023. *Epidemias y pandemias: las aportaciones de la propiedad industrial en la Unión Europea, sus límites y alternativas*. Conferência proferida (*on line*), em 19/10/2023, na Universidade Carlos III, de Madrid, no quadro do *Congresso Internacional – Los Nuevos Horizontes y Metas de la Propiedad Intelectual*.
23. Marques, João Paulo Remédio. 2023. *O efeito unitário das patentes europeias, o tribunal unificado de patentes*. Conferência proferida em 19/10/2023, em Lisboa, no âmbito do 6.º Congresso de Propriedade Intelectual, organizado pela editora Almedina e pela Associação Portuguesa de Direito Intelectual.
24. Marques, João Paulo Remédio. 2023. *O Procesos Especial de Tutela da Personalidade. O Estado da Jurisprudência e da Doutrina*. Conferência proferida na Faculdade de direito da Universidade de Coimbra, em 29 de setembro, no quadro do IV Encontro de Direito Civil, organizado por esta Faculdade e pela Escola de Direito da Universidade Católica Portuguesa.
25. Marques, João Paulo Remédio. 2023. *Normas processuais aplicáveis no Tribunal Unificado de Patentes*. Conferência proferida na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 6/07/2023, no âmbito do Curso de Verão “Propriedade Intelectual e Direito da Sociedade da Informação – O Estado das Questões”, organizado pela Associação Portuguesa de Direito Intelectual.
26. Marques, João Paulo Remédio. 2023. *Cumprimento coercivo de obrigações alimentares: competência judiciária, reconhecimento e execução de decisões estrangeiras*”. Conferência proferida em 4/07/2023, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, no âmbito do I Curso de Pós-Graduação Avançada em Processo Civil Executivo, organizado pelo Centro de Investigação ode Direito Privado esta Faculdade.

27. Marques, João Paulo Remédio. 2023. *Competência e Lei Aplicável*. Conferência proferida em Coimbra, em 17/06/2023, no âmbito do I Congresso do Vinho, organizado pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e pelo Instituto Brasileiro de Direito do vinho.
28. Marques, João Paulo Remédio. 2023. *Agente de Propriedade Industrial*. Conferência proferida no Instituto Politécnico de Beja, no âmbito do curso de licenciatura em Solicitadoria, Ciclo de Webinar's com o título "Direito ao Sul", em 31 de maio de 2023.
29. Marques, João Paulo Remédio. 2023. *Ética, Plágio e Direitos de Autor*. Conferência proferida na Escola de Gestão do Instituto Politécnico de Castelo Branco, em 29 de maio de 2023.
30. Marques, João Paulo remédio. 2023. *Contratos de licença | Transmissão de direitos | Direitos intelectuais como garantias*. Conferência proferida na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 27/05/2023, no quadro do XIV Curso de Pós-Graduação em Direito Intelectual, organizado pela Associação Portuguesa de Direito Intelectual.
31. Marques, João Paulo Remédio. 2023. *Questões Processuais em Matéria de Divórcio*. Conferência proferida, em 20 de maio de 2023, no quadro do III Curso Breve e Pós-Graduação “O Direito da Família no Processo Civil”, organizado pelo Centro de Direito da Família, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.
32. Marques, João Paulo Remédio. 2023. *O Regime Processual da Execução por Dívidas Conjugais no Quando do Novo Código de Processo Civil*. Conferência proferida em 6 de maio, no quadro do III Curso Breve e Pós-Graduação “O Direito da Família no Processo Civil”, organizado pelo Centro de Direito da Família, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

33. Marques, João Paulo Remédio. 2023. *Competência, reconhecimento e execução de decisões em matéria matrimonial e responsabilidades parentais*. Conferência proferida no quadro do III Curso Breve de Pós-Graduação «O Direito da Família no Processo Civil», em 29 de abril de 2023, na Faculdade de Direito da universidade de Coimbra, Centro de Direito da Família.
34. Marques, João Paulo Remédio. 2023. *Consentimento informado e responsabilidade legal*. Conferência proferida, em 28 de abril de 2023, no quadro do Curso de Pós-Graduação de Endodontia e Dentistaria da Área de Medicina Dentária da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra.
35. Marques, João Paulo Remédio. 2023. *Patentes – Traços gerais do regime jurídico / Invenções protegíveis e requisitos da patente / Direitos de Patente e Interesse público*. Conferência proferida, em 22 de abril, de 2023, em Lisboa, no quadro do XIV Curso de Pós-Graduação em Direito Intelectual, organizado pela Associação Portuguesa de Direito Intelectual, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.
36. Marques, João Paulo Remédio. 2023. *O Novo Código da Propriedade Industrial de 2018*. Conferências proferidas no âmbito do XXI Curso de Pós-Graduação de Direito das empresas, organizado pelo Instituto de direito das empresas e do Trabalho, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 18 e 25 de março de 2023.
37. Marques, João Paulo Remédio. 2023. *A acção executiva e o registo predial*. Conferência proferida em 13 de abril de 2023, no Centro de Estudos Notariais e Registais, no âmbito do curso de Pós-Graduação em Direito Notarial e Registral, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.
38. Marques, João Paulo Remédio. 2023. *Transexualismo e o Registo*. Conferência proferida, em 11 de abril de 2023, no Centro de Estudos Notariais e Registais, no âmbito do curso de Pós-Graduação em Direito Notarial e Registral, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

39. Marques, João Paulo Remédio. 2023. *Alimentos a filhos maiores e menores – Questões substantivas e processuais*. Conferência proferida, em 25 de março de 2023, no quadro do III Curso Breve de Pós-Graduação «O Direito da Família no Processo Civil», organizado pelo Centro de Direito da família e dos Menores, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.
40. Marques, João Paulo Remédio. 2023. *A arbitragem no setor farmacêutico*. Conferência proferida no quadro do VIII Curso de Pós-Graduação em Direito da Arbitragem, em 25 de março de 2023, organizado pelo Centro de Investigação de Direito Privado, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.
41. Marques, João Paulo Remédio. 2023. *A ação de prestação de contas*. Conferência proferida na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, no quadro do “I Curso Avançado sobre Divórcio, Inventário e Partilha”, organizado pelo Centro de Investigação de Direito Privado desta Faculdade, em 16 de março de 2023.
42. Marques, João Paulo Remédio Marques. 2023. Moderador do II Encontro de Luso-Espanhol de Doutorandos em Direito Processo, realizado na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 10 de março de 2023, organizado pelo Instituto Jurídico desta Faculdade.
43. Marques, João Paulo Remédio. *Responsabilidade civil contratual no âmbito de contratos de licença de direitos de propriedade intelectual*. Conferência proferida, em 7/03/2023, no âmbito do “II Curso de Direito Procedimental e Processual da Propriedade Intelectual”, organizado pelo ICC Portugal (International Chamber of Commerce).
44. Marques, João Paulo Remédio. 2023. *O contrato a favor de terceiro e os pactos sucessórios: linhas de fronteira e questões atuais*. Conferência proferida, em 15/02/2023, no âmbito do «V Curso de Pós-Graduação em Direito das Crianças, Família e Sucessões», organizado pelo Centro de Investigação de Direito Privado, Faculdade de Direito da universidade de Lisboa.

45. Marques, João Paulo Remédio. *A União de Facto no Direito Português*. Conferência proferida, em 06/02/2023, na Universidade Portucalense Infante Dom Henrique, no quadro do Curso de Preparação para o Centro de Estudos Judiciários.
46. Marques, João Paulo Remédio. 2023. *As marcas famosas*. Conferência proferida na *Coimbra Business School*, Instituto de Contabilidade e Administração de Coimbra, em 03/02/2023.
47. Marques, João Paulo Remédio Marques. 2023. *O Medicamento e a Propriedade Industrial*. Conferência proferida no âmbito do 9.º Curso de Especialização em Direito da Medicina, em 19/01/2023, organizado pelo Centro de Direito Biomédico, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.
48. Marques, João Paulo Remédio Marques. 2023. *Alimentos Familiares*. Conferência proferida no âmbito do Encontro «Análise jurídico-jurisprudencial do Direito das Famílias» no sistema Luso-Brasileiro, organizado pelo Centro de Direito da Família e dos Menores, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

2022

1. Marques, João Paulo Remédio. 2022. Moderador / debatedor no *X Congresso Intercontinental de Direito Civil*, realizado na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, na mesa “Temas relacionados à Responsabilidade Civil”, no dia 17/11/2022.
2. Marques, João Paulo Remédio. 2022. *Obrigação geral de alimentos e obrigação especial de alimentos a filhos menores de idade*. Conferência proferida, em 12/11/2022, no 1.º Curso de Pós-Graduação “O novo Direito das Crianças e Jovens – Prof. Doutor Guilherme de Oliveira”, organizado pelo Centro de Direito da Família, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

3. Marques, João Paulo Remédio. 2022. Moderador / debatedor no Seminário “Novos Desenvolvimentos nos Seguros de Danos”, no dia 11/11/2022, organizado pelo Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.
4. Marques, João Paulo Remédio. 2022. *Ética, Plágio e Direitos Autorais*. Conferência proferida, em 4/11/2022, no Instituto de Contabilidade e Administração de Coimbra, no âmbito das iniciativas da *Coimbra Business School*.
5. Marques, João Paulo Remédio. 2022. *Desenvolvimento tecnológico e acesso universal a produtos de saúde: repensar o regime jurídico do direito de patente e os outros exclusivos industriais*. Conferência proferida em 3/11/2022, no quadro do XVI Congresso de Direito Autoral e Interesse Público (CODAIP), Grupo de Estudos em Direito Autoral e Industrial (GEDAI), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Brasil.
6. Marques, João Paulo Remédio. 2022. *Aquisição da Prova e a Sentença em Processo Civil: Prova Ilícita, Prova Vinculada e Presunções Judiciais e Valor Extraprocessual das Provas*. Conferência realizada, em 14 de outubro, no âmbito das II Jornadas a Sul do Direito Processual Civil, organizada pelo IAD (Instituto de Acesso ao Direito – Ordem dos Advogados).
7. Marques, João Paulo Remédio. 2022. *A anulação de sentenças arbitrais na jurisprudência dos tribunais superiores portugueses*. Conferência proferida, em 30 de setembro UNIFOJ – Observatório Permanente de Justiça, Meios de resolução de litígios, no âmbito do Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra
8. Marques, João Paulo Remédio. 2022. *Alimentos Devidos a Jovens Maiores*. Conferência proferida em 20/07/2022, no Curso de Verão sobre “Direito(s) das Crianças e Jovens”, organizado pelo Centro de Direito da Família, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.
9. Marques, João Paulo Remédio. 2022. *Responsabilidade civil e contrato no caso da vacina COVID-19: o caso da Pfizer*, conferência proferida em 15/07/2022, no

âmbito dos Diálogos Jurídicos, organizada pela Escola de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio).

10. Marques, João Paulo Remédio. *Direito da Propriedade Intelectual*. Conferência proferida, em 13/07/2022, no âmbito do “Curso Breve de Direito da União Europeia, Estudos Europeus, Globalização e Cidadania”, organizado pela Associação de Estudos Europeus de Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.
11. Marques, João Paulo Remédio. 2022. *Identidade de Género e Direito*, Conferência proferida no dia 23/06/2022. Conferência proferida no curso de Pós-Graduação “FUTURO DA SAÚDE – ASPECTOS LEGAIS”, organizado pelo Centro de Direito Biomédico, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.
12. Marques, João Paulo Remédio. 2022. *Biotecnologia(s) e Propriedade Intelectual*, conferência proferida no dia 23/06/2022. Conferência proferida no curso de Pós-Graduação “FUTURO DA SAÚDE – ASPECTOS LEGAIS”, organizado pelo Centro de Direito biomédico, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.
13. Marques, João Paulo Remédio. 2022. *Estratégias de Litigância em Matéria de Patentes*. Conferência proferida, em 7/07/2022, no âmbito do Curso de Verão “Direito da propriedade Intelectual – O Estado das Questões em 2022”, organizado pela Associação Portuguesa de Direito Intelectual (APDI) em parceria com a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.
14. Marques, João Paulo Remédio. 2022. *Patentes de Produtos Farmacêuticos*. Conferência proferida, em 9/04/2022, no quadro do 14.º Curso de Especialização em Direito da Farmácia, do Medicamento e das Novas Tecnologias, organizado pelo Centro de Direito Biomédico, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.
15. Marques, João Paulo Remédio. 2022. *Transexualismo e o Direito*. Conferência proferida em 31/03/2022, no âmbito do Curso de Pós-graduação em Direito Notarial e Registral, organizado pelo Centro de Estudos de Direito Notarial e Registral (CENOR), Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

16. Marques, João Paulo remédio. 2022. *Registo de patentes e Biotecnologia*. Conferência proferida em 31/03/2022, no âmbito do Curso de Pós-graduação em Direito Notarial e Registral, organizado pelo Centro de Estudos de Direito Notarial e Registral (CENOR), Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.
17. Marques, João Paulo Remédio. 2022. *Desenhos ou Modelos e a Proteção das Partes Componentes de Produtos Complexos – dois Recentes Casos na Jurisprudência da União Europeia*. Conferência proferida, em 29/01/2022, no Instituto de Contabilidade e Administração de Coimbra (Instituto Politécnico de Coimbra), no âmbito do curso de mestrado da *Coimbra Business School*.
18. Marques. João Paulo Remédio. 2022. *O medicamento e a propriedade industrial*. Conferência, em 20/01/2022, no quadro do 9.º curso de Especialização em Direito da Medicina, organizado pelo Centro de Direito Biomédico, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.
19. Marques, João Paulo Remédio. 2022. *Biotecnologias e Propriedade Intelectual*. Conferência proferida, em 8 de janeiro de 2022, no âmbito do Curso Intensivo de Direito da Saúde com ênfase em Proteção de Dados e Inteligência Artificial, organizado pelo Centro de Direito Biomédico, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.
20. Marques, João Paulo Remédio. 2022. *O contrato a favor de terceiro e os pactos sucessórios: linhas de fronteira e questões atuais*. Conferência proferida em 16/02/2022, no âmbito do III Curso de Pós-Graduação e Direito das Crianças, Família e Sucessões, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa - Centro de Direito Privado.

2021

21. Marques, João Paulo Remédio. 2021. *A atuação e os limites do princípio da gestão processual no atual Direito Processual Civil*. Conferência efetuada no quadro do “IX Congresso Intercontinental de Direito Civil”, realizado pela Academia Brasileira de Direito Civil e Grupo Notorium, em parceria com a

- Academia Sino-Lusófona da Universidade de Coimbra, nos dias 18 e 19 de novembro de 2021 (em formato *on-line*).
22. Marques, João Paulo Remédio. 2021. *Direito de patente e o acesso a vacinas em contexto pandémico*. Conferência realizada em 8/07/2021, no quadro do Curso de Verão “Direito da Propriedade Intelectual: O Estado das Questões em 2021”, organizado pela Associação Portuguesa de Direito Intelectual, Lisboa.
23. Marques, João Paulo Remédio. 2021. *Propriedade Industrial e Acesso a Medicamentos em Contexto de Pandemia*. Conferência realizada em 17/06/2021, no Colóquio “A Pandemia de COVID-19 e o Direito dos Contratos, Contratos Cíveis, Contratos de Trabalho, Contratos Comerciais”, organizado pelo Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.
24. Marques, João Paulo Remédio. 2021. *Direito à (e de) patente e transferência de Tecnologia – Algumas Questões*. Conferência proferida em 15/06/2021, no quadro *Seminário Internacional do GEDAI sobre transferência de tecnologia, patentes e organismos internacionais*, Faculdade de Direito, Universidade Federal de Curitiba, Brasil.
25. Marques, João Paulo Remédio. 2021. *Patentes e alternativas para viabilizar o acesso a novos medicamentos*. Conferência proferida, em 14/06/2021, no Seminário “Escolas Trágicas: novas reflexões sobre o custeio e as necessidades de saúde”, organizado por Emagis, Escola de Magistratura do TRF4, Porto Alegre, Brasil.
26. Marques, João Paulo Remédio. 2021. *Problemas Processuais no Contexto Internacional*, conferência proferida no quadro do “Congresso de Direito Processual Civil, Os Desafios do Desenvolvimento Sustentável Global e Digital”, que teve lugar no dia 21/05/2021, na Universidade Portucalense, organização pelo Instituto Jurídico desta Universidade e pelo Instituto Jurídico do Instituto Politécnico de Leiria.

27. Marques, João Paulo Remédio. 2021. Intervenção como moderador no Congresso *Responsabilidade Civil, Saúde e Família*, na mesa constituída sob a temática “Responsabilidade Civil: Saúde e Família”, congresso realizado na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 20/05/2021.
28. Marques, João Paulo Remédio. 2021. *O Novo Código da Propriedade Industrial (CPI de Dez. 2018)*, conferência proferida no quadro do XIX Curso de Pós-Graduação em Direito das Empresas, em 10 de abril de 2021, organizado pelo Instituto de Direito das Empresas e do Trabalho (IDET), Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.
29. Marques, João Paulo Remédio. 2021. *Princípios de Direito do Medicamento*. Conferência proferida no quadro do Curso de Mestrado em Medicina Legal e Ciências Forenses, na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, em 12 de abril de 2021.
30. Marques, João Paulo Remédio. 2021. *Patentes – Traços gerais do regime jurídico / Invenções protegíveis e requisitos da patente / Interesse público e Limites da proteção*, conferência proferida em 27/03/2021, no âmbito do XII Curso de Pós-Graduação em Direito Intelectual, organizado pela Associação Portuguesa de Direito Intelectual.
31. Marques, João Paulo Remédio. 2021. *O Medicamento e a Propriedade Industrial*, conferência proferida na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, no âmbito do 8.º Curso de Especialização em Direito da Medicina, Centro de Direito Biomédico, em 22/01/2021.

2020

32. Marques, João Paulo Remédio. 2020. *Derechos fundamentales: cuando los menores de edad son tratados como adultos en el Derecho Civil portugués*, conferência proferida em 27/11/2020, no Departamento de Direito da

- Universidade de la Rioja (Espanha), no âmbito do *Congreso Internacional de Derecho del menor*: “Los derechos de la personalidad y los menores de edad”.
33. Marques, João Paulo Remédio. 2020. *Fortalezas, debilidades y retos ambientales de futuro en la minería – el caso portugués de captura y almacenamiento de hidrógeno (verde)*, conferência proferida na Faculdade de Direito da Universidade de Sevilla, em 13 de outubro de 2020, no quadro *III JORNADA INTERNACIONAL DE ESTUDIOS MINEROS «Minería y Medio Ambiente en el Siglo XXI: Una visión global y de Derecho Comparado»*.
34. Marques, João Paulo Remédio. 2020. *O regime jurídico das patentes de invenções. Em especial: invenções protegíveis; invenções e segurança*, conferência proferida em 11/07/2020, no âmbito do XI Curso de Pós-Graduação em Direito Intelectual, organizado pela Associação Portuguesa de Direito Intelectual, Lisboa.
35. Marques, João Paulo Remédio. 2020. *São os direitos de propriedade industrial úteis para a nossa saúde? A articulação entre o direito de patente e regulação farmacêutica perante as epidemias e as pandemias*, conferência proferida no âmbito do Curso de Verão “O DIREITO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL NO CONTEXTO DA CRISE MUNDIAL DE 2020”, organizado pela Associação Portuguesa de Direito Intelectual, Lisboa, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.
36. Marques, João Paulo Remédio. 2020. *O regime da tutela da inovação no novo Código da Propriedade Industrial. O reforço da harmonização legislativa na União Europeia e o impacto do Brexit na propriedade industrial*, conferência proferida na Associação Portuguesa de Direito Intelectual, em 4/07/2020, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, no quadro da FORMAÇÃO ONLINE EM PROPRIEDADE INDUSTRIAL 2020 – MÓDULO V - TUTELA DA INOVAÇÃO (2020).

37. Marques, João Paulo Remédio. 2020. *Contratos de licença. Transmissão de direitos. Direitos intelectuais como garantias*, conferência proferida em 6/06/2020, no quadro do XI Curso de Pós-Graduação em Direito Intelectual, organizado pela Associação Portuguesa de Direito Intelectual, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.
38. Marques, João Paulo Remédio. 2020. *Os legados na sucessão testamentária*, conferência proferida no II Curso de Pós-Graduação em Direito das Crianças, Família e Sucessões, em 29/02/2020, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.
39. Marques, João Paulo Remédio. 2020. *O Medicamento e a Propriedade Industrial*, conferência proferida na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Centro de Direito Biomédico, em janeiro de 2020, no âmbito do III Curso de Especialização em Direito da Medicina.

2019

40. Marques, João Paulo Remédio. 2020, *O Novo Código da Propriedade Industrial*, conferência proferida em Lisboa, no auditório das instalações da Polícia Judiciária, em 10/10/2019, organizada pela ANJAP – Associação Nacional de Jovens Advogados Portugueses.
41. Marques, João Paulo Remédio. 2019. *Indignidade Sucessória e Deserção*, conferência proferida ano dia 15 de junho de 2019, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, no quadro do I Curso de Pós-Graduação em Direito das Crianças, Família e Sucessões, organizado pelo Centro de Investigação em Direito Privado desta Faculdade.
42. Marques, João Paulo Remédio. 2019. *Contratos de Licença*, conferência proferida na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, no dia 1 de junho de 2019, no âmbito do X Curso de Pós-Graduação em Direito Intelectual, organizado pela

Associação Portuguesa de Direito Intelectual, Lisboa, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

43. Marques, João Paulo Remédio. 2019. *O Novo Código da Propriedade Industrial*, conferência proferida no dia 25 de maio de 2019, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, no âmbito do XVII Curso de Pós-Graduação em Direito das Empresas (Sociedades e CPI), organização pelo Instituto de Direito das Empresas e do Trabalho (IDET) da mesma Faculdade.
44. Marques, João Paulo Remédio. 2019. *Os Alimentos: Pressupostos, Legitimidade e Forma de Cálculo*, conferência proferida, no dia 24 de maio de 2019, na Escola de Direito da Universidade Católica Portuguesa (Lisboa), no âmbito do Curso de Pós-Graduação sobre Direitos das Crianças 2018/2019.
45. Marques, João Paulo Remédio. 2019. *Violação indireta da patente*, conferência proferida no dia 23 de maio de 2019, no quadro do Congresso Ibérico de Propriedade Industrial – A Recente Reforma Legislativa em Debate, organizada pela Escola de Direito da Universidade do Minho.
46. Marques, João Paulo Remédio. 2019. *Os Problemas da Partilha – Questões Substanciais*, conferência proferida em 18 de maio de 2019, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, no quadro do «Curso Breve de Pós-Graduação: O Direito das Sucessões – problemas atuais e perspetivas de evolução», organizado pelo Centro de Direito da Família da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.
47. Marques, João Paulo Remédio. 2019. *Métodos Alternativos de Resolução de Conflitos no Sistema Processual Civil Português e Europeu*, conferência proferida no dia 10 de maio de 2019, na Escola de Magistratura do Ministério Público do Estado de Pernambuco (Brasil).
48. Marques, João Paulo Remédio. 2019. *Registo de Patentes de Biotecnologia*, conferência proferida no dia 11 de abril de 2019, organizada pelo Centro de

Estudos Registais e Notariais (CENOR), da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

49. Marques, João Paulo Remédio. 2019. *O Novo Código da Propriedade Industrial*, conferência proferida na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 9 de abril de 2019, organizada pelo Núcleo de Estudantes de Direito desta Faculdade e pela Associação Académica de Coimbra.
50. Marques, João Paulo Remédio Marques. 2019. *O Transexualismo e Registo Civil*, conferência proferida em 10/04/2019, no Centro de Estudos Notariais e Registais, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.
51. Marques, João Paulo Remédio. 2019. *Alterações ao regime jurídico das patentes de invenções. Em especial: invenções protegíveis; invenções e segurança; invenções e tecnologias protetoras do ambiente*, conferência realizada na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, no dia 30 de março de 2019, no âmbito do X Curso de Pós-Graduação em Direito Intelectual, organizado pela Associação Portuguesa de Direito Intelectual.
52. Marques, João Paulo Remédio. 2019. *Atipicidade das medidas coercitivas no processo executivo português*, conferência proferida no I Congresso Lusófono de Processo Civil, que decorreu nos dias 12 e 13 de março, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.
53. Marques, João Paulo Remédio Marques. 2019. *Algumas dimensões processuais do regime do acompanhamento*, conferência proferida na Universidade Portucalense, no Porto, em 18 de março de 2019.
54. Marques, João Paulo Remédio. 2019. *O novo código da Propriedade Industrial – Aspectos Relevantes*, conferência proferida na *Coimbra Business School*, no Instituto de Contabilidade e Administração (Instituto Politécnico de Coimbra), no dia 2 de fevereiro de 2019.

55. Marques, João Paulo Remédio. 2019. *Os Segredos Comerciais no Novo Código da Propriedade Industrial*, conferência proferida no Grémio Literário, em Lisboa, no dia 28 de janeiro de 2019, organizado pela Associação de Consultores em Propriedade Industrial.
56. Marques, João Paulo Remédio. 2019. *O medicamento e a propriedade industrial*, conferência proferida, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, no quadro do II Curso de Especialização em Direito da Medicina, organizado pelo Centro de Direito Biomédico, Faculdade de Direito de Coimbra, em 17 de janeiro 2019.

2018

57. Marques. João Paulo Remédio. 2018. *Impresa sostenibile e class action*», conferência proferida no quadro do Congresso «Dialogi europaei - Sulla convergenza, nei valori, principî, regole e pratiche del diritto dell'economia e dell'impresa», na Università degli Studi di Bari Aldo Moro, realizado em Taranto, Itália, em 12 de dezembro de 2018.
58. Marques, João Paulo Remédio. 2018. *Derecho de Menores en Portugal*. Conferência proferida no Departamento de Direito da Universidad de la Rioja, Espanha, em 23 de novembro de 2018.
59. Marques. João Paulo Remédio. 2018. *O juiz e os negócios jurídicos processuais*, conferência efetuada no quadro do I Encontro de Investigadores Doutorandos (Ciências Jurídico-Processuais), na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, no dia 24 de outubro de 2018.
60. Marques. João Paulo Remédio. 2018. *A Confidencialidade*, conferência proferida na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, no quadro do III Curso de Pós-Graduação Avançada em Direito da Arbitragem.

61. Marques, João Paulo Remédio. 2018. *Mudança de sexo no registo civil e os problemas de identidade de género*. Conferência proferida no V Encontro de Direitos Reais, Direito Registral e Direito Notarial, organizado pelo Centro de Registos e Notariado, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 11 de outubro de 2018.
62. Marques, João Paulo Remédio. 2018. *A Revisão do Código da Propriedade Industrial*. Conferência proferida no Curso de Verão, organizado pela Associação Portuguesa de Direito Intelectual, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 3 de julho de 2018.
63. Marques, João Paulo Remédio. 2018. *Patentes de Produtos Farmacêuticos*. Conferência proferida na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 2/06/2018, no quadro do 12.º Curso de Pós-Graduação em Direito da Farmácia e do Medicamento, organizado pelo Centro de Direito Biomédico da mesma Faculdade.
64. Marques, João Paulo Remédio. 2018. *Direito das Marcas e Patentes da União Europeia*, conferência proferida na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 23 de janeiro de 2018, no âmbito do “Curso Breve de Direito da União Europeia, Estudos Europeus, Globalização e Cidadania”, organizado pelo Centro de Estudos Europeus.
65. Marques, João Paulo Remédio. *Direitos de Propriedade Industrial como Objeto de Negócios*. Conferência proferida na Universidade Católica Portuguesa, no Porto, em janeiro de 2018, no quadro do 2.º Curso de Pós-Graduação em Direito Intelectual - 2017-2018.
66. Marques, João Paulo. 2018. *O Registo de Patentes de Biotecnologia*. Conferência proferida no Centro de Estudos Notariais e Registrais, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em abril de 2018.

67. Marques, João Paulo Remédio. 2018. *EU National Design and Copyright Protection*, Conferência proferida no Instituto Europeu de Propriedade Intelectual (EUIPO), em 26/04/2018, em Alicante, Espanha.
68. Marques, João Paulo Remédio. 2018. *O Objeto da patente. Requisitos da patenteabilidade. Âmbito da proteção da patente: a doutrina dos equivalentes*. Conferência proferida no quadro do VIII Curso de Pós-Graduação em Direito Industrial, em abril de 2018, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.
69. Marques, João Paulo Remédio. 2018. *O Processo Civil e o Estabelecimento da Filiação*. Conferência proferida na Faculdade de Direito de Coimbra, em maio de 2018, no quadro do 1.º Curso Breve de Pós-Graduação «O Processo Civil no Direito da Família».
70. Marques, João Paulo Remédio. 2018. *O divórcio e o Processo Civil*. Conferência proferida na Faculdade de Direito de Coimbra, em maio de 2018, no quadro do 1.º Curso Breve de Pós-Graduação «O Processo Civil no Direito da Família».
71. Marques, João Paulo Remédio. 2018. *A Tutela Processual dos Direitos de Personalidade no Seio do Casamento e das Uniões de Facto*. Conferência proferida na Faculdade de Direito de Coimbra, em maio de 2018, no quadro do 1.º Curso Breve de Pós-Graduação «O Processo Civil no Direito da Família».
72. Marques, João Paulo Remédio. 2018. *Competência, reconhecimento e execução de decisões em matéria matrimonial e responsabilidades parentais*, Conferência proferida na Faculdade de Direito de Coimbra, em maio de 2018, no quadro do 1.º Curso Breve de Pós-Graduação «O Processo Civil no Direito da Família».
73. Marques, João Paulo Remédio. 2018. *A Revisão do Código da Propriedade Industrial*. Conferência proferida no Congresso de Propriedade Industrial e Inovação, na Universidade de Coimbra, em maio de 2018.

74. Marques, João Paulo Remédio. 2018. *O Esgotamento de Direito Industrial*. Conferência proferida na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, no quadro do IX Curso de Pós-Graduação em Direito Industrial, organizado pela Associação Portuguesa de Direito Intelectual, em maio de 2018, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.
75. Marques, João Paulo Remédio. 2018. *O Medicamento e a Propriedade Industrial*, conferência proferida, em 18 de janeiro de 2018, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, no quadro do Curso de Especialização em Direito da Medicina, organizado pelo Centro de Direito Biomédico desta Faculdade.

2017

76. Marques, João Paulo Remédio. 2017. *Direitos de Propriedade Industrial como Objeto de Negócios*. Conferência no quadro do II Curso de Pós-Graduação em Direito Intelectual, organizado pela Universidade Católica do Porto, em 2 de dezembro de 2017.
77. Marques, João Paulo Remédio. 2017. *La Reforma de la Legislación Minera en Portugal*. Conferência proferida em Sevilha, na Facultad de Derecho de la Universidad de Sevilla, no quadro da Jornada internacional «Propuestas de Mejora del marco regulatório de la minería desde una perspectiva europea y comparada», em 24/11/2017.
78. Marques, João Paulo Remédio. 2017. *Negócios Processuais no Processo Executivo Português*, conferência realizada no quadro do II Colóquio Luso-Brasileiro de Processo Civil, em 21/11/2017, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.
79. Marques, João Paulo Remédio. 2017. *Vulnerabilidades e acesso aos medicamentos*, conferência realizada em 7 de novembro de 2018, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, no âmbito das atividades do grupo de

investigação «Vulnerabilidades e Direito», do Instituto Jurídico da Faculdade de Direito de Coimbra, incerteza e direito” (UID/DIR04643/2013).

80. Marques, João Paulo Remédio. 2017. *Partilhas notariais*, conferência proferida na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 3 de novembro de 2017, no quadro do Curso de Pós-Graduação organizado pelo Centro de Estudos Notariais e Registais, da mesma Faculdade.
81. Marques, João Paulo Remédio. 2017. *Alimentos Devidos a Menores e Fundo de Garantia*, conferencia proferida em 25/11/2017, no quadro do curso de Direito da Família, organizado pelo Centro de Direito da Família, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.
82. Marques, João Paulo Remédio. 2017. *Prova documental: Produção e Request for Documents – quando muito é demais – Que documentos, quando e Como? Quais as Fronteiras da Fishing Expedition? A Melhor Defesa é o Ataque?.* Conferência realizada no quadro do *VII Encontro Internacional de Arbitragem de Coimbra*, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, nos dias 12 e 13 de outubro de 2017.
83. Marques, João Paulo Remédio. 2017. *A patente europeia de efeito unitário*, conferência realizada no *III Congresso de Propriedade Intelectual*, organizado pela Livraria Almedina, coord. do Prof. DÁRIO MOURA VICENTE, proferida em Lisboa, nos dias 20 e 21 de outubro de 2017.
84. Marques, João Paulo Remédio. 2017. *A desjudicialização do processo executivo e a tramitação eletrônica da ação executiva*. Conferência realizada na Universidade Católica do Recife (Brasil), em 18 de agosto de 2017.
85. Marques, João Paulo Remédio. 2017. *Tutela dos direitos industriais*. Conferência realizada na Associação Portuguesa de Direito Intelectual, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 24 de junho de 2017.

86. Marques, João Paulo Remédio. 2017. *A tutela dos direitos de autor à luz da era digital*. Conferência realizada no Funchal em junho de 2016, organizada pelo Governo Regional da Madeira e o Centro de Estudos de Direito Público e Regulação da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.
87. Marques, João Paulo Remédio. 2016. *Recursos biológicos e propriedade industrial: a recente ratificação por Portugal do Protocolo de Nagoya*, conferência realizada na Faculdade de Direito de Coimbra, a convite da Associação Portuguesa de Direito Intelectual, em 5 de julho de 2017.
88. Marques, João Paulo Remédio. 2017. *Transexualidade e o registo*. Conferência efetuada no Centro de Estudos Notariais e Registais, na Faculdade de Direito de Coimbra, em abril de 2017.
89. Marques, João Paulo Remédio. 2017. *Objeto da patente. Requisitos da patenteabilidade. Âmbito da proteção da patente: a doutrina dos equivalentes*. Conferência realizada na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, organizada pela Associação Portuguesa de Direito Intelectual, em abril de 2017.
90. Marques, João Paulo Remédio. 2017. *O registo de patentes de biotecnologia*. Conferência no Centro de Estudos Notariais e Registais da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em abril de 2017.
91. Marques, João Paulo Remédio marques. 2017. *Proteção da casa de habitação*. Conferência proferida em 20/04/2017, no quadro do “IV Encontro de Direitos Reais, Direitos dos Registos e Direito Notarial”, organizado pelo Instituto de Registro Imobiliário Brasileiro e Centro de Estudos Registais e Notariais, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.
92. Marques, João Paulo Remédio. 2017. *Recursos em Processo Civil*. Conferência proferida no Tribunal da Relação de Coimbra, em 18/04/2017, no âmbito do «Curso Breve de Recursos».

93. Marques, João Paulo Remédio. 2016. *A proteção da casa de habitação*. Conferência proferida no âmbito do *IV Encontro de Direitos Reais, Direitos dos Registos e Direito Notarial*, organizado pelo Centro de Estudos Notariais e Registas e pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 21 de abril de 2017.
94. Marques, João Paulo Remédio. 2017. *A confidencialidade*. Conferência proferida no âmbito do *II Curso de Pós-Graduação Avançada em Direito da Arbitragem*, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, no dia 14 de fevereiro de 2017.

2016

95. Marques, João Paulo Remédio. 2016. *Planeamento sucessório: formas alternativas de sucessão mortis causa*. Conferência realizada na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 26 de novembro de 2016, por ocasião das *Comemorações dos 50 anos do Código Civil Português*.
96. Marques, João Paulo Remédio. 2016. *A violação de direitos industriais no ambiente digital*. Conferência proferida no âmbito do Curso de Verão de Propriedade Industrial. Associação Portuguesa de Direito Intelectual, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, julho, 2016.
97. Marques, João Paulo Remédio. 2016. *Prazos de caducidade em acções de estabelecimento e impugnação da filiação*. Conferência proferida, em 26 de outubro, na Fundação Rui Cunha, Macau, no âmbito de “Reflexões ao cair da tarde”.
98. Marques, João Paulo Remédio. 2016. *A Sexualidade Humana e o Direito da Família*. Conferência proferida na Faculdade de Direito da Universidade de Macau, em 27 de outubro de 2016, no quadro da *9.ª Conferência Internacional*

sobre as Reformas Jurídicas de Macau no Contexto Global - O Direito, a Sexualidade e a Família.

- 99.** Marques, João Paulo Remédio. 2016. *Contratos sobre direitos industriais.* Conferência no quadro do VII Curso de Pós-Graduação em Direito Intelectual (módulo II – Propriedade Industrial). Associação Portuguesa de Direito Intelectual. Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, maio de 2016.
- 100.** Marques, João Paulo Remédio. 2016. *O registo de patentes e biotecnologia.* Conferência proferida no Centro de Estudos Notariais e Registais. Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em abril, 2016.
- 101.** Marques, João Paulo Remédio. 2016. *O transexualismo e o registo.* Conferência organizada pelo Centro de Estudos Notariais e Registais. Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em abril de 2016.
- 102.** Marques, João Paulo Remédio. 2016. *O processo especial de tutela da personalidade humana no novo Código de Processo Civil.* Centro de Direitos Humanos / *Ius Gentium*, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, março.
- 103.** Marques, João Paulo Remédio. 2016. *Invalidades, limites ao exclusivo legal e esgotamento dos direitos industriais.* Conferência proferida no âmbito do VII Curso de Pós-Graduação em Direito Intelectual. Módulo II (Propriedade Industrial), em maio de 2016, organizado pela Associação Portuguesa de Direito Intelectual. Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.
- 104.** Marques, João Paulo Remédio. 2016. *Prazos de caducidade em ações de estabelecimento e impugnação da filiação: encontros e desencontros entre Macau e Portugal.* Conferência realizada na Fundação Rui Cunha, em Macau, em 24 de outubro de 2016.

- 105.** Marques, João Paulo Remédio. 2016. *O pagamento da dívida exequenda em prestações e o acordo global no novo CPC*. Conferência proferida no quadro do Encontro «Questões práticas de Processo Executivo», na Universidade Lusíada Norte – Porto, em 11 de maio de 2016.
- 106.** Marques, João Paulo Remédio. 2016. *Patentes de Medicamentos*. Conferência efetuada na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, organizada pelo Centro de Direito Biomédico, em maio de 2016.
- 107.** Marques, João Paulo Remédio. 2016. *As presunções judiciais e os poderes dos Tribunais da Relação – O controlo do SJ sobre o exercício destes poderes*. Conferência realizada no Centro de Estudos Judiciais, em Lisboa, no dia 1 de abril de 2016.
- 108.** Marques, João Paulo Remédio. 2016. *Recursos contra decisões de 1.ª instância no novo Código de Processo Civil*, no âmbito do Colóquio luso-brasileiro de Processo Civil. Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, maio de 2016.
- 109.** Marques, João Paulo Remédio. 2016. *O agente de execução. Caracterização da profissão*. Conferência realizada no âmbito do Colóquio «A regulação profissional dos administradores judiciais e dos agentes de execução», organizado pelo Centro de Estudos de Direito Público e Regulação (CEDIPRE), fevereiro de 2016. Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.
- 110.** Marques, João Paulo Remédio. 2016. *O Medicamento e a Propriedade Industrial*. Conferência proferida no âmbito do III Curso de Especialização em Direito da Medicina, Instituto de Direito Biomédico, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, janeiro, 2016.
- 111.** Marques, João Paulo Remédio. 2016. *O Plágio*. Conferência proferida no Instituto de Contabilidade e Administração de Coimbra (ISCAC), no âmbito do Mestrado em Solicitadoria, em janeiro de 2016.

2015

- 112.** Marques, João Paulo Remédio. 2015. *Negócios Jurídicos processuais*. Conferência realizada no quadro do Congresso de Processo Civil, que decorreu na Universidade Farias Brito, em 5 de setembro de 2016, em Fortaleza, Brasil.
- 113.** Marques, João Paulo Remédio. 2015. *Os Poderes de Gestão Processual pelo Juiz e os Negócios Jurídicos Processuais*. Conferência realizada no quadro da Jornada Luso-Brasileira de Processo Civil, que decorreu na Procuradoria-Geral da República do Estado do Rio de Janeiro (Brasil), em 17/8/2015.
- 114.** Marques, João Paulo Remédio. 2015. *O Processo Executivo em Angola e as Dívidas dos Cônjuges*, Seminário de Mestrado realizado entre 3 e 7 de agosto, na Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, em Luanda (Angola).
- 115.** Marques, João Paulo Remédio. 2015, *Direito de patentes na área do jogo (patentes de software) e da medicina (patentes farmacêuticas)*, Conferência realizada em Macau, em 19 de junho, organizada pelo Centro de Formação Jurídica e Judiciária de Macau, do Governo da Região Administrativa Especial de Macau.
- 116.** Marques, João Paulo Remédio. 2015. *Reforma dos processos referentes ao arrendamento e introdução do regime de mediação no processo civil*. Conferência realizada em Macau, em 18 de junho, organizada pelo Centro de Formação Jurídica e Judiciária, do Governo da Região Administrativa Especial de Macau.
- 117.** Marques. João Paulo Remédio. 2015. *Entrada em vigor do novo Código de Processo Civil*. Conferência realizada na Guarda, organizada pelo Centro de Estudos Ibéricos, no dia 15 de maio de 2015.

- 118.** Marques, João Paulo Remédio. 2015. *Reforma dos processos da falência e insolvência e a reforma do processo de divórcio litigioso*. Conferência realizada em Macau, em 17 de junho, organizada pelo Centro de Estudos de Formação Jurídica e Judiciária, do Governo da Região Administrativa Especial de Macau, Macau.
- 119.** Marques, João Paulo Remédio. 2015. *O Processo Civil na área do Direito da Família no Brasil e em Portugal*. Conferência proferida na Universidade Aberta, no quadro do ciclo de conferências denominado Diálogos Luso-Brasileiros, no dia 4 de junho, nas instalações da Delegação de Coimbra da referida Universidade;
- 120.** Marques, João Paulo Remédio. 2015. *O processo executivo e as dívidas conjugais*. Conferência proferida em Santo Tirso, no quadro do II Congresso de Processo Civil, organizado pelo Conselho Distrital do Porto da Ordem dos Advogados e pela sua seção de Santo Tirso, em junho de 2015.
- 121.** Marques, João Paulo Remédio. 2015. *Divórcio, Sucessão e Participações Sociais*, Conferência proferida no quadro do IV Congresso de Direito das Sociedades, na Faculdade de Direito de Coimbra, organizado pelo Instituto de Direito das Empresas e do Trabalho (IDET) e pela editora Almedina, realizado em maio.

2014

- 122.** Marques, João Paulo Remédio. 2014. *Propriedade Intelectual e Acesso a Medicamentos*. Conferência proferida no V Seminário Internacional de Propriedade Intelectual, em Curitiba (Brasil), no dia 30 de outubro, no quadro do Programa de Pós-Graduação em Direito na Universidade Federal do Paraná, Curitiba (Brasil).

123. Marques, João Paulo Remédio. 2014. *Software: Direito de Autor e Direito de Patente*. Conferência proferida no âmbito do VIII Congresso de Direito de Autor e Interesse Público, 27/28 de outubro, na Universidade Federal do Paraná, Curitiba (Brasil), organizado pelo Grupo de Estudos de Direito Autoral e Industrial – GEDAI.
124. Marques, João Paulo Remédio. 2014. *O novo procedimento extrajudicial pré-executivo: necessidade ou desnecessidade*. Conferência proferida no II Congresso de Processo Civil, organizado pela editora Almedina, nos dias 9 e 10 de outubro, em Lisboa.
125. Marques, João Paulo Remédio. 2014. *Âmbito de protecção da patente: a doutrina dos equivalentes*. Conferência proferida no quadro do Curso de Verão de Propriedade Industrial, organizado pela Associação Portuguesa de Direito Intelectual/Faculdade de Direito de Lisboa, entre 30 de junho e 05 de julho.
126. Marques, João Paulo Remédio. 2014. *O processo de tutela da personalidade no novo Código de Processo Civil*. Conferência proferida no dia 30 de maio, na Câmara de Comércio e Indústria da Associação Industrial Portuguesa, em Lisboa, organizado por esta Câmara e pela sociedade de advogados *Miranda Law*.
127. Marques, João Paulo Remédio. 2014. *Entrada em vigor do novo Código de Processo Civil*. Conferência proferida na Guarda, organizada pelo Centro de Estudos Ibéricos, no dia 15 de maio de 2014.
128. Marques, João Paulo Remédio. 2014. *Certificados complementares de protecção para medicamentos*. Conferência proferida no V Curso de Pós-Graduação em Direito Intelectual, Módulo de Propriedade Industrial, em março, organizado pela Associação Portuguesa de Direito Intelectual / Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

129. Marques, João Paulo Remédio. 2014. *Aspectos jurídicos relacionados com a transexualidade*. Conferência proferida no Instituto de Medicina Legal, Coimbra, Curso Forense.
130. Marques, João Paulo Remédio. 2012. «Jornadas de Processo Civil», organizadas pelo Centro de Estudos Judiciários, em 22/6/2012.

2013

131. Marques, João Paulo Remédio. 2013. *A Reforma do Processo Civil*. Conferência organizada pelo Conselho Distrital de Coimbra da Ordem dos Advogados e pela editora Almedina, em 7/03/2013.
132. Marques, João Paulo Remédio. 2013. *O Processo Especial de Tutela da Personalidade*. Conferência proferida no quadro das “Jornadas da Reforma do Código do Processo Civil”, em Lisboa, organizadas pelo Centro de Estudos Judiciários, em Lisboa, em 12/04/2013.
133. Marques, João Paulo Remédio. 2013. *O pagamento em prestações da dívida exequenda e o acordo global*. Conferência efetuada no âmbito do “Congresso sobre Processo Civil”, em Lisboa, que decorreu nos dias 21 e 22 de março de 2013, organizado pela Editora Almedina.
134. Marques, João Paulo Remédio. 2013. *A tutela da personalidade humana*. Conferência na Escola de Direito da Universidade do Minho, em 23/03/2013, sobre a Reforma do Processo Civil.
135. Marques, João Paulo Remédio. 2013. *A caminho de novas parcerias mundiais - Implicações jurídicas e económicas*. Conferência realizada em 3/07/2013, no quadro do Seminário de Verão, organizado pela Associação de Estudos Europeus da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

136. Marques, João Paulo Remédio. 2013. *A Reforma do Processo Civil*. Conferência realizada em Coimbra, organizada pelo Conselho Distrital de Coimbra a Ordem dos Advogados e pela editora Almedina, em 7/03/2013.
137. Marques, João Paulo Remédio. 2013. *Reforma da Justiça: O Projeto de Revisão do CPA e o Novo CPC*. Conferência efetuada na Escola Superior de Gestão do Instituto Politécnico do Vale do Cávado, em outubro de 2013.
138. Marques, João Paulo Remédio. 2013. *O Novo Código de Processo Civil*. Conferência organizada pelo Conselho Distrital da Ordem dos Advogados de Coimbra, Secção da Ordem dos Advogados de Viseu, em 17/9/2013.
139. Marques, João Paulo Remédio. 2013. *O Novo Código de Processo Civil*. Conferência organizada pelo Conselho Distrital da Ordem dos Advogados de Coimbra, Secção de Torres Novas, em 3/10/2013.
140. Marques, João Paulo Remédio. 2013. *Inventário: questões de tramitação processual*. Conferência proferida no Centro de Estudos Notariais e Registais (CENOR), da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 20/07/2013.
141. Marques, João Paulo Remédio. 2013. *Penhora, Pagamento em Prestações e Acordo Global*. Conferência proferida em Santo Tirso, em julho de 2013, organizada pela Delegação Regional do Conselho da Ordem dos Advogados, no quadro das Jornadas sobre “O Novo Código de Processo Civil”.
142. Marques, João Paulo Remédio. 2013. *O Novo Código de Processo Civil*. Conferência proferida no quadro das *Jornadas de Estudo dos Agentes de Execução*, em Coimbra, em 13 e 14 de setembro de 2013.
143. Marques, João Paulo Remédio. 2013. *Alguns Aspectos do Novo Código de Processo Civil*. Conferência proferida em Viseu, no dia 17/09/2013, organizada pelo Conselho Distrital de Coimbra da Ordem dos Advogados.

- 144.** Marques, João Paulo Remédio. 2013. Conferência sobre *O Novo Processo Civil*, no quadro do “Curso Intensivo de Atualização em Processo Civil”, organizado pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e pelo Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados.
- 145.** Marques, João Paulo Remédio. 2013. *O Novo Código de Processo Civil*. Conferência realizada no dia 6/12/2013, no quadro do "Curso Intensivo de Atualização em Processo Civil", organizado pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e pelo Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados.

2012

- 146.** Marques, João Paulo Remédio. 2012. *As Penhoras – Expetativa de Aquisição*. Conferência no quadro das Jornadas dos Agentes de Execução, em Lagoa, Algarve, organizadas pela Câmara dos Solicitadores, em 5 e 6 de outubro de 2012.
- 147.** Marques, João Paulo Remédio Marques. 2012. *A Reforma do Processo Civil*. Conferência proferida na Escola de Direito da Universidade do Minho, em Braga, em 12/10/2012.
- 148.** Marques, João Paulo Remédio. 2012. *Jornadas de Processo Civil*, organizadas pelo Centro de Estudos Judiciários, em 22/06/2012.

2011

- 149.** Marques, João Paulo Remédio. 2011. *A marca farmacêutica e o regime geral da marca*. Conferência proferida na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, no âmbito do Curso de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual, organizado pela Associação Portuguesa de Direito Intelectual.

- 150.** Marques, João Paulo Remédio Marques. 2011. *O novo regime jurídico do processo de inventário - Entre o tribunal, a conservatória e o cartório notarial*. Conferência organizada pelo Instituto dos Registos e do Notariado, I.P., em 17 e 18 de Fevereiro de 2011, no quadro das *Comemorações do 1.º Centenário do Registo Civil*.
- 151.** Marques, João Paulo Remédio. 2011. *Processo Executivo*. Conferência organizada pelo Conselho Distrital da Ordem dos Advogados de Coimbra, em 29/04/2011.
- 152.** Marques, João Paulo Remédio. 2011 *Jornadas de Arbitragem*, organizadas pela Universidade Portucalense, no Porto, em 24/02/2011.
- 153.** Marques, João Paulo Remédio. 2011. *Tendências Recentes do Direito da Propriedade Industrial*. Conferência proferida na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, organizada pela Associação de Estudos Europeus da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.
- 154.** Marques, João Paulo Remédio. 2011. *Tendências Recentes do Direito da Propriedade Intelectual*. Conferência proferida no Seminário de Verão, em 5/7/2011, organizado pela Associação de Estudos Europeus da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra,
- 155.** Marques, João Paulo Remédio, 2011. *A venda na ação executiva*. Conferência proferida, em Lisboa, na Câmara dos Solicitadores, em 7/12/2011.
- 156.** Marques, João Paulo Remédio. 2011. Orador no "II Congresso do Notariado", organizado pela Ordem dos Notários, em 14/10/2011.
- 157.** Marques, João Paulo Remédio. 2011. Participação como conferencista na "III Jornada de Propriedad Industrial", na Universidade de Santiago de Compostela, organizada pelo "Instituto de Derecho Industrial de la Universidad

de Santiago de Compostela" (IDIUS) e pelo "Centro de estudios y documentación europeos de la USC" (CEDE-USC), em 28/10/2011.

2010

158. Marques, João Paulo Remédio. 2010. *O Duplo Grau de Jurisdição em Matéria de Facto*. Conferência proferida em Lisboa, organizada pela Ordem dos Advogados de Lisboa, no dia 5/02/2010.
159. Marques, João Paulo Remédio. 2007. *O Acordo TRIPS e a Inconstitucionalidade das Patentes Pipeline*. Conferência proferida no quadro do II Seminário Internacional *Propriedade Intelectual nos Países de Língua Portuguesa*, realizada em Fortaleza, Brasil, em fevereiro de 2010.
160. Marques, João Paulo Remédio. 2010. *Exceções ao Direito de Autor*. Conferência realizada na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, no dia 26/04/2010, organizada pela Associação Portuguesa de Direito Intelectual.
161. Marques, João Paulo Remédio. 2010. *Duplo Grau de Jurisdição em Matéria de Facto*. Conferência realizada no Porto, no quadro do *I Seminário dos Cadernos de Direito Privado* “O Processo Civil Entre a Justiça e a Celeridade”, no dia 8/05/2010.
162. Marques, João Paulo Remédio. 2010. *Patentes Biotecnológicas*. Conferência proferida no Instituto de Medicina Legal de Coimbra, no dia 9/06/2010.
163. Marques, João Paulo Remédio. 2010. Conferência realizada no âmbito do 2.º Curso “Direitos de Propriedade Intelectual. Novos Desafios Sócio-Económicos e Jurídicos”, no quadro do *Programa de Formação Avançada Justiça XXI*, organizada pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, em 13/06/2010.

164. Marques, João Paulo Remédio. 2010. *La gestión responsable y la protección legal de las innovaciones de la biotecnología*. Conferência realizada na Universidad Carlos III, em Madrid, no quadro do CONGRESO INTERNACIONAL – GESTIÓN RESPONSABLE DE LA INNOVACIÓN Y SOSTENIBILIDAD, em outubro de 2010.

2009

165. Marques, João Paulo Remédio. 2009. *Patentes Químicas e Biotecnológicas e o Acesso a Medicamentos*. Conferência realizada no Rio de Janeiro, organizada pela Associação de Indústria Química Fina (ABIFINA) e pela Escola de Magistratura do Rio de Janeiro, em 11/03/2009.
166. Marques, João Paulo Remédio. 2009. *Transsexualismo*. Conferência proferida no Recife (Brasil), na Associação Médica de Pernambuco, em 25/06/2009, organizada por esta Associação.
167. Marques, João Paulo Remédio. 2009. *La Explotación y Tutela de las Patentes Biotecnológicas*. Conferência realizada na Universidade Carlos III, de Madrid, em novembro de 2009.
168. Marques, João Paulo Remédio. 2009. *Obrigação de Alimentos e Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores*. Conferência proferida em 14/11/2009, no quadro do 13.º curso de pós-Graduação em Direito dos Menores, organizado pelo Centro de Direito da Família, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.
169. Marques, João Paulo Remédio. 2009. *Estratégias do prolongamento do direito de patente dos medicamentos de referência*. Conferência realizada no quadro do Congresso “Genéricos 2009”, organizado pelo IIR Portugal.

170. Marques, João Paulo Remédio. 2009. *Questões Prévias e Incidentes do Processo de Inventário*. Conferência proferida no Centro de Estudos de Direito Registral e Notarial, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 21/11/2009.
171. Marques, João Paulo Remédio. 2009. *La Explotación y Tutela de las Patentes Biotecnológica*. Conferência realizada na Universidade Carlos III, de Madrid, em 20/11/2009, no quadro das Jornadas *La Innovación Empresarial en la Práctica Comercial Internacional*.
172. Marques, João Paulo Remédio. 2009. *Reconhecimento e Execução de Decisões em Matéria Civil e Comercial*. Conferência proferida na Guarda, em 10/12/2009, no quadro do Curso de Cooperação Judiciária Civil, organizado pelo Centro de Estudos Ibéricos.

2008

173. Marques, João Paulo Remédio. 2008. *O Novo Regime dos Recursos em Processo Civil*. Conferência realizada no quadro das *Jornadas Jurídicas*, organizadas pela Caixa Geral de Depósitos, em 18/01/2008.
174. Marques, João Paulo Remédio. 2008. *A Iniciativa Balcão Integrado "Sucessão e Herança"*. Conferência realizada na Ordem dos Notários, em abril de 2008, no âmbito do Ciclo de conferências sobre os «Novos Problemas da Desformalização».
175. Marques, João Paulo Remédio. 2008. *Transexualidade*. Conferência proferida em 23/04/2008, no quadro do *I Seminário Internacional de Direito e Transexualidade*, organizado pela Universidade Católica de Pernambuco, Recife, Brasil.
176. Marques, João Paulo Remédio. 2008. *Xenotransplants: Is it possible that in the future laboratories may create genetically engineered animals with the*

- purpose of being used in xenotransplants?*. Conferência proferida em Bilbao, no quadro do *Interim Workshop – Scientific, Legal and Ethical Aspects of Xenotransplants*, Projeto denominado “Engineering of the porcine genome for xenotransplantation studies in primates: a step towards clinical application”, coordenado pelo Prof. Doutor ROMEO CASABONA.
- 177.** Marques, João Paulo Remédio. 2008. *Licenças de Direito Industrial*. Conferência efetuada na Faculdade de Direito de Lisboa, em 17/07/2008, organizada pela Associação Portuguesa de Direito Intelectual.
- 178.** Marques, João Paulo Remédio. 2008. *Contributory Infringement Issue II – Case Law and Comparative View*. Conferência proferida no Porto, no quadro do Congresso *Challenges for IP Protection and Enforcement*, organizado pela Union of European Practitioners in Intellectual Property, em 29 e 30 de maio de 2008.
- 179.** Marques, João Paulo Remédio. 2008. *Propriedade Intelectual: Tendências Globais*. Conferência realizada no quadro I Seminário Internacional “Propriedade Intelectual nos Países de Língua Portuguesa”, realizado no Rio de Janeiro, entre 30 de junho e 2 de julho de 2008.
- 180.** Marques, João Paulo Remédio. 2008. *Patentes Farmacêuticas. O Sistema Regulatório e o Acesso a Medicamentos Genéricos*. Conferência organizada pelo Grupo Português da A.I.P.P.I. (Associação Internacional Para a Propriedade Intelectual), no Porto, em 22/04/2008.
- 181.** Marques, João Paulo Remédio. 2008. *Maternidade, Paternidade e Direito*. Conferência proferida em 11/04/2008, organizada pelo Centro de Direito da Família e dos Menores, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.
- 182.** Marques, João Paulo Remédio. 2008. *O sistema de patentes e o seu impacto no acesso dos medicamentos genéricos ao mercado*. Conferência

realizada em 12/11/2008, no Hotel Altis Park, organizada pelo IIR Portugal, no quadro do 3.º Encontro anual da Indústria Farmacêutica de Genéricos.

- 183.** Marques, João Paulo Remédio. 2008. *A Medicina e os Direitos Humanos (60 anos da Declaração universal dos Direitos do Homem)*. Conferência proferida em 10/12/2008, organizada pelo Centro de Direito Biomédico e pela sociedade de advogados Uría Menendez, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

2007

- 184.** Marques, João Paulo Remédio. 2007. *Novas Competências das Conservatórias do Registo Civil (Decreto-Lei n.º 324/2007, de 28 de Novembro)*. Conferência proferida na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em dezembro de 2007.
- 185.** Marques, João Paulo Remédio. 2007. *Patentes em Biotecnologia – o Procedimento de Registo de Especialidades Biotecnológicas: Normativa Reguladora e Análise Prática*. Conferência realizada, em 20/06/2007, no Hotel Altis Park, Olaias, promovida pelo IIR Portugal.
- 186.** Marques, João Paulo Remédio. 2007. *Proteção dos Activos Biotecnológicos*. Conferência realizada no Instituto Pedro Nunes, em Coimbra, em 21/06/2007, organizada por este Instituto e pelo seu Gabinete de Apoio à Propriedade Industrial (GAPI).
- 187.** Marques, João Paulo Remédio. 2007. *O ciclo de Vida dos Produtos Farmacêuticos*. Conferência realizada em 26/09/2007, no Hotel Altis Park, Olaias, organizada pelo IIR Portugal.
- 188.** Marques, João Paulo Remédio. 2007. *Patentes em Genéricos*. Conferência proferida em 7/11/2007, no Hotel Altis Park, Olaias, organizada pelo IIR Portugal, no quadro do 2.º Encontro Genéricos 2007.

- 189.** Marques, João Paulo Remédio. 2007. *A relação entre médicos e laboratórios farmacêuticos: da ética à lei*. Conferência proferida na Faculdade de Medicina do Recife, organizado pelo Conselho Estadual de Medicina de Pernambuco, em abril de 2007.
- 190.** Marques, João Paulo Remédio. 2007. *O novo regime angolano de exploração e comercialização de diamantes*. Conferência proferida na Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, em Luanda, em abril de 2007.

2004

- 191.** Marques, João Paulo Remédio. 2004. *Abusos Sexuais*. Conferência realizada em 25/03/2004, na Escola Superior de Enfermagem Bissaya Barreto, em Coimbra, organizada pela Associação Portuguesa Para o Planeamento da Família.
- 192.** Marques, João Paulo Remédio. 2004. *Nome, composição do nome, alteração do nome, normas de conflitos*. Conferência realizada no Instituto de Direito Notarial e Registral, em novembro de 2005, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.
- 193.** Marques, João Paulo Remédio. 2004. *Código da Propriedade Industrial de 2003 – Primeiro Ano de Vigência*. Conferência realizada na Ordem dos Advogados de Lisboa, em 16/07/2004, organizada pelo Conselho Distrital desta Ordem, pela Associação Portuguesa de Direito Intelectual e pela Comissão de Legislação da Ordem dos Advogados.
- 194.** Marques, João Paulo Remédio. 2004. *Patentes Farmacêuticas*. Conferência realizada em 7/11/2004, em Lisboa, organizada pela Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa e pelos Laboratórios PFIZER, no quadro do Colóquio “II Desafios em Investigação Médica”.

2003

- 195.** Marques, João Paulo Remédio. 2003. *Penhora de Direitos*. Conferência proferida no dia 5 de maio de 2003, no Centro de Estudos Judiciários, no quadro da temática “O Novo Regime Jurídico da Ação Executiva”.
- 196.** Marques, João Paulo Remédio Marques. 2003. *Primeiro ano de vigência do Código da Propriedade Industrial de 2003*. Conferência proferida em 16 de julho de 2004, no Conselho Distrital da Ordem dos Advogados de Lisboa, organizada pela Ordem dos Advogados.

2002

- 197.** Marques, João Paulo Remédio. 2002. *Obrigação de Alimentos e Registo Civil*, conferência realizada no quadro das *Comemorações dos 35 Anos do Código Civil e dos 25 Anos da Reforma de 1977*. Conferência proferida em outubro de 2002, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.
- 198.** Marques, João Paulo Remédio. 2002. *Obrigação de Alimentos*. Conferência proferida, em 22/09/2002, no âmbito do 6.^a Curso de Pós-Graduação em Direito dos Menores, organizado pelo Centro de Direito da Família, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

2001

- 199.** Marques, João Paulo Remédio. 2001. *Biotechnological Patentes*. Intervenção no Simpósio Internacional *Ethics, Intellectual Property and Genomics*, que teve lugar na UNESCO, em Paris, entre 30 de Janeiro e 1 de fevereiro de 2001.

2000

- 200.** Marques, João Paulo Remédio. 2000. *O contrato de Prestação de Serviços de cuidados de Saúde*. Conferência realizada na Universidade Lusíada do Porto,

no quadro do Encontro “Os contratos de Fornecimento de Serviços Públicos”, organizado pela *The European Law Student’s Association*, entre 7 e 8 de abril de 2000.

- 201.** Marques, João Paulo Remédio. 2000. *Algumas Implicações da Propriedade Industrial no Design Industrial*. Conferência realizada na Universidade Lusíada do Porto, em 31/03/2000, organizada pelo Departamento de Arquitetura desta Universidade.

1999

- 202.** Marques, João Paulo Remédio. 1999. *Patentes Biotecnológicas*. Conferência proferida no curso de Pós-Graduação em Direito Industrial, em 25 de fevereiro de 1999, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, organizado por esta Faculdade e pela Associação Portuguesa de Direito Intelectual.

1998

- 203.** Marques, João Paulo Remédio. 1998. Colóquio «Encontro SIDA: Saúde, Direitos e Educação», organizado pela Faculdade de Psicologia da Universidade de Coimbra, no dia 26/03/1998.
- 204.** Marques, João Paulo Remédio. 1998. *A penhora: alguns aspectos inovatórios resultantes da reforma do Processo Civil*. Conferência proferida a convite da Caixa Geral de Depósitos, na sede desta instituição, em Lisboa, no dia 17/10/1998.

1995

- 205.** Marques, João Paulo Remédio. 1995. *A responsabilidade civil médica e os direitos dos consumidores*. Conferência realizada no colóquio sobre Responsabilidade Civil Médica, que decorreu em Abril de 1995, no Instituto de Oncologia de Coimbra.

1993

206. Marques, João Paulo Remédio. 1993. *A teoria geral do negócio jurídico e os contratos em especial em face do novo direito contratual do consumo*. Conferência realizada no quadro do «II Encontro de Direito do Consumo», a qual teve lugar na Universidade Lusíada do Porto, entre 29 de abril e 1 de maio de 1993.

1992

207. Marques, João Paulo Remédio. 1992. *A promoção de produtos e serviços e os direitos dos consumidores*. Conferência proferida no quadro do *I Encontro de Direito do Consumo*, realizado na Universidade Lusíada do Porto, entre 7 a 9 de janeiro de 1992.

b. COMISSÃO CIENTÍFICA DE CONGRESSOS E PARTICIPAÇÃO NA ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS CIENTÍFICOS

. Coordenação Científica das três edições do Curso Breve de Pós-Graduação “O Direito da Família no Processo Civil”, organizadas pelo Centro de Direito da Família, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, nos anos de 2016, 2018 e 2023. Está em curso uma nova edição, no atual ano letivo de 2023/2024.

. Coordenação Científica do *Congresso de Propriedade Industrial*, que teve lugar no dia 25 de maio de 2018, organizado pela Universidade de Coimbra.

. Integrou as Comissões Científicas do XI CODAI – Congresso de Direito de Autor e Interesse Público, realizado em Curitiba, Brasil, organizado pelo GEDAI – Grupo de Estudos de Direito Autoral e Industrial, da Universidade Federal do Paraná, em 6 e 7 de novembro de 2017 e em novembro de 2023.

. Coordenação do Curso de Pós-Graduação intitulado *Especialização em Processo Civil Europeu*, sob a égide do Instituto de Estudos Europeus, da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, realizado entre 9 e 30 de maio de 2009.

. Coordenação científica (juntamente com o Prof. Lorenzo Mateo Bujosa Vadell, da Universidade de Salamanca) do *Curso de Cooperação Judiciária Civil*, organizado pelo Centro de Estudos Ibéricos, da Guarda, em 10/12/2009.

. Participação na organização da “Aula Aberta” ministrada pelo Professor Luiz Henrique Barbugiani, sob o tema “Ações Coletivas Passivas”, em 1/04/2022, no quadro do Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

c. CURSOS DE MESTRADO E PÓS-GRADUAÇÃO

- Lecionação da unidade curricular *Propriedade Industrial*, no âmbito do Mestrado em Direito Comercial, na Universidade Politécnica de Maputo, Moçambique, entre 2016 e 2021.

- Lecionação da unidade curricular *Processo de Execução*, no quadro do Curso de Mestrado em Direito Civil, na Universidade Agostinho Neto de Luanda, Angola, em 2015.

- Lecionação da unidade curricular *Direito Processual Civil*, no quadro do Curso de Mestrado em Direito Civil, na Universidade Agostinho Neto de Luanda, Angola, em 2007, 2009, 2012, 2013 e 2015.

- Lecionação do Curso de Mestrado na Faculdade de Direito da Universidade Lusíada, Norte – Porto, com a regência da unidade curricular *Direito Processual Civil Avançado*, entre 2010 e 2018.

- Participou, na qualidade de orador, no 4.º Curso Breve de Pós-Graduação em *Responsabilidades Parentais*, no dia 2/11/2013, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, organizado pelo Centro de Direito da Família.

- Participação nos Cursos de Pós-Graduação em *Direito da Medicina*, organizados pelo Centro de Direito Biomédico, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, desde 1995.

- Participação anual, desde 2003 até ao presente, no Curso de Pós-Graduação em *Direito da Farmácia e do Medicamento*, organizado pelo Centro de Direito Biomédico, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.
- Participação anual, desde 1999 até ao presente, no Curso de Pós-Graduação em *Propriedade Industrial*, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, organizado em parceria com a Associação Portuguesa de Direito Intelectual.
- Participação em 2008, 2009 e 2010 no Curso de Pós-Graduação em *Direito da Sociedade da Informação*, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, organizado em parceria pela Associação Portuguesa de Direito Intelectual.
- Participação, desde 1997 até ao presente, no Curso de Pós-Graduação em *Proteção de Menores* (F. M. PEREIRA COELHO), organizado pelo Centro de Direito da Família, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.
- Participou, nos anos de 2011, 2012 e 2013, nos Cursos de Pós-Graduação em *Propriedade Industrial e Direito da Sociedade da Informação*, organizados pela Associação Portuguesa de Direito Intelectual e pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.
- Participou no curso de Mestrado em *Direito Civil*, nos anos letivos de 2008/2009 e de 2011/2012, na Faculdade de Direito da Universidade de Macau, regendo a unidade curricular de Direito Processual Civil.
- Participou, nos anos letivos de 2012 e 2013, no Curso de Mestrado em *Regulação e Avaliação do Medicamento e Produtos de Saúde*, na Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa.
- Participou, em 2012, no Curso de Mestrado em Direito, na Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, em Luanda, Angola.
- Participou no II Curso Pós-Graduado em *Processo Civil*, em maio de 2012, organizado pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e pelo Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados.
- Participou, entre 2001 e 2013 nas várias edições do Curso de Pós-Graduação em *Direito das Empresas*, regendo a disciplina de *Direito da Propriedade Industrial e Concorrência* (juntamente com o Doutor NOGUEIRA SERENS, entre 2001 e 2004), organizado pelo IDET

(Instituto de Direito das Empresas e do Trabalho), da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

- Participou, nos anos letivos de 2011, 2012 e 2013, 2020/2021 e 2022/2023, nas várias edições do Curso de Mestrado em *Medicina Legal e Ciências Forenses*, na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra.

- Participou nos Cursos de Mestrado em Medicina Legal, organizados pela Delegação de Coimbra do Instituto de Medicina Legal, desde 1999 até ao presente.

- Participou no I Curso de Pós-Graduação de *Medicina Legal – Açores*, no ano letivo de 2004/2005, com duas conferências, uma sobre *Patentes Biotecnológicas* e uma outra sobre *Transexualidade*.

- Participou no curso de Mestrado em *Saúde Pública*, organizado pela Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, em 1996 e 1997.

- Participou, nos anos letivos de 2011, 2012 e 2013 nas várias edições do Curso de Pós-Graduação em Proteção de Menores, organizado pelo Centro de Direito da Família e dos Menores, da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

- Participa, desde 2011, no Curso de Pós-Graduação em *Direito Notarial e Registral*, organizado pelo Centro de Estudos de Direito Notarial e Registral (CENOR), da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

- Participou, desde 2013 a 2015, no Curso de Mestrado em *Direito das Crianças, Família e Sucessões*, da Escola de Direito da Universidade do Minho.

- Participou, em 2013, no Curso de Mestrado em *Regulação do Medicamento*, na Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa.

- Participou, em 2011, 2012, 2013 e 2014, no Curso de Doutoramento “Direito, Justiça e Cidadania no século XXI” (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra/Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra).

- Participação, na qualidade de orador, no *Curso Intensivo de Verão de Propriedade Industrial*, organizado pela Associação de Direito Intelectual e pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, desde a edição realizada entre 4 e 8 de Julho de 2011 até ao presente ano de 2024.

- Participação como orador no Curso Intensivo *Direito Processual Civil - O Novo Código de Processo Civil*, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 6/12/2013.
- Participou como orador no 4.º Curso Breve de Pós-Graduação em *Responsabilidades Parentais*, no dia 2/11/2013, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, organizado pelo Centro de Direito da Família.
- Participação, como orador, no «Curso Breve de Outono», na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, no dia 3/10/2013, em colaboração com a Universidade Dom Bosco (Brasil).
- Participação no I e II *Curso de Jurisprudência*, nos anos letivos de 2017/2018 e 2018/2019, organizados pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, tendo coordenado as intervenções no âmbito do *Processo Civil*.

d. ACTIVIDADE DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA

Neste domínio de atividades, o candidato desempenhou as seguintes tarefas e funções:

- Presidente do Júri dos Exames de Acesso ao Ensino Superior Para Maiores de 23 Anos, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, entre janeiro de 2007 e janeiro de 2014.
- Representante dos Assistentes no Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, no ano letivo de 1994/1995.
- Vogal da Comissão dos Exames *Ad Hoc* sobre Direito Positivo Português, desde 2008 a 2023, constituída na Faculdade de Direito de Coimbra, para efeitos de equivalências de habilitações estrangeiras de nível superior.
- Vogal da Comissão *Ad Hoc* criada na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, para revalidação de diplomas estrangeiros de doutoramento em Direito, desde o ano letivo de 2019/2020 até ao ano letivo de 2022/2023.

- Coordenação do Curso de Cooperação Judiciária Civil (juntamente com o Prof. Doutor JOSÉ RAMÓN GARCÍA, da Universidade de Salamanca), no âmbito do Centro de Estudos Ibéricos, o qual teve lugar na Guarda, em dezembro de 2009.

- Membro do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, entre 2006 e 2010 e em 2023/2024.

D. DESENVOLVIMENTO, PELO CANDIDATO, DE OUTRAS ATIVIDADES RELEVANTES PARA A MISSÃO DE UMA UNIVERSIDADE GLOBAL

O candidato é:

1. Membro do Conselho Consultivo do *Tribunal Unificado de Patentes*, desde 4 de Outubro de 2016, por indicação do Instituto Nacional da Propriedade Industrial, e por nomeação da então Senhora Ministra da Justiça, na sequência da adesão da República Portuguesa ao *Acordo Relativo ao Tribunal Unificado de Patentes*, por meio da Resolução da Assembleia da República n.º 108/2015, de 10 de abril, e do Decreto do Presidente da República n.º 90/2015, de 6 de agosto.

2. Membro das *Comissões de Reforma do Processo Civil*, constituídas, respetivamente, pelos XVIII e XIX Governos Constitucionais (2009-2011), que conduziram à aprovação do novo Código de Processo Civil de 2013.

3. Membro do *Grupo de Revisão do Código da Propriedade Industrial*, na Secretaria de Estado da Justiça, em representação da Associação Portuguesa de Direito Intelectual, desde setembro de 2018.

4. Membro do Júri do Concurso para órgãos de gestão intermédia da *Comissão Para o Acompanhamento dos Auxiliares de Justiça (CAAJ)*, em 2015.

5. Avaliador externo de artigos submetidos à Revista *Actas de Derecho Industrial y Derecho de Autor*, Marcial Pons, Universidade de Santiago de Compostela, Instituto de

Derecho Industrial (<http://www.usc.es/es/institutos/idius/organigramaadi.html>), Madrid, Barcelona, Buenos Aires, São Paulo, desde 2014.

6. Avaliador externo de artigos submetidos à *FIDES, Revista de Filosofia do Direito, do Estado e da Sociedade*, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil, desde outubro de 2017.

7. Avaliador externo de artigos submetidos à *Lex Familiae, Revista Portuguesa de Direito da Família*, do Centro de Direito da Família, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

8. Avaliador de artigos submetidos à *Revista de Direito Intelectual*, Associação Portuguesa de Direito Intelectual, Lisboa.

9. Membro do Conselho Editorial de várias revistas científicas, designadamente: Conselho Editorial da *Revista em Rede de Direito Direitos Digitais, Intelectuais & Sociedade* (Curitiba, Brasil), *Revista Jurídica Luso-Brasileira* (Lisboa, Portugal), *Revista da Escola de Magistratura Federal da 5.ª Região* (Recife, Brasil), *Revista Bioética* (Conselho Federal de Medicina, Brasília, Brasil, desde julho de 2024), *Revista Eletrônica de Direito Processual* (Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ, Rio de Janeiro, Brasil, desde abril de 2024).

10. Membro da Comissão de Ética da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, desde setembro de 2009 (participação, até 11 de abril de 2024, em cerca de 237 reuniões).

11. Membro do Júri do «PRÉMIO DOUTOR MANUEL DE ANDRADE», organizado pela Câmara Municipal de Estarreja, em 2011.

12. Membro do Júri «PRÉMIO ESCOLAR DOUTOR JOSÉ ALBERTO DOS REIS», instituído por esta Fundação, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, desde o ano letivo de 2011/2012 até ao presente.

13. Integra o Painel de Juízes-Árbitros no Centro de Arbitragem Comercial da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa.

14. Integra o Painel de Juízes-Árbitros no Centro de Arbitragem para a Propriedade Industrial, Nomes de Domínio, Firmas e Denominações (ARBITRARE).

15. Integra o Painel de Juízes-Árbitros de CONCORDIA, Centro de Conciliação, Mediação de Conflitos de Arbitragem.

16. Participação, na qualidade de Perito, em arbitragem, em Londres, no *IIC Internacional Court of Arbitration (International Chamber of Commerce): República de Angola c. DE BEERS*.

17. Vogal da Fundação de utilidade pública Salgado Zenha, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, desde janeiro de 2018.

18. Membro do Conselho Executivo da Fundação Rangel de Sampaio, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, desde abril de 2022.

19. Membro do Conselho de Administração da Fundação Rangel de Sampaio, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, entre janeiro de 2018 e abril de 2022.

20. Presidente da Assembleia Geral do Centro de Direito da Família, Faculdade de Direito de Coimbra, desde 2012.

21. Membro do Painel de Avaliadores (área de Direito) no processo de seleção de candidaturas a bolsas da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT – 2020).

O candidato é, ainda, membro de várias associações científicas, em Portugal e no Brasil, quais sejam:

- . Associação Portuguesa de Direito Intelectual (Portugal) – APDI – Dir.: Doutor DÁRIO MOURA VICENTE)
- . Centro de Direito Biomédico (Portugal) – CDB – Dir.: Doutor ANDRÉ DIAS PEREIRA
- . Centro de Direito da Família (Portugal) - CDF – Dir.: Doutora PAULA TÁVORA VÍTOR
- . Centro de Estudos Notariais e Registais (Portugal) – Dir.: Doutora MÓNICA JARDIM
- . Centro de Estudos de Direito Público e Regulação (Portugal) - CEDIPRE – Dir.: Doutor PEDRO GONÇALVES

- . Grupo de Estudos de Direito Autoral e Industrial, Universidade Federal do Paraná, Curitiba - GEDAI, Brasil – Dir.: Doutor MARCOS WASCHOWITZ
- . Instituto Brasileiro de Direito das Famílias – IBDFAM, Brasil – Dir.: Doutor RODRIGO DA CUNHA PEREIRA
- . Instituto de Direito Bancário da Bolsa e dos Seguros (Portugal) – IDBBS – Dir.: Doutor PEDRO MAIA
- . Instituto de Direito das Empresas e do Trabalho (Portugal) - IDET – Dir.: Doutor COUTINHO DE ABREU
- . Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra - IJ – Dir.: Doutor AROSO LINHARES)
- . Instituto Português de Processo Civil - IPPC – Dir./coord.: Doutor MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA

O candidato, sob solicitação de jornalistas, tem sido chamado, regularmente, desde 2011, a emitir opiniões jurídicas em jornais nacionais – *in casu*, os jornais “Expresso”, “Público” e “Sol” – relativamente a matérias controvertidas inseridas no conteúdo de notícias ou reportagens.

Por exemplo, no passado dia 26 de fevereiro de 2024, foi chamado a emitir opinião, no âmbito do Direito Processual Civil, no jornal “Público”, n.º 12 352 (págs. 14-15), a respeito da reportagem intitulada “*Lesados do BES mais longe de chegarem aos milhões apreendidos*”.

No dia 22 de abril de 2022, o jornal “Público”, n.º 11.681 (págs. 32-32), sob o título “*Governo está a «analisar» impacto do acórdão sobre o alojamento local*”, quis saber a sua opinião acerca do acórdão do STJ que uniformizou jurisprudência relativamente à menção, no título constitutivo da propriedade horizontal, do fim a que se destina a fração autónoma.

De igual modo, o candidato já foi entrevistado na televisão pública, a respeito de assuntos de natureza jurídica. Por exemplo, mais recentemente, pode referir-se a entrevista ocorrida no dia 6/05/2021, no canal RTP3, no programa «360º», efetuada pela apresentadora do telejornal, Dra. Cristina Esteves, a respeito do Direito de Propriedade Industrial e Patentes, em particular a propósito das (des)vantagens da concessão de

licenças obrigatórias de direitos de patentes respeitantes a invenções que protegem as tecnologias a partir das quais as vacinas biotecnológicas desenvolvidas para combater o vírus COVID-19 estavam, então, a ser administradas.